U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUEOLOGIA

O Castro de Alvarelhos:
Contributo para o estudo crono-estratigráfico da sondagem *CAESAR*.02

Leandro Manuel C. Costa

M

2022

Leandro Manuel C. Costa

O Castro de Alvarelhos: Contributo para o estudo crono-estratigráfico da sondagem *CAESAR*.02

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, orientada pelo Professor Doutor Rui Manuel Lopes de Sousa Morais e pela Professora Doutora Daniela Filipa de Freitas Ferreira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2022

«*Ignominiosos não são os nossos reis que governam*

a Lícia, eles que comem as gordas ovelhas e bebem

vinho seleto, doce como o mel, pois a sua força é também

***excelente, visto que combatem entre os dianteiros dos Lícios.*»**

Homero, *Ilíada*, XII, 318-321 - Tradução de Frederico Lourenço, Vol. II, Lisboa: Livros Cotovia (2005)

«Flectere si nequeo superos Acheronta movebo»

«*(…) e, se não posso demover os deuses do Olimpo, moverei o Aqueronte.*»

Virgílio, *Eneida*, VII, l. 312 – Traduzido do Latim por Luís M. G. Cerqueira, Cristina Abranches Guerreiro e Ana Alexandra Tibúrcio Lopes Alves de Sousa da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa: Bertrand Editora (2003)

Índice

Índice de Estampas iii
Índice de Tabelas vi
Índice de Gráficos vi
Declaração de Honra viii
Agradecimentos ix
Resumo xii
Lista de Abreviaturas e Siglas xiv
Introdução 1
I: Enquadramento Geográfico e Historiográfico 4
I.1: Fisiografia 4
I.1.1: Geomorfologia 4
I.1.2: Clima 5
I.1.3: Rede Hidrográfica 6
I.2: Historiografia 8
II: Povoamento entre o Leça e o Ave 16
II.1: Ocupação Proto-Histórica 16
II.1.2: Análise da Distribuição Espacial 22
II.2: Ocupação Romana 28
II.2.1*: Civitates e Vicus* 30
II.2.2: *Villae* 33
II.2.3: Rede Viária 36
II.2.4: Percursos Fluviais e Marítimos 41
III: Estação Arqueológica - Castro de Alvarelhos 44
III.1: Intervenções até 2008 46
III.2: Projeto *CAESAR* 51
IV: Sondagem 02 55
IV.1: Metodologia 56
IV.1.1: Análise Morfológica e Tecnológica 57
IV.1.2: Quantificação e Análise Estatística 59
IV.2: Análise dos Materiais 60
IV.2.1: Cerâmica 60

IV.2.2: Líticos e Elementos Arquitetónicos 84
IV.2.1.3: Vidro 86
IV.2.1.4: Metais 88
IV.2.1.5: Numismas 89
IV.3: Análise dos Contextos 91
Fase I: Séc. I a.C. - Séc. I 92
Fase II: Finais do Séc. I – Séc. II 95
Fase III: Sécs III-IV 96
Fase IV: Finais séc. IV - Época Contemporânea 99
Camada Orgânica de Superfície 99
IV.4: Técnicas e Aparelhos Construtivos 100
Considerações Finais e Problemáticas 106
Bibliografia 111

Índice de Estampas

I: Esboço topográfico simplificado do território Entre-Leça-e-Ave (Moreira, 2010, Estampa VIII) e excerto da Carta Geológica De Portugal - Escala 1/200 000-Folha 1 (1989);

II: Mapa dos principais povoados pré-romanos e romanos identificados no território do Entre-Leça-e-Ave;

III: Principais povoados pré-romanos e romanos identificados no território do Entre-Leça-e-Ave;

IV: Traçado da via *Bracara-Cale* com as estações viárias, os principais povoados, miliários e vestígios de vias primárias e secundárias assinalados (Mantas, 2000, P. 87; 2015, P. 245);

V: Implantação do Castro de Alvarelhos na Carta Militar Portuguesa, Escala 1 - 25:000, Folha 97 (Bougado – Santo Tirso);

VI: Planta da estação arqueológica do Castro de Alvarelhos (*CAESAR*.21) com a implantação das respetivas sondagens (adaptado) – cedido pela empresa Arqueologia e Património;

VII: Fotografia aérea da área musealizada do Castro de Alvarelhos - disponibilizada pela equipa da empresa *Sala 4: Design de Comunicação*, fotografia realizada com recurso a drone;

VIII: Parte da serra de Sta. Eufémia com a implantação do Castro de Alvarelhos e respetivos perfis topográficos;

IX: Fotografias ilustrativas do controlo visual do Castro de Alvarelhos sobre a paisagem (E-O e Ne-So, respetivamente) - imagens disponibilizadas pela equipa da empresa *Sala 4: Design de Comunicação*, fotografias realizadas com recurso a drone;

X.1: Planta da estação arqueológica do Castro De Alvarelhos: intervenções documentadas por Álvaro Brito Moreira (2010);

X.2: Proposta de cronologia faseada da ocupação do Castro De Alvarelhos avançada por Álvaro Brito Moreira (2010);

XI: Equipa de voluntários e alguns dos técnicos que formaram a equipa de escavação das Campanhas 1 (2020) e 2 (2021) do Projeto *CAESAR*, juntamente com os membros da Comissão Científica do projeto;

XII: Plano final da sondagem *CAESAR*.02 após a campanha de escavações de 2020 (disponibilizado pela empresa *Arqueologia e Património*, realizado por Nelson Vale, Rui Sousa e Jorge Fonseca);

XIII: Desenho de plano da sondagem *Caesar.02* (2021) da autoria de Jorge Fonseca, Nélson Vale, Bebiana Mota e Ricardo Mota;

XIV: Fotografia do conjunto de cerâmica castreja identificado na UE 2041 e fotografia demonstrativa das decorações identificada;

XV.1-6: Motivos decorativos identificados durante as campanhas *CAESAR*.20 e *CAESAR*.21;

XVI: Fragmentos de cossoiros identificados na sondagem *CAESAR*.02;

XVII: Peças de jogo identificadas na sondagem CAESAR.02;

XVIII: Fragmentos de coluna identificados *in situ*;

IXX: Fragmento de coluna após lavagem (fotografia disponibilizada pela empresa *Arqueologia e Património*);

XX: Fragmento de *labrum* identificado *in situ* e após limpeza (fotografia disponibilizada pela empresa *Arqueologia e Património*);

XXI: Contas vítreas identificadas na sondagem *CAESAR*.02;

XXII: Amostra do conjunto de artefactos metálicos identificados na sondagem *CAESAR*.02 (fotografia disponibilizada pela empresa *Arqueologia e Património*);

XXIII: Lingotes de prata com a inscrição *CAESAR* identificados no Castro de Alvarelhos (Centeno, 2011, p. 365);

XXIV.1: Classificação dos numismas identificados durante as campanhas *CAESAR*.20 e *CAESAR*.21;

XXIV.2: Fotografia dos numismas identificados durante as campanhas *CAESAR*.20 e *CAESAR*.21 disponibilizadas pela empresa *Arqueologia e Património*;

XXV.1: Quadro sinóptico: Fase I;

XXV.2: Quadro sinóptico: Fase II;

XXV.3: Quadro sinóptico: Fase IIIA;

XXV.4: Quadro sinóptico: Fase IIIB;

XXV.5: Quadro sinóptico: Fase IV;

XXV.5: Quadro sinóptico: Fase V;

XXVI: Estruturas do Tipo 1B de acordo com a tipologia proposta por F. Reimão Queiroga (1992/2003) e fotografias da estrutura [287];

XXVII: Fotografias da superfície interna e externa do aparelho [2052];

XXVIII: Espaço de transição entre os compartimentos associados aos aparelhos [2052 e 2053] (orientação N-S e S-N, respetivamente);

IXXX: Estruturas 1B de acordo com a tipologia proposta por F. Reimão Queiroga (1992/2003), desenho de plano dos muros [2052 e 2053] (disponibilizado pela empresa *Arqueologia e Património*, realizado por Ricardo e Bebiana Mota) e fotografia da área de junção entre os aparelhos [2052 e 2053];

XXX: Superfície interna do aparelho [2053];

XXXI: Fotografias da superfície externa do aparelho [2053];

XXXII: Desenho de plano (adaptado) do perímetro do *compartimento romano* (disponibilizado pela empresa *Arqueologia e Património*, realizado por Ricardo e Bebiana Mota) e fotografia do interior do *compartimento romano* (orientada O-E);

XXXIII: Fragmento de cobertura parietal identificado nos níveis de revolvimento no interior do *compartimento romano*;

XXXIV: Face interna do aparelho [2051];

XXXV: Aberturas de escoamento identificadas no aparelho [2051];

XXXVI: Secções mais precárias do aparelho de alvenaria granítica [2051] (de noroeste para sudeste);

XXXVII: Fotografias da superfície interna e externa dos aparelhos [2049 e 2050] e parte da sua sapata;

XXXVIII: Fotografia da equipa de voluntários na campanha de escavações de 2022;

Índice de Tabelas

Tabela 1: Sintetização dos parâmetros de classificação de materiais;……59

Tabela 2: Cerâmica castreja;……62

Tabela 3: *Terra Sigillata*;……65

Tabela 4: Cerâmica pintada;……72

Tabela 5: Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável;……73

Tabela 6: Cerâmica comum fina;……75

Tabela 7: Cerâmica comum grosseira;……76

Tabela 8: Cerâmica comum grosseira de acordo com a sua proveniência;……77

Tabela 9: Ânforas;……78

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Análise quantitativa da cerâmica castreja;……63

Gráfico 2: Relação percentual entre formas abertas e fechadas no conjunto da cerâmica castreja;……64

Gráficos 3 e 4: Análise percentual da *Terra Sigillata* identificados na Sondagem 02 em comparação com o conjunto descrito por Álvaro Brito Moreira (2010);……66

Gráfico 5: Análise percentual da cerâmica cinzenta fina por datação;……70

Gráfico 6: Análise percentual da cerâmica pintada;……71

Gráfico 7: Análise quantitativa dos padrões decorativos pintados;……72

Gráfico 8: Análise quantitativa das formas identificadas no conjunto da cerâmica comum grosseira;……77

Gráficos 9 e 10: Análise quantitativa e percentual das produções de ânforas importadas;……80

Gráfico 11: Análise percentual do conjunto das peças de jogo;……83

Gráfico 12: Análise percentual da composição do conjunto dos líticos e material arquitetónico;……84

Gráficos 13 e 14: Análise percentual das formas identificadas e relação percentual entre formas abertas e fechadas no conjunto dos materiais vítreos;……87

Declaração de Honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e autoplágio constitui um ilícito académico.

Porto, 30 de junho de 2022

Leandro Manuel C. Costa

Agradecimentos

Seguem-se os meus agradecimentos às várias pessoas e instituições que, no decorrer dos últimos dois anos, contribuíram no sentido de permitir e potencializar a realização do presente trabalho.

Em primeiro lugar, avanço um sincero agradecimento aos orientadores Professor Doutor Rui Manuel Lopes de Sousa Morais por disponibilizar o seu tempo, bibliografia e, acima de tudo, a partilha do seu vasto conhecimento relativamente às problemáticas abordadas. Não posso deixar de realçar e louvar a importância do seu contributo para despertar e estimular o meu interesse pelo estudo da antiguidade e do mundo clássico; à Professora Doutora Daniela Filipa de Freitas Ferreira pela sua pro ajuda na coorientação do presente trabalho e o incondicional apoio durante os últimos dois anos, sem o qual o presente trabalho não teria realizado. Fico também profundamente agradecido pela sua disponibilidade e companhia durante as extensas horas de trabalho de laboratório e de escavação no Castro de Alvarelhos, nas quais foram adquiridas competências imprescindíveis num ambiente marcado pela abertura para a partilha de conhecimentos, a priorização da minha formação pessoal e profissional e aquisição de conhecimentos e valias, e acima de tudo, a boa disposição. A ambos, deixo uma nota final de apreço pela paciência, disponibilidade e profissionalismo.

Estendo também um agradecimento ao Professor Doutor Rui Manuel Sobral Centeno, membro da Comissão Científica do projeto CAESAR que, em conjunto com os coordenadores previamente referidos, connosco partilhou a sua sabedoria e interpretações relativamente ao caso de estudo. Numa nota semelhante, não posso deixar de estender a minha gratidão à Professora Doutora Maria de Jesus Sanches pela sua disponibilidade no auxílio da classificação de alguns artefactos identificados, e ao Dr. Miguel Nogueira da Oficina do Mapa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela sua disponibilidade para cooperar na elaboração e tratamento de dados cartográficos. Aproveito também para apresentar o reconhecimento do trabalho dos meus colegas de Licenciatura e Mestrado nos cursos Arqueologia e História que comigo participaram nas campanhas de escavação em regime de voluntariado.

A realização do projeto *CAESAR*, e consequentemente desta dissertação, teria sido impossível sem o apoio da Câmara Municipal da Trofa. A sua dedicação e apreciação pelo estudo, aproveitamento e valorização do património cultural às escalas local e regional são claros e, por vezes, até mesmo contagiantes. Na sequência do contato com alguns dos membros dos seus quadros, foi impossível não criar um carinho especial pelo património trofense. Entre estes, não podíamos deixar de mencionar: a arqueológa Vânia Cristina Maia de Borja, e aos técnicos da Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude, do Setor da Cultura da CMT, Napoleão Ribeiro e Laura Silva. Reconhecemos assim o seu acompanhamento e apoio durante os trabalhos realizados em Alvarelhos, e simpatia e abertura para partilha de conhecimentos e discussão de perspetivas futuras, assim como a amabilidade em nos receber nas instalações do depósito de materiais arqueológicos e na apresentação guiada dos principais marcos culturais da Trofa, pelos quais fico profundamente grato. Aos excelentíssimos Vereador Dr. Renato Pinto Ribeiro e Dr. Artur Costa, Chefe da Divisão da Cultura, Turismo, Desporto e Juventude, agradeço a simpatia demonstrada na nossa receção durante as campanhas arqueológicas em que tive o prazer de participar.

Acentuo também a colaboração dos membros da empresa «Arqueologia e Património – Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, Arqueologia Lda.». A sua participação no projeto *CAESAR* foi fundamental durante os trabalhos de escavação das sondagens de diagnóstico que antecederam a requalificação do acesso ao Castro e durante os trabalhos realizados nas Campanhas de 2020 e 2021. Não posso deixar de apresentar também uma nota de gratidão pessoal a todos os membros desta empresa com quem tive o prazer de trabalhar durante a realização do estágio no segundo semestre do ano letivo de 2020/2021 pela sua disponibilidade e simpatia em nos receber, rigor científico, generosidade na partilha dos seus conhecimentos, experiências e aptidões, e a sua dedicação à arqueologia e ao processo formativo de futuros arqueólogos (grupo no qual me incluo). Em reconhecimento, deixo assim expressa a minha gratidão aos coordenadores gerais Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca; aos arqueólogos Jorge Fonseca, Lídia Baptista, Liliana Barbosa e Graça Pereira; à assessora administrativa Joana Borges; ao técnico superior de gestão do património Pedro Maia; ao designer Rui Oliveira; aos assistentes de arqueólogo Anabela Rodrigues, Filipa Teixeira, Nelson Vale, Ricardo Mota

e Bebiana Mota; ao assistente de arqueólogo e técnico de topografia Rodry Mendonça e aos operários de arqueologia Pedro Pinto, Rui Pinto e Jean Silva.

Numa nota menos institucional, não poderia deixar de valorizar as estimadas colegas de curso Patrícia Serra Ramos e Margarida Guedes Nóbio, antes de mais pela revisão literária do texto, mas também pelo acompanhamento constante que se revelou de extrema importância para a realização deste trabalho. O seu sucessivo apoio, compreensão, encorajamento e amizade incondicional foram imprescindíveis. Acima de tudo, agradeço a sua disponibilidade, que me permitiu exprimir, discutir e refletir as várias considerações que formam a base das propostas apresentadas na presente dissertação. Cumpre-me também distinguir o contributo de Bárbara Isabel Vilela, cujo interesse pelo património arqueológico de Santo Tirso, próximo do espaço estudado neste trabalho, motivou longas conversas produtivas sobre algumas das temáticas abordadas.

Finalmente, uma última nota de reconhecimento e apreciação pelas entidades com quem tive o prazer de trabalhar neste e noutros projetos e que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração deste estudo.

Resumo

O presente trabalho debruça-se sobre o Castro de Alvarelhos, localizado na União de Freguesias de Alvarelhos e Guidões, no Concelho da Trofa, Distrito do Porto. Trata-se de um arqueossítio associado a fenómenos de ocupação diversos quanto à sua natureza e cronologia, que recuam ao período do Bronze Final e se estendem até ao período medieval. O castro estudado associa-se também a um vasto *corpus* historiográfico, pontuado pelo trabalho de autores que marcaram a arqueologia no norte de Portugal. Apesar destas circunstâncias, muitas das problemáticas inerentes a esta estação arqueológica continuam por explorar.

Na sequência dos trabalhos arqueológicos realizados em 2020 e 2021 no âmbito do Projeto *CAESAR*, verificou-se que a sondagem 02 (CAESAR.02) é de grande interesse para o estudo do Castro de Alvarelhos. A ocupação pré-romana era, até então, apenas representada por uma estrutura circular localizada num contraforte do Monte Grande no limite ocidental da área musealizada do arqueossítio, e alguns materiais identificados durante intervenções anteriores. A identificação de estruturas típicas da Cultura Castreja, a par de um considerável *corpus* de materiais datáveis deste período, justificou a seleção desta sondagem como caso de estudo do presente trabalho.

A partir da análise do registo arqueológico, nomeadamente a estratigrafia e os materiais, foi possível estabelecer uma proposta para a cronologia de ocupação da área definida na sondagem 02, particularmente no que respeita às reformulações deste espaço. Esta proposta, à semelhança da metodologia adotada para a análise dos materiais, reflete as especificidades do caso de estudo. Procuramos, sempre que possível, complementar os dados apresentados com a bibliografia existente sobre o Castro de Alvarelhos, assim como outros sítios arqueológicos entendidos como relevantes. O estudo dos vestígios da ocupação da Idade do Ferro e do período romano permitiu elaborar uma proposta de faseamento cronológico para a ocupação da área definida pela Sondagem 2. Consideramos este exercício relevante para a expansão do conhecimento sobre o Castro e uma importante base para futuros trabalhos de investigação sobre este importante sítio arqueológico.

Palavras-chave: Castro de Alvarelhos; Proto-História; Romano; *CAESAR*; Noroeste de Portugal;

The present essay focuses on the Castro de Alvarelhos, located in the Union of Parishes of Alvarelhos and Guidões, in the Municipality of Trofa, District of Porto. This specific archaeological site is associated with different occupation phenomena regarding their nature and chronology, which date back to the Late Bronze Age and extend to the medieval period. The castro studied is also associated with a vast historiographical *corpus*, punctuated by the work of authors who defined the archeological paradigm in northern Portugal, as well as figures of considerable relevance at the local and regional levels. Despite these circumstances, many questions regarding this archaeological site remain unexplored.

Following the excavations carried out in 2020 and 2021 as part of the CAESAR Project, survey 02's (CAESAR.02) interest for the study of Castro de Alvarelhos became apparent. The pre-Roman occupation of the site was, until then, only represented by a circular structure located in a buttress of Monte Grande at the western limit of the musealized area of the archaeological site, as well as some materials identified during previous interventions. The identification of typical structures of the Castro Culture, together with a considerable amount of materials dating from this period, justified the selection of this survey as a case study of the present work.

From the analysis of the identified archaeological record, namely the stratigraphy and the materials, it was possible to establish a proposal for the chronology of the occupation of the space corresponding to survey 02, particularly concerning space reformulations. This proposal, like the patterns verified during the analysis of the identified materials, reflects the specificities of the case study. Whenever possible, we complemented the data presented with bibliography previously published regarding the Castro de Alvarelhos as well as other relevant archaeological sites. We consider the identification, documentation, and study of traces of pre-Roman occupation in survey 02 significant for the expansion of knowledge about the castro. From the data presented during this analysis, it was possible to elaborate a proposal for the chronology and phasing of these occupations. We consider this exercise relevant, particularly as a basis for future work.

Key-words: Castro de Alvarelhos; Iron Age; Roman; *CAESAR*; Northwestern Portugal;

Lista de Abreviaturas e Siglas

A. C. F. Silva: Armando Coelho Ferreira da Silva

C. A. F. Almeida: Carlos Alberto Ferreira De Almeida

CIL: *Corpus Inscriptionum Latinorum*

FLUP: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

UM: Universidade do Minho

***CAESAR*:** Castro de Alvarelhos (Trofa) Estudo Científico do Registo Arqueológico

T.S.: *Terra Sigillata*

U.C.: Unidade Curricular

U.E.: Unidade Estratigráfica

Introdução

A presente dissertação corresponde ao documento final de 2º Ciclo (Mestrado) em Arqueologia realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto entre os anos letivos de 2020/21 e 2021/22. A sua elaboração decorre de projetos realizados no âmbito das unidades curriculares (U.C.'s) do primeiro e segundo semestres do 1º ano de *Seminário de Projeto I* e *Seminário de Projeto II*, respetivamente, e corresponde ao documento de avaliação final da unidade curricular anual *Dissertação*. As U.C.'s referidas e o texto agora apresentado foram realizadas sob a orientação dos Professores Rui Morais e Daniela Ferreira. Consideramos também pertinente referir que muitas das temáticas ligadas ao estudo do Castro de Alvarelhos (na sua generalidade) foram abordadas no âmbito da realização de outros projetos de avaliação associados a unidades curriculares ou em pequenas apresentações de âmbito académico.

A escolha do caso de estudo para a dissertação final de mestrado decorreu da participação ativa do autor na campanha de escavação arqueológica de 2020 no Castro de Alvarelhos como membro da equipa de voluntários. Durante a realização da referida intervenção, o interesse pelas problemáticas inerentes ao estudo do arqueossítio foi sempre apoiado e fomentado por toda a equipa técnica e científica que compõe o projeto em que as escavações se inseriram. Durante a primeira campanha foi possível participar nos trabalhos de escavação das várias sondagens abertas no ano de 2020. No verão seguinte (2021), optou-se por um estudo focado na sondagem *CAESAR*.02 (ou simplesmente Sondagem 02). Trata-se de um espaço circunscrito, mas de grande interesse para o estudo do arqueossítio de Alvarelhos por motivos que esperamos tornar claros no decorrer deste trabalho.

A dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos distintos. O primeiro, *I: Enquadramento Geográfico e Historiográfico,* corresponde a um enquadramento do território entre os rios Leça e Ave. Foram considerados os principais elementos fisiográficos que caracterizam o território estudado (a geomorfologia, o clima e a hidrografia) e que terão desempenhado um importante papel na determinação das modalidades de povoamento adotadas pelas populações que habitaram este território nas épocas proto-histórica e romana. De seguida, avançamos uma breve proposta

historiográfica, procurando sintetizar as linhas de investigação que marcaram o estudo do território sobre o qual nos debruçamos. Refira-se que, em grande medida, a historiografia científica no território do Entre-Leça-e-Ave acompanha os desenvolvimentos que marcaram o noroeste português, região na qual se insere.

O segundo capítulo deste trabalho, *II: Povoamento entre o Leça e o Ave*, corresponde à análise das modalidades de povoamento no espaço estudado durante a Idade do Ferro e o período de ocupação romana, dividida em duas secções correspondentes aos respetivos blocos cronológicos. Consideramos adequado realizar uma síntese das principais problemáticas associada ao estudo arqueológico à escala regional. Apresentamos assim uma síntese dos principais fenómenos sociais, políticos e económicos que definiram e caracterizaram o povoamento e exploração dos recursos deste território. De seguida, foram identificados e descritos sumariamente povoados específicos considerados relevantes. Procuramos tentar entender como se relacionariam estes núcleos e verificar se existem padrões reconhecíveis, traçando assim um quadro da malha de povoamento no território onde se insere o Castro de Alvarelhos, enquadrando-o nas grandes problemáticas de povoamento e exploração territorial.

O terceiro capítulo, *III: Estação Arqueológica – Castro de Alvarelhos*, corresponde a uma apresentação do Projeto *CAESAR*. Consideramos a realização de um enquadramento do projeto relevante por estar na origem dos dados produzidos e utilizados durante a elaboração da presente dissertação. Esta apresentação é antecedida de uma breve síntese da longa e complexa história dos estudos deste arqueossítio.

No quarto capítulo deste trabalho, *IV: Sondagem 02*, debruçamo-nos sobre o nosso caso de estudo propriamente dito, a sondagem *CAESAR*.02, ou simplesmente Sondagem 02. Analisamos o espólio arqueológico recolhido nesta sondagem, devidamente contextualizado, e segundo uma metodologia adequada ao presente caso, devidamente explicada. De seguida apresentamos os dados decorrentes do estudo desses mesmos materiais a partir da análise dos principais conjuntos identificados. Finalmente, dedicamo-nos à elaboração de uma proposta de cronologia de ocupação do espaço correspondente à sondagem *CAESAR*.02.

Por fim, em «*Considerações Finais e Problemáticas*» procuramos sintetizar os dados obtidos e apresentar e refletir sobre as principais problemáticas identificadas, contribuindo assim para o melhor conhecimento da ocupação antiga do Castro de Alvarelhos.

I: Enquadramento Geográfico e Historiográfico

I.1: Fisiografia

I.1.1: Geomorfologia

O atual território português ocupa um quinto da área total Península Ibérica com 848 km de comprimento entre os paralelos 42º e 37º de latitude norte e 9°30' a oeste do meridiano de Greenwich, correspondendo a uma faixa vertical atlântica. Uma percentagem considerável deste território é constituída pelo maciço antigo, caracterizado por rochas metamórficas eruptivas (granitos, xistos e quartzitos) (Ribeiro, 1945, p. 65; Dinis, 1993, p. 12; Moreira, 2010, p. 45). Esta condição traduz-se em territórios com relevos de considerável dureza, ricos em cristais de quartzito resistentes à erosão. O restante espaço corresponde a território essencialmente granítico, caracterizado pelas suas falhas e linhas de fratura ocupadas por troços de rio (Ribeiro, 1945, p. 234; Queiroga, 1992, pp.11-13; 2003).

Existe uma clara dicotomia entre o norte-sul, que se deve, entre outros fatores, a características distintas no que diz respeito à geologia e geografia: o norte é montanhoso, com cotas médias elevadas onde se destacam os planaltos das Beiras, de Trás-os-Montes e o Planalto Minhoto, com elevações que chegam a atingir cotas nas ordens dos 1500 m de altitude (Ribeiro, 1945, pp. 59-61).

O espaço limitado a norte e oeste pelo oceano Atlântico, o planalto transmontano a este e o rio douro a sul constitui uma unidade própria que tipicamente se denomina de Noroeste Português. É caracterizado por um relevo acidentado a ocidente, onde predominam as rochas cristalinas (Soares et al., 2011, pp. 21-22). Morfologicamente, este território assume a forma de um anfiteatro natural, particularmente nas zonas litorais do Douro e Minho (Ribeiro, 1945, pp. 65-66; Pinho, 2009, p. 19).

O território entre o Leça e o Ave[1], enquadrado no Noroeste peninsular, compreende uma extensão de 339, 206 km^2, localizada entre os paralelos 8° 23' 50'' e 8° 43' 40'' de longitude oeste e 41º 07' 20'' e 41º 22' 10'' de latitude norte. Trata-se de um espaço heterogéneo. Os seus limites são definidos a norte pelo rio Ave e a sul pelo rio Leça, a

[1] Apresentamos cartografia relevante para a caracterização geomorfológica que se nos próximos parágrafos na Estampa I;

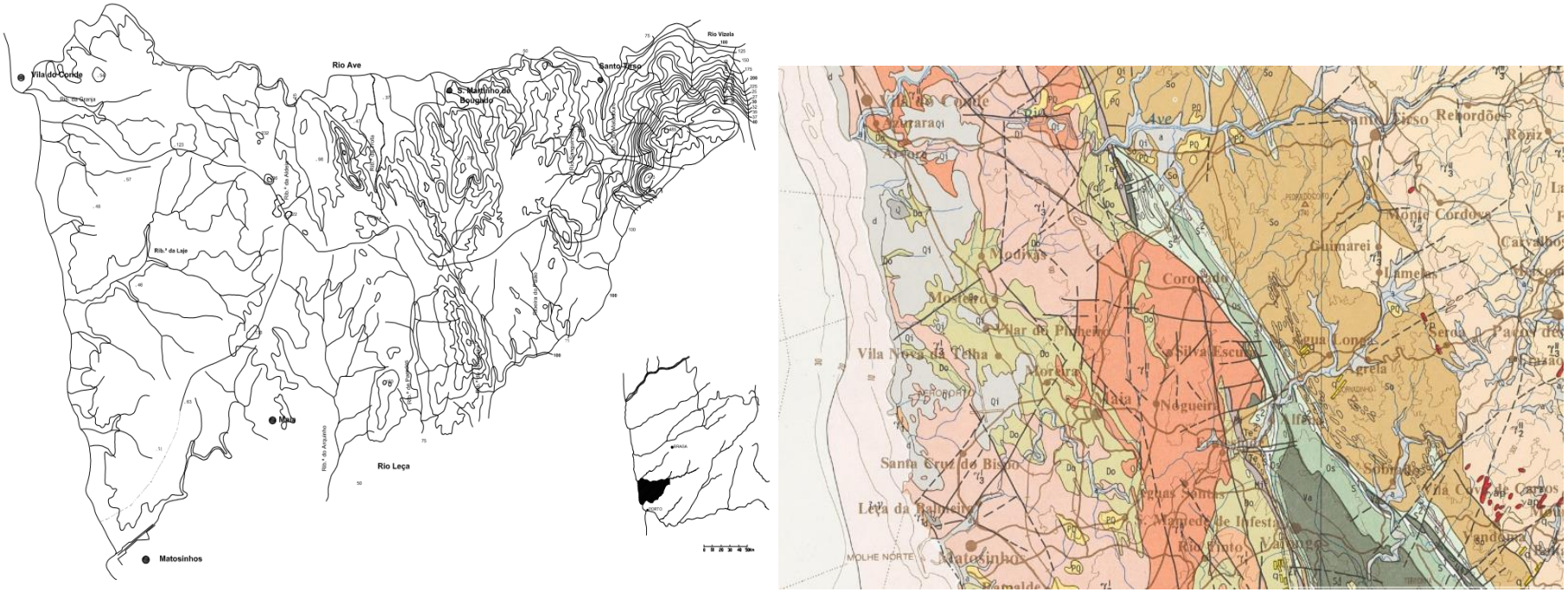
ocidente pelo Atlântico e a oriente pela Ribeira de S. Tomé de Negrelos. Segundo a Carta Regional do Norte de Portugal, o território em estudo pode ser dividido entre o Espaço de Litoral, uma vasta faixa de abrasão marítima limitada a oriente pela Serra da Agrela e Serra de Valongo, com 40/50 metros de espessura que se prolonga até às colinas quartzíticas a oriente, e o Espaço de Montanha, que se associa a depressões mais vigorosas, separados pela Serra de Monte Córdova, o primeiro acidente orográfico a ocidente que influencia as condições climáticas e geomorfológicas (Pinho, 2009, pp. 19-20; Moreira, 2010, p. 48)

A nível geomorfológico, este espaço implanta-se sobre dois modelados: o modelado granítico e o modelado xistoso (Queiroga, 1992; 2003; Moreira, 2010, p. 48). Ambos são nitidamente condicionados por fatores geológicos, biológicos e climáticos e em nenhum deles se verificam fenómenos de rejuvenescimento ou acidentes tectónicos. A principal condicionante digna de destaque é a ação humana, preponderante na alteração do curso do desenvolvimento geomorfológico, especificamente no que diz respeito à destruição das formas pré-existentes (Pinho, 2009, pp. 19-20; Moreira, 2010, p. 48).

I.1.2: Clima

O clima é a condicionante de excelência pelas restrições diretas que coloca sobre o homem, bem como os solos e a geomorfologia do território. Portugal localiza-se nas latitudes temperadas do hemisfério norte, onde integra o Reino Holárctico, à semelhança do resto da europa. Do ponto de vista climático, há uma clara divisão entre duas regiões distintas: a Região Eurosiberiana, onde se enquadraria o Noroeste português, e a Região Mediterrânica (Costa et al., 1998, p. 10; Aguiar et al., 2008, p. 41).

No território de Entre-Leça-e-Ave, a temperatura média anual ronda os 14°C, sendo a temperatura mínima média no litoral de 10°C. na costa e de 8°C. no interior. Os valores médios de precipitação variam entre os 1600mm e 1200mm por m^2, resultando numa humidade relativa anual de 85% na orla costeira e 75% no interior durante as 9 horas do dia (Ribeiro, 1945, pp. 57, 153-155; Dinis, 1993, pp. 17-20; Moreira, 2010, pp. 46-47). Habitualmente, entre o Douro e Ave, não se regista geada (Ribeiro, 1945; Dinis, 1993, pp. 17-20; Moreira, 2010, pp. 46-47). A nebulosidade média anual ronda os 0,5/0,6% e o valor de insolação os 55%, resultando numa evaporação anual inferior aos 1000mm e evapotranspiração superior aos 700mm. Como resultado, temos um clima húmido na



ESBOÇO TOPOGRÁFICO SIMPLIFICADO DO TERRITÓRIO ENTRE-LEÇA-E-AVE (MOREIRA, 2010, P. ESTAMPA VIII) E EXCERTO DA CARTA GEOLÓGICA DE PORTUGAL - ESCALA 1/200 000 -FOLHA 1 (1989) DISPONÍVEL ONLINE EM GEOPORTAL.LNEG.PT;

| Estampa I

faixa litoral e muito húmido no interior (Ribeiro, 1945, pp. 156-157; Dinis, 1993, pp. 17-20; Morais, 2005; Pinho, 2009, p. 21; Moreira, 2010, pp. 46-47). Assim sendo, o Noroeste português é um território de clima temperado (ou CFA na escala Köppen), com uma reduzida amplitude térmica como resultado da intensa influência Atlântica, com verões quentes, sem seca (Barceló & Nunes, 2011, p. 17).

A cobertura vegetal, genericamente abundante, é dominada por bosques de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) e carvalho negral (*Q. pyrenaica*), ricos em espécies de flora atlântica como tojos (*Ulex europaeus*, *U. minor*, *U. micranthus* e *U. galli*) e urzes (*Erica ciliaris*, *E. cinerea* e *Daboecia cantabrica*), vidoeiros (*Betula pubescens* subsp. *celtiberica*), faias (*Fagus sylvatica*) e bordos (*Acer* spp.) (Ribeiro, 1945, pp. 155-156, 221-224; Dinis, 1993, p. 22; Costa et al., 1998, pp. 10-11; Morais, 2005, p. 29; Aguiar et al., 2008, p. 42).

I.1.3: Rede Hidrográfica

A bacia hidrográfica presente no território estudado é constituída pelos rios Ave e Leça, que delimitam o espaço a norte e a sul respetivamente. Estes rios, e os seus afluentes, formam um sistema de drenagem em três sentidos: para o Leça, para o Ave e diretamente para o oceano.

O Ave, com uma bacia de 1390 km^2, flui de nordeste para sudoeste (orientação típica dos rios do Noroeste peninsular) ao longo de 94 km. A sua nascente está situada na freguesia de S. Estevão de Castelões, Vieira do Minho, na Serra da Cabreira, a uma cota que ronda os a 1200m de altitude. Daí parte até Santo Tirso, onde curva até Touguinhó para confluir com o rio Este e voltar ao seu percurso original em direção ao Atlântico. Finalmente, desagua entre Vila do Conde e Azurara (Dinis, 1993, p. 20; Strutt et al., 2000; Pinho, 2009, p. 22; Moreira, 2010, p. 48). Tem como principais afluentes os rios Este, Pele e Pelhe na sua margem direita[2] (norte) e os rios Selho e Vizela e as Ribeiras de Sedões e de Aldeia, na sua margem esquerda ou sul (Dinis, 1993, p. 21; Pinho, 2009, p. 22; Moreira, 2010, pp. 48-49). É um corpo hidrográfico bastante assimétrico com maior

[2] Importa ainda referir que na margem direita do rio, na localidade das Caldas da Taipa, existe uma fonte de águas termais que brotam à superfície entre graníticos grosseiros porfiroides, possivelmente conhecida desde o período romano, dado que nas suas proximidades foram encontrados registos de ocupação romana, especificamente banhos (Dinis, 1993, p. 21);

desenvolvimento na sua margem norte. A bacia do rio Ave desenvolve-se entre granitos hercínios durante o seu percurso inicial e médio até entrar contato com xistos grauvaques ordovícios e pós-ordovícios no seu percurso médio e final (Strutt et al., 2000; Moreira, 2010, p. 49). O resultado é a formação de terraços fluviais entre Santiago de Bougado, Trofa, Retorta e Vila do Conde a partir da deposição de seixos rolados por aluvião, que contrastam com os depósitos de aluvião mais recentes formados por lodos e depósitos argilosos que caracterizam os seus afluentes (Dinis, 1993, pp. 12-13; Moreira, 2010, p. 49). O Ave possui um caudal irregular que acompanha a precipitação anual, resultando em estiagens cíclicas durante os meses quentes (Agosto e Setembro) e cheias frequentes em Janeiro (Moreira, 2010, p. 49).

Os rios Leça, em conjunto com as ribeiras do Arquinho, Leandro, Junqueira e Pisão na sua margem direita ou norte, formam uma bacia hidrográfica de 190 km^2 assente essencialmente sobre xistos-grauváquicos (Moreira, 2010, pp. 50-51, Soares et al., 2011, p. 31). Este corpo hidrográfico nasce no Lugar do Redondo, em Monte Córdova, Santo Tirso, a 475m de altitude e desagua no atlântico entre Leça e Matosinhos (Moreira, 2010, p. 50) após percorrer 45 km (Soares et al., 2011, p. 31). Apesar de apresentar uma bacia hidrográfica de menor extensão, quando comparado com o rio Ave, o rio Leça apresenta um caudal forte devido ao declive do seu percurso. Os terraços deste rio são caracterizados por ariais ricos em seixos rolados ou depósitos de lodos e argilas (Soares et al., 2011, p. 31). O declive acentuado do percurso do rio, associado a um substrato bastante impermeável resultam em cheias intensas nos espaços de estrangulamento desta linha de água face a episódios de chuvas intensas (Soares et al., 2011, p. 31). A toponímia deste rio, a par da sua história, compõe uma problemática algo controversa: na documentação medieval o Leça surge como *Letia*, *Laetia* e *Leza*, com a exceção da Epistola de *Expugnatione Olisiponis*, onde Osberno, à semelhança de Plínio, o denomina de *Leticia* (Moreira, 2010, p. 51). Alguns autores defendem a possibilidade de se tratar do rio *Lethes*, corpo hidrográfico canonizado na literatura clássica pelo celebre episódio ocorrido com as tropas de Décimo Júnio Bruto (Guerra, 1994, p. 159; Morais, 2007, pp. 99-132; Alarcão, 2009/2010; Moreira, 2010, pp. 50-51).

I.2: Historiografia

A história dos estudos sobre o Castro de Alvarelhos ou o território entre os rios Leça e Ave, acompanha de perto a história dos estudos sobre a Idade do Ferro e a romanização do noroeste do atual território português. Considerando o exposto, apresentamos seguidamente uma breve síntese sobre os principais investigadores, obras e problemáticas que abordam ou caracterizam esta região.

Como vários autores constataram, a historiografia da investigação arqueológica no noroeste de Portugal pode ser três grandes momentos marcados por paradigmas sociais e científicos muito próprios. (Martins, 1990, p. 15; Silva, F., 2007, p. 65; Moreira, 2010, p. 24).

O primeiro momento corresponde à transição entre os séculos XIX e XX. Vivia-se o chamado período do Romantismo Europeu, marcado pela busca de identidades comunitárias nacionalistas nas ciências humanas, em resposta às crescentes incertezas espirituais e filosóficas. Este contexto marcou indefinidamente a arqueologia portuguesa e resulta na fundação da Sociedade Martins Sarmento em 1882, assim como do Instituto de Antropologia do Porto em 1911 e a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia em 1918. A par da criação destas instituições e do desenvolvimento de importantes estudos sobre a Idade do Ferro e a romanização da região, destacamos o papel importante desempenhado por figuras locais sem formação em arqueologia que dão a conhecer novos achados, contribuindo decisivamente para o maior conhecimento da história da região (Silva F., 2007, p. 71). Durante este período da história da arqueologia portuguesa, vários investigadores dedicaram especial atenção aos testemunhos epigráficos. Destacam-se os trabalhos de recolha de Martins Capela (1895), que se debruça sobre uma importante série de miliários que apenas conhecemos através das suas transcrições, e Leite de Vasconcelos, em particular na sua vasta obra "*Religiões da Lusitânia*" (1897; 1905; 1913). Nesta obra, o autor regista várias epigrafes, materiais arqueológicos de exceção, achados de superfície e locais de interesse arqueológico, alguns dos quais intervencionados *a posteriori*. Destacamos igualmente os importantes estudos desenvolvidos por Martins Sarmento, particularmente o seu contributo para o *Corpus Inscriptionum Latinorum* (CIL). Na presente dissertação importa referir o estudo do miliário inserido nos alicerces do

Torreão da Quinta do Paiço (CIL II 4736), que constitui a única referencia ao monumento em causa. A estes estudos juntam-se também importantes textos referentes a visitas e intervenções sobre sítios arqueológicos. Contamos ainda com os estudos de Joaquim Fonseca Pedrosa, imortalizado na região como Abade Pedrosa. Esta figura desempenhou um importante papel no estudo e proteção do património. Destacamos o seu vasto *corpus* de correspondência com Sarmento (Lima, 1940, 1940a) e Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1905, pp. 326-327), a sua colaboração com Martins Capela nos seus estudos epigráficos (Capela, 1895, pp. 22, 222; Lima, 1940). Constitui um contributo particularmente importante a identificação do "esconderijo do fundidor" e a salvaguarda do respetivo espólio, designadamente 32 machados de bronze (Lima, 1940a, pp. 199-200).

Esta primeira fase da arqueologia termina na década de 1920 com o estabelecimento de um primeiro modelo interpretativo coerente de sistematização da "cultura castreja". Este modelo, em grande parte derivado da obra de Bosch Gimpera (1921; F. Silva, F., 2007, p. 70) enquadra cronologicamente o "mundo castrejo" na Idade do Ferro Peninsular como uma cultura de tradição pós-hallstática. Como se verifica no restante território, instaura-se uma corrente "historicista" que interpreta a emergência de fenómenos culturais, incluindo a cultura castreja, como consequência de migrações ou invasões indo-europeias e célticas (Almeida, 1973; Tranoy, 1981; Silva, 1986).

O segundo momento dá-se com a transição entre paradigmas científicos e fez-se acompanhar de importantes mudanças também a nível institucional. Se numa fase anterior se estabelecem importantes órgãos de apoio à atividade arqueológica, surgem agora as principais instituições destinadas à regulação da arqueologia portuguesa, particularmente no que respeita à produção documental e às práticas de salvaguarda aplicadas nos museus regionais. Como consequência, generaliza-se a publicação dos dados obtidos em Boletins Culturais e publicações semelhantes obtidos a partir de trabalhos e intervenções mais sistemáticos. Seguiram-se 60 anos marcados pelo incremento de novos e abundantes trabalhos arqueológicos e o surgimento de projetos pioneiros como, por exemplo, o inventário realizado por Pinho Brandão e Fernando Lanhas, em 1960, "*Inventário de Objetos e Lugares de Interesse Arqueológico*", obra que integra parte considerável do território em estudo na alínea 109.4). Estes projetos

surgem associados a nomes incontornáveis como Rui Serpa Pinto (Bacelar, 1984, p. 84) e Carlos Alberto Ferreira de Almeida. É a este que se devem várias obras relevantes para o presente trabalho, entre as quais ainda encontramos algumas que constituem atualmente uma referência no que respeita à sistematização da cerâmica castreja e ao estabelecimento de crono-tipologias baseadas nas formas identificadas durante as várias intervenções que realizou (Almeida, 1974). No que respeita ao território do Entre-Leça-e-Ave destacamos o texto "*A romanização das Terras da Maia*" (1969) pela sua abordagem multidimensional dos processos de transferência cultural entre a administração romana e a população indígena, através das materialidades.

Também Carlos Faya Santarém se destaca como figura proeminente na arqueologia do Noroeste, particularmente em Sto. Tirso, dando conta de importantes achados (Santarém, 1952a, 1956a; 1977), e publicando trabalhos de recolha e estudo de monumentos epigráficos (Santarém, 1952b, 1953, 1956b). Destacamos o seu estudo sobre a epigrafe dedicada pelos Madequisenses. Trata-se de uma peça de grande importância para o estudo dos povos pré-romanos no Noroeste peninsular.

A ocupação pré-romana e romana do território em causa foi ainda o tema de grandes monografias. Destacamos obras como "*A terra da Maia: subsídios para a sua monografia*" da autoria de Agostinho de Azevedo (1939) e "*Lavra: Apontamentos para a sua monografia*" (1943) de António Francisco Ramos. Tratam-se de importantes trabalhos de recolha e síntese do património regional, alguns dos quais desparecidos, sendo apenas conhecidos através destes estudos.

O terceiro momento, compreendido entre as últimas décadas do séc. XX e a atualidade, forma um momento distinto na historiografia arqueológica portuguesa. Trata-se de uma fase de intensificação na atividade arqueológica, particularmente no noroeste peninsular. A unidade de Arqueologia da UM e a FLUP contribuíram para esta tendência, promovendo a realização de novas componentes de campo, em colaboração com diversas Câmaras Municipais e associações locais. O aumento do número de escavações foi acompanhado pela adoção de novas metodologias de campo e investigação.

Destacamos os trabalhos desenvolvidos por Alain Tranoy (1981) e Patrick Le Roux (1982) referentes ao *conventus* bracaraugustano. É nesse âmbito que surgem importantes

estudos que, atualmente, definem a forma como interpretamos e estudamos os fenómenos associados à cultura castreja, a presença romana no Noroeste peninsular, e os processos de transferência cultural verificados, contribuindo para o melhor conhecimento sobre as transformações sociais, económicas, as formas de ocupação e exploração do território e, igualmente, as transformações na cultura material. A primeira obra, e provavelmente a mais relevante, é a tese de doutoramento de Armando Coelho da Silva, intitulada "A *Cultura castreja no noroeste de Portugal*" (Silva, 1986). Trata-se de um dos principais trabalhos de sintetização da cultura castreja, onde se avança uma cronologia evolutiva assente principalmente na presença de elementos forâneos em contextos da Idade do Ferro de diferentes povoados (Silva, 1986, p. 65; 2007, pp. 72-73). Alguns anos mais tarde, Manuela Martins com a obra "*O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso medio do Cávado*" apresenta uma nova proposta de modelos de ocupação e exploração do território durante o período pré romano (Martins, 1990, pp. 206-216). Propõe igualmente uma cronologia evolutiva da cultura castreja, compatível com a anteriormente avançada por Armando Coelho, desenvolvendo ainda várias intervenções e estudos de âmbito geográfico mais circunscrito no território do Entre-Leça-e-Ave, com destaque para a escavação de uma sondagem no Castro do Monte Padrão em Santo Tirso (Martins, 1985; Martins, 1990, p. 113; F. Silva F., 2007, p. 73). Destacamos ainda a importante obra de Jorge de Alarcão, particularmente o trabalho de levantamento, inventariação e análise de um vasto número de vestígios arqueológicos do período romano e pré-romano, intitulado "*Roman Portugal*". Para além deste incontornável estudo, este autor avança igualmente uma proposta para a cronologia da cultura castreja, compatibilizando-a, quando possível, com as avançadas anteriormente (Alarcão, 1988c, p. 43).

É a partir dos alicerces científicos e interpretativos estabelecidos por estes autores que vários projetos universitários se realizam, em particular teses de doutoramento. A tese de doutoramento (1992; 2003) de Francisco Reimão Queiroga, "*War and Castros: New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*" (posteriormente publicada no n.º 1198 da BAR Internacional Series) constitui um ótimo exemplo deste fenómeno: apresenta uma síntese de excelência que reúne grande parte dos dados dos dados já existentes. A estes, acrescentam-se contribuições importantes, como uma relevante

caracterização ambiental e climática do primeiro milênio a.C. e, de particular interesse, a das técnicas construtivas identificadas e das diferentes soluções arquitetónicas.

No que respeita ao estudo do povoamento, um exemplo relevante é o estudo da ocupação da margem esquerda do vale do Ave realizado por Pereira Dinis (1993). Com base nos precedentes estabelecidos nas obras previamente citadas, o autor realiza uma análise evolutiva do povoamento apresentando modelos de exploração e hierarquização durante o período proto-histórico. Helena Carvalho (2008) realiza um trabalho semelhante na sua obra de doutoramento, onde considera uma área mais vasta, correspondente a todo o *conventus* bracaraugustano. Trata-se do principal trabalho académico no que respeita à organização e hierarquização do povoamento antes e após a incorporação no sistema administrativo romano. O espectro e escala deste trabalho permitem uma leitura abrangente dos fenómenos relevantes para o entendimento das mudanças nos padrões de povoamento e exploração dos territórios que compõem a unidade conventual. Álvaro Brito Moreira, figura proeminente na arqueologia de Santo Tirso, em particular no que respeita ao estudo dos monumentos epigráficos (Moreira, 1992b) e dos arqueossítios do Castro do Monte Padrão (Moreira, 1992a, 1997a) e do Castro de Alvarelhos (Moreira, 1992a, 1997b), realiza uma importante síntese da malha de povoamento de sítios arqueológicos na sua tese de doutoramento, "*Castellum Madiae: formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário" no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave"* (Moreira, 2010). Finalmente, destacamos dois trabalhos realizados por Manuel de Pinho (2009; 2011) relativos ao povoamento rural no rio Ave durante o I milénio a.C., particularmente a sua análise de possíveis territórios de exploração dos povoados que compõem a malha de povoamento do território em análise.

Dão-se também importantes passos na caracterização socioeconómica do *conventus* bracaraugustano, com particular enforque no estudo socioeconómico por via da realização de importantes estudos numismáticos. Neste contexto, destacamos a tese de doutoramento de Rui M. Sobral Centeno, intitulada "*Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*" (Centeno, 1987), trabalho essencial para a o estudo da circulação e análise do espólio monetário no registo arqueológico do território estudado, particularmente no que respeita à introdução da moeda e a economia durante o período

alto-imperial romano. Também no ramo da economia, numa abordagem centrada em torno dos mercados, rotas e eixos de circulação espólio cerâmico, os vários trabalhos de análise e interpretação de Rui Morais sobre o território Bracaraugustano no período alto-imperial (Morais, 1998, 2007, 2020a, 2020b) constituem um importante *corpus* bibliográfico neste âmbito. A sua dissertação de doutoramento (Morais, 2005) é uma obra incontornável, tratando-se do principal trabalho de sintetização do registo arqueológico, imprescindível para o estudo do paradigma socioeconómico no espaço bracaraugustano. Em colaboração com Manuela Delgado, elaboram um importante trabalho de sistematização das formas identificadas nas produções bracarenses (Delgado & Morais, 2009).

Estes estudos de povoamento e caracterização económica são acompanhados de avanços no conhecimento epigráfico na região. Simultaneamente, surgem trabalhos de estudo e síntese em torno da epigrafia latina, essenciais para o estudo do território. A principal obra de referência neste âmbito é, sem dúvida, o levantamento da rede viária romana em Portugal realizado por Vasco Mantas (2012a). Trata-se de uma obra de consulta obrigatória para o estudo dos fenómenos de estruturação do tecido viário do território atualmente português. O mesmo autor elabora uma série de trabalhos posteriores dedicados ao estudo da implementação viária romana do território entre-Leça-e-Ave (Mantas, 2000, 2008/2009a, 2015). Ainda no que diz respeito à epigrafia viária romana, o trabalho publicado em 2004 por Rodríguez Colmenero, Santiago Ferrer Sierra e Ruben D. Alvarez Asorey, "*Miliarios e Outras Inscricións Viarias Romanas do Noroeste Hispánico (Conventos Bracarense, Lucense e Asturicense)*" constitui uma importante obra de levantamento, catalogação e análise dos documentos miliários.

Por fim, relativamente aos estudos epigráficos, sublinhamos a importância da tese de doutoramento "*A Cultura Epigráfica no Conventus Bracaravgvstanus (Pars Occidentalis): Percursos Pela Sociedade Brácara Da Época Romana*" da autoria de Armando Redentor (2011a, 2011b). Trata-se de um trabalho de levantamento e síntese incontornável para o estudo da epigrafia do Noroeste, particularmente no que respeita à apresentação de propostas de datação de vários monumentos. Também o estudo referente à epigrafia votiva realizado por Raquel de Morais Soutelo Gomes (2015) constitui uma obra chave para o melhor conhecimento da epigrafia no Noroeste peninsular.

Também para lá da fronteira portuguesa se fizeram importantes avanços no que respeita o desenvolvimento do conhecimento sobre a cultura castreja. De particular interesse é a área da Galiza, que, em conjunto com o interior do país, constitui um espaço com problemáticas próprias, desenvolvidas ao longo das últimas décadas. Muito do *corpus* bibliográfico na génese das questões que ocupam os investigadores que se debruçam sobre este espaço é o mesmo que temos vindo a referir, a que se acrescenta a obra de Josefa Rey Castiñeira (1990-1991; 1991), figura de enorme protagonismo no estabelecimento de uma tipologia da cerâmica castreja no espaço galego. Assim sendo, não parece existir uma diferenciação irreconciliável entre as interpretações relativamente à cultura castreja de litoral de interior. No entanto, a partir da segunda metade da década de 80, vários estudos sobre as soluções de povoamento no interior, importantes na expansão do conhecimento sobre a Idade do Ferro no Noroeste Peninsular, puseram em causa as conceções previamente aceites relativamente aos vários processos históricos e culturais de transformação social e cultural durante o último milénio a.C., particularmente quanto ao impacto da presença romana no povoamento castrejo de interior. Entre estes trabalhos, as obras de Francisco Sande Lemos (2003), Manuela Martins (1990) e Maria Dolores Fernández-Posse e Francisco Javier Sánchez-Palencia (2000, 2018) foram fundamentais para o estabelecimento de uma linha interpretativa coerente em espaços tipicamente marginais (Refojos, 2019, pp. 15-17).

O estabelecimento destas propostas não foi isento de problematização. Se assumirmos a existência de realidades distintas na malha social e cultural que caracterizou a cultura castreja, devemos também considerar que não é adequado aplicar estes pressupostos a todo o Noroeste Peninsular. O resultado é uma perspetiva regionalizada da Idade do Ferro, sujeita a transformações profundas na presença do poder imperial romano de forma heterogénea e arrítmica (Refojos, 2019, pp. 15-17). A natureza contrastante desta possibilidade com a caracterização da cultura castreja como um fenómeno muito próprio associado a um geográfico e período cronológico muito específicos, foi intensamente problematizada por Antonio de la Peña Santos (1992) e mais recentemente Brais Xosé Currás Refojos (2019). Esta aparente regionalização deverá então estar associada exclusivamente ao resultado da presença romana no Noroeste

Peninsular a partir do séc. II a.C. como fator de diferenciação a uma escala regional, mas não é correspondente a uma fragmentação da realidade social da Idade do Ferro (Refojos, 2019, p. 17). Nesse âmbito, o livro *Las Sociedades de los Castros entre la Edad del Hierro y la Dominación de Roma. Estudio del Paisage del Baixo Miño* (2019) de Brais Xosé Currás Refojos constitui um trabalho de síntese entre as narrativas estabelecidas nos espaços de litoral atlântico e de interior. Constitui também a proposta mais significativa de uma organização social indígena alternativa, focada em torno de questões demográficas, com impacto na própria malha de povoamento (2019, pp. 557-562).

Esta breve síntese dos estudos realizados no Noroeste Peninsular procura enquadrar a historiografia do Castro de Alvarelhos, apresentada no capítulo III: 1, onde se documentam as principais intervenções realizadas e os estudos desenvolvidos sobre este arqueossítio.

II: Povoamento entre o Leça e o Ave

Neste capítulo, focamos a nossa análise no povoamento pré-romano e romano no território entre os rios Leça e Ave. Os dados apresentados resultam de um trabalho de análise teórica a partir da literatura conhecida. Nesta análise sintetizaram-se os padrões de povoamento entre o I milénio a.C. e ocupação romana do território.

II.1: Ocupação Proto-Histórica

Os estudos realizados nas duas últimas décadas do séc. XX permitiram constatar que os fenómenos de povoamento do Noroeste durante o I milénio a.C. não constituem uma realidade homogénea como faria supor o termo "cultura castreja". A ocupação deste território foi marcada por profundas variações regionais associadas a processos anteriores que remontam à Idade do Bronze no contexto do surgimento dos primeiros povoados fortificados dos inícios do I milénio a.C. (Alarcão, 1992, p. 42; Bettencourt, 1999; 2000; Carvalho, 2008a, p. 66; Sampaio, 2014). Estas transformações decorrem da construção de um novo tipo de paisagem e implicaram uma relação mais profunda das comunidades com o seu meio envolvente, ocupando-se áreas de acrópole e construindo-se aparelhos defensivos. Estas ações levaram a alterações na orgânica da organização dos povoados (Jorge, 1988, pp. 96-97; Carvalho, 2008a, p. 67), num processo com assimetrias assinaláveis entre os diferentes núcleos. Criam-se povoados fortificados em altura associados à apropriação do espaço e à intensificação das atividades agrícolas, metalúrgicas e comerciais, resultando na hierarquização do espaço (S. d. O. Jorge, 1988, p. 97; Martins, 1990, p. 198; Martins & Jorge, 1992, pp. 356-360; Bettencourt, 2000, p. 143; Carvalho, 2008a, pp. 67-68).

O Bronze Final corresponde a um período de intensificação de alguns destes processos, genericamente dividido em duas fases distintas. Entre c. 1250 e c. 1000 a.C., os povoados com condições defensivas incipientes generalizam-se (Jorge, 1988, p. 98; Carvalho, 2008a, p. 70). Entre outros aspetos, constata-se uma circulação mais reduzida dos bronzes de influência atlântica entre os povoados. A presença de determinados tipos de cerâmica (especificamente Cogotas I) em locais como o Monte do Padrão (Santo Tirso) constitui uma aparente interação entre as populações do Norte da Meseta e da fachada atlântica, possivelmente associada aos intercâmbios de bronze (Martins &

Jorge, 1992, p. 356). Internamente, verifica-se um aumento da capacidade de armazenamento de produtos de consumo básico, associados a uma especialização agro-silvo-pastoril. Esta aumento na capacidade de armazenamento parece orientado no sentido de garantir o abastecimento das unidades habitacionais, procurando a autossuficiência dos núcleos e consolidando uma estrutura social hierarquizada. Esta hierarquização é apreciável nos enterramentos com sepulturas planas de inumação individual abertas no solo ou em cistas (Martins & Jorge, 1992, pp. 353-356). Entre c. 1000/900 e c. 700 a.C. (ou fase IA da Cultura Castreja de A. C. F. Silva) verifica-se o estabelecimento definitivo de hierarquias verticais assentes no controlo dos bens de subsistência e eixos de circulação. A par da ocupação dos núcleos abertos, surgem os primeiros povoados muralhados associados a uma lógica de implantação hierarquizada. Estes novos povoados centralizam o controlo da produção, da circulação de artefactos metálicos e a redistribuição de bens de consumo básico, incluindo produtos agrícolas. Paralelamente, o registo arqueológico aponta para um aumento da produção de artefactos metálicos, intensamente marcados por tradições mediterrânicas, no registo arqueológico. Os objetos de adorno em bronze, particularmente bem documentados no Vale do Ave, têm sido associados ao aparecimento dos chamados "regimes de chefia" documentados nestes povoados centrais (Silva, 1986; Martins, 1990, p. 137; 202; Alarcão, 1992, pp. 44-52; Martins & Jorge, 1992, p. 356; Carvalho, 2008a, p. 70). Este cenário é indicativo de uma malha de povoados hierarquizados que atuam como centros produtores intermediários, com assinaláveis desigualdades entre si, resultando num clima de instabilidade sociopolítica e, provavelmente, justificando as preocupações defensivas que viriam a caracterizar a arquitetura castreja (Alarcão, 1992, pp. 44-47; Martins & Jorge, 1992, p. 358). Dito isto, a conceção de uma aparente ocupação hierarquizada não é consensual: Brais Xosé Currás Refojos (2019) defende que, no que respeita a ocupação do Baixo Minho, a malha de povoamento neste território formou-se por via da multiplicação de povoados equidistantes, não hierarquizados e em constante contraposição entre comunidades equivalentes. O plano político consistia numa série de relações sociopolíticas positivas ou negativas entre unidades políticas autónomas (castros) que se contrapunham entre si por via do antagonismo mútuo. Dito isto, se bem que era garantida a individualização destas comunidades autossuficientes, seria errôneo assumir que não se relacionavam através de intercâmbios e circulação de

materiais. De facto, parte do seu relacionamento individualista criava entre si uma orgânica em constante mutação, em que a relação intercomunitária e multidimensional podia também ser positiva, como sugerem os atos de rito social como banquetes (*ibidem,* pp. 457-459).

Na transição entre o Bronze Final e a Idade do Ferro, entre os séculos VII e V a.C. (Fase IB de A.C.F. Silva), documenta-se uma nova retração dos objetos metálicos no Noroeste Peninsular. As produções metalúrgicas no registo arqueológico reduzem-se exponencialmente, estando apenas registados pontuais artefactos de bronze e exclusivamente objetos de adorno em ferro (com fortes influências sul-peninsulares) (Silva, 1986, pp. 33-35; Martins, 1990, p. 189; Alarcão, 1992; Martins & Jorge, 1992, pp. 361-363). Apesar da escassez de metais neste período, atinge-se um novo auge técnico na metalurgia do bronze. As produções identificadas apresentam uma forte influência oriental mediterrânica resultante do comércio de cabotagem (Silva, 1986, pp. 33-35). Também a ourivesaria é marcada pelas influências técnicas, estilísticas e morfológicas, desta vez de origem tartéssia e indo-europeia, particularmente no que respeita a presença de decorações em punção e estampilhagem (presentes, por exemplo, nos torques e, genericamente, na cerâmica) (Silva, 1986, pp. 121, 232-239; Martins & Jorge, 1992, pp. 361-363). No entanto, na generalidade, assiste-se a uma redução dos intercâmbios a grande distância (Martins, 1990, p. 189; Alarcão, 1992, p. 52; Martins, 1996, pp. 126-127; Bettencourt, 1999, pp. 50-51; Carvalho, 2008a, p. 71). Estas influências surgem exclusivamente associadas aos bens de prestígio e não parecem ter-se generalizado com reflexos palpáveis nos hábitos do quotidiano. Sente-se uma ausência de novidades técnicas na orgânica de povoamento, que se reflete na manutenção da organização e da arquitetura dos habitats (Martins & Jorge, 1992, pp. 363-364). Poderíamos até falar numa redução das soluções de povoamento, atendendo ao abandono dos povoados abertos e dos povoados fortificados de vale, provavelmente como resultado das alterações climáticas e a consequente degradação das zonas férteis de montanha onde se praticavam explorações intensivas (Martins & Jorge, 1992, p. 172) e do encerramento dos corredores de circulação da Idade do Bronze. Este paradigma é indicativo de uma degradação económica regional generalizada com inevitáveis repercussões sociais, nomeadamente no isolamento económico de alguns povoados

(Martins & Jorge, 1992, pp. 363-364). Estes fatores justificaram a necessidade de reorganizar a paisagem humanizada e diversificar os recursos alimentares, adotando-se uma economia agro-silvo-pastoril, e a criação de povoados fortificados de altura com maior concentração populacional nas bacias dos principais corpos hidrográficos (Martins, 1990, pp. 200-201).

A transição entre os séculos. V/IV e o séc. II a.C. (Fase IIA de A.C.F. Silva) está associada a um movimento migratório de Túrdulos e Celtas na região, apesar da cronologia especifica deste evento não ser precisa[3]. Independentemente desta problemática, podemos fazer uma breve caracterização desta fase. Verifica-se alguma continuidade da cultura material que marcou as fases anteriores, em particular no repertório reduzido das formas cerâmicas - sugerindo uma fase de autossuficiência associado ao isolacionismo e a um fabrico muito próprio, caracterizado pela elevada concentração de micas nas cerâmicas a uma escala muito considerável (Martins & Jorge, 1992, p. 365; Refojos, 2019, p. 460) e pela escassez de metais. Se quantitativamente não se verifica uma intensificação artefactos metálicos no registo arqueológico, podemos, no entanto, observar grandes avanços técnicos. Os exemplares de ourivesaria identificados na fachada litoral atlântica são marcados pelas influências mediterrânicas púnico-gregas. Os torques são particularmente indicativos deste fenómeno: surgem formas compósitas fabricadas com recurso a metalurgia de placas e solda. Verifica-se também a adoção das técnicas de granulado e da filigrana. Estas influências parecem continuar restritas à esfera das elites, julgando pela ausência de grandes alterações no quotidiano populacional (Silva, 1986, pp. 42-43, 234; Alarcão, 1992; Martins & Jorge, 1992, pp. 52-54). A economia desta fase parece assente na caça, pesca, recoleção e pastorícia, atividades que não favorecem a acumulação percetível de riqueza. As atividades agrícolas – ainda que fundamentais numa economia de subsistência – não são tão expressivas como nas fases anteriores (como sugere a ausência de mós no registo arqueológico).

[3] A. C. F. Silva situa estas invasões numa data próxima de 500 a.C. (1986, p. 37), enquanto Jorge de Alarcão – baseando-se nos textos de Estrabão - aponta para o final do século III a.C. apoiando-se na presença púnica para justificar estes movimentos (1992, pp. 53-54). Por sua vez C. A. F. Almeida afasta-se destas invasões e aponta antes para a arquitetura doméstica como elemento sugestivo de uma nova fase com características próprias (1983, pp. 70-44; 1986, pp- 161-172);

Entrados no séc. II a.C. (fase III de A.C.F. Silva), há uma enorme mudança no quadro sociopolítico e económico, mas o mais claro é o aumento das interações entre as comunidades a nível regional e inter-regional. Uma perspetiva historiográfica enquadra este momento entre a campanha de Décimo Júnio Bruto, decorrida entre 138 e 136 a.C., e a conquista romana do Noroeste no contexto das Guerras Cantábricas e a fundação das cidades de *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*. (Martins & Jorge, 1992, pp. 365-366; Carvalho, 2008a, pp. 77-81). Como consequência da gradual integração destes territórios na órbita imperial e os consequentes fenómenos de transferência cultural, ocorre uma intensificação económica. O protagonismo do território estudado durante esta fase deveu-se à pacificação precoce do território, permitindo um florescimento económico particular, como sugere a crescente presença o espólio metálico (Martins & Jorge, 1992, p. 366). É um momento de grande desenvolvimento técnico e incremento comercial, com profundas repercussões na rede de povoamento. Assiste-se à reestruturação e à profunda alteração das plantas dos povoados. Os castros que ocupam uma posição dominante relativamente à rede hidrográfica são sujeitos a trabalhos de expansão, tal como os seus aparelhos defensivos que passam a consistir em vários panos de muralha. Surgem arquiteturas domésticas pétreas redondas com aparelho poligonal faceado a pico de ferro (Martins & Jorge, 1992, p. 366; Carvalho, 2008a, pp. 77-78). Alguns castros apresentam nesta fase uma primeira organização urbanística ortogonal com ruas e quarteirões. Nestas soluções as unidades residenciais consistem em núcleos habitacionais centrais com equipamentos anexos delimitados por muros. Esta nova orgânica interna permite uma composição rigorosa com limites claros entre os eixos de circulação e os espaços domésticos. Este "proto urbanismo" reflete a crescente complexidade social com implicações na estrutura das unidades familiares (Silva, 1986, pp. 43-46; Martins & Jorge, 1992, p. 366; Carvalho, 2008a, pp. 78-81). A consolidação deste modelo de povoamento resultou no aparecimento dos grandes povoados, ou *oppida*, do final do I milénio (Sanfins, Briteiros, Stª Luzia, Cividade de Âncora, Romariz, etc.). Parece existir uma hierarquia rígida entre povoados, correspondente a relações verticais de controlo dos núcleos centrais sobre povoados fortificados em zonas baixas ou de vale nas periferias das suas esferas de influença. Estas relações são percetíveis na interdependência entre habitats, particularmente nas áreas de maior exposição ao mundo romano (Silva, 1986, p. 43;

Martins, 1988a, p. 28; Martins, 1990, pp. 205-206; Alarcão, 1992, p. 56; Martins & Jorge, 1992, p. 366; Carvalho, 2008a, pp. 78-80). Alternativamente, no seguimento da proposta referida previamente, avançada por Brais Xosé Currás Refojos (2019), a introdução de relações mais complexas e hierarquizadas por parte do poder romano desde o séc. II é ainda mais intensa, atribuindo-lhes a total responsabilidade pela presença de uma organização social hierarquizada. O autor defende que até ao séc. II, quaisquer formas de diferenciação social se devem a fatores internos e demográficos (idade e género) e não numa exclusão do acesso aos meios de exploração dos recursos (2019, p. 459). Esta possibilidade não é de todo chocante ou exclusiva do território estudado pelo autor: na Citânia de Briteiros (particularmente relevante devido à sua proximidade do território estudado), foi identificada uma estrutura de características especificas (implantação periférica mas de topograficamente favorável em relação ao restante povoado, dimensões, clara distinção das restantes estruturas habitacionais e a presença de um banco em associação à parede interior), que levaram vários autores a falar num espaço de concilio (Tranoy, 1981, p. 146; Silva, 1986, pp. 53, 285-286; 2007; Queiroga, 1982, pp. 26-27; 2003). É consensual que este tipo de solução foi adotado durante o período flávio, na sequência de uma abertura do espaço político a um número superior de participantes de origem indígena (*ibidem*), no entanto, esta nova proposta justifica que repensemos a cronologia deste tipo de estrutura. De facto, Refojo (2019) sugere que é o poder romano que introduz chefias e estruturas hierarquizadas quando apresenta o conceito de acesso diferenciado aos meios e recursos. Este processo alterou irreversivelmente a orgânica do povoamento pré-romano, que teoricamente se apresentava mais heterogéneo e igualitário (*ibidem*, p. 459) e atinge o seu auge com a imposição do esquema provincial romano por Augusto com o final das Guerras Cantábricas (*ibidem*, pp. 460-461).

Esta diversidade na natureza dos povoados e o seu grau de desenvolvimento à escala local e regional está intrinsecamente ligada aos contatos com o mundo romano. A crescente presença latina condicionou o seu ritmo de desenvolvimento e grau de integração anterior à ocupação, com forte predisposição para contatos com o sul romanizado na sequência do final das Guerras Púnicas (Silva, 1986, pp. 39-42; Martins et al., 2005, p. 260; Morais, 2005, pp. 88-91; Carvalho, 2008a, pp. 81-83; Refojos, 2019,

pp. 461-462). O registo arqueológico, particularmente após a incursão de Marco Júnio Bruto, é rico em materiais importados e numismas datáveis do período tardo-republicano. Seguiram-se outras três campanhas, destacando-se a de Públio Crasso com o objetivo de abrir uma rota comercial (Alarcão, 1974, pp. 35-48; Tranoy, 1981, pp. 35-48; Alarcão, 1988a, p. 26; Carvalho, 2008a, pp. 82-83). A intensificação da presença de materiais romanos nos castros litorais ao longo do I a.C. atesta a uma continuidade nas relações comercias após as incursões de Júnio Bruto e Públio Crasso, sugerindo uma pacificação incipiente no Noroeste Peninsular (Alarcão, 1974, p. 37; Silva, 1986, p. 43; Alarcão, 1988a, p. 26; Carvalho, 2008a, pp. 83-84).

Apesar da aparente intensidade dos contatos com o mundo romano desde relativamente cedo, só durante o reinado de Augusto, a partir de 19 a.C. com o final das Guerras Cantábricas, é que o Noroeste Peninsular integra o território provincial do império. Durante o séc. I foi possível impor um plano de estruturação administrativa dos novos territórios (Carvalho, 2008a, p. 85; Refojos, 2019, pp. 461-462). Esta estruturação definitiva da península ibérica passou pela divisão do território na província senatorial da Bética e nas províncias imperiais Tarraconense e Lusitana, por sua vez subdivididas em respetivos *conventus* (Alarcão, 1995-96, p. 25). Esta solução administrativa assenta na rede de comunicações, garantindo a ligação entre núcleos urbanos e a urbanização do território (Alarcão, 1974, p. 49; Carvalho, 2008a, pp. 84-85; Refojos, 2019, p. 462) num processo gradual, com intensidades distintas consoante a região. Jorge de Alarcão correlaciona a demarcação de civitates no Noroeste com a expansão viária, percetível através dos miliários datáveis do reinado de imperadores Júlio-Claudianos (1974, p. 52). A estes acrescentam-se os *conventi* referidos por Plínio em 70, que aparentam ter surgido durante o governo dos imperadores Flávios (Alarcão, 1974, p. 52; 1995-96, p. 25, Tranoy, 1981, pp. 146-153);

II.1.2: Análise da Distribuição Espacial

Para a realização de uma análise espacial do território em estudo, optamos por seguir uma linha de interpretação que teve como princípio a análise topográfica (Martins, 1990; Dinis, 1993; Almeida, 2003; Carvalho, 2008a; Moreira, 2010; Refojos, 2019). Esta análise não atenta na organização e relação entre os povoados, mas na distinção entre modalidades de implantação adotadas. Apenas foram considerados os povoados com

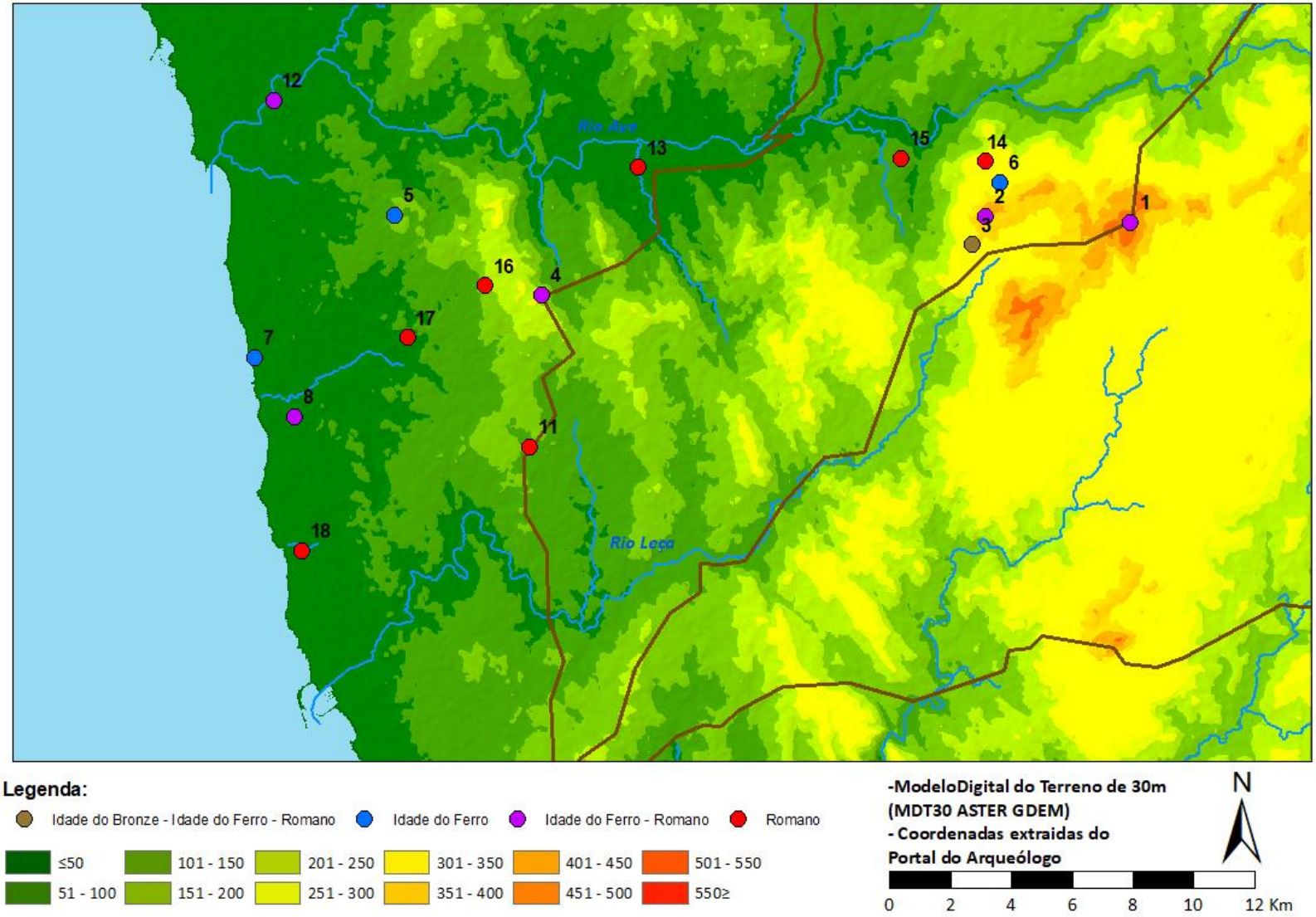
uma ocupação bem estudada e conhecida, excluindo assim achados de superfície ou dispersos, monumentos epigráficos e estações que apresentam arquiteturas ou evidências de ação antropológica sugestivas de alguma modalidade de ocupação humana ainda muito indefinida e pouco estudada. Para essa análise consideramos as categorias utilizadas por Manuela Martins (Martins, 1990, pp. 206-211), que adaptamos para formar os seguintes grupos:

- **Categoria I**: povoados de grandes altitudes (200 - 450 metros) que permitem o claro domínio da paisagem;
- **Categoria II**: povoados em outeiro de altitude média (100 e os 200 metros), com algum destaque na paisagem isentos das condições visibilidade dos primeiros;
- **Categoria III**: povoados de baixa altitude (inferior a 100 metros), situados em zonas de vale;

Para esse fim, no âmbito do presente trabalho, recorremos aos principais trabalhos de inventariação e análise do povoamento no espaço estudado (Alarcão, 1988; Queiroga, 1992; Dinis, 1993; Strutt et al., 2000; Carvalho, 2008b; Pinho, 2009; Sampaio, 2014; Ferreira, 2016, Moreira 2010). Seguem-se os resultados da análise dos dados recolhidos[4].

Os povoados inseridos na Categoria I, da qual faz parte o Castro de Alvarelhos, possuem uma posição de destaque no relevo envolvente. Os trabalhos arqueológicos sugerem que tenham sido sujeitos a intensos processos de desenvolvimento durantes os sécs. II e I a. C. e durante a primeira metade do século I. O registo arqueológico deste período regista importantes trabalhos de requalificação e expansão urbanística e arquitetónica, diversificação dos materiais e um aparente aumento demográfico Esta categoria incluiria, no restante Noroeste, grandes núcleos centrais como a Citânia de Briteiros, Citânia de Sanfins e a Cividade de Bagunte. Tratam-se de importantes núcleos associados a relevos dominantes nas altas ou médias bacias dos rios Minho, Lima, Neiva, Cávado e Ave. Tipicamente, são nestes castros de implantação a quotas elevadas que se

[4] Apresentamos nas Estampas II e III a sistematização dos dados elaborados durante a realização deste estudo numa tabela onde são se apresentam e caracterizam sumariamente os principais povoados que definiram a organização do povoamento entre os rios Leça e Ave (Estampa III), posteriormente adaptados a um suporte cartográfico (Estampa II).



MAPA DOS PRINCIPAIS POVOADOS PRÉ-ROMANOS E ROMANOS IDENTIFICADOS NO TERITÓRIO DO ENTRE-LEÇA-E-AVE

| Estampa II

ID	Nome	CNS	Concelho	Distrito	Lat.	Long.	Alt.	Tipo	Cronologia	Categoria
1	Citânia de Sanfins	6	Paços de Ferreira	Porto	41,32315	-8,38633	570m	Povoado Fortificado	Idade do Ferro - Romano	I
2	Morro da Vela	26286	Santo Tirso	Porto	41,32481	-8,44367	472m	Atalaia	Idade do Ferro - Romano	I
3	Castro do Monte Padrão	792	Santo Tirso	Porto	41,31633	-8,44877	413m	Povoado Fortificado	Idade do Bronze - Idade do Ferro-Romano	I
4	Castro de Alvarelhos	791	Trofa	Porto	41,3008	-8,61788	222m	Povoado Fortificado	Idade do Ferro Romano	I
5	Castro do Boi	3634	Vila do Conde	Porto	41,32431	-8,67575	123m	Povoado Fortificado	Idade do Ferro	II
6	Santa Cruz	3530	Santo Tirso	Porto	41,33473	-8,43775	108m	Povoado Fortificado	Idade do Ferro	II
7	São Paio	3560	Vila do Conde	Porto	41,28182	-8,73044	30m	Povoado Fortificado	Idade do Ferro	III
8	Monte Castro	26247	Matosinhos	Porto	41,26433	-8,71487	20m	Povoado Fortificado	Idade do Ferro - Romano	III
9	Caldas de Vizela	6237	Vizela	Braga	41,37372	-8,31003	0m(N.I.)	Termas	Romano	N.A.
10	Tongobriga	78	Marco de Canaveses	Porto	41,16181	-8,14623	180m	Cidade	Romano	N.A.
11	Terreno da Barca/Sítio da Forca	21623	Maia	Porto	41,25576	-8,62232	0m(N.I)	Vestígios diversos	Romano	N.A.
12	Castro da Retorta	3598	Vila do Conde	Porto	41,35784	-8,72377	40m	Povoado Fortificado	Idade do Ferro - Romano	III
13	Rodrigo Velho	4401	Trofa	Porto	41,33877	-8,57993	0m(N.I.)	Villa/Necrópole	Romano	N.A.
14	São Simão	26274	Santo Tirso	Porto	41,34102	-8,44375	130m	Villa	Romano	N.A.

PRINCIPAIS POVOADOS PRÉ-ROMANOS E ROMANOS IDENTIFICADOS NO TERITÓRIO DO ENTRE-LEÇA-E-AVE

15	Devesa	26328	Santo Tirso	Porto	41,34183	-8,47661	61m	Villa	Romano	N.A.
16	Paiço	20860	Vila do Conde	Porto	41,3034	-8,63999	159m	Villa	Romano	N.A.
17	Santa Maria de Vilar	26435	Vila do Conde	Porto	41,28796	-8,67043	55m	Villa	Romano	N.A.
18	Fontão	1143	Matosinhos	Porto	41,22473	-8,71153	0m(N.I.)	Villa/Vestígios diversos	Romano	N.A.
19	Monte dos Saltos/Portos	15343	Santo Tirso	Porto	41,35648	-8,45446	75m	Villa	Romano	N.A.

identificam os aparelhos defensivos mais extensos, com vários de pano de muralha (3/4 linhas de muralha) (Carvalho, 2008a, pp. 166-168). No espaço estudado identificamos o Morro da Vela em Monte Córdova, a 472 metros de altitude e o Castro do Monte Padrão em Santo Tirso, a 413m de altitude, para além do Castro de Alvarelhos, a uma altitude de 222m.

O Morro da Vela implanta-se sobre um dos contrafortes ocidentais da serra de Monte Córdova, num local sem aptidão agrícola. Ocupa um espaço de particular destaque na geografia envolvente, com um espaço área de controlo visual entre 30 a 40 km de diâmetro. É uma estação pouco estudada~~,~~ dificultando a sua caracterização. No entanto, os dados disponíveis, especialmente a aparente ausência de um aparelho defensivo, apontam para uma ocupação episódica da estação, associada a uma exploração esporádica deste território (Moreira, 2010, p. 75).

O Castro do Monte Padrão implanta-se num contraforte ocidental de Monte Córdova. O arqueossítio beneficia de condições de implantação excecionais, nomeadamente no que respeita à sua proximidade de linhas de água a norte e sul (rio Sanguinhedo, ribeira do Matadouro e veiga dos Refojos), que controla a partir de vertentes acentuadas. A vertente este constitui uma exceção, apresentando um declive mais suave que permite o acesso à zona de vale. É um povoado de planta ovalada, com 200m no sentido N-S e 100m no sentido E-O. Possui um aparelho defensivo composto por um pano de muralha na zona de acrópole e duas linhas de muralha a fortificar zonas de talude (Martins, 1985; Silva, 1986/2007; Centeno, 1987, p. 83; Alarcão, 1988b; Moreira, 1992b; Queiroga, 1992, p.169; Moreira, 1997a; Carvalho, 2008b, p. 82; Moreira, 2010, pp. 75-76; Moreira, 2013a).

Outros trabalhos sobre a malha de povoamento sugerem que os povoados do litoral inseríveis nesta categoria aparentam estar ligados ao controlo da linha de costa e das embocaduras da rede hidrográfica (Carvalho, 2008a, p. 168). O controlo dos rios e das linhas de água é uma preocupação clara quando consideramos, por exemplo, a implantação do Castro do Monte Padrão e do Castro de Alvarelhos. Foram estes os núcleos que mais beneficiaram do comércio marítimo e fluvial desde períodos proto-históricos, controlando a redistribuição das importações atlânticas.

Na Categoria II foram incluídos povoados implantados sobre outeiros destacados na paisagem a altitudes entre os 100 e 200 metros de altitude. Estes núcleos menores associam-se a aparelhos defensivos de menor potência. É frequente verificar que povoados deste tipo não se associam a uma ocupação sistemática de época romana. Também se verifica uma tendência de proximidade com os povoados da **Categoria I** , onde se verifica um maior foco populacional (Carvalho, 2008a, pp. 171-172). Incluem-se nesta categoria o Castro do Boi em Vila do Conde, a uma altitude de 123 metros, e o Castro de Santra Cruz na Maia, a uma altitude de 108 metros.

O Castro do Boi destaca-se num pequeno morro a sudoeste do mosteiro de São Bento de Vairão na planície costeira. O povoado possui algumas condições defensivas devido a uma implantação topográfica favorável numa colina, dominando a área circundante. Possui uma acrópole de configuração ovalada e um pano de muralha único delimitado por um talude. A documentação medieval indica que no local do castro foi posteriormente implantado um castelo (Almeida, 1969, p. 34; Silva, 1986;2007; Queiroga, 1992, p. 170; Dinis, 1993, pp. 94-95; Carvalho, 2008b, p. 85; Pinho, 2009; Moreira, 2010, p. 79).

O Castro de Santa Cruz implanta-se nas proximidades da ribeira do Arquinho, afluente do Leça, num promontório que lhe garante boas condições de visibilidade. Apesar de se encontrar parcialmente destruído e apenas estarem identificadas estruturas ao nível dos aliceces, ainda é possível identificar as suas plataformas intermédias. A questão cronológica da sua ocupação ainda é discutida pelos autores (Silva, 1986/2007; Alarcão, 1988b, 1/359; Dinis, 1993; Carvalho, 2008b, p. 81; Pinho, 2009; Moreira, 2010, p. 78).

A Categoria III corresponde a povoados de implantação a quotas de baixa altitude, inferiores a 100 metros e tipicamente associados a aparelhos defensivos rudimentares. Genericamente, os materiais de superfície identificados nestes povoados indicam uma fundação entre finais no século I a.C. e os inícios do século I e uma ocupação que não se estende para lá daquela centúria. Para este grupo foram identificados os castros da Retorta, a 40 metros de altitude, e S. Paio, a 30 metros de altitude, ambos em Vila do Conde, e o Monte Castro, a 20 metros de altitude, em Matosinhos.

O castro da Retorta, em Vila do Conde, implanta-se num promontório sobre o Ave, a 40 metros de altitude que lhe concede condições defensivas razoáveis, particularmente na vertente bastante acentuada na direção do corpo hidrográfico. Trata-se de uma estação de planta ovalada, cujas condições defensivas eram reforçadas por duas muralhas e um fosso. É pertinente referir que se encontra implantado num território extremamente fértil, permitindo supor que, devido ao posicionamento estratégico na margem do rio Ave e a disponibilidade de terrenos agrícolas de elevada aptidão, a ocupação desta estação foi continuada já durante o período romano (Silva, 1986/2007; Queiroga, 1992, p. 170; Dinis, 1993, pp. 93-94; Carvalho, 2008b, p. 85).

O povoado de S. Paio de Vila do Condo representa uma estação singular devido à sua implantação a quotas tão baixas num esporão sobre o mar na praia de Labruge. Corresponde a um pequeno povoado fortificado recorrendo a taludes e fosso, de pequenas dimensões. O seu estado de conservação, parcialmente destruído, não permite grandes considerações, no entanto foi possível identificar fragmentos de cerâmica castreja *in situ*. Os dados produzidos justificam a interpretação do povoado como um espaço de ocupação sazonal associado ao aproveitamento de recursos marítimos (Silva, 1986/2007; Queiroga, 1992, p. 169; Dinis, 1993, pp. 101-102; Carvalho, 2008b, p. 85; Pinho, 2009, pp. 114-116; Moreira, 2010, p. 79; Moreira, 2010, p. 79; Ferreira, 2016).

O povoado do Monte Castro implanta-se num pequeno promontório na margem esquerda do Labruge, a 20 metros de altitude. A estação encontra-se implantada diretamente sobre um espaço relativamente fértil. O povoado apresenta condições defensivas naturais muito insipientes, reforçadas apenas por um possível pano de muralha. Foram identificados materiais de construção e fragmentos cerâmicos indicativos de uma ocupação romana que se pode ter estendido até ao séc. II. A sua implantação num terreno fértil justifica uma possível vocação agrícola na génese deste núcleo (Almeida, 1969, p. 53, Moreira, 2010, pp. 78-79).

A partir das estações enunciadas, nomeadamente os castros da Retorta e Monte Castro, podemos verificar a continuidade da ocupação dos núcleos proto-históricos com boas condições para a exploração agrícola do território durante o período romano, fenómeno recorrente no restante *Conventus Bracarensis* (Carvalho, 2008a, pp. 172-176). Este tipo

de povoado, descrito como "castro agrícola" por Carlos Alberto Brochado de Almeida (1996), distingue-se pela sua implantação em zonas de vale a baixas altitudes, pelos aparelhos defensivos insipientes e pela proximidade de territórios de considerável aptidão agrícola (Almeida, 1996, pp. 176-179). O mesmo autor enquadra a fundação destes núcleos num contexto de conformidade com os desígnios romanos (final no século I a.C. e os inícios do século I) (Almeida, 1996, pp. 174-176). Os povoados enunciados, teoricamente, não contemplam ocupações posteriores ao séc. I.

Alternativamente, tem-se associado a fundação dos povoados de vale a fenómenos indígenas, datáveis do I milénio a.C., de aproximação das comunidades aos recursos agroflorestais das zonas de vale, intensificando a sua exploração (Silva, 1986, pp. 60-61; Martins, 1990, pp. 204-205; Carvalho, 2008a, p. 175). Sublinhamos que as estações estudadas não foram sujeitas a intervenções e levantamentos suficientes que permitiam sustentar conclusões definitivas quanto à natureza destes fenómenos. No entanto, consideramos que estes locais são sintomáticos da expansão da influência dos povoados centrais nos sécs. II e I a.C., relacionáveis com a hierarquização do mundo indígena e reorganização do povoamento. Os castros agrícolas seriam assim o culminar deste processo durante o período de grande desenvolvimento económico correspondente à última Idade do Ferro (c. 50 a.C.-50 d.C.) (Martins, 1990, p. 129; Carvalho, 2008a, pp. 176-177). Dito isto, a promiscuidade entre estes fenómenos e o mundo romano não é ainda clara no contexto do território estudado.

A partir dos dados enunciados, foi possível concluir que os espaços povoados integrados na **Categoria I** correspondem a núcleos com algum protagonismo na malha do povoamento pré-romano. O Castro do Monte Padrão é bastante indicativo disso mesmo: a sua ocupação recua ao Bronze Final e as preocupações defensivas típicas são particularmente claras nas soluções adotadas. Os povoados inseridos na **Categoria II** correspondem a uma extensão natural dos povoados num movimento de diversificação económica que resultou na fundação de núcleos emergentes de menores dimensões a quotas inferiores. Estes espaços apresentam grandes preocupações defensivas na sua implantação, no entanto, não são claras as prioridades paralelas na escolha dos locais de assentamento. Trata-se assim de um fenómeno progressivo e gradual de intensificação da atividade económica agro-silvo-pastoril. Este fenómeno assume maior

representatividade nos castros da **Categoria III** que priorizam o potencial agrícola na escolha dos locais de implantação, resultando nos povoados de pequena dimensão muito próximos de áreas férteis de vale ou sobre bacias hidrográficas. Dessa forma, podemos identificar uma estrutura hierárquica vertical estruturada em torno de povoados centrais de **Categoria I**, nomeadamente Alvarelhos e Monte Padrão que emanam a sua autoridade sobre uma área de influência que contempla povoados da **Categoria II** e **III**. Estes povoados, implantados a quotas mais baixas, canalizam os recursos obtidos a partir da exploração de áreas marginais dos espaços de exploração direta dos núcleos centrais. A julgar pelas soluções defensivas adotadas (no que respeita as dimensões práticas e simbólicas na génese da sua construção), estes povoamentos estavam dependentes dos núcleos centrais. Resta-nos então tentar perceber como é que presença romana se relaciona, ou não, com esta dinâmica.

II.2: Ocupação Romana

Durante a ocupação romana do território no Noroeste Hispânico é possível definir três grandes espaços com tendências próprias conforme foram definidos pela administração romana. O governo central romano sentiu a necessidade de fundar *ex nihilo* três núcleos urbanos centrais que atuaram como capitais conventuais: *Bracara Augusta*, *Asturica Augusta* e *Lucus Augusta*. Estas cidades partilham uma data de fundação relativamente próxima enquanto capitais conventuais augustanas. No entanto, estes núcleos divergem quanto ao seu tecido social e relevância na política imperial hispânica (Alarcão, 1988a, p. 31; Roux, 1994; Carvalho, 2008a, pp. 97-100). No contexto do presente trabalho, apenas nos ocuparemos do *Conventus Bracarensis*.

Bracara corresponde a uma cidade de elites indígenas promovidas, com uma presença militar reduzida. A economia, assente na exploração de um território de convergência entre percursos terrestres, fluviais e marítimos, em articulação com a restante Hispânia e espaço imperial, era significativa (Tranoy, 1981, pp. 60-74; Morais, 2005, pp. 49, 110-114). Esta *urbe*, fundada entre 15 e 13 a.C. por Augusto, foi capital dos *Bracari*, um importante *populus* pré-romano que desempenhou funções tutelares sobre outras entidades indígenas no noroeste de Portugal. É pertinente referir que ainda não foi possível estabelecer de forma concreta e definitiva se a origem deste importante núcleo urbano remete para uma fundação *ex nihilo* romana ou se a cidade se implantou sobre

um *oppidum* pré-existente. Sabemos, contudo, que a partir do período romano em diante manteve um enorme protagonismo, tendo possivelmente adquirido o estatuto de *municipium* aquando da concessão do *latium minus* à Hispânia pelos imperadores Flávios. Posteriormente, esta importante urbe adquiriu o estatuto de capital da *Gallaecia*, atribuído por Diocleciano entre 284 e 289, aquando da implantação da unidade territorial provincial (Alarcão, 1974, p. 55; Tranoy, 1981, p. 64; Alarcão, 1988a, pp. 29, 54-56; Carvalho, 2008a, pp. 100-101; Morais, 2005; 2012a). Este protagonismo estendeu-se até ao séc. VIII, conforme atestam a continuidade na utilização de necrópoles, as importações mediterrânicas (Martins, 2004) e uma constante renovação das elites sociais, económicas e religiosas a par da sua capitalista como sede política e episcopal durante o período alto-medieval (particularmente durante o Reinado Suevo).

A par destes processos na capital do convento, no meio rural verifica-se a expansão do número de núcleos secundários, particularmente no que respeita à expansão da rede de *villae* e o abandono sistemático de alguns castros. No livro II da *Naturalis Historia* de Plínio são referidas 24 *civitates* para o *conventus* bracaragustano ("Bracarum XXIIII civitates") (segundo Tranoy, 1981). Vários autores tentaram localizar estas civitates, mas as fontes epigráficas apenas confirmaram 21 e de localização mais ou menos dúbia: *Amphilochi*, Aulobrigenses, *Bibali*, *Bracari*, *Callaeci*, *Coelerni*, *Equaesi*, *Grovii*, *Helenni*, *Interamici*, *Leuni*, *Limici*, *Luanci*, *Lubaeni*, *Naebisoci*, *Narbasi*, *Nemetati*, *Quarquerni*, *Seurbi*, *Tamagani* e Turodi (ou Aquiflaviensis) (Alarcão, 1988a, pp. 53-54; Carvalho, 2008a, pp. 93-95). Alguns destes aglomerados parecem ter desempenhado funções de capitalidade regional como *caput civitatis* com governo sobre outros núcleos menos relevantes (Martins et al., 2005; Carvalho, 2008a, pp. 126-128). A possibilidade da autoridade imperial central romana recorrer à organização indígena preexistente para desenhar a estrutura administrativa tornou-se genericamente aceite (Alarcão, 1974, p. 52; Tranoy, 1981, pp. 151-152; Martins et al., 2005; Carvalho, 2008a, p. 162). Podemos, no entanto, considerar a possibilidade de o poder central optar por uma malha administrativa em torno dos centros políticos de grande potencial socioeconómico para o controlo efetivo do território. Estes espaços atuariam como polos difusores do poder político-administrativo centralizado nas urbes fundadas *ex nihilo* (Carvalho, 2008a, pp. 162-165).

Independentemente da escolha da administração romana em recorrer a núcleos pré-romanos para estruturar a rede de povoamento e a exploração do território, sabemos que o registo arqueológico indica um processo heterogéneo de desenvolvimento e reestruturação de um grande número de povoados (Carvalho, 2008a, pp. 128-142). Esta rede de povoados secundários deve-se, em parte, ao desenvolvimento económico resultante da exploração mineira e agrícola e ao seu papel fundamental de apoio a infraestruturas de comunicação terrestres ou aquáticas associadas.

A exploração mineira, de extrema relevância no contexto de desenvolvimento destes centros urbanos secundários, iniciou-se durante o governo da dinastia Júlio-Claudiana, na sequência da *Pax Romana* estabelecida por Augusto com o final das guerras Cantábrias. No espaço Entre-o-Leça-e-Ave não foram identificadas estações deste tipo, podendo, no entanto, referir-se a título de exemplo, as áreas mineiras em torno da *Via XVIII* para o Convento Brácaro, e os *territoria mettalorum*, grandes distritos mineiros (Las Medulas e Tresminas) e outras frentes como Valongo, Gondomar e Paredes (Alarcão, 1998, pp. 123-134; Carvalho, 2008a, pp. 142-145).

II.2.1*: Civitates e Vicus*

A avaliação das capitais de *civitates* na região do Entre-Douro-e-Minho obriga à avaliação dos *castella*[5] que tenham mantido ou adquirido funções centrais durante o período de ocupação romana. Por norma, tratam-se de povoados fortificados de consideráveis dimensões, com características fisiográficas e topográficas estrategicamente benéficas (Tranoy, 1981, p. 72; Silva, 1986, p. 43; Alarcão, 1988a, pp. 81-82; Martins, 1990, pp. 217-237; Alarcão, 1995-96, p. 26; Silva, 1999, p. 44).

É possível verificar alguma descontinuidade no protagonismo geopolítico de alguns castros entre o período pré-romano e romano através da perda de centralidade aquando da reorganização augustana. Esta perda de protagonismo resultou na retração ou abandono total de povoados no final do séc. I. Este fenómeno pode associar-se a uma deslocação das elites indígenas para a capital conventual, *Bracara*, ou aglomerados urbanos secundários onde se exercem cargos administrativos e religiosos chave

[5] Com *castella* aludimos aos povoados de implantação típica castreja no cume de elevações, ou seja, castros no sentido atual e lato do termo, não intercambiável com o termo latino *castrum* que se associa a acampamentos militares e não povoados civis (Alarcão, 1988a, p. 81);

(Alarcão, 1988a, pp. 58-59; Carvalho, 2008a, pp. 204-206). O número de *castella* que mantiveram funções centrais após o ordenamento augustano e a consolidação urbana dos Flávios é reduzido. Este protagonismo continuado apenas se verifica nos núcleos com excecional controlo visual no sistema viário ou sobre determinados recursos relevantes na nova ordem económica. É clara a relação entre estas problemáticas e a criação das *civitates* enquanto unidades territoriais e administrativas de dimensão variável, dependentes do poder conventual. As *caput civitates* destinavam-se à integração das populações indígenas na nova malha com capital administrativa e governo próprio, entregue às elites indígenas provenientes dos castros importantes (Morais, 2005; Carvalho, 2008a, pp. 206-207).

Como já mencionámos, a definição geográfica dos *populi* referidos nas fontes escritas e epigráficas não é consensual (Tranoy, 1981; Silva, 1986), no entanto assume-se que a fixação de funções de capitalidade num povoado indígena implica fenómenos de relevância de longa extensão cronológica. Para o estudo destes fenómenos, consideramos os dados obtidos no registo das sedes paroquiais suevas para identificação de aglomerados romanos (Alarcão, 1988a). Para além da *civitas*, correspondente a um *vicus* em Caldas de Vizela e a confirmação dos paralelos entre *Tongobriga* e *Tongobria*, é de particular interesse a identificação dos *Callaeci* com capital em *Cale* (Morro da Sé do Porto) (Alarcão, 1988a, p. 63; Carvalho, 2008a, p. 207-211). Estes exemplos apontam para um fenómeno generalizado de povoados romanos de natureza comercial enquadrados numa rede de *vici* (com expressão particularmente clara na faixa litoral do *conventus*) que podiam exercer funções de capitalidade administrativa sobre um espaço de delimitação indefinida.

Esse parece ter sido o caso de Alvarelhos: o povoado romano é construído diretamente sobre um habitat proto-histórico, e estende-se para zonas de vertente e vales adjacentes (Alarcão, 1988c; Carvalho, 2008a, pp. 219-223; Moreira, 2010). A estação apresenta uma organização urbana interna estruturada a partir do decumano (Moreira, 2010, pp. 91-92). Outros casos semelhantes articulam-se diretamente com a implementação de eixos viários (Alarcão, 1988a, pp. 78-79). Alvarelhos terá respondido às necessidades da *Via XVI*, a principal via que cruza o Entre-Leça-e-Ave, unindo *Bracara* a *Olisipo* pela costa ocidental da Hispânia (Mantas, 2012b, p. 181), justificando a

interpretação de que a estação terá exercido uma função afim a uma mansio. À semelhança da maioria dos *vici* no *Conventus Bracarensis*, aparenta ter exercido funções associadas tanto ao comercio, produção, armazenamento e redistribuição de bens de fabrico local e importados (Carvalho, 2008a, pp. 219-223; Moreira, 2010, p. 99).

Para além de Alvarelhos, refira-se entre os *castella* preponderantes na região, o Castro do Monte Padrão. Durante o século I este povoado regista uma profunda reorganização urbanística na sua acrópole, com núcleos habitacionais prévios e um aparelho defensivo em função da construção de arquiteturas típicas romanas com plantas mais complexas tipicamente romana (*domus* com pátio) a par, na vertente sul, de arquiteturas mais modestas. À semelhança de Alvarelhos, o claro investimento nesta estação parece dever-se à sua implantação privilegiada sobre a *Via Vimaranes* num ponto equidistante entre *Cale* e *Ocullis Calidarium* (Vizela). A estação aparenta ter servido como área de apoio à circulação viária de tipo *mutatio* (Moreira, 2010, pp. 106-107). No entanto, distingue-se de Alvarelhos no sentido em que a estação, implantada perto da *Via XVI*, contou com determinadas vantagens que podem ter motivado as suas funções administrativas.

Os restantes povoados são consideravelmente menores e parecem associar-se à exploração agrícola (mais ou menos intensiva) do território. No entanto, a escassez de dados produzidos impede o estabelecimento de quaisquer tipos de relações de forma conclusiva.

O Terreno da Barca/Castro de Avioso, implantado a uma altura de 108 metros no vale do Ribeiro do Arquinho nas proximidades da *Via XVI*, é composto por uma necrópole (a necrópole da Forca) e um pequeno casal (Castêlo da Maia em Santa Maria do Avioso) (Moreira, 2010, p. 208). São, no entanto, escassos os dados referentes a esta estação, no contexto do povoamento regional. O Monte Castro, em Lavra, aparenta ter sido alvo de trabalhos intensos, a julgar pelos materiais de superfície (Almeida, 1969, p. 34). É provável, todavia, que tenha desempenhado um papel relevante, considerando a sua implementação nas imediações de dois eixos de comunicação (uma via secundaria que liga a foz do Douro a Vila do Conde e a via secundária que ligava a Lavra à *Via XVI*, a partir de Muro diretamente por Alvarelhos) (Moreira, 2010, p. 109). É importante referir que o eixo de comunicação reforçado entre estes dois povoados pode associar-se a

intensos contactos socioeconómicos, no entanto, só estudos mais sistemáticos da estação de Monte Castro permitiriam confirmar essa relação.

O Castro do Boi corresponde, durante esta fase, ao cantão *Labrencio* ou *castellum Labrensi* (Alarcão, 2000, p. 48), com uma continuidade justificada pela sua implantação estratégica no que respeita o domínio visual da costa e da via conhecida como *Karraria Antiqua* (Moreira, 2010, p. 110; Mantas, 2015, pp. 233-234).

Finalmente, o Castro da Retorta manteve uma ocupação contínua graças à sua implantação privilegiada sobre uma via de comunicação excecionalmente importante, o próprio Ave. A sua localização garantiu-lhe, indiretamente, maior proximidade dos centros urbanos de interior, em particular a capital conventual, *Bracara*, como também das vias terrestres (Moreira, 2010). A conjugação destes fatores com a disponibilidade de terrenos férteis para exploração agrícola nas proximidades da estação permite admitir a possibilidade de tratar-se de um ponto chave para o escoamento comercial de produtos agropecuários.

II.2.2: *Villae*

O principal fenómeno promotor da exploração dos recursos agrícolas sob domínio romano foi a introdução de *villae*, com impactos consideráveis no *modus operandi* da exploração de recursos agropecuários da região. O seu entendimento pleno está consideravelmente limitado pelas dificuldades em identificar estas estações e consequentemente, datar estes processos e os ritmos da integração no território imperial, à escala regional.

A fachada ocidental bracarense foi sujeita a estes fenómenos a partir do século I, em particular as que partem das imediações de *Bracara*, seguindo os eixos viários numa aparente associação com os castros sobreviventes, resultante da apropriação de terras controladas pelos povoados indígenas (Martins, 1995a; Carvalho, 2008a, p. 148). Numa fase inicial ter-se-á verificado uma privatização dos solos (Alarcão, 1974, pp. 104-105), representativa da nova forma de ocupar e explorar o território, que pressuponha a constituição de *fundi* através da fragmentação da propriedade comunitária pré-romana (Alarcão, 1974, pp. 104-106; Carvalho, 2008a, p. 146; Pinho, 2009, pp. 105-107). No território estudado, a implantação das *villae* aparenta uma preferência pelas zonas de

meia encosta nas áreas de vale ou ladeiras suaves, sobre esporões ou outros elementos de destaque que permitam o controlo visual sobre os terrenos de cultivo, especialmente na orla costeira (Alarcão, 1998, pp. 107-108; Carvalho, 2008a, pp. 149-150; Pinho, 2009, pp. 105-108). No território em análise foram identificadas sete estações do tipo *villae*:

A *villa* de Rodrigo Velho, na veiga do Bougado, localiza-se na atual cidade da Trofa, numa pequena elevação sobre um ribeiro. Apresenta uma implantação que permite um domínio visual do espaço e acesso facilitado a recursos fluviais sazonais. Está ainda implantada de forma contígua à *Via XVI*. Esta estação possui uma necrópole associada cujos materiais apontam para uma ocupação do séc. III/IV e continuada até ao séc. V. No entanto, conforme ressalva Manuel de Pinho, a sua relação com a *Via XVI* (e uma outra via secundária não identificada) sugere uma primeira ocupação Alto-Imperial (Alarcão, 1988, p. 347; Carvalho, 2008b, p. 81; Pinho, 2009, p. 109; Moreira, 2010, pp. 116-117).

A *villa* de S. Simão, na Quinta do Corgo, em Burgães, implanta-se a meia encosta na vertente norte de Monte Córdova de forma sobranceira ao rio Ave. Esta localização permite o controlo visual de territórios de aptidão agrícola a quotas mais baixas e excelentes condições de exposição solar. Geograficamente, apresenta alguma proximidade tanto de uma via secundária e dos limites da área exploração de um castro fortificado que extravasa os limites da área estudada (Pinho, 2009, p. 109). Os materiais de superfície sugerem uma ocupação durante o final do séc. I e os inícios do séc. II, com uma pervivência que se estende até ao séc. IV (Silva, 1986, p. 83; Alarcão, 1988, p. 359; Dinis, 1993; Carvalho, 2008b, p. 81; Pinho, 2009, pp. 109-110; Moreira, 2010, p. 117).

A *villa* das Devesas[6], em S. Tirso, implantava-se sobre uma plataforma sobranceira ao Ave e integra terrenos de elevada aptidão agrícola. Este local, apesar de distante de qualquer via comparativamente aos exemplos anteriores, situa-se entre a *Via XVI* (a oriente) e a mesma via secundária, equidistante da *villa* S. Simão (a ocidente). Crê-se que seria também o local de proveniência da epígrafe dedicada por *Lucius Valerius* a *Turiaco* (Sarmento, 1884), sugerindo uma fundação Alto-Imperial da estação, cuja ocupação se estenderia até aos séc. IV/V. Ressalvamos, no entanto, que Manuel de

[6] A estação arqueológica em causa foi destruída pela construção de uma escola preparatório em 1979.

Pinho indica uma cronologia de fundação mais tardia (séc. III) (Moreira, 2004; Pinho, 2009, p. 110; Moreira, 2010, pp. 117-118).

A *villa* do Paiço/Guilhabreu, encontra-se num local de transição entre terrenos de aptidão agrícola e os terrenos florestais nas imediações do aglomerado urbano secundário de Alvarelhos e próxima da *Via XVI*. A estação produziu uma série de achados alto-imperiais que provavelmente poderá encontrar correspondência no *vicus* de Alvarelhos, e cuja ocupação se estende até ao séc. V. A datação avançada para a fundação da *villa* sustenta-se na identificação de uma pátera argêntea supostamente exumada nos terrenos da Quinta do Paiço. No entanto, um estudo realizado por José d´Encarnação quanto à respetiva peça coloca sérias questões relativamente à sua proveniência (Santarém, 1956, pp. 69-70; Tranoy, 1981, p. 314; Alarcão, 1988, p. 351; Pinho, 2009, pp. 108-109; Moreira, 2010, p. 118; Mantas, 2012, pp. 352-353; Encarnação, 2014).

A *villa* de Mosteirô, em Vila do Conde, apresenta fenómenos semelhantes no que respeita à sua implantação. A ausência de documentação não permite, todavia, uma análise satisfatória. Não foram ainda produzidos dados quanto à sua dimensão e data de fundação, a não ser a proposta de uma eventual ocupação Baixo-Imperial com base em alguns materiais de superfície. A sua localização próxima da via secundária *Via Veteris*, mas distante dos principais centros de povoamento, parece indicar uma estação destinada ao aproveitamento de recursos agro-silvo-pastoris. Se considerarmos os pressupostos avançados por Manuela Martins de que as *villae* de implantação próxima dos eixos viários de comunicação tendencionalmente se associam às fundações do período alto-imperial romano (Martins, 1990, p .230; Pinho, 2009, p. 108), podemos estar perante uma fundação do séc. I/II (Moreira, 2010, p. 118).

A *villa* de Santa Maria de Vilar apresenta uma situação idêntica às anteriores. Álvaro Moreira, recorrendo aos elementos decorativos de uma epígrafe ilegível identificada na necrópole da *villa* para aponta uma cronologia de ocupação que ronda o séc. IV (Moreira, 2010, p. 118). Não possuímos dados para avançar qualquer proposta sobre um possível momento de fundação da *villa* em causa.

Finalmente, a *villa* do Fontão (ou Fontão de Antela), em Lavra, Matosinhos, implanta-se num espaço de domínio visual sobre o mar e, como tal, provavelmente associa-se ao aproveitamento de recursos marítimos, nomeadamente a produção de sal e preparados de peixe. Novamente, os dados são escassos, o que impede uma datação precisa. No entanto, recorrendo a comparações com uma estação semelhante (S. Paio, Labruge), é possível apontar uma cronologia próxima dos sécs. III-IV e uma fundação teórica durante o período Alto-Imperial romano. Esta proposta é concordante com os fragmentos de mosaicos identificados *in situ* (Alarcão, 1988, p. 391; Carvalho, 2008b, p. 72; Moreira, 2010, pp. 118-119;).

A partir dos dados apresentados, consideramos que a atividade agropecuária constituiu uma das principais atividades económicas praticadas no território Entre-Leça-e-Ave durante o período de ocupação romana. Note-se que nos espaços destinados às práticas agrícolas se verifica uma manutenção das preocupações de controlo visual sobre os territórios explorados. Deve ainda salientar-se o compromisso entre os recursos aquíferos associados da rede hidrográfica e o enquadramento na rede viária, que parece ser a principal condicionante durante esta fase. Este compromisso, conforme tivemos oportunidade de referir, corresponde a um fenómeno tipicamente associado às *villae* de fundação alto-imperiais. As características topográficas na implantação destas estações permitem admitir alguma continuidade da rede de povoamento pré-romano, se bem que limitada aos *castella* ocupados durante esta fase (Alvarelhos e o Castro do Monte Padrão). Um bom exemplo seria o caso da *villa* do Paiço, que parece ter desempenhado um papel de *fundi* destinado ao abastecimento do mercado interno do Castro de Alvarelhos (Moreira, 2010, p. 118). No geral, a cronologia de fundação destes assentamentos aparenta rondar os finais do séc. I a.C., num momento contemporâneo à remodelação nos castros de Alvarelhos e do Monte Padrão, com a ressalva da ausência de dados que permitam enquadrar cronologicamente a maioria das *villae* da área estudada.

II.2.3: Rede Viária

A implantação da rede viária representou um grande avanço na ocupação e controlo territorial romano. É com Augusto que se inicia a estruturação da rede viária no Noroeste peninsular, garantindo a conetividade das três cidades de fundação

augustana, assim como devida articulação com outros centros hispânicos e o restante espaço imperial e, acima de tudo, a instalação da principal infraestrutura destinada à integração na população na malha administrativa romana, garantindo a coesão do império (Morais, 2005, pp. 109-111, Pinho, 2009, pp. 119-121). Nas palavras de Rui Morais (2005, p. 110) "… os vestígios arqueológicos do período de Augusto e da época Júlio-Cláudio são uma prova da evolução de um sistema viário que gradualmente perde a sua função militar para adquirir uma função preferencialmente administrativa, comercial e de integração da população indígena" (2005, p. 110). A estas questões acrescenta-se a dimensão política e propagandística inerente a esta infraestrutura. As manutenções dos principais itinerários consolidam a gestão do território pela autoridade central do império, deixando o seu controlo sobre o território claramente implícito através dos inúmeros miliários que atuam como propaganda política estatal (Mantas, 2000; Carvalho, 2008a, pp. 139-140; Mantas, 2008/2009b, 2012b, 2015).

No que respeita à relação de *Bracara Augusta* com o restante Noroeste, a cidade era o ponto de partida para vias que ligavam *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*. Destas cidades, por sua vez, partiam os itinerários que ligavam a Hispânia à Gália (Carvalho, 2008a, p. 108; Mantas, 2015, p. 232). Os eixos entre *Bracara* e a *Lusitania*, são conhecidos a partir de três fontes: as tábuas de Astorga, o Itinerário de *Antonino* e o Anónimo de Ravena (Tranoy, 1981; Carvalho, 2008a);

No âmbito do presente trabalho, importa-nos dissertar um pouco sobre o Itinerário *Antonino,* atendendo à sua particular relevância para o território em estudo. O documento, que apenas conhecemos através de cópias posteriores, menciona 372 vias terrestres traçadas de forma simples e retilínea sem interdependências, enumerando várias *mansiones* e a distância entre as mesmas e *Cale* (Carvalho, 2008a, pp. 108-109). Refere cinco vias no território entre Douro-e-Minho, mas abordaremos apenas a *Via XVI*, devido à sua pertinência para o caso de estudo.

A *Via XVI* (*ab Olisipone Bracaram Augustam*) que liga *Olisipo* a *Bracara* por *Cale* percorre 361 quilómetros ou 244 milhas (Carvalho, 2008a, pp. 108-109; Mantas, 2012b, p. 181). Possuímos dois testemunhos da utilização desta via durante a Antiguidade: Plínio-o-Velho estima que a via tivesse 200 milhas com base nos seus cálculos de distância entre o Tejo e o Douro, que Ptolomeu corrige para um total de 242 milhas. O Itinerário, por

sua vez, apenas indica uma extensão de 209 milhas (Mantas, 2012b, pp. 181-182) demonstrando discrepâncias entre as três fontes.

Recorremos à divisão que Vasco Mantas faz do percurso em três grandes secções (*Olisipo-Scallabis*, *Scallabis-Cale* e *Cale-Bracara*) (Mantas, 2012b, p. 181). O último troço do percurso constitui o principal eixo viário que cruza o Entre-Leça-e-Ave. Trata-se de um percurso bem estudado, considerando o número de miliários identificados (Alarcão, 1974, p. 52; 1988a, p. 90).

O percurso[7] inicia-se em *Cale*, num local próximo da atual Sé, partindo em direção ao Largo dos Lóios e a Rua do Almada, que partilhava com a via que partia para Barca do Lago, no Cávado, um trecho que sofreu possivelmente obras durante a época de Adriano (Alarcão, 1974, pp. 91-92; Mantas, 2012b, pp. 199-200). A via seguia então o seu caminho para *Bracara*, cruzando São Mamede Infesta, a norte, ao longo da Rua de Vale Formoso, até atingir um miliário (possivelmente associado à milha XXXII, que infelizmente foi sujeito a reutilizações no séc. XIX resultando na destruição do único miliário a sul do Leça identificativo deste percurso). Daí, seguia na direção de Ponte da Pedra/Santa Ana, onde atravessava o Leça recorrendo a uma ponte romana, posteriormente substituída por uma estrutura medieval (Mantas, 2012b, p. 200). A via seguia então o mesmo percurso realizado atualmente pela EN14 em direção a Vermoim, até mudar de rumo para oriente em direção a Muro, onde se identificaram um miliário a Maximiano correspondente à milha XXIII, antes de chegar a um local próximo do miliário de Adriano depositado na Quinta do Paiço e cruzar Alvarelhos (Mantas, 2012b, p. 200). A via retomava o seu alinhamento com a EN14 nas imediações da estação, e prosseguia na direção da Ribeira de Sedões e Trofa Velha, percurso atestado por uma série de miliários, muitos dos quais, entretanto perdidos. Na ponte da Ribeira estariam três miliários, reutilizados no séc. XIX. Sabemos que pelo menos um corresponde a uma peça datável do reinado de Constante e que era indicativo da milha XXI (Capela, 1895; Mantas, 2012b, p. 200; 2015, p. 234). Daqui parte então para Santiago do Bougado, onde cruza o Ave no sítio do Vau recorrendo à ponte da Lagoncinha, também ela uma

[7] Ver a Estampa IV, correspondente a cartografia ilustrativa deste percurso (Via *Bracara-Cale*) com os povoados e miliários devidamente assinalados (Mantas, 2000, p. 87; 2015, p. 245);

substituição medieval de uma ponte romana, onde abandonava definitivamente o espaço de estudo (Mantas, 2012b, pp. 200-201).

Delimitada esta via principal, importa referir que foram identificadas várias vias secundárias para este território. Dado o seu caráter secundário (e a frequente ausência de dados), a sua abordagem será mais breve.

A primeira via, *Bracara-Cale* através da via *Bracara-Emerita* está apenas atestada por duas pontes romanas e fontes medievais. O hipotético traçado desta via inicia-se em *Cale*, onde partindo em direção a Ermesinde e depois Alfena, cruza o Leça na Ponte de S. Lázaro para seguir para S. Martinho do Campo e cruzar o Vizela, contornando a oriente e norte o Monte Córdova nas proximidades do Castro do Monte Padrão. A via seguia então na direção de S. João da Ponte para finalmente entroncar com a via Braga-Mérida. Um percurso alternativo implica que atravesse o maciço de Monte Córdova junto à Citânia de Sanfins antes de partir em direção a S. Martinho do Campo (Almeida, 1968, pp. 42, 178; Moreira, 2010, pp. 189-190).

Uma segunda via secundária, a *Karraria Antiqua*, associa-se a um trecho viário de caracterização mais complexa dada ausência de vestígios estruturais do seu percurso (Almeida, 1968, p. 42; 1969, pp. 15-19). O seu percurso só se distinguiria a partir do ponto onde seguiria por Cedofeita, Monte de Burgos e Padrão da Légua para atravessar o Leça. A via partia então para Moreira, cruzando Vilar de Pinheiro e Germunde e a *villa* de Mosteirô e respetiva necrópole, e percorrendo Modivas e Gião de Baixo até atingir o Castro do Boi, donde seguia para Vairão e Vilarinho e cruzava o Ave (Almeida, 1968, p. 169; Moreira, 2010, pp. 190-191; Mantas, 2015, pp. 162-164). Refira-se também que durante a abordagem à cronologia desta via, Vasco Mantas sugere que a mesma via poderá corresponder ao traçado inicial da Via XVI entre *Bracara* e *Cale*. Durante o seu trabalho sobre a via XVI, o autor conclui que os miliários da via XVI associados à Dinastia Antonina e a ausência de miliários Flávios pode ser indicativa de uma implantação da via posterior ao que seria previamente expectável, atribuindo antes à *Karraria Antiqua* o estatuto de primeira via implantada no território estudado (Mantas, 2015).

A terceira via, também ela de implantação questionável, só nos chega através da documentação medieval, sem quaisquer vestígios físicos preservados. Apesar de

existirem propostas para o seu traçado (Almeida, 1980, pp. 156-158) não a iremos incluir no presente trabalho.

Finalmente, referimos uma outra via secundária que partia da via XVI em direção ao oceano, pela Lavra, que nos chega apenas pelas fontes medievais, nomeadamente *Portugaliae Monumenta Historica. Iquisitiones II e o Corpus Codicum I*. Este trecho arrancava da via principal, em Muro, através do *vicus* de Alvarelhos sobre Monte Grande, cruzando Guilhabreu através da Vila do Paiço em direção a Mosteirô para Vilar do Pinheiro, onde transpunha a via de ligação a *Cale* na Ponte de Zameiro, seguindo então para o lugar do Paiço na Lavra, onde cruzava com a via litoral que ligava a foz do Douro a Vila do Conde (Moreira, 2010, p. 192).

Neste estudo não iremos incidir sobre os episódios de manutenção e reparação dos eixos desenhados por Augusto e posteriores imperadores e a sua consolidação através da abertura de novas pontes e melhoria no *cursus publicus* bem como a abertura de novos itinerários e a realização de trabalhos de reparação (Tranoy, 1981, pp. 191-196). Considerando a dificuldade em datar estes episódios, optamos por abordar os principais miliários relevantes, dado que é através deles que são documentadas as reparações (Carvalho, 2008a, pp. 38-39).

Não foram identificados miliários datáveis do período Flávio na *Via XVI*. Apenas foram registados miliários associados ao reinado de imperadores da dinastia Antonina (Trajano, Adriano e Marco Aurélio) e posteriores. Enumeramos de seguida os miliários identificados no espaço Entre-Leça-e-Ave, partindo de *Bracara* na direção de *Cale*: em Trofa Velha (Santiago de Bougado, Trofa) foram identificados miliários com dedicatórias a Constantino II, Licínio e Magnêncio; em Peça Má (Alvarelhos, Trofa) foram identificados miliários dedicados a Carino e Constâncio II; na Quinta do Paiço, Alvarelhos foi identificado o miliário a Adriano; em Igreja (Avioso, Maia) foi identificado o miliário a Caro; e em S. Mamede Infesta (Matosinhos) foi identificado um miliário dedicado a Adriano (Colmenero et al., 2004; Mantas, 2012b, pp. 613-640; 2015, pp. 235-243).

Alguns dos miliários enumerados, como já foi referido previamente, encontram-se atualmente destruídos ou desaparecidos, mas possuímos dados suficientes para que se levantem questões quanto à cronologia da via, nomeadamente aquelas referidas por

Vasco Mantas quando constata a peculiaridade da ausência de miliários anteriores a Adriano, especialmente considerando a relevância deste trecho de via por ligar um centro extremamente importante (*Bracara*) a um porto marítimo privilegiado (Morais, 2005; Mantas, 2015, pp. 232-233). O autor supõe, considerando a eventual existência de miliários referentes a períodos anteriores e a ausência de uma epígrafe notificativa da construção ou reconstrução de uma via (*fecit* e *refecit-restituit* respetivamente), uma alteração no percurso de *Cale* em diante (na direção *Bracara*), correspondente a uma alteração significativa do traçado com consequências na distância total entre aquelas cidades nos últimos anos do governo de Adriano, terminando com a colocação de uma série de miliários em granito, admitindo uma iniciativa provincial na origem desses trabalhos. Avança antes que a *Karraria Antiqua* corresponde ao traçado de via mais antigo edificado no território estudado (Mantas, 2015, pp. 332-333).

Existem pontes ao longo dos principais itinerários, como é o caso da Ponte de Barreiros/Azenha, cuja cronologia é difícil de avaliar. Ainda que nem todos os equipamentos deste tipo tenham sido construídos durante o período de consolidação do sistema viário do Noroeste, é legitimo supor um desenvolvimento económico regional e a densificação do povoamento entre a época flávia-antonina e a promoção e desenvolvimento de aglomerados urbanos. Este paradigma pode ter eventualmente contribuído para a sua edificação, num momento em que o *cursus publicus* se consolida. Esta rede era ainda pontuada por *mansiones* e *mutatuiones*, que nos chegam através do *Itinerário de Antonino*, apesar de muitos ainda não terem sido identificados (Tranoy, 1995, pp. 31-37; Carvalho, 2008a, p. 140).

II.2.4: Percursos Fluviais e Marítimos

As articulações fluviais e marítimas são extremamente relevantes, dado que permitiram controlo das costas setentrionais da Hispânia por parte de Roma, garantindo a articulação provincial com o restante império, nomeadamente o mediterrânico e a Gália (Arruda, 1999-2000; Villora, 2000; Morais, 2005, p. 393; Carvalho, 2008a, pp. 112-113; Gomes, 2015; Mantas, 2015, p. 213).

Como foi possível referir previamente, a rota atlântica recua até ao século VI a.C., eventualmente motivada pela presença de recursos mineiros, atestada pelo registo arqueológico por toda a costa hispânica (Morais, 2005, pp. 87-103). No entanto, apenas

com as conquistas de César na Gália e a sua expedição à *Britannia* no séc. I é que se verificou um primeiro avanço na construção de uma rota atlântica até ao Canal da Mancha contornando a Hispânia, que por sua vez oferecia ótimas condições de ancoragem e amplos estuários. A presença de antigas zonas lagunares assoreadas favoreceu a navegação por cabotagem, sendo depois aproveitadas após a conquista definitiva da Hispânia por Augusto (Morais, 2005, p. 96; Carvalho, 2008a, pp. 114-115).

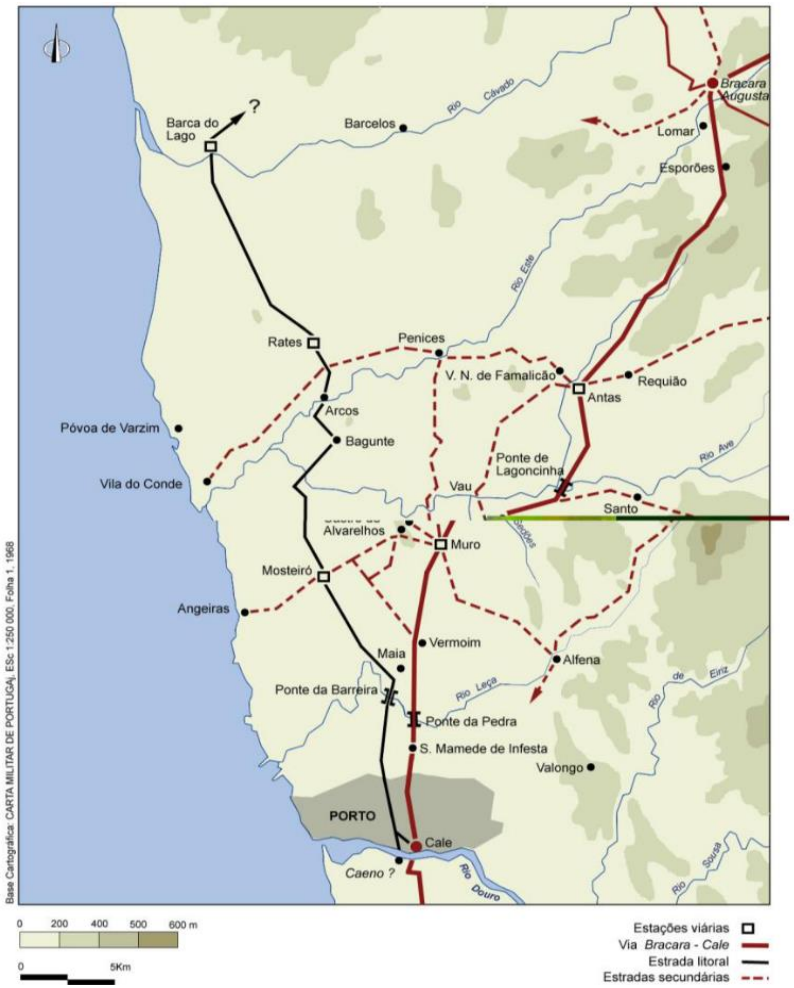
Estas rotas de circulação de bens e de pessoas, que facilitada pela morfologia costeira e pelas correntes e ventos marítimos, assim como pela distribuição e orientação da rede hidrográfica, auxiliaram a penetração dos romanos para o interior do território (Morais, 2005, p. 53) e garantiram a construção de uma rede de apoio nos vários embarcadouros e ancoradouros (Moreira, 2010, p. 192). A sua valorização como grande eixo de comunicação e transporte implica entender a sua relação com a malha fluvial e a sobreposição com grandes eixos continentais que ligavam o mediterrâneo ao norte do Império, oferecendo múltiplas vantagens, como velocidade, menor custo e maior segurança (Morais, 2005, pp. 87-172).

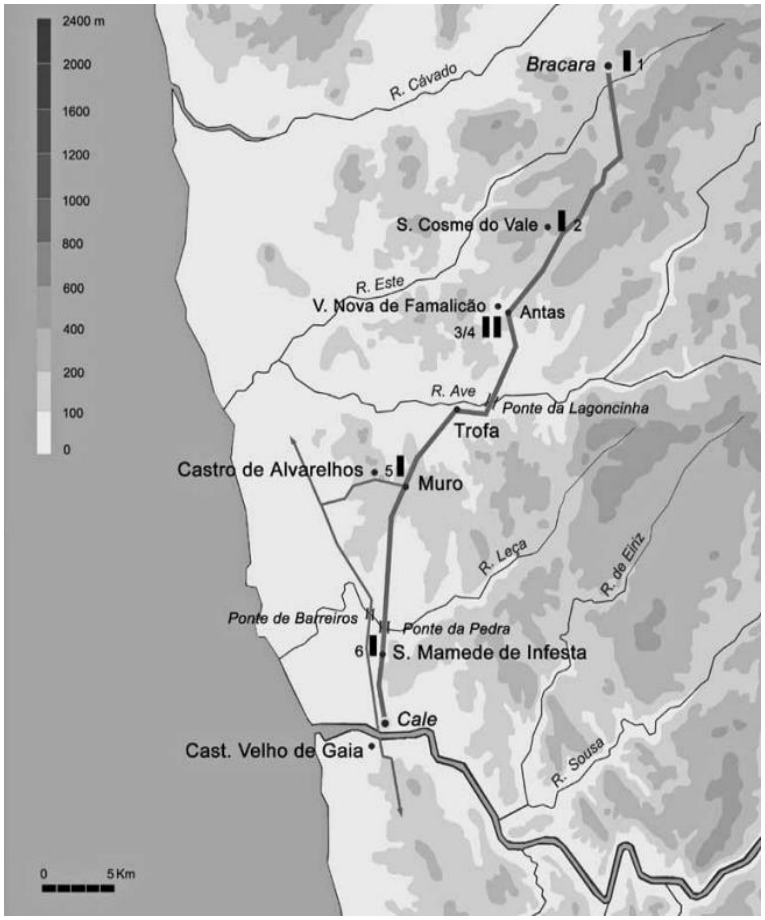
Para o território de estudo temos três áreas relevantes, a que devemos acrescentar o porto marítimo da foz do Douro, *Portus Cale*, importante pela sua situação de charneira entre o litoral e o interior, com margem de ação tanto em direção a *Bracara* como também para o interior, utilizando o Douro como via de penetração, possibilitando um comércio regular e constante com os núcleos populacionais do interior do convento (Moreira, 2010, p. 193; Morais, 2018).

Dito isto, o primeiro ponto relevante é a foz do Leça, que beneficia de um fundeadouro natural que forma um abrigo natural com boas condições, sem a estrita necessidade de existir um ancoradouro ou embarcadouro para a embarcações de pequeno porte, que podiam recorrer ao areal (Morais, 2007, p. 114; Moreira, 2010, p. 193).

Já o valor comercial do rio Ave como porto marítimo está bem documentado. As suas características geográficas no contexto económico da antiguidade resultaram na sua valorização como principal eixo fluvial para abastecimento nas áreas limítrofes do rio até às Caldas das Taipas, como se verifica pela presença de material exógeno, e inclusive da própria capital de convento (Morais, 2005, p. 60; Carvalho, 2008a, p. 85).

Finalmente, resta referir a possibilidade de ter existido um pequeno ancoradouro na *villa* do Fontão, que se associava a atividades piscatórias, relacionadas com o processamento de peixe e apresentava boas condições de atracagem para embarcações pequenas. É possível então supor que representaria um ponto de escoamento de preparados de piscícolas produzidos localmente para uma área regional (Moreira, 2010, pp. 118-119, 194).





TRAÇADO DA VIA *BRACARA-CALE* COM AS ESTAÇÕES VIÁRIAS, OS PRINCIPAIS POVOADOS, MILIÁRIOS E VESTÍGIOS DE VIAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS ASSINALADOS (MANTAS, 2000, P. 87; 2015, P. 245);

| ESTAMPA IV

III: Estação Arqueológica - Castro de Alvarelhos

A estação arqueológica do Castro de Alvarelhos situa-se na União de Freguesias de Alvarelhos e Guidões freguesia de Guidões, concelho da Trofa, distrito do Porto. As coordenadas geográficas a partir do ponto central da estação, segundo a folha 97 da Carta Militar 1: 25 000, dos Serviços Cartográficos do Exército são 41° 18' 3.35" N de latitude e 8° 37' 5.74" O de longitude (Greenwich). A estação arqueológica domina visualmente a margem sul do rio Ave e a Ribeira da Aldeia, importante área, com enorme potencial agrícola contíguo à depressão xistosa do vale do Bougado (Trofa).

A estação encontra-se implantada sobre um dos contrafortes transversais de elevação intermédia da franja leste da serra de Santa Eufémia que se desenvolve de sul para norte e atua como principal elemento de fronteira entre a fachada atlântica e os terrenos mais férteis do vale da Ribeira da Aldeia (Dinis, 1993, p. 96; Carvalho, 2008a, p. 83; Moreira, 2010, pp. 333-334), com ligeiro pendor na direção da mesma, atenuado pela existência de duas elevações, o Monte Grande e S. Marçal. A plataforma intermédia entre estas duas elevações orienta-se no sentido SO para NE com uma ligeira projeção para norte delimitada por duas linhas de água, desenhando topograficamente uma planta alongada, marcada por pendores bem marcados em todas as suas faces exceto a noroeste (Dinis, 1993, p. 96; Carvalho, 2008a, p. 83; Moreira, 2010, pp. 333-334)[8].

O substrato rochoso sobre o qual se implanta é granítico, no entanto, encontra-se a grande proximidade de uma zona de contactos com xistos grauvaques, onde é frequente o aparecimento de quartzitos e rochas ftaníticas (Pinho, 2009, p. 20; Moreira, 2010, p. 333). Os terrenos são hoje ocupados parcialmente por vegetação arbórea ou pequenos campos agrícolas dispersos entre vários núcleos habitacionais. A topografia da estação arqueológica sofreu profundas alterações, mais recentemente devido à criação de plataformas artificiais em socalcos para a prática de agricultura, à construção de habitações e à exploração mineira, expressa na abertura de seis pequenas pedreiras de

[8] Consultar as Estampas V, e VIII, onde apresentamos alguma cartografia relevante relativamente à implantação do Castro de Alvarelhos. São também relevantes as imagens apresentadas na Estampa IX, que consideramos bastante ilustrativas do domínio visual que o a plataforma central do Castro de Alvarelhos possuía sobre a paisagem;

exploração esporádica (Santarém, 1954; Torres, 1979; Dinis, 1993, pp. 96-97; Moreira, 2010, p. 334).

A ocupação do arqueossítio recua ao Bronze Final (Moreira, 1992a, pp. 96-97; Dinis, 1993, p. 83; Carvalho, 2008a, p. 96) apesar de ser difícil estudar qualquer fase de ocupação anterior à última Idade do Ferro dadas as transformações e destruições verificadas durante a ocupação romana. Os limites do povoado não estão claramente definidos, em grande parte devido impossibilidade de identificar os distintos aparelhos defensivos. Estudos recentes têm enquadrado esta estação num tipo de povoado litoral aparentemente ligado ao controlo da linha de costa e das embocaduras a partir das principais redes hidrográficas (Carvalho, 2008a, p. 168). Este terá beneficiado do comércio marítimo e fluvial desde períodos proto-históricos, tendo desempenhado funções de redistribuição de produtos da rota atlântica (Carvalho, 2008a, p. 128). É possível que esta dimensão do castro o dotasse de um caráter de lugar central durante o período pré-romano, dado que, como já referimos, teria sido a sede da entidade coletiva dos *Madequisenses* (Moreira, 1992b; Dinis, 1993, p. 205).

Durante o período romano, Alvarelhos terá atuado como *vicus* fundado a partir de um povoado proto-histórico, fenómeno com paralelos peninsulares (Carvalho, 2008a, p. 212), ou pelo menos desempenhado algum tipo de função relacionada com o sistema viário dada a sua implantação junto à passagem da *Via XVI*, podendo ter desempenhado as funções de *mansio*, situada a 23 milhas de *Bracara Augusta* e a 12 milhas de *Cale* (Mantas, 2000, p. 81; Carvalho, 2008a, pp. 218-220). Associada ainda à sua relação com a *Via XVI* importa também referir o eventual espaço comercial composto por uma praça aberta, rodeada de um possível pórtico (Carvalho, 2008a, pp. 216-220; Moreira, 2010, p. 375).

Apesar de incertos da sua extensão, é muito provável que neste momento da sua ocupação avançasse na direção do Vale da Ribeira da Aldeia até à Quinta do Paiço (Carvalho, 2008a, p. 219), onde foi encontrada, como já mencionamos, uma pátera de prata com uma dedicatória a Marte, cujo dedicante, um liberto, se identifica com *tria nomina*, refiram-se, no entanto, as sérias dúvidas quanto à proveniência deste achado levantadas por José d'Encarnação (2012). Tal como parece ter acontecido no caso do Castro de Aires em Amares, o núcleo inicial poderá ter-se estendido para a zona da

vertente e do vale, locais mais adequados às funções ligadas a uma estação viária garantindo-lhe alguma preponderância, dando a sua localização ideal para tomar partido de uma via secundária em direção ao litoral (Carvalho, 2008a, pp. 182-183, 212, 219-220; Mantas, 2012b, p. 240).

Podemos identificar como procedentes desta estação cinco tesouros monetários (abordados de forma mais aprofundada no *Cap. IV.2.1.5: Numismas*), cuja moeda mais recente é de 27 a.C., apesar de já terem sido identificados numismas avulsos de cronologias posteriores, para além de nove lingotes de prata, dois dos quais gravadas com a palavra *CAESAR* e ainda uma pedra retangular, onde numa das faces se encontra inscrito o numeral *XII* e na outra face a palavra *CAESAR* (Alarcão, 1988b, p. 19; Carvalho, 2008a, p. 220).

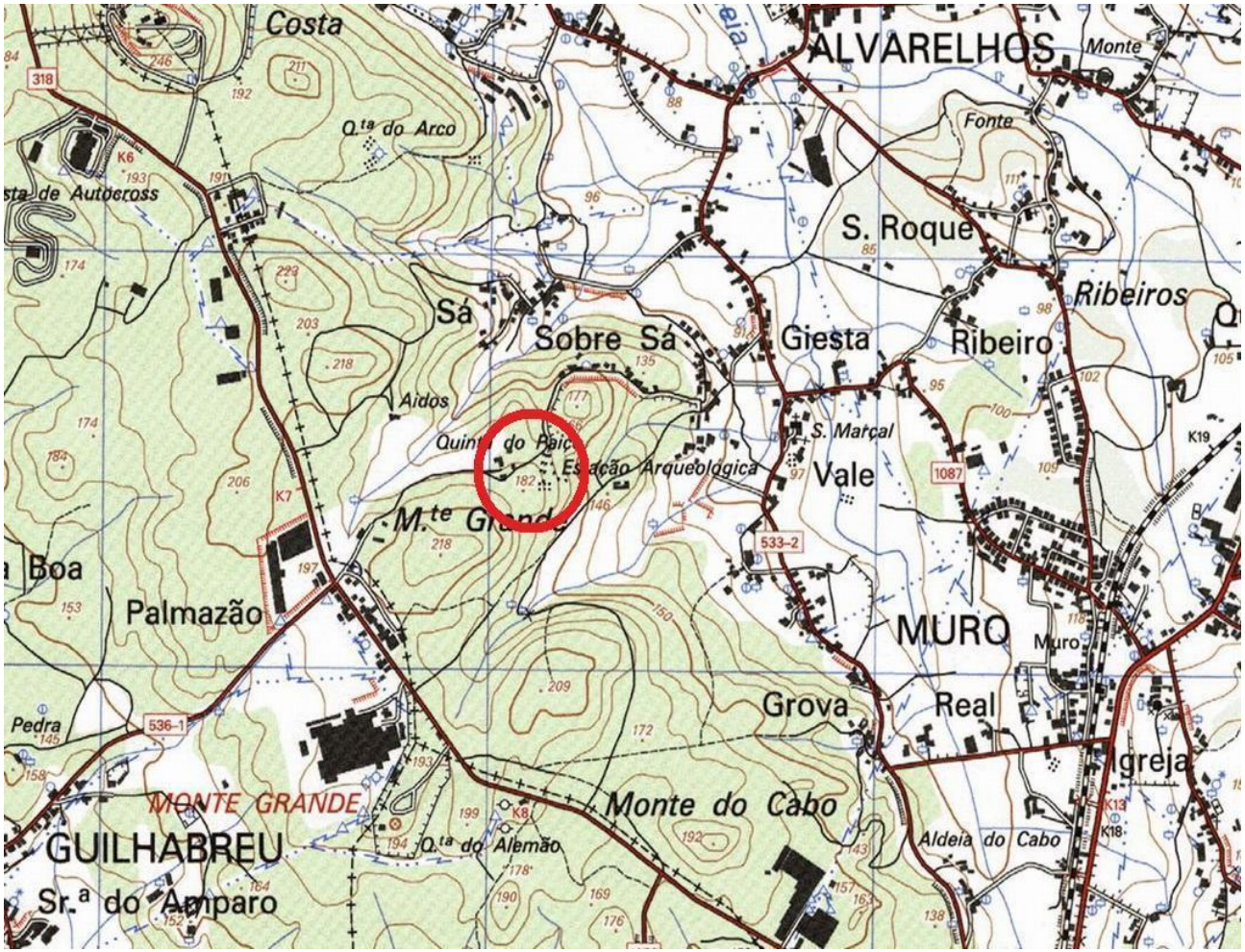
III.1: Intervenções até 2008

O arqueossítio do Castro de Alvarelhos foi, como tivemos oportunidade de referir previamente, alvo de estudos e intervenções desde meados do século XIX/XX. No entanto, a esmagadora maioria resultou em breves referências, entre as quais são relevantes os estudos de José Fortes (1899) e Rui de Serpa Pinto (vid. Bacelar 1984).

Como foi mencionado no Capítulo 1:2, foram realizados estudos anteriores, merecendo particular atenção os dados epigráficos. Entre eles destaquem-se as referências de E. Hübner quando alude ao miliário de Adriano (CIL II 4736) e à já referida pátera argêntea interpretada como uma dedicatória à divindade *Marte Vingador* (*Martis Ultoris)*, ambas com problemáticas próprias muito próximas (Hübner, 1871) [9].

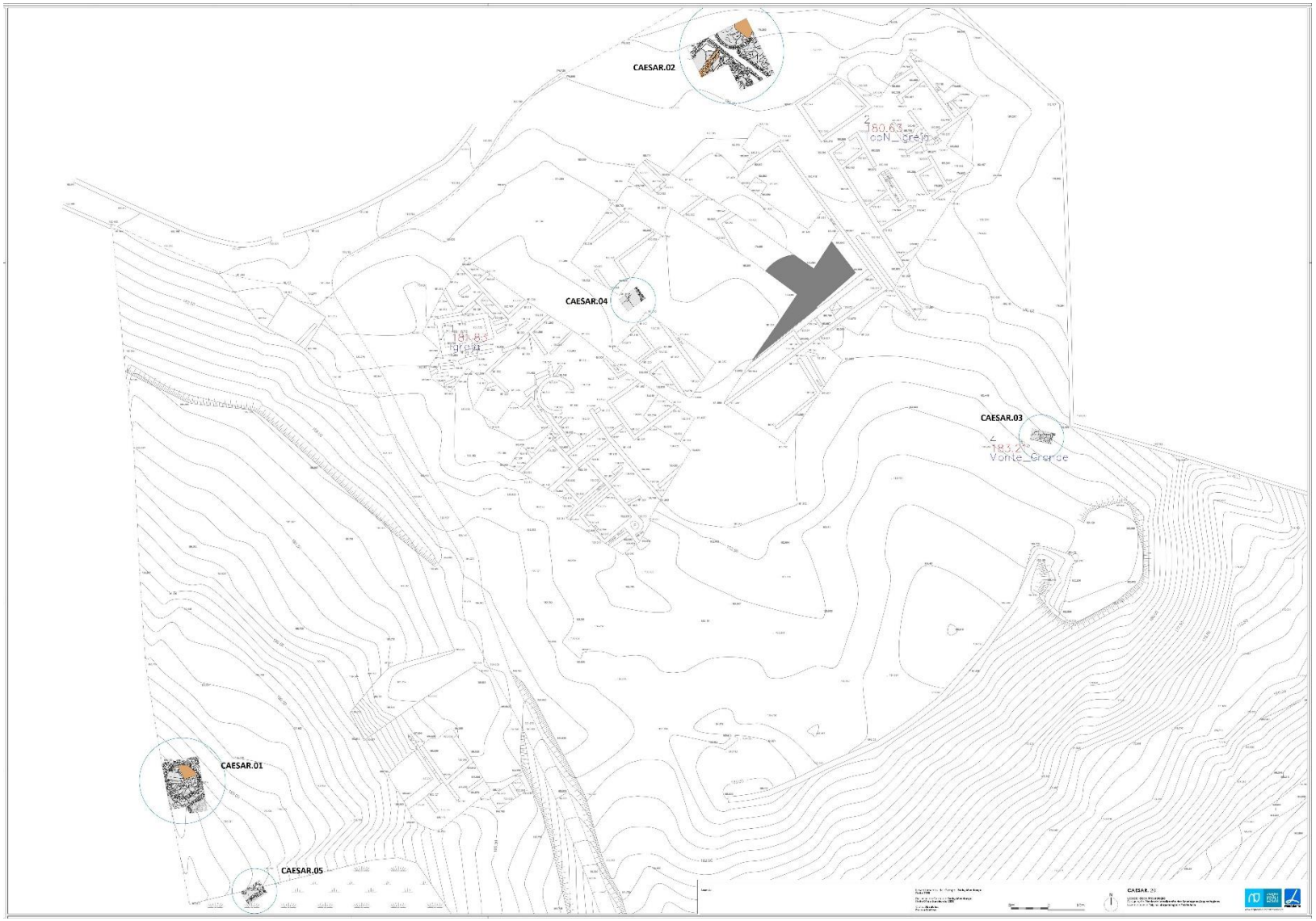
Uma das obras a destacar é a de Martins Sarmento, editada em 1878 (posteriormente reeditada em 1970 pela revista Guimarães), que pela primeira vez apresenta uma planta do castro. É também através das descrições deste autor que ficamos a saber da

[9] Apesar de Sarmento registar que a origem do monumento miliário seria na Quinta do Paiço nas proximidades do seu atual local de deposição, "junto da Casa do Paiço" (Sarmento, 1979, pp.49-51), não temos quaisquer dados precisos relativamente à identificação da desta pátera para além do ano de identificação de 1861 (Moreira 1992b, p. 17) e um longo histórico de viagens prévio à sua deposição final no Museu Nacional de Arqueologia, sintetizada por José da Encarnação (2014). O texto em causa levanta a possibilidade de tratar-se de um objeto de luxo importado durante o período contemporâneo (2014);



IMPLANTAÇÃO DO CASTRO DE ALVARELHOS NA CARTA MILITAR PORTUGUESA, ESCALA 1 - 25:000, FOLHA 97 (BOUGADO – SANTO TIRSO);

| ESTAMPA V



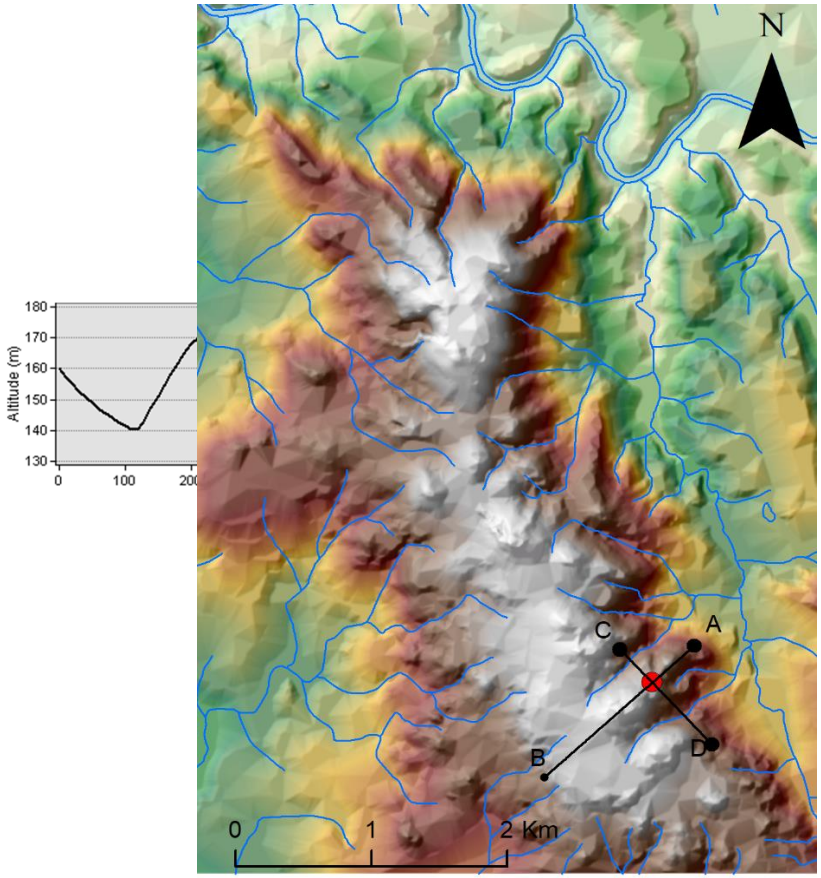
PLANTA DA ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO CASTRO DE ALVARELHOS (*CAESAR*.21) COM A IMPLANTAÇÃO DAS RESPETIVAS SONDAGENS (ADAPTADO)

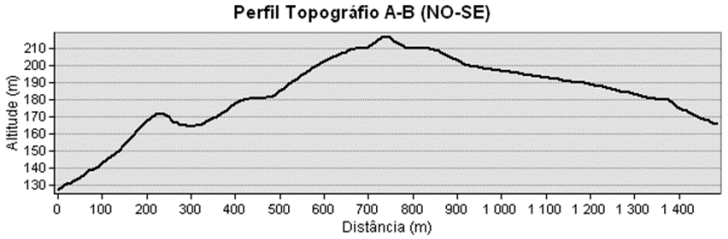
| ESTAMPA VI



FOTOGRAFIA AÉREA DA ÁREA MUSEALIZADA DO CASTRO DE ALVARELHOS - DISPONIBILIZADA PELA EQUIPA DA EMPRESA *SALA 4: DESIGN DE COMUNICAÇÃO*, FOTOGRAFIA REALIZADA COM RECURSO A DRONE;

| ESTAMPA VII





Legenda:

Castro de Alvarelhos

Rede Hidrográfica

Pontos A - D: Perfis Topográficos

PARTE DA SERRA DE STA. EUFÉMIA COM A IMPLANTAÇÃO DO CASTRO DE ALVARELHOS E RESPETIVOS PERFIS TOPOGRÁFICOS;

| ESTAMPA VIII





FOTOGRAFIAS ILUSTRATIVAS DO CONTROLO VISUAL DO CASTRO DE ALVARELHOS SOBRE A PAISAGEM (E-O E NE-SO, RESPETIVAMENTE)
- IMAGENS DISPONIBILIZADAS PELA EQUIPA DA EMPRESA *SALA 4: DESIGN DE COMUNICAÇÃO*,
FOTOGRAFIAS REALIZADAS COM RECURSO A DRONE;
| ESTAMPA IX

existência da "Pedra da Moura" nos arredores da estação, um grande lítico assente sobre o saibro no qual adoçado a uma estrutura indeterminada. Apesar de não a termos identificado podemos, no entanto, argumentar que a propriedade da quinta se estendia até à plataforma central, eventualmente até à acrópole já numa das plataformas do Monte Grande. Quanto à pequena capela (da qual apena restam os alicerces), sabemos que, à data, ainda possuía grande parte do seu aparelho arquitetónico e uma inscrição referente à sua construção[10] que se encontrava na padieira. O autor faz ainda questão de expressar o potencial visual a partir da estação (pp. 49-50):

"*Ha dali uma vista soberba, no arco de sudeste a norte. Para sudeste a Grova (a mulher não soube precisar se era monte ou vale, dava a entender que era ambas as cousas); entre Guídões e Azevedo (noroeste), o Marão, pequeno monte perto do Ave*."

Particularmente interessantes são as referências à existência de um conjunto de estruturas circulares identificáveis nos níveis de superfície. A descrição do autor não torna claro a que estruturas se refere.

Do ponto de vista do material, o autor menciona cerâmica e material de construção, metais, bem como a presença de líticos (pedras de raio, cristais e gamelas) (Sarmento, 1970, p. 51), sendo que estes últimos não foram até à data identificados em grande número.

Só voltamos a ter notícias da estação em 1899, no entanto pouco se vem acrescentar. José Fortes Júnior faz-nos chegar noticias de uma intensiva atividade de revolvimento e saque da estação arqueológica, motivada pelo misticismo da «bicha-moura», mas que apenas resultou no revolvimento da estratigrafia e extração de material arqueológico lítico e cerâmico, pontuado por numismas de prata e bronze que rapidamente desaparecem do registo (Junior, 1899, pp. 9-10). Curiosamente, este mesmo autor refere a identificação de parte da muralha numa das vertentes exteriores da plataforma central (Junior, 1899, p. 11), no entanto faltam dados geográficos que permitam localizar a estrutura referida. De facto, nenhum autor reclama a identificação absoluta

[10] *ESTA OBRA MA / NDOU ERIDIF / ICAR ABBADESA / DONA ANA DE MENDONS*, com o ano 1605 epigrafado junto à segunda linha (ibidem, p.49);

do perímetro muralhado da estação, mas a sua alusão perdura até à atualidade, com variabilidade no seu número de recintos muralhados e quanto à sua localização. Seguindo a leitura da figura localmente conhecida como Velho Barbosa, aquando da primeira alusão ao arqueossítio (Barbosa, 1852, p. 408), José Fortes Júnior cristaliza a noção do povoado de Alvarelhos corresponder a um importante elemento da malha de povoamento romana correlacionada com a linha defensiva do Ave e com o desenvolvimento comercial da região (Torres, 1979, pp. 12, 27). Entre os materiais que nos descreve, que variam na sua natureza entre materiais arquitetónicos e de construção (particularmente *tegulae,* uma base de coluna, fragmento de fuste e uma pia pétrea), cerâmicas romanas de cronologias e qualidades variáveis e líticos (onde destaca utensílios como percutores e polidores), que curiosamente parecem abundar (Junior, 1899, p. 22). Particularmente relevante é o registo de sete numismas, alguns dos quais legíveis e cuja cunhagem pode ser datada do período entre os reinados de Augusto e de Trajano, motivando assim a primeira leitura de uma ocupação romana que perdurou até pelo menos o séc. IV. O autor estabelece assim uma aproximação cronológica genérica quanto à ocupação romana, avançando a proposta de uma integração na esfera de influência latina precoce relativamente pacifica que se centra em torno da plataforma central aplanada e se estende até ao séc. IV (Junior, 1899, pp. 26-27).

Finalmente, assinalamos um importante contributo documental através da identificação de referências à estação na documentação produzida no séc. X e XI, que referem a *ciuitas*/*castro albarelios*/*aluarelius* nas proximidades da *villa palmatianas*/*palmacianus*/*palmatianus*, que dão lugar ao Couto de Palmazão na documentação do Reinado de D. Dinis (Junior, 1899, p. 29). Particularmente importante é esta repetida alusão a uma *civitas* em documentos datados de 907 e 990 (PMH DC1, 14 e 158), demonstrando que há uma clara memória comunitária da existência de uma antiga ocupação deste espaço, que depois perdura na toponímia.

O século XX foi marcado por uma redução bastante sentida na frequência de estudos relativos a esta estação. A documentação relativa a intervenções e estudos arqueológicos na estação só nos chegam mais de 50 anos depois por autoria de Carlos Faya Santarém (1954). No entanto o estudo traz-nos poucas informações relevantes,

para além da descrição morfológica e estilística de uma pequena escultura metálica e o que supõe ser um tirante de carro. Curiosamente, a segunda peça foi identificada em associação a uma estrutura de arquitetura redonda tipicamente associada ao período castrejo, ocorrência que se repetiu também com um numisma de bronze datado do reinado de Tibério (Santarém, 1954, pp. 37-39). No entanto, este texto é sintomático de um momento importante para a história do arqueossítio: o estabelecimento de uma pedreira a sul do Castro de Alvarelhos. Não sendo possível estabelecer uma data especifica para a abertura desta pedreira, refugiamo-nos na observação do autor quando afirma estar "há bastante tempo em exploração" (ibidem, p. 31-32). Podemos, no entanto, afirmar com maior certeza, que na entrada na década de 80 as explorações dos recursos minerais tinham cessado.

Joaquim Torres (1979) deixa claro o estado da arte quanto ao arqueossítio quando afirma "*praticamente nenhuma pesquisa série se realizou*" e alude ao saque do seu espólio através de uma sentida "*ação de exploradores clandestinos*" (Torres, 1979, p. 16). Aquando do seu estudo numismático, o arqueossítio encontrava-se completamente consumido pela vegetação, sendo apenas identificável algum potencial arqueológico devido à presença de vestígios de superfície (*tegulae*, cerâmica e fragmentos graníticos talhados). Destaque-se que o autor faz questão de assinalar que o local de mais clara ocupação foi também vítima de exploração da pedreira referida por Faya Santarém, contudo, neste momento da história do arqueossítio a exploração já teria finado. Apesar da relevância destes, o principal contributo para o estudo da estação é conjunto de 800 numismas identificados em 1971 num esporão rochoso bastante amorfo nas imediações da estação (que o autor interpreta como uma parcela do pano de muralha e que afirma ter sido formada por três lanços distintos). O local de implantação que supomos ser o indicado pelo autor (vertente norte de Monte Grande) foi sujeito a prospeção de superfície, no entanto não foram identificados vestígios indicativos da presença de aparelhos arquitetónicos visíveis à superfície. Antes de avançarmos para a análise dos dados numismáticos apresentados, devemos mencionar a recensão apresentada pelo Prof. Dr. Rui Centeno no mesmo ano, a que acrescentamos ainda a sua tese de doutoramento (Centeno, 1987). De qualquer forma, podemos concluir a partir dos documentos referidos que foram estudadas 3465 moedas pertencentes a um conjunto

de mais de 5000 numismas e nove pequenos lingotes de prata, interpretados como uma forma de peso ponderal de fabrico exógeno (eventualmente associado a uma origem militar) cujo volume total corresponderia aproximadamente ao de 10 libras, duas das quais, como já mencionamos, contavam ainda com a inscrição *CAESAR* gravada numa das suas superfícies. O entesouramento do conjunto numismático aparenta ter ocorrido algures após os anos 26-27 (Centeno, 1979, pp. 105-107). A este conjunto, Rui M. Sobral Centeno acrescenta ainda outros elementos monetários recolhidos na estação, não estudado por Joaquim Torres, para uma leitura mais abrangente do espólio numismático da estação (Lima, 1940a, pp. 205, 211; Centeno, 1979, pp. 105-109; Torres, 1979; Centeno, 1987, pp. 43-55).

Feita esta análise da principal documentação científica produzida até inícios da década de 90, resta-nos referir a dissertação de doutoramento de Álvaro Brito Moreira (2010)[11] como o grande estudo de referência até à presente data. O estudo apresenta as várias intervenções realizadas entre 1991 e 1998, ao longo de 11 campanhas, totalizando 1980 m^2 (Moreira, 2010, p. 332). Estas intervenções incidiram especificamente na plataforma intermédia com particular enfoque na área da Praça Central, onde foi realizada essencialmente uma escavação em área, e na Quinta do Paiço, localizada nas proximidades da estação arqueológica, através da realização de sondagens pontuais[12]. Os trabalhos realizados durante estas intervenções resultaram em larga escala na estação arqueológica como a conhecemos em 2021, quando se iniciou a primeira campanha arqueológica no projeto *CAESAR*. O estudo apresentado por Álvaro Moreira, no âmbito da sua tese de doutoramento, aborda de forma sistemática todas as dimensões da investigação arqueológica, passando pelo estudo do território em que a estação se insere, as principais linhas historiográficas que marcaram a investigação arqueológica e o estudo da estação arqueológica incluindo cultura material e as arquiteturas identificadas, incluindo o eixo urbano em que as respetivas arquiteturas se inserem e, finalmente, a cultura material identificada através do espólio arqueológico.

[11] Destacamos também os vários trabalhos publicados pelo autor na série de periódicos "Santo Tirso Arqueológico" relativamente ao Castro de Alvarelhos, particularmente ao longo da década de 1990;

[12] Apresentamos nas Estampa VII uma fotografia aérea do estado da área musealizada em 2021. É pertinente consultar a mesma a par da Estampa X.1, onde apresentamos a planta da área musealizada após a intervenção do autor supracitado;

É a este autor que se deve a primeira proposta de cronologia faseada da ocupação do Castro de Alvarelhos (Estampa IV.B) e a identificação dos principais núcleos habitados e complexos habitacionais que definiram a orgânica de ocupação da plataforma central (Estampa IV.A) (Moreira, 2010, pp. 335-364). A identificação destes núcleos resultou ainda numa nomenclatura (por norma associada às ocorrências materiais identificadas durante as intervenções nessas mesmas estruturas e a adoção do termo "Praça" para se referir a uma ampla estrutura quadrangular no centro da plataforma intermédia em que assenta a estação. Esta estrutura parece ter orientado a orgânica interna de organização urbanística do espaço, onde atuava como espaço central privilegiado em época romana (Moreira, 2010, pp. 374-383)

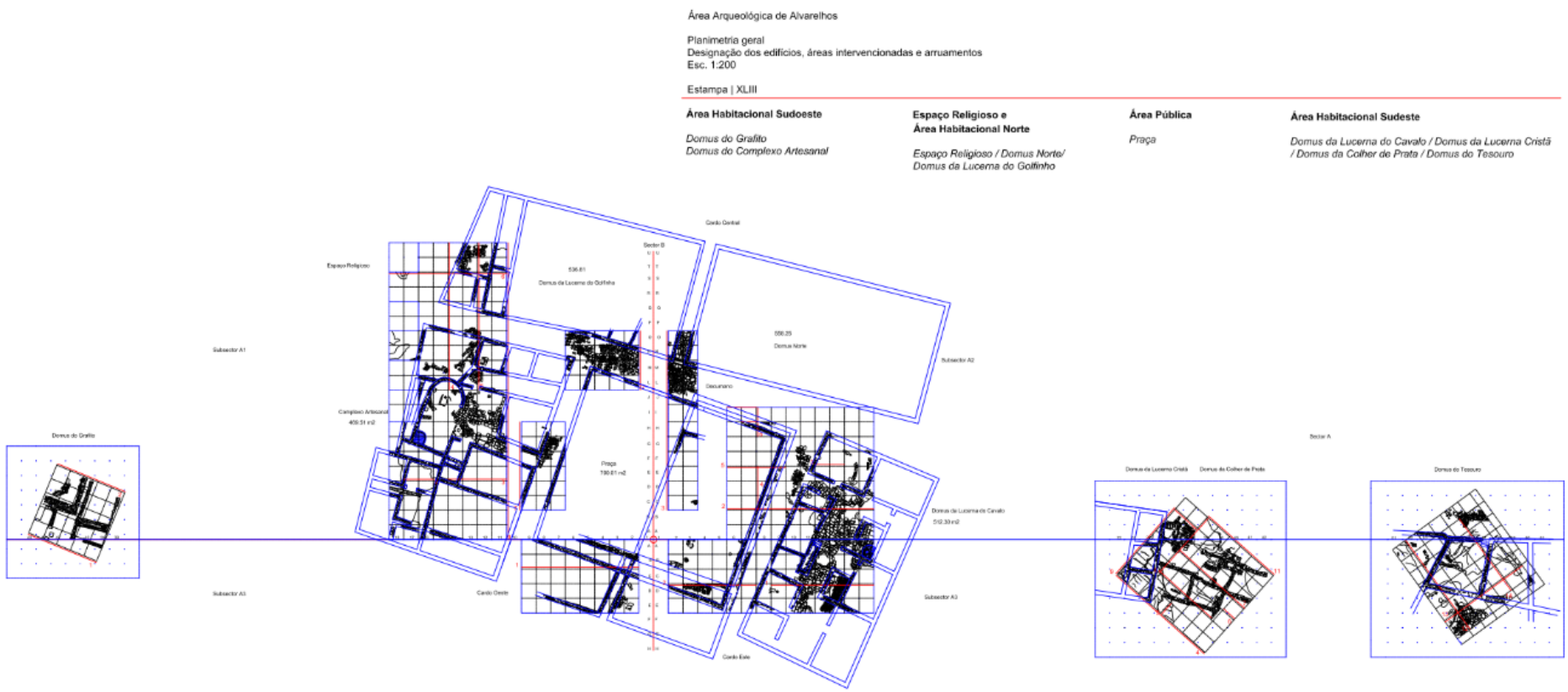
Posteriormente, em 2008, ocorre uma outra intervenção arqueológica por parte da Câmara Municipal da Trofa por intermédio da empresa de arqueologia *PERENNIA MONUMENTA - Serviços Técnicos de Arqueologia Lda.*, cuja equipa realizou os trabalhos de campo associados. Embora os resultados não tenham ainda sido publicados, sabemos que a intervenção, para além de algumas sondagens, correspondeu à limpeza e consolidação de edifícios previamente descobertos nas intervenções anteriores.

III.2: Projeto *CAESAR*

O projeto de investigação *Castro de Alvarelhos (Trofa) Estudo Científico do Registo Arqueológico* (*CAESAR*) integra-se na iniciativa de Promoção, Valorização e Beneficiação da Estação Arqueológica – Castro de Alvarelhos», promovida pela Câmara Municipal da Trofa e financiada pelo Programa Operacional Regional do Norte 2014.2020 (Norte 2020).

Esta iniciativa, mais abrangente e com vista à requalificação dos acessos ao Castro e promoção da Estação arqueológica, incluiu ainda duas iniciativas desenvolvidas previamente ao projeto *CAESAR*, que são relevantes para o presente estudo.

Primeiramente, no decurso do ano de 2014, procedeu-se ao estudo de materialidades recolhidas em campanhas de escavação anteriores, até então inéditas. Já em 2019, antecedendo as obras de recuperação dos acessos ao circuito visitável do Castro de Alvarelhos, foram realizadas seis sondagens arqueológicas de diagnóstico (Ferreira, 2022, pp. 23-24), que forneceram importantes dados relativos à ocupação proto-



PLANTA DA ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO CASTRO DE ALVARELHOS: INTERVENÇÕES DOCUMENTADAS POR ÁLVARO BRITO MOREIRA (2010);
| ESTAMPA X.1

Fase	Início	FIM
Fase I	900/700 a.C.	500 a.C.
Fase II	138/136 a.C. Campanhas de *Decimus Junio Brutus*	14/54 d.C. Reinados de Tibério/Cláudio
Fase IIb	14/54 d.C. Reinado de Tibério/Cláudio	69/74 d.C. Reinado de Vespasiano Atribuição do ius latii à Península
Fase III	69/74 d.C. Reinado de Vespasiano Atribuição do *ius latii* à Península	284/288 Reinado de Diocleciano Criação da Província da Galécia
Fase IV	284/288 d.C. Reinado de Diocleciano Criação da Província da Galécia	409/411 d.C. Fixação dos Vândalos e Suevos na Galécia
Fase V	409/411 d.C. Fixação dos Vândalos e Suevos na Galécia	455/459 d.C. Guerra Civil entre Suevos e Visigodos Queda do Reino Suevo
Fase VI	Séc. IX/X I*ncastellamento* Início da Reconquista	Séc. XII/XIII Abandono do Castelo Construção da Igreja e Necrópole
Fase VII	Séc. XII/XIII Construção da Igreja e Necrópole	Séc. XVI/XVII Abandono da Igreja e Necrópole

PROPOSTA DE CRONOLOGIA FASEADA DA OCUPAÇÃO DO CASTRO DE ALVARELHOS AVANÇADA POR ÁLVARO BRITO MOREIRA (2010);

| ESTAMPA X.2

histórica e romana do local permitindo, a identificação de várias estruturas associadas a uma fase tardia da Idade do Ferro e à ocupação romana do arqueossítio[13] (*ibidem*, 2022, pp. 6-22).

O projeto *CAESAR* teve início a 3 de agosto de 2020, com uma extensão prevista de dois anos (até finais de 2022). O projeto tem como membros da Comissão Científica os docentes de Arqueologia da FLUP Rui Morais (IR), Rui M. Sobral Centeno e Daniela Ferreira, responsáveis pela coordenação de todas as ações do projeto, incluindo a direção das intervenções de campo realizadas. Contou ainda com uma vasta equipa especializada e com o apoio logístico da empresa *Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, arqueologia Lda. Arqueologia e Património*, que providenciou os meios técnicos e recursos humanos necessários à boa execução dos trabalhos de escavação.

A equipa de campo contou com a participação de vários estudantes do 1º e 2º ciclos dos cursos de Arqueologia e História da Universidade do Porto, em regime de voluntariado, entre os quais o autor desta tese (ver a Estampa XI, onde apresentamos uma fotografia dos membros que participaram nas campanhas de escavação *CAESAR*.20 e *CAESAR*.21). Consideramos a integração de alunos no Projeto *CAESAR* uma mais-valia devido à possibilidade de criar um espaço transdisciplinar formativo propício à aquisição de aptidões prático-teóricas essenciais na formação dos estudantes como profissionais e académicos das respetivas áreas científicas, para além de resultar numa aproximação entre os voluntários e o património local e regional.

Ambas as campanhas tiveram cinco objetivos principais (Ferreira, 2022, pp. 36-37):

1. Definir com maior precisão a cronologia e natureza de ocupação da plataforma superior do Monte Grande (nos limites dos terrenos que são propriedade do município), onde já haviam sido identificados alinhamentos pétreos à superfície (Sondagens 01);

[13] Considerando o caráter desta tese como um estudo orientado especificamente para uma sondagem e o seu espólio, optamos por remeter para a obra "*O Castro de Alvarelhos (Trofa*)" publicada em 2022 pela Prof.ª Dr.ª Daniela Ferreira para uma abordagem detalhada dos vestígios arquitetónicos e espólio arqueológico exumado nestas sondagens, para além das medidas de minimização e preservação aplicadas aos materiais científicos identificados;





EQUIPA DE VOLUNTÁRIOS E ALGUNS DOS TÉCNICOS QUE FORMARAM A EQUIPA DE ESCAVAÇÃO DAS CAMPANHAS 1 (2020) E 2 (2021) DO PROJETO *CAESAR*, JUNTAMENTE COM OS MEMBROS DA COMISSÃO CIENTÍFICA DO PROJETO;

| ESTAMPA XI

2. Contribuir para o esclarecimento da cronologia de construção e remodelações da "praça" central do povoado (Sondagem 04);
3. Obter uma leitura crono-estratigráfica diacrónica relativa à ocupação do Monte Grande durante os períodos pré-romano e romano (Sondagem 02);
4. Esclarecer a eventual existência de uma linha intermédia de muralha (Sondagem 03);
5. Limpeza e registo de uma área previamente intervencionada, localizada na plataforma superior do povoado, no limite da área musealizada, com vista ao seu eventual alargamento e posterior musealização das estruturas escavadas (Sondagem 05);

Destas duas campanhas resultaram 5 sondagens em áreas distintas do povoado. Na plataforma superior do monte (vertente oriental do Monte Grande) foram intervencionadas duas sondagens: a primeira (*CAESAR*.01) foi escavada até ao substrato rochoso, que se encontrava a pouca profundidade, e permitiu a identificação de um aparelho granítico associado à ocupação romana e correspondente piso de circulação, associado a fragmentos de loiça de mesa e cozinha. Refira-se que apesar do material ser concordante com a ocupação do período augustano também foi identificado material castrejo em níveis de revolvimento. Também na plataforma superior foi intervencionada uma estrutura pétrea de planta circular, escavando-se o seu interior e a zona envolvente (*CAESAR*.05). Foram identificadas sucessivas fases de ocupação que recuam à Idade do Ferro e se prolongam até à segunda metade do século II, como testemunham o muro de época romana, alvo de três reformulações arquitetónicas (Ferreira, 2022, pp. 38-40).

Na plataforma central, foram realizadas três sondagens. A primeira (*CAESAR*.03) foi implementada no limite oriental da área musealizada, junto ao muro pétreo (de cronologia contemporânea) que divide o espaço musealizado do arqueossítio e a Quinta do Paiço. Tal como referido, pretendia-se com a realização desta sondagem esclarecer a eventual existência de uma linha indeterminada de muralha. Apesar de se verificar uma grande concentração de granitos de médio e grande calibre localizados precisamente num alinhamento pétreo associado a uma elevação estreita e alongada, que se interpretou como eventual pano intermédio de muralha, constatou-se uma reduzida potência estratigráfica e apresentou-se bastante estéril relativamente à

presença de material datável (Ferreira, 2022, p. 41). Também na zona da praça central do povoado foi realizada uma sondagem (*CAESAR*.04) com o intuito de estabelecer com maior precisão as cronologias de construção e reformulação deste espaço central. A intervenção apenas abarcou a face exterior do muro ocidental da praça central (que separa o interior da praça do eventual eixo ortogonal de via que a rodeia) e permitiu datar a construção do referido muro de meados do séc. I/inícios do séc. II, a partir do espólio arqueológico identificado (Ferreira, 2022, pp. 40-41).

Finalmente, resta-nos referir a sondagem 02 (*CAESAR*.02), caso de estudo da presente dissertação. Esta sondagem, aberta na plataforma inferior do Monte Grande, constitui a sondagem mais rica no que diz respeito ao seu valor científico. A elevada presença de elementos arquitetónico e artefactos de natureza diversa identificados, permitiu compreender melhor a sucessivas ocupações do local, associadas a reformulações arquitetónicas relativamente claras, que recuam até à segunda metade do séc. I a.C. (Ferreira, 2022, p. 41). Conforme tivemos oportunidade de referir previamente, sendo este o caso de estudo que nos propomos estudar, remetemos para o capítulo seguinte da presente dissertação (IV: Sondagem 02) para uma descrição precisa e completa da sondagem, considerando-se redundante abordar as suas problemáticas neste momento.

IV: Sondagem 02

A intervenção arqueológica que nos serve de caso de estudo iniciou-se em 2020. O local de implantação da sondagem teve em consideração a identificação, durante trabalhos realizados num momento anterior ao início da primeira campanha, de uma estrutura de planta circular em área próxima ao local da abertura da sondagem, assim como a proximidade do *cardo*, procurando-se determinar a sua extensão e cronologias de construção e utilização. Nesse sentido, a implantação da sondagem *CAESAR*.02 compreendeu um espaço contíguo aos vestígios identificados previamente e parte do provável alinhamento do arruamento mencionado, sendo implantada junto à entrada Este da área musealizada.

No decurso da 1ª campanha de trabalhos de campo procedeu-se à intervenção de uma área de 3x1,5m, com orientação Este-Oeste. Foram identificados três muros pétreos, dois dos quais apresentam perfil retilíneo, estando associados a dois momentos distintos da ocupação romana do povoado. O terceiro apresenta planta circular e associa-se a um momento de ocupação pré-romana. Face ao interesse destes contextos, entendeu-se pertinente proceder ao alargamento da sondagem ainda em 2020. Durante esta segunda fase, a área intervencionada foi sujeita um alargamento de dois metros para este e quatro metros para sul, resultando assim numa área total intervencionada de 15,5 m^2 (um desenho do plano final da sondagem é apresentado na Estampa XII). Nesta campanha foi possível atingir o substrato rochoso apenas em algumas das áreas intervencionadas, a uma profundidade máxima de 2,20 metros (Ferreira & Fonseca, 2020).

Considerando o potencial demonstrando pela sondagem no decorrer da primeira campanha, em 2020, procedeu-se a um aumento considerável da área intervencionada em 2021. Foram assim realizados alargamentos da área afeta pela sondagem 02 de ca. de 16 m^2, a Norte, Este e Sul e 8 m^2 a Oeste da área previamente escavada (Ferreira, 2021, pp. 5-6). Conforme se verifica na planta apresentada na Estampa XIII, na sequência destes trabalhos foi possível identificar a continuação dos dois muros retilíneos identificados previamente que, em conjunto com um terceiro, formam um compartimento. Um dos muros que constitui este compartimento, de orientação NO-

SE, possui aberturas de escoamento de águas pluviais e será mais antigo do que os dois muros retilíneos que a ele encostam. Paralelo a este, foi identificado um outro aparelho, de menor espessura e sem aberturas. Em conjunto, estes dois muros formam uma estreita área possivelmente destinada ao escoamento de águas pluviais. O segundo muro apresenta-se adoçado a uma estrutura circular. Esta "*casa redonda*" apresenta um aparelho de grande qualidade, semelhante ao aparelho identificado na casa redonda presente na sondagem 05. Conserva vestígios do que interpretamos como um possível nível de circulação, assente diretamente sobre o geológico. Não foi possível identificar o cumprimento total do muro romano que forma o compartimento e a casa redonda.

IV.1: Metodologia

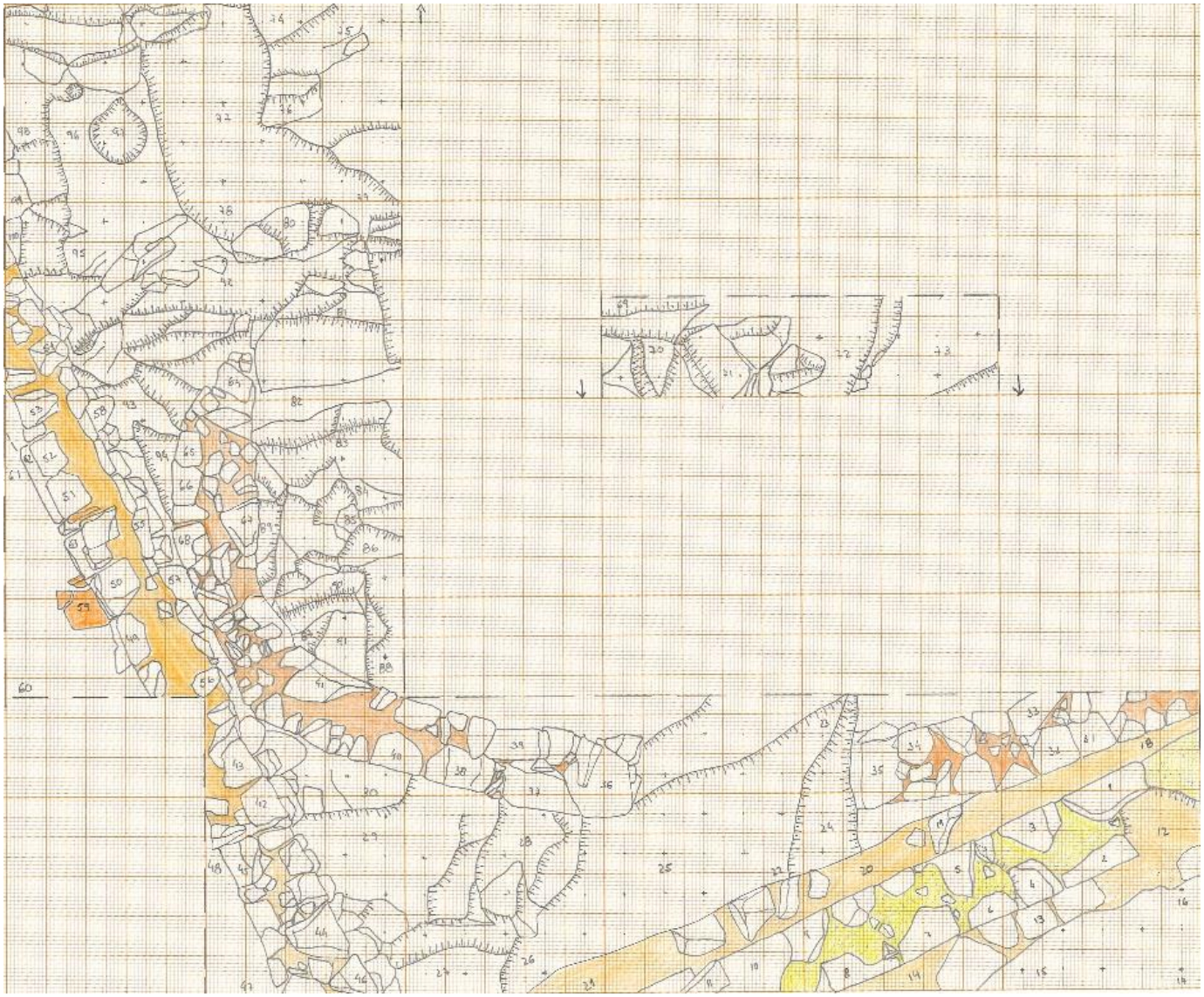
Para a realização desta dissertação foram adotadas metodologias que permitiram definir as linhas orientadoras da análise dos materiais arqueológicos identificados na sondagem *CAESAR*.02.

Numa primeira etapa, procedeu-se à análise exaustiva das principais referências bibliográficas relativas quer ao sítio arqueológico, quer ao tipo e natureza dos materiais identificados.

Relativamente ao estudo dos materiais arqueológicos, procuramos, num primeiro momento, conhecer diferentes metodologias passiveis de serem aplicadas em estudos semelhantes. Optou-se então por adotar e conciliar aquelas que entendemos serem as que melhor se adequam ao caso de estudo[14].

Apresentamos no subcapítulo III.2, as ações desenvolvidas no âmbito do projeto *CAESAR*, com a descrição aprofundada dos trabalhos realizados e da metodologia adotada na escavação. Sublinha-se, no entanto, que as referidas linhas orientadoras dos trabalhos tiveram por base as escolhas da equipa de coordenação científica do Projeto, devidamente explicitadas nos documentos PNTA e PATA'S (DRP-DS/2004/13-

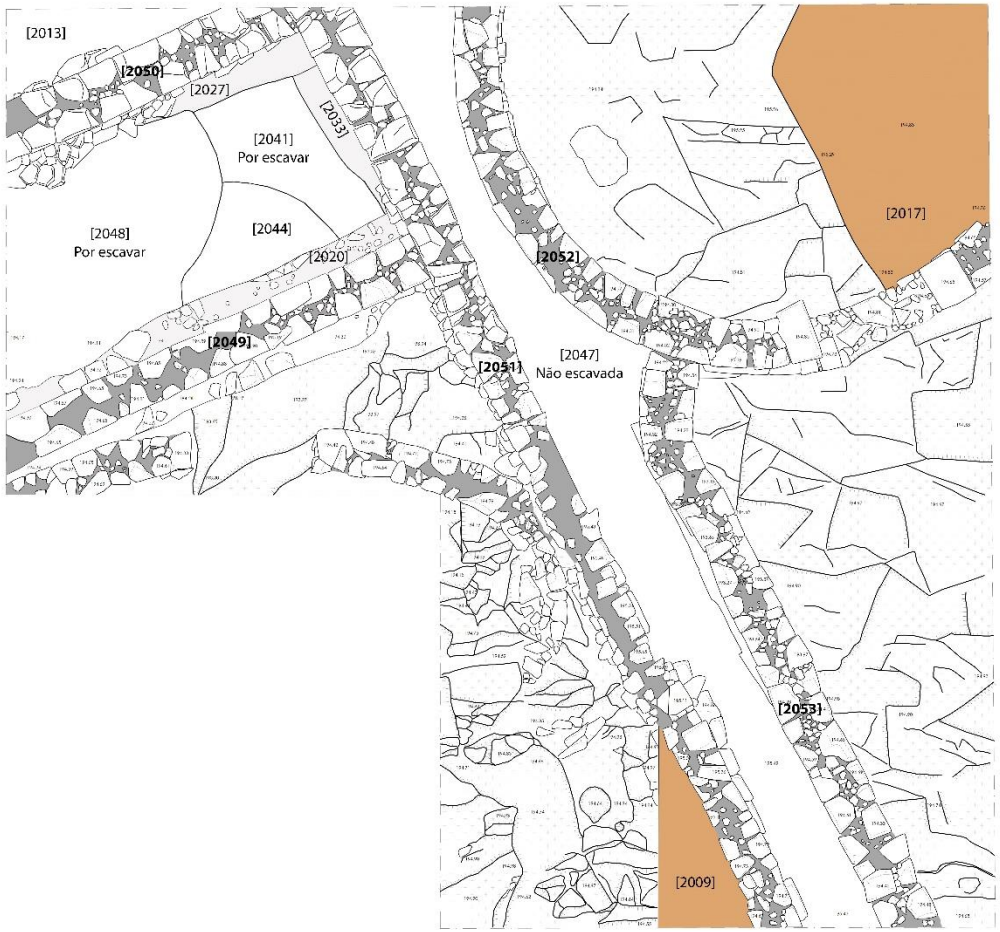
[14] Entre estas obras consideramos, particularmente pertinentes «A cultura Castreja no Noroeste de Portugal» (1986, 2ª ed 2007) de Armando Coelho; «A cerâmica castreja da citânia de Briteiros» (1997) de Maria Antónia Dias da Silva; «Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade» (2004) de Rui Morais; «Cerâmica Utilitária» (2007) de Maria das Dores Cruz e Virgílio Hipólito Correia; «Roman Pottery in the Archeological Record» (2007) de J. Theodore Peña e «Guía de la Cerámica Romana» (1990) de Miguél Beltrán .



PLANO FINAL DA SONDAGEM CAESAR.02 APÓS A CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES DE 2020 (DISPONIBILIZADO PELA EMPRESA ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, REALIZADO POR NELSON VALE, RUI SOUSA E JORGE FONSECA);

| ESTAMPA XII

copyright 2016 arqueologia e património todos os direitos reservados



Legenda:

Área de circulação conservada, integrada no plano de musealização.

Desenho de Campo **Jorge, Nélson, Rui / Bia, Ricardo**
Data **14 de Setembro de 2020 / 03 de Agosto de 2021**

Desenho de Gabinete **Rodry Mendonça**
Data **16 de Junho de 2022**
Cotas **Absolutas**
Escala **Gráfica**

0m 0.50 1 2m

CAESAR. 20/21

Especialidade **Arqueologia**
Designação **Sondagem 02 - Plano Final**
Levantamento Original **Arqueologia e Património**

www.arqueologiaepatrimonio.pt

PME líder '12

Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia Lda., [Folha A2]

DESENHO DE PLANO DA SONDAGEM *CAESAR*.02 (2021) DA AUTORIA DE JORGE FONSECA, NÉLSON VALE, BEBIANA MOTA E RICARDO MOTA;

| ESTAMPA XIII

18/12614/PATA/16082; C.S.208666) e DRP-DS/2004/13-18/12614/PATA/18498 (C.S: 221988) – disponíveis a consulta pública. Abstemo-nos, por conseguinte, de as descrever pormenorizadamente na presente dissertação, cingindo-nos unicamente aos aspetos que servem de base às interpretações estratigráficas realizadas.

No que diz respeito à análise dos materiais arqueológicos provenientes da sondagem *CAESAR*.02, optou-se pela identificação das diferentes existências recolhidas e a sua associação aos contextos de proveniência, considerando e analisando as unidades estratigráficas. Foram analisados assim, os seguintes parâmetros:

- Identificação sequencial das UE's seguindo a leitura estratigráfica da sondagem;
- Descrição pormenorizada das UE'S, apresentada em anexo ao presente trabalho;
- Observações relativas à relação estratigráfica das várias UE's;
- Constatação preliminar sobre a integridade, distinguindo entre unidades bem conservadas e unidades de revolvimento;
- Listagem de materiais recolhidos nas várias unidades e das respetivas quantidades, distinguindo-se cerâmicas, vidros, metais, numismas, líticos e elementos arquitetónicos;

Num segundo momento, procurou-se classificar os materiais.

IV.1.1: Análise Morfológica e Tecnológica

Os artefactos foram integrados nas respetivas tipologias, elaboradas com base em bibliografia de referência. Sublinhamos, no entanto, que a maioria dos materiais estudados se encontrava muito fraturado, erodido e, ocasionalmente, em mau estado de conservação, dificultando a sua integração nas categorias consideradas. Para cada fragmento ou exemplar, foram tidos em conta os seguintes parâmetros de análise:

1. Natureza	a. Cerâmicas; b. Líticos e Elementos Arquitetónicos; c. Vidros; d. Metais; e. Numismas;
2. Produção	a) Ânforas; b) C. Castreja; c) C. Castreja Decorada; d) C. Cinzenta Fina Polida; e) C. Comum Fina Romana;

	f) C. Comum Indeterminada; g) C. Comum Romana; h) C. de Engobe Vermelho; i) C. de Engobe Vermelho Não Vitrificável; j) C. Pintada Romana; k) Cossoiros; l) *Dolia*; m) Fragmento de Coluna; n) Indeterminado; o) Lascas; p) Mós; q) Moedas; r) N.A.; s) Peças de Jogo; t) Pesos Tear; u) *Labrum*(?); v) Placas de Xisto; w) Polidor/Alisador; x) Pregos/Cavilhas; y) Vidros; z) T.S. Africana; aa) T.S. Foceense/Late Roman C; bb) T.S. Sud-Gálica; cc) T.S. Hispânica; dd) T.S. Itálica; ee) Tégulas; ff) Objetos de Adorno; gg) Lucernas e Candeias;
3. Forma	a. Alguidares; b. Assadores/Coadores; c. Cadinhos; d. Copos; e. Potes; f. Pratos; g. Recipientes de Asa Interior; h. Taças; i. Talhas; j. Tigelas; k. Bilhas; l. Garrafas; m. Jarros; n. Púcaros; o. Unguentários; p. Candeias; q. Contas; r. Seixo Rolados; s. Indeterminados/Indetermináveis;

	t. N.A.;
4. Parte Constituinte	a. Bordo; b. Parede; c. Ombro; d. Asa; e. Base; f. Testo/*opercula*; g. Parte superior (conjugação de bordo e bojo); h. Parte inferior (conjugação de fundo com bojo); i. Indeterminado/ indeterminável;
5. Período	a. Castrejo; b. Romano; c. Tardo-Romano; d. Indeterminado/ indeterminável;
6. Proveniência	a. Local; b. Regional; c. Importado; d. Indeterminado/ indeterminável;
7. Dimensões	a. Altura máxima; b. Largura máxima; c. Espessura Máxima; d. Outros (de acordo com especificidade consideradas relevantes);

TABELA 1: SINTETIZAÇÃO DOS PARÂMETROS DE CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAIS;

IV.1.2: Quantificação e Análise Estatística

De acordo o material estudado, os métodos de quantificação e análise estatística diferem consideravelmente (Jorge, 1988, pp. 20-21; Carvalho, 1998; Viegas, 2003, pp. 25-28; Pimenta, 2005, pp. 29-30). Atendendo ao exposto, optamos por criar uma base de dados informatizada, adotando uma metodologia abrangente capaz de incluir campos de análise aplicáveis a materiais de diferentes naturezas e cronologias.

Uma síntese da base de dados elaborada é apresentada em anexo (Anexo 3: *Tabelas dos* Materiais) ao presente trabalho e segue os critérios de análise morfológicos/tecnológicos já mencionados. Procurou-se, através da elaboração desta ferramenta alcançar os seguintes objetivos:

- Compilar e organizar os dados detalhados sobre os materiais recolhidos em escavação;

- Disponibilizar esses dados, segundo um critério homogéneo e de consulta acessível;
- Formular dados estatísticos que permitam fundamentaram as interpretações realizadas;

A base de dados foi concebida sob a forma de tabela com campos específicos e opções de respostas pré-definidas, garantindo a uniformidade de todas as designações utilizadas, elemento fundamental à análise estatística. Utilizou-se a ferramenta de software Microsoft Access[15] complementada pelo software Microsoft Excel.

Nesta análise foram individualizados os fragmentos de bordos, asas e fundos, integrando-os nas respetivas tipologias. Foram ainda considerados os fragmentos de paredes, alguns dos quais tendo sido possível inseri-los nas respetivas tipologias (outras considerações relevantes sobre a base de dados são apresentadas no Anexo 1: *Base de Dados - Metodologia*).

IV.2: Análise dos Materiais

Avançamos com uma breve descrição sumária das produções identificadas, apresentando uma análise morfológica e estatística com os dados considerados relevantes. Para além da base de dados, foram incluídas no Anexo 2: *Tabelas de Materiais* da presente dissertação as tabelas descritivas dos fragmentos que compõem os vários conjuntos . Também no respetivo anexo segue ainda uma breve nota explicativa de alguns aspetos relativos à metodologia adotada na exposição de dados afetos a alguns materiais de exceção (artefactos metálicos e numismas).

IV.2.1: Cerâmica

Entre os materiais identificados nesta sondagem, a cerâmica é maioritária. Agrupamos estes materiais em função de 11 categorias distintas, nomeadamente:

1. Cerâmica Castreja;
2. *Terra Sigillata*;
    a. *Terra Sigillata* Itálica;
    b. *Terra Sigillata* Sud-Gálica;

[15] A partir desta base digital, os dados obtidos foram estaticamente processados através da exportação da dita tabela para um ficheiro de extensão .xlsx compatível com softwares destinados a esse fim (entre os quais optamos pelo Microsoft Excel) consultável de forma clássica ou via *Tabela Dinâmica*.

c. *Terra Sigillata* Hispânica;
d. *Terra Sigillata* Africana;
e. *Terra Sigillata* Foceense;

3. Cerâmica Cinzenta Fina;
4. Cerâmica Pintada;
5. Cerâmica de Engobe Vermelho;
6. Cerâmica Comum Fina;
7. Cerâmica Comum Grosseira;
8. Ânforas;
9. *Dolia*;
10. Pesos de Tear e Cossoiros;
11. Peças de Jogo;

Para cada uma delas, apresentamos a análise quantitativa e percentual das formas registadas, assim como algumas características especificas. Procuramos, a partir destes dados, identificar padrões relevantes para expandir o conhecimento sobre a ocupação do Castro de Alvarelhos, particularmente no que respeita ao espaço correspondente à sondagem *CAESAR*.02.

IV.2.1.1: Cerâmica Castreja

Foram identificados 3135 fragmentos de cerâmica castreja de produção local/regional, 50 dos quais apresentam decoração (ca. 1%). Do ponto de vista quantitativo, destacam-se os fragmentos a torno, tendo-se apenas identificados dois fragmentos de fabrico manual (forma F1 de Briteiros) de possível talha (Silva, 1997, p. 167, Est. XXXV). Com exceção de algumas cerâmicas de cor acinzentada, de cozedura redutora, a grande maioria corresponde às típicas produções micáceas de cor bege acastanhada. Como seria espectável, o conjunto é tipologicamente heterogéneo. Deste conjunto foi possível enquadrar 268 fragmentos em formas específicas, resultando nos dados apresentados na Tabela 1.





FOTOGRAFIA DO CONJUNTO DE CERÂMICA CASTREJA IDENTIFICADO NA UE 2041 E FOTOGRAFIA DEMONSTRATIVA DAS DECORAÇÕES IDENTIFICADAS;
| ESTAMPA XIV

Formas Identificadas	N.º de Fragmentos
Alguidar	**15**
Bordo	12
Parede	3
Assador/Coador(?)	**1**
Parede	1
Bilha	**1**
Bordo	1
Jarro	**3**
Bordo	2
Bordo com Arranque de Asa	1
Pote	**94**
Bordo	72
Fundo	22
Púcaro	**2**
Asa	1
Parede com Arranque de Asa	1
Púcaro/Copo	**3**
Bordo	1
Fundo	2
Recipiente de Asa Interior	**40**
Asa	8
Bordo	30
Parede	3
Taça	**2**
Bordo	2
Tigela	**31**
Bordo	20
Fundo	8
Parede	1
Perfil Completo	2
Talha	**87**
Asa	1
Bordo	24
Fundo	5
Parede	51
Perfil Inferior	4
Perfil Superior	1
Colo	1
Total Geral	**270**

TABELA 2: CERÂMICA CASTREJA;

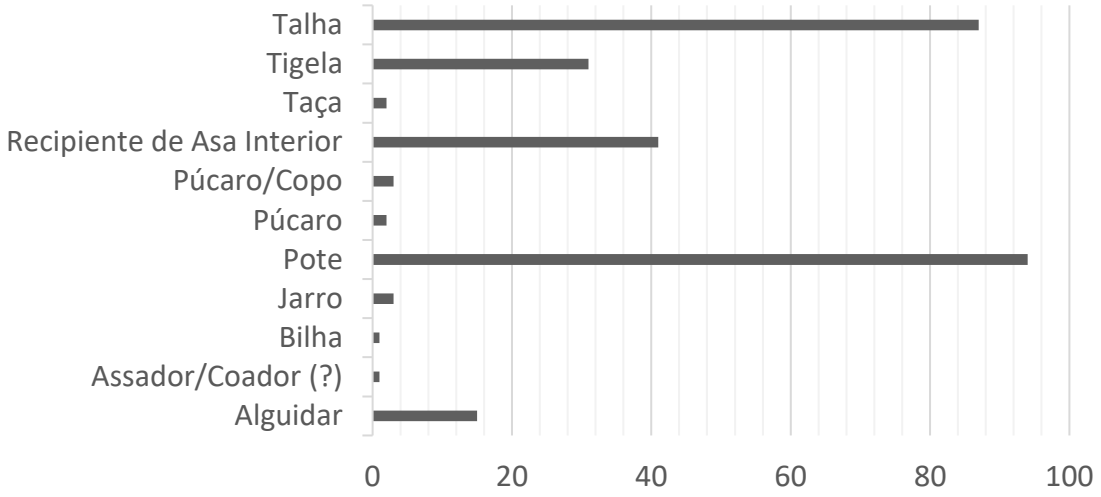


GRÁFICO 1: ANÁLISE QUANTITATIVA DA CERÂMICA CASTREJA:

Como é possível verificar no Gráfico 1, a maioria dos fragmentos corresponde a formas abertas (tigelas, potes, talhas e recipiente de asa interior), sendo os potes de perfil em S e fundo plano os mais representativos, entre as formas fechadas, constata-se apenas a presença de um fragmento de bilha e três fragmentos de jarros. Do conjunto, destacam-se os bordos integráveis em grupos tipológicos específicos:

- 15 fragmentos de bordos de pote do Tipo C (1-5) de Briteiros (Silva, 1997, pp. 54-56, Est. XIII). Associam-se a peças de perfil em S com bordos divergentes de lábio boleado;
- 22 fragmentos de bordo de talha da forma G (e variante G1) A. C. F. Silva (1986, pp. 212, Est. LIV; 2007) ou tipo H1 de Briteiros (Silva, 1997. p. 190, Est. LVIII). Tratam-se de bordos esvasados e espessados, com perfil muito acentuado, que se destinavam à colocação de testo;
- Dois fragmentos de bordo de lábio espessado de recipiente de asa interior do tipo D2b2 (n.º 3/5, com paralelos em Baiões) de A. C. F. Silva (Silva, 2007, pp. 606, Est. XLIX);
- 11 fragmentos de bordo de tigela da forma 1 e 2 de A. C. F. Silva (Silva, 2007, p. 604, Est. XLVII) do tipo tigelas baixas de perfil arredondado;
- Dois fragmentos de fundo plano de pote do tipo C3b de Briteiros (Silva, 1997, p. 203, Est. LXX) com moldura no arranque de parede associados a recipientes de média dimensão;

- Fragmento de testo/*opercula* da forma n.º 8 de A. C. F. Silva (Silva, 2007, p. 615, Est. LVIII), correspondendo atesto de forma semicircular, ligeiramente achatado, com moldura no perfil superior da peça (ver desenhos apresentados no Anexo 4.2, associados à UE 2043);

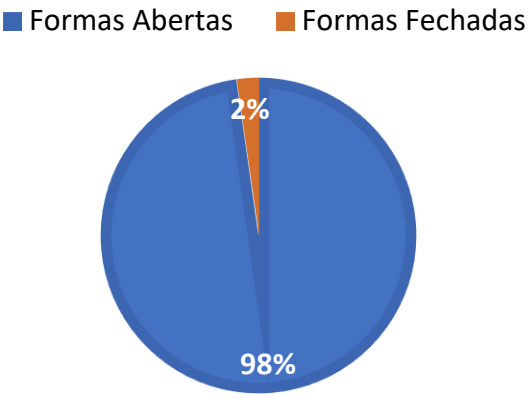


GRÁFICO 2: RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE FORMAS ABERTAS E FECHADAS NO CONJUNTO DA CERÂMICA CASTREJA

A composição morfológica do conjunto é em grande medida concordante com o conjunto descrito por Álvaro Brito Moreira na sua tese de doutoramento (2010), nomeadamente no que respeita à predominância de formas abertas, contanto com um número particularmente elevado de talhas, entre as quais alguns exemplares da forma G de A. C. F. Silva (Moreira, 2010, Est. CLXIV). Também foi possível identificar paralelos nos fundos identificados (*ibidem*, Est. CLVII). Devemos considerar que a metodologia de agrupamento dos conjuntos adotada no presente trabalho e a adotada por Álvaro Brito Moreira não são idênticas, sendo que o conjunto da "*Cerâmica Comum*" (empregue pelo autor) contempla cerâmicas de produção pré-romana e romana, não sendo evidente a distinção entre as mesmas. Neste trabalho optamos, em resposta à composição do conjunto identificado na sondagem *CAESAR*.02, por realizar a distinção entre cerâmica comum pré-romana e cerâmica comum romana.

No que diz respeito às decorações constataram-se, como seria previsível, várias técnicas e padrões, conforme é apreciável na Estampa XV. A gramática decorativa identificada é coerente com o *corpus* expectável de um conjunto cerâmico associado à fase II (especificamente IIB, ainda que pouco representada) e fase III da cultura castreja, em conformidade com as cronologias de A. C. F. da Silva e Manuela Martins. Entre os

motivos decorativos mais representados, destacamos os padrões em «S» e os motivos ondulados. Foram identificadas várias combinações de ornamentos em formas de onda e a repetição de motivos em SSS. Verificou-se também que as principais soluções decorativas recorrem à estampagem e decorações em cordões aplicados, além de um considerável número de decorações em canelura. Este *corpus* decorativo é concordante com o que se verificou previamente no registo arqueológico no arqueossítio, nomeadamente com a caracterização apresentada na tese de doutoramento previamente citada. Realçamos novamente que as diferentes soluções de registo e exposição adotadas não permitem uma análise comparativa com base em dados percentuais.

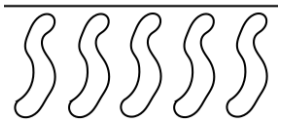
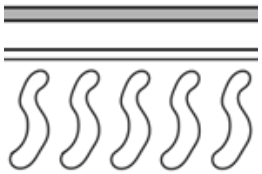
IV.2.1.2: *Terra Sigillata*

A *Terra Sigillata* constitui um conjunto de cerâmica fina de mesa cuja nomenclatura deriva do termo *sigillum*, que alude ao motivo puncionado nos moldes utilizados no fabrico destas peças. Os primeiros tipos de *Terra Sigillata* surgem por volta de meados do séc. I a.C. na península itálica. A cozedura oxidante por irradiação garantia um tom avermelhado e uma superfície brilhante ao produto, produzindo assim um elemento de luxo que circularia nos mercados imperiais durante ca. de 500 anos (Beltrán, 1990, pp. 14, 64; Cruz & Correia, 2007, p. 117; Morais, 2012b).

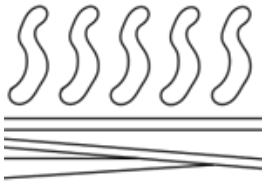
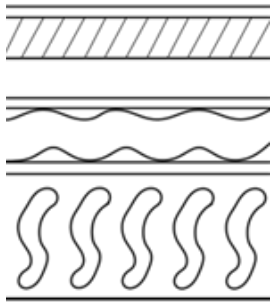
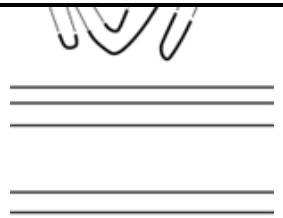
Tipos de Terra Sigillata Identificados	Quantidade
Terra Sigillata Itálica	3
Terra Sigillata Sud-Gálica	5
Terra Sigillata Hispânica Alto-Imperial	9
Terra Sigillata Hispânica Tardia	2
Terra Sigillata Africana	8
Terra Sigillata Foceense/LateRomanC	1
TOTAL	**28**

TABELA 3: *TERRA SIGILLATA* IDENTIFICADOS;

Na sondagem 02 este tipo de produções está pouco representada. Não deixa de ser relevante referir a predominância, conforme seria expectável, das produções hispânicas no conjunto (ca. 39%). Este grupo específico de T.S. considera artefactos Alto-Imperiais (ca. 32%) e tardios (ca. 7%). Seguem-se as produções africanas (ca. 29%), Sud-Gálicas (ca. 18%), itálicas (ca. 11%) e, finalmente, as produções orientais (ca. 3%). Consideramos tratar-se de um importante indicador da vitalidade dos circuitos comerciais

ID e EU	Fotografia	Padrão Decorativo	Descrição	Paralelos
Fragmento n.º 92 UE 217;			Estampagem de SSS em sequência horizontal com friso superior inciso;	Fase II do Castro da Senhora da Guia e Guidões (Silva, 2007, n.º491, est. LXVII) invertido horizontalmente;
Fragmento n-º 367 (parte de conjunto); UE 2004;			Estampagem de SSS em sequência com friso superior de canelura excisa em meia cana sobre incisões paralelas;	Fase III de Briteiros e Castro Máximo (Silva, 2007, n.º487, est. LXVII) sem o friso inferior;

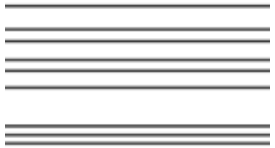
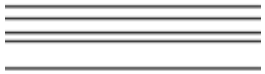
MOTIVOS DECORATIVOS IDENTIFICADOS DURANTE AS CAMPANHAS *CAESAR*.20 E *CAESAR*.21;
| ESTAMPA XV.1-6

Fragmento n.º 236; UE 254;			Estampagem de SSS em sequência sobre golpes de incisão;	
Fragmento n.º 584 (parte de conjunto); UE 2039;			Incisão sobre decoração cordada aplicada; Friso de meandros rematado por dupla incisão paralela; Estampagem de SSS em sequência sobre golpes de incisão (Silva 2007 pp. 462, 527);	(Silva, 2007, n.º508, est. LXVIII) com decoração cordada aplicada no friso superior;
Fragmento n.º 510 (parte de conjunto); UE 2017;			Ondas entre friso de ondas incisas coberto por padrão geométrico indeterminado;	Silva 1997, Est. LXXVIII-III n.º1 p. 210);

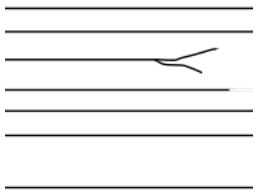
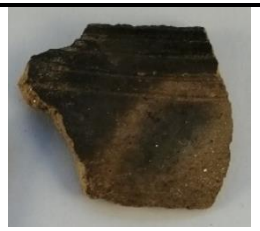
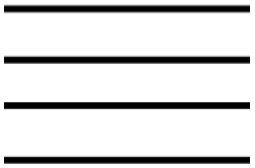
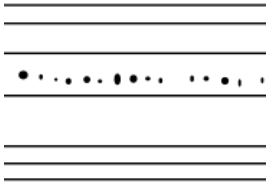
MOTIVOS DECORATIVOS IDENTIFICADOS DURANTE AS CAMPANHAS *CAESAR*.20 E *CAESAR*.21;
| ESTAMPA XV.1-6

Fragmento n.º 20 (parte de conjunto); UE 204;			Linha incisa;
Fragmento n.º 11; UE 203;			Decoração cordada aplicada;
Fragmento 144; UE 237;			Padrão geométrico (?) indeterminado formado por linhas incisas paralelas

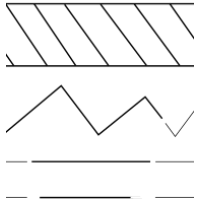
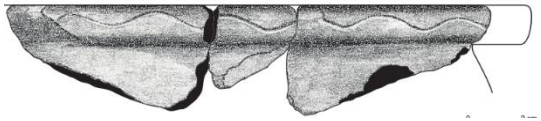
MOTIVOS DECORATIVOS IDENTIFICADOS DURANTE AS CAMPANHAS *CAESAR*.20 E *CAESAR*.21;
| ESTAMPA XV.1-6

Fragmento n.º 92; UE 217;			Decoração cordada aplicada;	Fase III de Sanfins (Silva, 2007, n.º 893, est. LXXIV);
Fragmento n.º 20 (parte de conjunto); UE 204;			Linhas incisas paralelas;	
Fragmento n.º 20 (parte de conjunto); UE 204;			Linhas incisas paralelas;	

MOTIVOS DECORATIVOS IDENTIFICADOS DURANTE AS CAMPANHAS *CAESAR*.20 E *CAESAR*.21;
| ESTAMPA XV.1-6

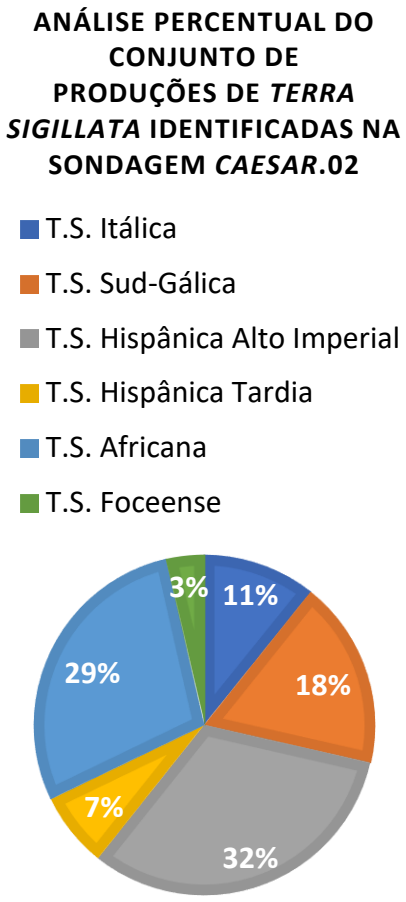
Fragmento n.º 236 (parte de conjunto); UE 254;			Linhas incisas paralelas;	
Fragmento n.º 573; UE 2029;			Linhas incisas paralelas particularmente espessas;	
Fragmento n.º 235; EU 254			Linhas incisas paralelas; Friso pontilhado rematado por linhas incisas; Linhas incisas paralelas;	Fase III do Castro do Terroso e Castro de São Lourenço (Silva, 2007, n.º 432, est. LXVII) (com frisos em linhas incisas;

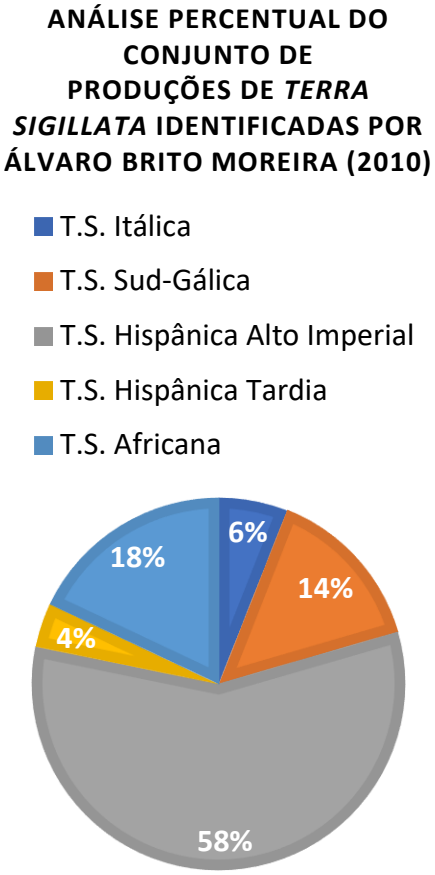
MOTIVOS DECORATIVOS IDENTIFICADOS DURANTE AS CAMPANHAS *CAESAR*.20 E *CAESAR*.21;
| ESTAMPA XV.1-6

Fragmento n.º 547; UE 2029;			Incisão em zig-gag rematada por frisos de decoração cordada aplicada;	Fase II de Castro de Coto da Pena (Silva, 2007, n.º 891, est. LXXIV) com frisos em decoração cordada apicada (*ibidem,* n.º 880, est. LXXIV);
Desenho disponibilizado pela empresa *Arqueologia e Património*; UE 260			Fragmento de parede com arranque de bordo decorado com canelura em meia cana e incisões em linhas verticais;	
Desenho disponibilizado pela empresa *Arqueologia e Património*; UE 266;			Decoração incisa em meandros;	

MOTIVOS DECORATIVOS IDENTIFICADOS DURANTE AS CAMPANHAS *CAESAR*.20 E *CAESAR*.21;
| ESTAMPA XV.1-6

internacionais, particularmente no que respeita à relação entre a fachada atlântica com o norte de África e restante mediterrâneo.





GRÁFICOS 3 E 4: ANÁLISE PERCENTUAL DOS TIPOS DE *TERRA SIGILLATA* IDENTIFICADOS NA SONDAGEM 02 EM COMPARAÇÃO COM O CONJUNTO DESCRITO POR ÁLVARO BRITO MOREIRA (2010);

Apenas foi possível classificar tipificar 10 dos 28 fragmentos identificados (ca. 35% do conjunto). Entre estes, foram apenas identificadas duas formas: cinco fragmentos de pratos (um fundo e quatro paredes) e cinco fragmentos de tigelas (um bordo e quatro paredes), ou seja, exclusivamente formas abertas.

Comparativamente ao restante conjunto de materiais estudados e ao restante espólio previamente identificado no arqueossítio, particularmente quanto aos materiais estudados e classificados por Álvaro Brito Moreira (2010), podemos tecer algumas considerações. O autor não regista importações de T.S. Foceense ou produções orientais. Esta ausência parece indicativa de uma ocorrência muito pontual deste tipo de produções no Castro de Alvarelhos, possivelmente até mesmo exclusiva da sondagem estudada (Moreira, 2010, pp. 583-726). Uma análise percentual das

produções de T.S. identificadas pelo autor parece corroborar vagamente os padrões estatísticos verificados. As produções hispânicas alto-imperiais continuam a representar a maioria do conjunto, sendo muito mais representativas no conjunto estudado em 2010, com um diferencial na ordem dos 26% (ca.). As produções hispânicas tardias são bastante reduzidas, tal como verificamos na sondagem 02. Uma discrepância relevante entre o espólio apresentado por Álvaro Brito Moreira e o espólio estudado no presente trabalho é a diferença percentual de T.S. Africana identificada nos respetivos registos arqueológicos, sendo na sondagem *CAESAR*.02 proporcionalmente mais representativa. A relação percentual entre as *sigillatas* Sud-Gálicas e Itálicas é bastante equilibrada. Consideramos que estas variações percentuais derivam de diferenças expectáveis na composição dos conjuntos estudados.

2.1.2.1: T.S. Itálica

Foram identificados três fragmentos de T.S. Itálica (um fragmento de parede, bordo e fundo respetivamente, todos eles de forma indeterminada). Foi possível datar dois dos artefactos de um período próximo da viragem da Era (séc. I a.C. – I), um dos quais especificamente de um momento entre a última década do séc. I a.C. e a primeira década do séc. I.

2.1.2.2: T.S. Sud-Gálica

Foram identificados cinco fragmentos de T.S. Sud-Gálica, quatro fragmentos parede de prato das formas Dragendorff 15 e/ou 17 e o restante fragmento de tigela da forma Dragendorff 24/25. Uma primeira leitura morfológica e estatística torna evidente tratar-se de um conjunto exclusivamente composto por formas abertas. Verificou-se um enquadramento cronológico muito homogéneo destes artefactos: quatro dos cinco fragmentos de T.S. Sud-Gálica identificados remetem a peças fabricadas entre 40 e 80, sendo que o quinto se associa a um recipiente cujo fabrico se inicia em 60 a.C., mas apenas se estende também até 80. Em suma, trata-se de um conjunto de produções datáveis do séc. I. Também o conjunto estudado em 2010 por Álvaro Brito Moreira é exclusivamente composto por formas abertas, especificamente 38 fragmentos de pratos e 30 fragmentos de tigelas.

2.1.2.3: T.S. Hispânica

O conjunto de *T.S.* Hispânica identificado é constituído por 11 fragmentos. Trata-se de um conjunto diversificado quanto à sua cronologia, composto por dois grupos distintos: produções alto-imperiais (nove fragmentos) e produções tardias (dois fragmentos). Dito isto, a quantidade e composição dos fragmentos identificados não justifica uma análise diferenciada dos conjuntos.

Apenas foi possível classificar formalmente quatro exemplares. Tratam-se de dois fragmentos de bordo e parede de tigela da forma 4.1 de Paz Peralta e outros dois fragmentos de bordo e parede de tigela (da mesma peça) da forma 4.4 do mesmo autor (2008, p. 512), provenientes do Vale do Ebro. Correspondem a um conjunto de peças formalmente composto por formas abertas. Ambas as tipologias identificadas são datáveis do período tardo-romano, especificamente do séc. IV. Os sete fragmentos restantes correspondem a fragmentos de parede de forma indeterminada.

Álvaro Brito Moreira (2010) refere um conjunto de peças mais vasto. Por motivos claros, tendo em conta os dados que acabamos de expor, cingimo-nos a tecer considerações apenas quanto ao conjunto da T.S. Hispânica tardia. O conjunto identificado pelo autor é composto por 10 fragmentos de tigela, dois fragmentos de taça, um fragmento de taça e quatro fragmentos de taça ou prato (*ibid.*, pp. 677-680). O conjunto identificado por nós não aparenta ser de forma alguma distinto entre as produções previamente identificadas, apresentando uma continuidade dos padrões verificáveis a partir da análise do conjunto anterior, nomeadamente, a expressividade das tigelas no registo arqueológico e a exclusividade de formas abertas.

2.1.9.4: T.S. Africana

Foram identificados oito fragmentos de T.S. Africana. A sua natureza morfológica não permitiu a identificação formal de grande parte do conjunto estudado, com exceção de um fundo de prato decorado muito semelhante a uma das produções identificadas por Álvaro Brito Moreira, especificamente o fragmento n.º 84 (2010, p. 704, Est. CXXXIX), cujo desenho apresentamos no anexo 4.4. Verificou-se que quatro dos oito fragmentos identificados são enquadráveis no conjunto de *sigillata* africana de *Fabrico D* (Hayes, 1972). Os restantes fragmentos constituem produções de *Fabrico C* (Hayes, 1972). À semelhança dos tipos de T.S. abordados previamente, verifica-se uma elevada

homogeneidade quanto à cronologia do conjunto: seis dos oitos fragmentos identificados são datáveis do séc. IV, com um a extensão máxima do seu período de produção até ao séc. VII.

O trabalho de análise e estudo que temos vindo a referir para fins comparativos (Moreira, 2010) menciona 98 fragmentos de T.S. Africana, 84 das quais de Fabrico D. Este conjunto é exclusivamente formado por sete fragmentos de prato e 77 fragmentos de prateiras. Os restantes fragmentos correspondem a peças de T.S. Africana de fabrico C. Também este conjunto é exclusivamente composto por formas abertas, nomeadamente três fragmentos de pratos/prateiras, seis fragmentos de pratos e um fragmento de taça (Moreira, 2010, pp. 681-704). Admitimos assim que o conjunto de T.S. Africana identificado no decorrer da escavação da sondagem 02 não se destaca das produções deste tipo previamente identificadas no castro.

2.1.9.5: T.S. Foceense

Foi apenas identificado um fragmento de T.S. Foceense de forma indeterminável. Contudo, a sua presença no registo arqueológico não deixa de ser significativa. A presença deste fragmento parece indicar que durante a ocupação tardia do espaço estudado (sécs. IV/V), o arqueossítio mantinha-se presente nas rotas comerciais, em particular a atlântica, por meio do rio Ave (Morais, 2005, p. 105).

IV.2.1.3: Cerâmica Cinzenta Fina

Foram identificados 36 fragmentos de cerâmica cinzenta fina, todos eles de produção local/regional. Dentro deste conjunto, apenas foi possível identificar formalmente um bordo de pote e um bordo reto, possivelmente pertencente a um copo (cujo desenho apresentamos no anexo 4.3.2, associado à UE 210=2015) (Cruz & Correia, 2007, p. 109; Centeno et al., 2014, pp. 291-295). Deste conjunto foram identificados 33 fragmentos de produção indígena (ca. 92% do conjunto), e apenas três fragmentos de fabrico de tradição imperial (ca. 8%).

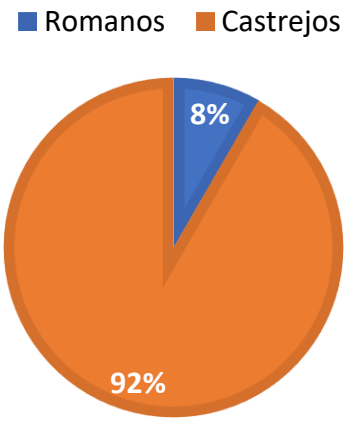


GRÁFICO 5: ANÁLISE PERCENTUAL DO CONJUNTO DA CERÂMICA CINZENTA FINA POR DATAÇÃO;

Apesar do número reduzido de fragmentos que compõe este conjunto, não deixa de ser pertinente referir o claro domínio percentual das produções pré-romanas no registo arqueológico estudado. Refira-se que a escassez deste tipo de produção em Alvarelhos é uma questão já assinalada por Álvaro Brito Moreira (2009, p. 839), que refere apenas "*17 fragmentos de peças diferentes*" identificados na escavação de uma área relativamente vasta. Ainda que estas produções estejam melhor representadas a sul do Douro (no Castro de Romariz, por exemplo), estas cerâmicas têm vindo a ser identificadas nos castros do Noroeste de Portugal, como pudemos verificar em Alvarelhos, e em povoados como o Monte Mozinho, o Castro do Monte Padrão ou o Castro de S. Domingos (Soeiro, 1981/82, pp. 100-; Mendes-Pinto, 2008; Centeno et al., 2014, pp. 293-294).

Entre os indivíduos deste conjunto que pudemos datar, consideramos as entradas 67 (fragmento datado da segunda metade do séc. I a.C.) e 82 (fragmento datado do séc. I) particularmente relevantes. Os fragmentos em causa são concordantes com hipóteses de que as produções de fabrico na tradição romana acompanham a extensão do espaço imperial no noroeste peninsular (Soeiro, 1981/82, p. 98-105; Centeno et al., 2014, p. 295). As produções posteriores, datáveis do séc. II, resultam da adoção de formas romanas no quotidiano das populações indígenas, assente numa produção sistematizada (Soeiro, 1981/82, p. 105-106) centrada em torno de *Bracara Augusta*, especificamente Prado, Vila Verde (Moreira, 2010, p. 844; Centeno et al., 2014, p. 295).

IV:2.1.4: Cerâmica Pintada

Foram identificados 31 fragmentos cerâmicos associados à prática decorativa da pintura de tonalidade vermelha escura e branca. O *corpus* decorativo consiste sobretudo em bandas alternadas, ziguezagues ou meandros verticais e círculos/semicírculos (Beltrán, 1990, pp. 161-169; Cruz & Correia, 2007, pp. 108-109).

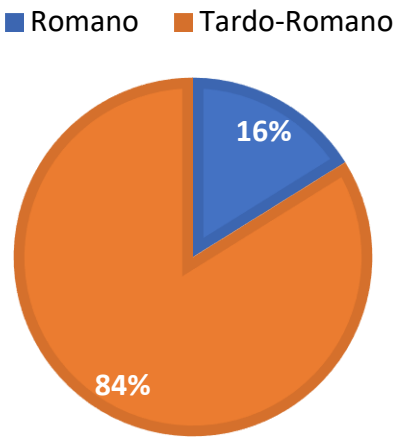


GRÁFICO 6: ANÁLISE PERCENTUAL DA CERÂMICA PINTADA;

Este conjunto pode ser dividido em dois grupos em função do seu enquadramento cronológico. O primeiro é constituído por cinco fragmentos (ca. 16% do conjunto total) e corresponde aos fragmentos datáveis do período alto-imperial romano. O segundo grupo corresponde a 26 fragmentos (ca. 84%) datáveis do período tardo-romano. A partir desta análise, concluímos que se verifica um claro predomínio estatístico das produções tardias de cerâmica pintada no registo arqueológico da sondagem estudada.

Morfologicamente, foi possível atribuir forma a 16 dos 31 fragmentos (51% ca.). Entre estes, foram identificados quatro fragmentos de parede de um possível copo, um fragmento de bordo de tigela, dois fragmentos de fundo de prato e vários fragmentos de pote. A partir desta análise concluímos que todas as formas identificadas constituem formas abertas.

Formas	N.º de Fragmentos
Copo (?)	**4**
Parede	4
Indeterminado	**15**
Parede	15
Pote	**9**
Indeterminado	9
Prato	**2**
Fundo	2
Tigela	**1**
Bordo	1
Total Geral	**16**

TABELA 4: CERÂMICA PINTADA;

A partir da análise dos padrões decorativos pintados, foram identificados dois fragmentos cuja decoração consiste na aplicação simples de pintura vermelha sem padrões identificáveis, 13 fragmentos com decoração pintada em bandas vermelhas, três fragmentos com decoração pintada em bandas vermelhas e bandas brancas, 14 fragmentos com decoração pintada em padrões decorativos geométricos de triângulos e 13 fragmentos associados à presença de motivos vegetalistas representativos de arbustos.

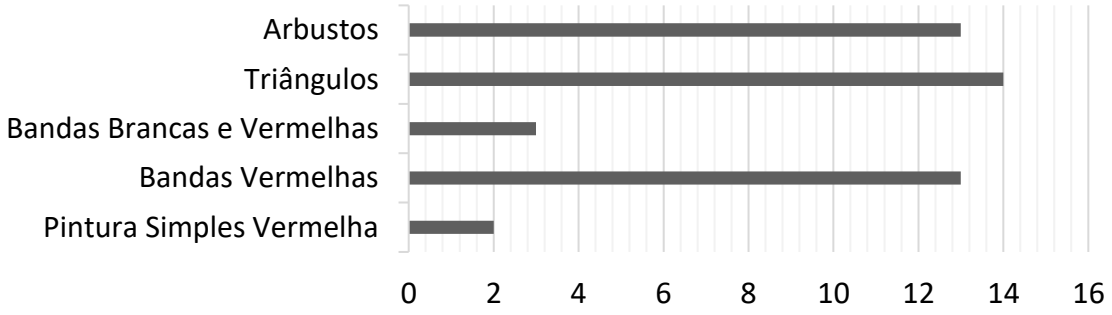


GRÁFICO 7: ANÁLISE QUANTITATIVA DOS PADRÕES DECORATIVOS PINTADOS;

Quanto à proveniência dos artefactos estudados, verificou-se a existência de dois tipos de produção. Foram identificados dois fragmentos de fundo de prato romanos provenientes de *Lucus Augusti* (Lugo). Estes materiais compõem a única produção de cerâmicas pintada importada que se registou no local escavado, sendo que os restantes 29 fragmentos aparentam ter origem local/regional.

A ausência de uma descrição dos padrões decorativos identificados nas cerâmicas pintadas durante escavações de Álvaro Moreira não permite a elaboração de considerações comparativas pertinentes para o estudo deste conjunto.

IV:2.1.5. Cerâmica de Engobe Vermelho

O conjunto das cerâmicas de engobe vermelho é constituído por 31 fragmentos. Trata-se de um conjunto caracterizado pelas pastas tipicamente depuradas, sujeitas a uma cozedura oxidante a temperaturas moderadas. O engobe aplicado sobre a sua superfície, composto por uma solução aquosa com corantes e ligantes orgânicos, varia entre tons de vermelho e castanho (Beltrán, 1990, pp. 289-291; Cruz & Correia, 2007, pp. 106-108). Curiosamente, Álvaro Brito Moreira, na obra que temos vindo a referir (2010) alude à identificação de apenas 31 fragmentos de cerâmica de engobe vermelho não vitrificável (2010, pp. 718-720). Este número é consideravelmente menor que o espectado, considerando o número semelhante de artefactos identificados e a diferença substancial na amplitude das intervenções estudadas.

Do conjunto foram apenas identificados três fragmentos de parede correspondentes a pratos. No entanto, a análise das pastas permitiu a identificação de várias produções forâneas. Especificamente, foram identificados um fragmento de produção conimbricense, três fragmentos de produção bracarense e cinco fragmentos de produção lucense.

Proveniência	N.º de Fragmentos
Produção Bracarense	3
Produção Conimbricense	1
Produção Local/Regional	22
Produção Lucense	5
Total Geral	**31**

TABELA 5: CERÂMICA DE ENGOBE VERMELHO NÃO VITRIFICÁVEL;

Refira-se que entre as produções lucenses identificadas, foi possível datar três fragmentos do período tardo-romano (fragmentos de fundo e parede indeterminados). Trata-se de um conjunto esmagadoramente Alto-Imperial, marcado pela presença de importações de outros pontos da Península Ibérica., que constituem ca. 29% do conjunto.

IV.2.1.6: Cerâmica Comum Fina

As cerâmicas comuns finas romanas correspondem a uma das produções mais afetadas pelas parcas condições de conservação dos materiais estudados. À má condição de preservação do conjunto acrescenta-se a sua composição: trata-se de um conjunto quase completamente composto por fragmentos de parede. Assim sendo, apenas foi possível identificar formalmente dois fragmentos de uma bilha (n.º 458).

Independentemente desta circunstância, a partir da sua análise foi possível apresentar alguns dados relevantes. Grande parte dos fragmentos estudados apresentam características físicas que permitem o seu enquadramento na segunda metade do séc. I (particularmente durante o período da Dinastia Flávia, entre 69-96). Trata-se de um fenómeno expetável, dado que o período em causa representa o auge da presença destas produções no registo arqueológico, antes de iniciarem um processo de decadência associado à sua redução progressiva, nos inícios do séc. II, particularmente relevante considerando a proximidade geográfica de um centro produtor em *Bracara Augusta* (Beltrán, 1990, p. 170-176; Morales, 2005, p. 374; Morais, 2005, pp. 315-317). Foi também identificada a presença de produções tardias, nomeadamente um fragmento datável do séc. IV. Acreditamos que a presença deste fragmento seja sintomática de uma continuidade na utilização de produções de paredes finas, apesar de uma expectável redução das mesmas no registo arqueológico.

A partir do estudo das pastas, identificamos três produções distintas quanto à sua proveniência: Local/Regional, Bética e Emeritense. Com exceção das cerâmicas locais/regionais, que previsivelmente dominam o conjunto (96% ca.), são as produções béticas que compõem a principal produção importada (3% ca.). A outra produção forânea identificada corresponde a unicamente a um fragmento de parede de produção emeritense (menos de 1% do conjunto total). Não podemos deixar de mencionar a ausência de produções bracarenses, fenómeno recorrente na composição dos conjuntos estudados e particularmente relevante no caso das cerâmicas comuns.

Proveniência	N.º de Fragmentos
Produção Bética (Guadalquivir)	**11**
Indeterminado	11
Produção Emeritense	**1**
Indeterminado	1
Produção Local/Regional	**314**
Bilha	2
Indeterminado	312
Total Geral	**326**

TABELA 6: CERÂMICA COMUM FINA;

Sublinhamos igualmente a ausência de uma produção bracarense de cerâmica fina no registo arqueológico da sondagem *CAESAR*.02. É por esta altura genericamente aceite que existiu um centro produtor de cerâmica fina em *Bracara Augusta*(Alarcão & Martins, 1976, pp. 91-93; Morales, 2005, pp. 356-357, Morais, 2005, pp. 316-317; Delgado & Morais, 2009, pp. 32-35).

À semelhança do que se verificou na análise das cerâmicas castrejas, cerâmicas comuns romanas grosseiras e *dolia*, a elaboração de uma análise comparativa com os estudos de materiais de escavações anteriores, não é viável devido à adoção de diferentes metodologias de agrupamento e classificação destes conjuntos.

IV.2.1.7: Cerâmica Comum Grosseira

Este grupo corresponde a um conjunto cerâmico de 1116 fragmentos, maioritariamente de produção local/regional, destinado ao uso quotidiano (mesa e cozinha, armazenamento, etc.). Este tipo de cerâmica apresenta características tipicamente padronizadas quanto às formas e qualidade das pastas (Vegas, 1973, pp. 11-113; Beltrán, 1990, pp. 192-205; Cruz & Correia, 2007, pp. 129-130). E Comporta fragmentos datáveis dos períodos Romano (1006 fragmentos, ca. 90% do conjunto) e Tardo-Romano (110 fragmentos, ca. 10% do conjunto), com características próprias associadas às respetivas cronologias em que se enquadram.

Foi possível classificar 83 fragmentos (ca. 7% do conjunto). A partir desta análise constatou-se a continuidade nos padrões formais identificados durante a análise da cerâmica castreja, especificamente no que respeita aos recipientes destinados à utilização no quotidiano. As formas abertas representam aproximadamente 3/4 do conjunto classificado formalmente (ca. 75%). De particular relevância é o elevado

número de ocorrências de potes e tigelas. Já o grupo das formas fechadas, que representa apenas ca. 25% do conjunto de fragmentos formalmente classificados, regista quase exclusivamente a presença de fragmentos de bilha e jarro.

Forma	N.º de Fragmentos
Assador/ Coador(?)[16]	**3**
Parede	3
Bilha	**6**
Bordo	6
Cadinho	**1**
Perfil Completo	1
Jarro	**11**
Asa	2
Bordo	4
Bordo e Parede	1
Parede e Colo	4
Jarro/Bilha(?)	**1**
Bordo com Arranque de Asa	1
Pote	**44**
Asa	4
Bordo	40
Tigela	**17**
Bordo	12
Fundo	2
Parede	2
Perfil Completo	1
Total Geral	**83**

TABELA 7: CERÂMICA COMUM GROSSEIRA;

Esta manutenção nos padrões formais identificados durante a análise das cerâmicas castrejas, em particular no que respeita à relação entre formas abertas e fechadas, onde as primeiras são consideravelmente mais representativas, é acompanhada por uma aparente redução na diversidade tipológica. Há uma maior percentagem de formas fechadas, criando uma relação percentual mais equilibrada. Uma possível interpretação destes dados seria que, durante esta fase da ocupação do arqueossítio, ocorre um expectável aumento da diversidade no *corpus* formal de recipientes utilizados e em

[16] O desenho de dois fragmentos, que conseguimos identificar como pertencentes à mesma peça, é apresentado no anexo 4.4, associados à UE 246;

circulação, mas que não se reflete diretamente no registo arqueológico devido à composição e tamanho (mais reduzido) do conjunto estudado.

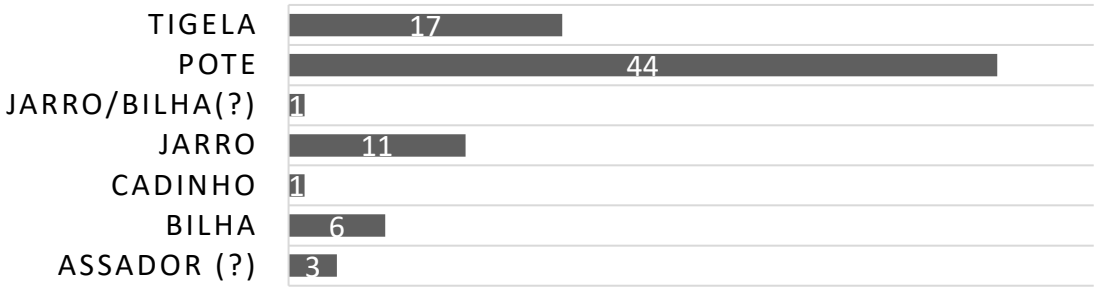


GRÁFICO 8: ANÁLISE QUANTITATIVA DAS FORMAS IDENTIFICADAS NO CONJUNTO DA CERÂMICA COMUM GROSSEIRA;

A esta análise morfotecnológica acrescenta-se a problemática da origem dos materiais. Verificamos a existência de quatro produções distintas quanto à sua proveniência entre os fragmentos que compõe o conjunto:

Proveniência	N.º de Fragmentos
Produção Bética (Guadalquivir)	**2**
Indeterminado	2
Produção Bracarense	**1**
Jarro/Bilha(?)	1
Produção Local/Regional	**1112**
Assador/Coador(?)	3
Bilha	6
Cadinho	1
Indeterminado	1030
Jarro	11
Pote	44
Tigela	17
Produção Lusitana	**1**
Indeterminado	1
Total Geral	**1116**

TABELA 8: CERÂMICA COMUM GROSSEIRA DE ACORDO COM A SUA PROVENIÊNCIA;

Destacamos que apenas foram identificados fragmentos de recipientes de tradição tardo-romana de produção Local/Regional. Concluímos que as cerâmicas de utilização quotidiana durante a ocupação romana são previsivelmente de origem Local/Regional. Conforme tivemos oportunidade de referir previamente, a *Via XVI* (*Bracara-Cale*) beneficiou o Castro de Alvarelhos como núcleo de apoio à circulação viária.

Teoricamente esta relação resultaria numa maior representatividade destas produções no registo arqueológico. No entanto, esse não parece ser o caso.

Conforme tivemos a oportunidade de referir previamente, a metodologia adotada por Álvaro Brito Moreira (2010) para diferenciação do espólio identificado não permite a realização de uma análise comparativa satisfatória. No entanto, podemos admitir com alguma segurança que o conjunto por nós estudado é concordante com o conjunto descrito por este autor com base nas características morfotecnológicas apresentadas. Referimo-nos ao predomínio das formas abertas na composição estatística do conjunto.

IV.2.1.8: Ânforas

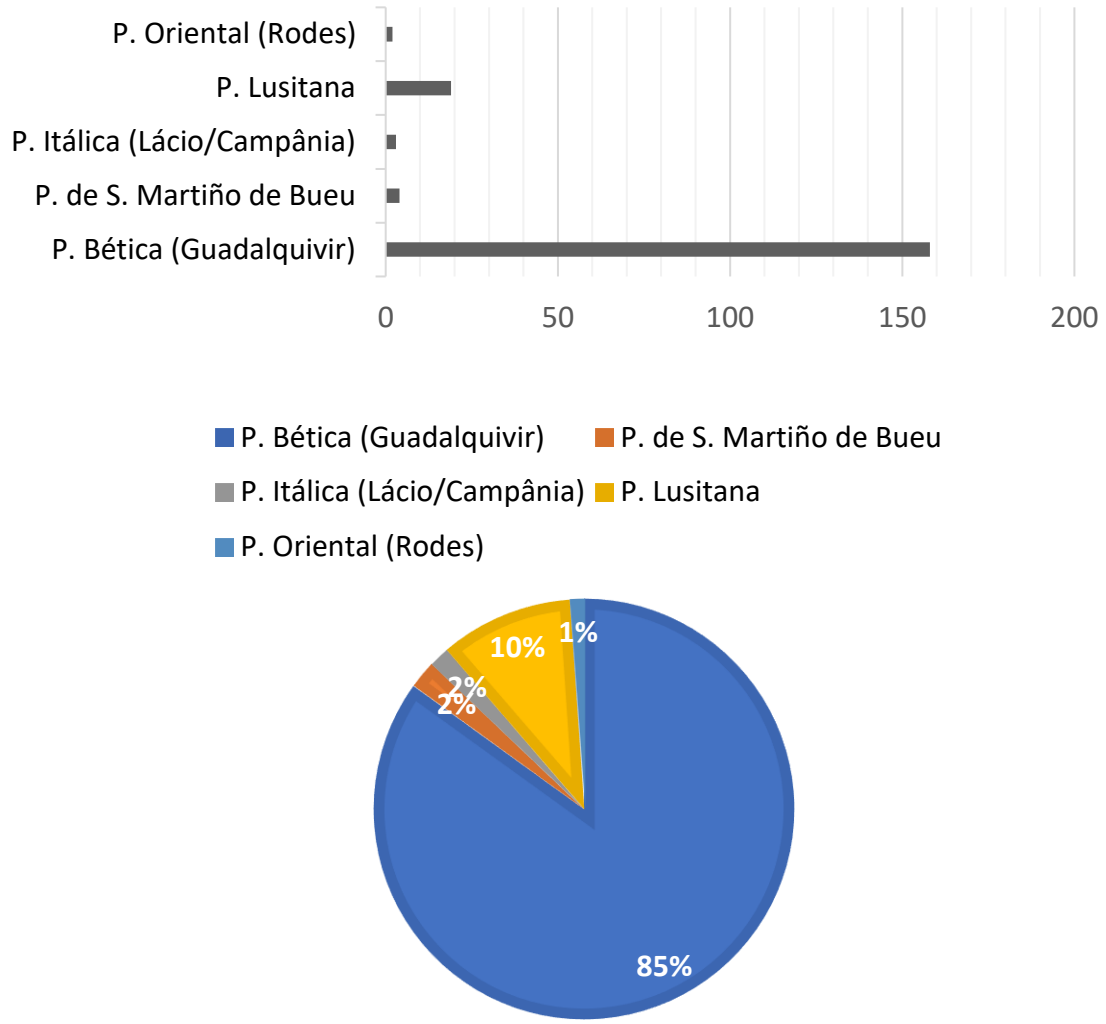
Este grupo corresponde a um conjunto de produções especializadas, destinadas ao transporte marítimo e fluvial a longa distância, na sua maioria produtos alimentares, como o vinho e seus derivados, azeite, preparados de peixe, etc. A especialização destes recipientes resultou em tipologias sujeitas a variabilidades regionais. O resultado é a frequência de conjuntos de grande pluralidade tipológica no registo arqueológico (Beltrán, 1990, pp. 220-259; Morais, 1998; 2005; Pimenta, 2005; Cruz & Correia, 2007, pp. 128-129). Foram identificados 246 fragmentos associados a este tipo de produção. Destes são predominantes as produções Alto-Imperiais, com 242 fragmentos (ca. 98%), relativamente aos Baixo-Imperiais, com apenas quatro fragmentos (ca. 2%).

De maior relevância para o presente estudo é a análise das produções identificadas em função da sua proveniência. Trata-se de um conjunto heterogéneo, permitindo a identificação de seis produções distintas:

Proveniência	N.º de Fragmentos
Produção Bética (Guadalquivir)	158
Produção de S. Martiño de Bueu (Galiza)	4
Produção Itálica (Lácio/Campânia)	3
Produção Indeterminada	60
Produção Lusitana	19
Produção Oriental (Ródia)	2
Total	**246**

TABELA 9: ÂNFORAS;

Verificamos de forma muito clara um predomínio das importações béticas no registo arqueológico estudado. Foram identificados 158 fragmentos associados a estas importações, representando uma percentagem de ca. de 64% do conjunto total. A grande maioria corresponde a fragmentos do tipo Haltern 70, totalizando 143 fragmentos (136 fragmentos de parede, quatro fragmentos de asa, dois fragmentos de bordo e colo, um dos quais com arranque de asa). As restantes produções surgem em números comparativamente residuais: cinco fragmentos de parede de ânfora ovoide ou Haltern 70 e cinco fragmentos de parede do tipo Dressel 20. Foram ainda identificados dois fragmentos de parede de ânfora bética costeira indeterminada, e 19 de produção lusitana, muito provavelmente associados a produções ovoides e Dressel 14. Refira-se ainda a identificação quatro fragmentos de produções importadas de S. Martiño de Bueu, integráveis nas formas regionais 1 e 2. Estão também presentes as produções itálicas, com três fragmentos: um fragmento de ânfora de fundo plano norte-itálica, Forlimpopoli/Agora K114, destinada ao transporte de vinho/vinagre, e dois fragmentos de parede da canónica ânfora Dressel 1 de fabrico lácio-campânia. Finalmente, resta-nos referir as produções de origem oriental, um fragmento de origem ródia e outro indeterminado, certamente associados ao transporte do afamado vinho oriental.



GRÁFICOS 9 E 10: ANÁLISE QUANTITATIVA E PERCENTUAL DAS PRODUÇÕES DE ÂNFORAS IMPORTADAS;

A partir desta análise podemos avançar algumas considerações: as produções de origem ibérica (bética e lusitana) dominam o conjunto, sendo que apenas ca. 8% corresponde a peças de fabrico em centros localizados fora deste território.

Os dados apresentados seguem os padrões registados por Álvaro Brito Moreira, sendo de destacar a presença da ânfora Haltern 70 (110 fragmentos no total de 140), seguidos das produções lusitanas[17].

[17] Hoje sabe-se que as ânforas classificadas por Álvaro Brito Moreira como laietanas são produções de Peniche e as atribuídas a produções gálica são de produção bética, estas últimas integradas nas designadas ânforas de tipo *urceus*;

IV.2.1.9: *Dolia*

Este conjunto integra cerca de 39 fragmentos. Tratam-se de recipientes de forma circular e grandes dimensões, destinados ao armazenamento e transporte de bens alimentares. Morfologicamente, são frequentes os bordos espessados com saliência no interior (adequados à utilização de testos/*opercula*) e bases planas para repouso dos recipientes sobre pisos aplanados (Vegas, 1973, pp. 117-118; Beltrán, 1990, pp. 260-261; Peña, 2007, p. 20). O conjunto identificado é composto por 37 fragmentos de parede e dois fragmentos de bordo (um dos quais é apresentado no Anexo 4.3.2, no segundo desenho associado à UE 209). Apenas foram identificados fragmentos de produção local-regional. Ambos os bordos são esvasados com lábios retos e diâmetro considerável.

À semelhança das cerâmicas comuns, uma análise estatística comparativa com o conjunto identificado previamente por Álvaro Brito Moreira (2010) é dificultada pelo agrupamento das cerâmicas de armazenamento no conjunto de talhas (optando por não se distinguirem as peças de fabrico indígena das peças de fabrico romano), por sua vez inserido no conjunto abrangente da cerâmica comum. Também da nossa parte faltam fragmentos de cerâmica de armazenamento que permitam a caracterização satisfatória do conjunto e a elaboração de considerações pertinentes quanto à sua composição. Dito isto, podemos enquadrar os bordos identificados nas formas descritas na obra previamente referida (ver forma 40 e 42a de Moreira, 2010, pp. 813-816). ~~A~~ partir das análises dos artefactos identificados avançada por este autor, podemos admitir que as produções identificadas no Castro de Alvarelhos constituem um conjunto diversificado morfológica, tecnológica e cronologicamente.

IV.2.1.10: Pesos de Tear e Cossoiros

Entre os materiais estudados, foi possível identificar vários tipos de fragmentos associados a indústrias de tecelagem. Especificamente, foram identificados 11 pesos de tear e seis cossoiros, totalizando 17 artefactos totais. Entre o conjunto verificou-se apenas a existência de elementos de natureza cerâmica. Foi possível realizar o enquadramento cronológico em períodos abrangentes apenas de parte do conjunto (cinco dos 12 artefactos, ou seja ca. 41%). Entre estes, ca. 33% (quatro artefactos)



FRAGMENTOS DE COSSOIROS IDENTIFICADOS NA SONDAGEM *CAESAR*.02;
| ESTAMPA XVI

correspondem a peças castrejas enquanto apenas um cossoiro foi associado à ocupação romana (ca. 8%).

O conjunto de pesos de tear identificados corresponde a uma série de artefactos cerâmicos de forma trapezoidal, ovalada e retangular. Nem sempre foi possível identificar a abertura nestes artefactos devido à fragmentação ou estado de conservação precário das peças. A altura máxima das peças varia entre os 7,5 e 12,3 cm, a largura máxima entre os 5 e os 8,2 cm e a espessura máxima entre os 4 e 4,5 cm. A abertura cônica ou ligeiramente alongada, mais ou menos centrada, quando identificada, varia entre os 0,8 cm e os 1,4 cm.

O conjunto de cossoiros identificados corresponde a uma série de elementos associados a peças de reaproveitamento de cerâmica castreja (5) e ânfora (1). Morfologicamente, são peças circulares com diâmetros variáveis entre os 3 e os 5,5 cm e espessuras variáveis na ordem de 1 cm, com exceção da peça n.º 586, que possui uma espessura de apenas 0,4 cm. Associam-se a aberturas cônicas, mais ou menos centradas, de diâmetro variável entre 0,3 e 0,8 cm.

A ausência de artefactos deste tipo em suportes líticos e a falta de artefactos que apresentem elementos decorativos na sua superfície segue o padrão verificado em trabalhos anteriores, nomeadamente na obra de Álvaro Brito Moreira (2010) Apenas foram identificados dois cossoiros líticos e um cossoiro cerâmico cuja superfície se apresenta decorada (*ibidem*, pp. 1011-1026)

IV.2.1.11: Peças de Jogo

Entre os materiais estudados, foram identificados 20 elementos interpretados como peças de jogo realizadas a partir do reaproveitamento de peças cerâmicas. Tratam-se de pequenas peças circulares com diâmetros variáveis entre os 2,2 e os 4,8 cm de diâmetros (com uma média de ca. 3,5 cm) e uma espessura variável entre os 0,6 e 2,1 cm (com uma média de ca. 1 cm).

Foi possível identificar três tipos de peça de jogo em função do seu enquadramento cronológico: 11 artefactos de produção indígena/castreja (ca. 55%), cinco artefactos em cerâmica de tradição romana (ca. 25%) e quatro peças indeterminadas quanto à sua cronologia (ca. 20%).

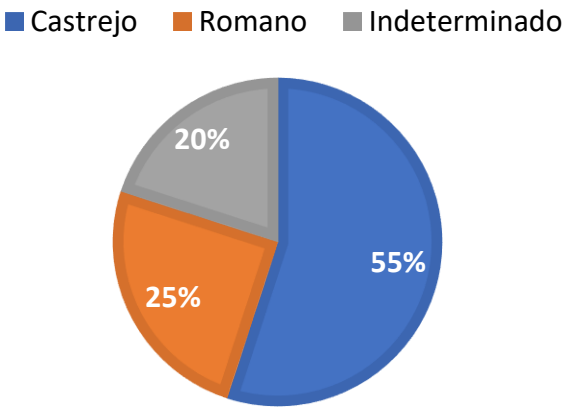


GRÁFICO 11: ANÁLISE PERCENTUAL DO CONJUNTO DAS PEÇAS DE JOGO;

Devido ao mau estado de conservação do conjunto, nem sempre foi possível identificar com precisão as produções reutilizadas no fabrico destas peças de jogo. No entanto, entre os fragmentos classificados, identificamos exclusivamente reaproveitamentos de cerâmica castreja, talha, cerâmica comum romana grosseira e ânfora.

O conjunto identificado por Álvaro Brito Moreira (2010) é consideravelmente mais diverso: o autor alude à identificação de sete peças de jogo cerâmicas, 14 líticas e uma peça de jogo vítrea (*ibidem*, 1028, 1030). Ocupamo-nos da análise das peças de jogos cerâmicas para fins de produção de dados por meio da comparação entre conjuntos de materiais. Entre as peças de jogo identificadas, duas correspondem a reutilizações de cerâmica comum[18] e ânfora datáveis do período entre 136 a.C. (incursão de Marco Júnio Bruto) e 14/54 (Reinado de Tibério/Cláudio); duas peças realizadas a partir do reaproveitamento de cerâmica comum a que se acrescenta uma peça de jogo em pasta de ânfora, as três datáveis do período entre a segunda metade do séc. I e finais do séc. III; duas peças de jogo associadas à última fase de ocupação romana do castro, no séc. IV, sendo uma delas realizada a partir do reaproveitamento de parede de ânfora e a restante realizada a partir de cerâmica comum (*ibidem*, 1033).

[18] Conforme já foi referido previamente, para fins de agrupamento de peças e formação de conjuntos, o autor citado considerou as cerâmicas castrejas, cerâmica comum fina e grosseira romana e *dolia* como parte do mesmo conjunto. Nesse âmbito, referimo-nos a esta peça como cerâmica comum seguindo a classificação apresentada. Não obstante pensamos tratar-se de reutilização de uma cerâmica castreja devido à referência do autor ao seu enquadramento na Fase II de ocupação do Castro (ver Estampa X.2 do presente trabalho de Moreira, 2010, pp. 329-364).

Assim sendo, o conjunto identificado previamente no castro é mais heterogéneo que o conjunto presentemente em estudo. Uma análise percentual em função do enquadramento cronológico revela uma relação muito mais equilibrada: ca. 28% do conjunto associa-se a uma ocupação pré-romana (ainda que um destes artefactos corresponda a uma importação romana, eventualmente relacionada com contatos comerciais com o sul romanizado; ca. de 42% do conjunto corresponde a reaproveitamentos de peças de cronologia Alto-Imperial (2ª metade do séc. I até finais do séc. III); finalmente, ca. 28% do conjunto associa-se a artefactos datáveis do período-tardo romano (ambas datáveis do séc. IV). Apesar de não ter sido identificado nenhum artefacto de cronologia tardo-romana admitimos a possibilidade de, entre as peças indeterminadas, poderem estar incluídos artefactos deste período. Morfologicamente, o autor apenas identificou peças de jogo cerâmicas circulares, discoides ou subcirculares, com um diâmetro máximo médio de 4,78 cm e 1,42 cm de média de espessura máxima. Outros padrões, como por exemplo a ausência de peças decoradas parecem-nos indicativos da concordância entre os registos estudados.

IV.2.2: Líticos e Elementos Arquitetónicos

Agrupamos, para fins de análise, os materiais de natureza lítica (53 artefactos, ca. 94% do conjunto) e os elementos arquitetónicos (cinco artefactos, ca 6%). O conjunto é homogéneo quanto à sua proveniência (Local/Regional) e apresenta uma cronologia indeterminada.

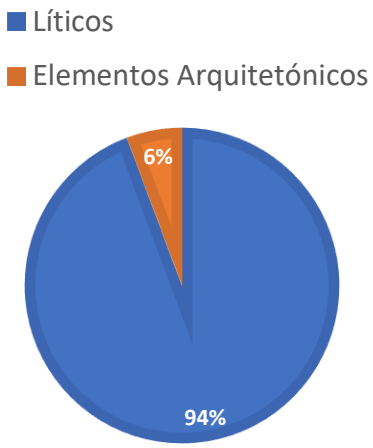


GRÁFICO 12: ANÁLISE PERCENTUAL DA COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO DOS LÍTICOS E MATERIAL ARQUITETÓNICO;







PEÇAS DE JOGO IDENTIFICADAS NA SONDAGEM *CAESAR*.02;
| ESTAMPA XVII

Identificamos seis elementos arquitetónicos. Trata-se de um grupo constituído por duas placas de xisto, uma das quais perfuradas, que interpretamos como elementos indicativos da existência de um eventual piso lajeado por identificar. Foram também recuperadas em escavação duas bases de coluna. A primeira foi identificada ainda em 2020, no interior do compartimento romano. A segunda foi recolhida junto ao muro norte do mesmo compartimento, em 2021. No exterior da estrutura, junto ao corte sul, foi ainda identificado um fragmento de pia.

Uma análise comparativa com os dados produzidos por Álvaro Moreira quanto aos elementos arquitetónicos identificados não seria adequada devido à diferença nas escalas de ambos os projetos. As várias campanhas que decorreram ao longo de quase uma década permitiram a escavação de um elevado número de complexos arquitetónicos, resultando na identificação de um grande número de artefactos deste tipo. Sendo esse o caso, consideramos pertinente referir que o autor identifica soluções de pavimento em lajeado granítico em espaços de interior e exterior (Moreia, 2010, pp. 491-492), justificando a interpretação previamente avançada quanto às lajes já referidas.

No que respeita aos líticos recolhidos, entre um conjunto de 53 elementos fomos apenas capazes de classificar formalmente 12. Tratam-se de duas lascas (uma das quais de quartzo leitoso), dois polidores/alisadores, seis mós e dois fragmentos de mó. Entre os restantes líticos indeterminados, destacamos dois seixos de quartzito rolados, um fragmento granítico cuja superfície apresenta polimento intenso e um lítico fraturado de forma paralelepipedal, também ele sujeito a um intenso polimento na sua superfície.

É pertinente realçar o número considerável de mós identificadas numa área relativamente reduzida. Da parte de Álvaro Moreira, apenas nos chega o relato de duas mós, inseridas num dos vários aparelhos construtivos identificados, que o autor interpreta como ferramentas destinadas à moagem de cereais (Moreira, 2010). Relativamente aos utensílios líticos identificados, o conjunto previamente dado a conhecer por este autor é diversificado, constituído por 10 machados (votivos) de suporte anfibolito, cinco elementos em sílex (lâminas e raspadores) e uma maça em granito (*ibidem*, p. 1007). Ainda que o conjunto presentemente conte com um elevado





FRAGMENTOS DE COLUNA IDENTIFICADOS *IN SITU*;
| ESTAMPA XVIII



FRAGMENTO DE COLUNA APÓS LAVAGEM
(FOTOGRAFIA DISPONIBILIZADA PELA EMPRESA *ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO*);
| ESTAMPA IXX





FRAGMENTO DE *LABRUM* IDENTIFICADO IN SITU E APÓS LIMPEZA (FOTOGRAFIA DISPONIBILIZADA PELA EMPRESA ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO);
| ESTAMPA XX

número de peças indeterminadas, a presença dos quartzos leitosos diversifica o *corpus* de materiais identificados.

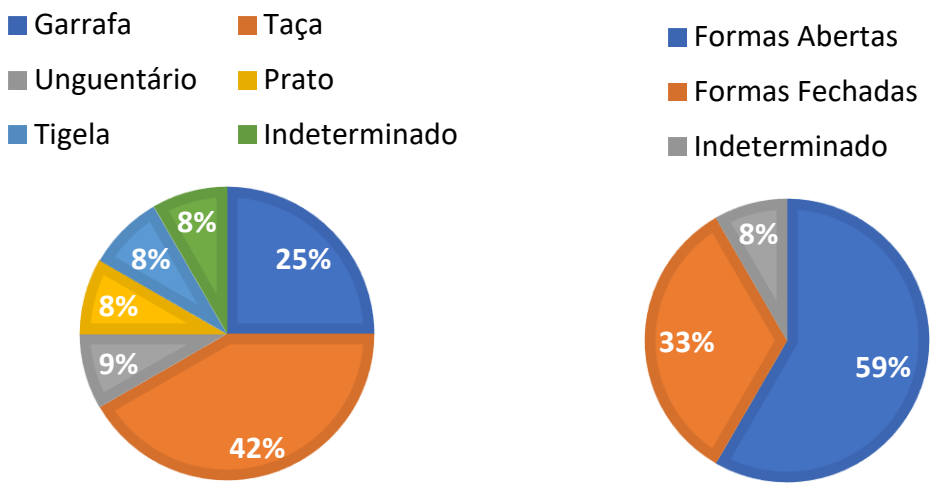
No decurso da campanha de 2011, na área exterior da casa redonda e imediatamente sobre o substrato geológico, foi identificada um micrólito, designadamente uma lasca. Solicitamos prontamente a colaboração da docente da UP, Prof.ª Dr.ª Maria de Jesus Sanches na identificação do enquadramento cronológico deste artefacto. A referida investigadora, a quem agradecemos a informação prestada, propôs a atribuição deste micrólito ao neolítico inicial (ca. 5 milénio a.C.), sugerindo tratar-se de vestígios de uma ocupação anterior, pré-histórica, do local. Ainda que nos pareça uma proposta de interpretação válida, não podemos deixar de salientar que foi identificada a presença de produções semelhantes noutros povoados da Idade do Ferro, como em Amares (Martins, 1988b), em S. Julião, onde se associam a níveis datáveis do séc. V (Martins, 1990, pp 133-134), no Castro do Monte Padrão (Martins, 1985, p. 221) e no Castro de Salreu (Silva et al, 2018, p.146). A presença de utensílios líticos neste castro não é assim surpreendente, podendo sugerir-se a sua produção e uso no contexto da proto-história. A este respeito, foram já tecidas considerações quanto ao número de líticos diversos encontrados à superfície por Martins Sarmento (Sarmento, 1970, p.51) e também Álvaro Brito Moreira discute a problemática do enquadramento cronológico dos líticos identificados neste local, defendendo tratarem-se de produções típicas do período entre o Neolítico Recente e o Bronze Final (Moreira, 2010, pp. 1003-1006). Relativamente aos materiais identificados na sondagem *CAESAR*.02, consideramos ainda precoce avançar uma proposta interpretativa relativamente a eventuais produções líticas. O estado e composição do conjunto identificado não permitiu, até ao momento, a elaboração de uma proposta de datação relativa substanciada, com exceção da lasca previamente referida. Consideramos que futuros achados semelhantes em contextos do mesmo tipo poderão ser elucidativos.

IV.2.1.3: Vidro

Foi identificado um conjunto de 16 artefactos vítreos na sondagem em estudo. Para fins analíticos, podemos distinguir duas produções distintas: contas vítreas (quatro artefactos, ou seja ca. 25% do conjunto) e recipientes vítreos (12 fragmentos, ou seja 75% do conjunto).

O primeiro grupo integra quatro contas de colar. Duas destas são azuis, escuras e opacas; uma é esverdeada (fotografia destas três contas apresentada na Estampa XXI) e a restante translúcida. A última possui a particularidade de não apresentar perfuração. Uma das contas azuladas apresenta descoloração no interior da perfuração cônica, no centro do artefacto.

Entre os fragmentos de recipientes vítreos, foram identificados, um fragmento de colo, dois fragmentos de fundo, quatro fragmentos de perfil superior e cinco fragmentos de parede. Deste conjunto, apenas um fragmento não pôde ser classificado quanto à sua forma. Foram assim identificados três fragmentos de garrafa, cinco fragmentos de taça, um fragmento de unguentário, um fragmento de prato e um fragmento de tigela. A partir das formas identificadas, pudemos observar o domínio das formas abertas (correspondentes a ca. 59% do conjunto) sobre as formas fechadas (correspondentes a ca.33% do conjunto).



GRÁFICOS 13 E 14: ANÁLISE PERCENTUAL DAS FORMAS IDENTIFICADAS E RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE FORMAS ABERTAS E FECHADAS NO CONJUNTO;

Foi possível realizar a classificação de oito fragmentos, correspondente a ca. de 50% do conjunto. As tipologias em causa foram identificadas entre as garrafas (Isisngs51b), pratos (Isings47) e taças (Isings IIIa, Isings47, Vdg23/Isings117 e LeoGF02) (Cruz, 2009b, pp. 297-298, 349, 355). Entre as tipologias identificadas, verificou-se um claro predomínio das produções alto-imperiais (Séc. I – Séc. III). O conjunto identificado é concordante com o registo arqueológico previamente identificado (Moreira, 2010) no



CONTAS VÍTREAS IDENTIFICADAS NA SONDAGEM *CAESAR*.02;
| ESTAMPA XXI

Castro de Alvarelhos, particularmente no que respeita à abundância de formas abertas e ao elevado número de taças e garrafas. É, no entanto, importante destacar que não identificamos copos em suporte vítreo, que parecem constituir um elemento relativamente generalizado no registo arqueológico relativo às intervenções realizadas entre 1991 e 1998 (*ibidem*, 2010, pp. 891-939).

É difícil avançar, neste momento, dados relevantes com base em possíveis centros produtores que podem estar na origem destes artefactos. Sabemos, pela bibliografia, que foi previamente identificado um forno destinado ao fabrico de vidro na *Domus Norte* do *Complexo Artesanal*, a par de um elevado número de vestígios associados a estas produções no registo arqueológico (Cruz, 2009a, pp. 234-235, 255; Moreira, 2010, pp. 891-893). Podíamos, nesse âmbito, supor que o conjunto identificado parece refletir uma continuidade da produção vítrea local que fornecia as necessidades de consumo da população do arqueossítio. No caso dos vidros identificados na Sond. 02, maioritariamente alto-imperiais, pensamos que se tratam de produções exógenas

IV.2.1.4: Metais

Os conjuntos de artefactos metálicos identificados é composto por 25 peças, nove das quais de forma indeterminada (ca. 36% do conjunto). Apenas foi possível classificar formalmente 16 artefactos, correspondentes a pregos/cavilhas (ca. 64% do conjunto). No entanto, consideramos pertinente atender ao facto de apenas terem sido identificados objetos em ferro.

Foi possível também identificar artefactos indicativos de uma indústria associada à transformação de ferro. Dos sete fragmentos de escória identificados, quatro aparentam resultar de processos de fundição de ferro. Resíduos de fundição também foram identificados sobre as superfícies de várias cerâmicas de produção romana (um conjunto de 21 fragmentos atualmente em estudo da especialidade), entre as quais destacamos um fragmento de cadinho.

Alvarelhos possuí uma longa história associada a artefactos metálicos excecionais, sejam eles a nereida de bronze identificada por Carlos Faya Santárem (1954) ou os vários elementos sugestivos de alguma dimensão militar (ainda quase completamente desconhecida) que constitui uma das grandes problemáticas relativas ao estudo do



AMOSTRA DO CONJUNTO DE ARTEFACTOS METÁLICOS IDENTIFICADOS NA SONDAGEM *CAESAR*.02 (FOTOGRAFIA DISPONIBILIZADA PELA EMPRESA ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO);

| ESTAMPA XXII

arqueossítio. Entre estes objetos são de particular destaque o umbo de escudo previamente estudado pela Profª. Dr.ª Teresa Soeiro (1992) ou a pátera argêntea identificada na Quinta do Paiço (Vasconcelos, 1905, pp. 310-311; Santarém, 1956b; Almeida, 1969, pp. 27-29; Torres, 1979, p. 28; Tranoy, 1981, p. 314; Silva, 1986, p. 291; Moreira, 1992b, p. 17; 2010, pp. 178-179; Redentor, 2011a, pp. 87, 172, 188, 193, 211, 301, 313-314; 2011b, 245; Encarnação, 2012/2013; Centeno et al., 2016, p. 80;).

Estando a sondagem estudada por nós isenta de quaisquer achados excecionais deste tipo, voltamo-nos novamente para a tese de doutoramento de Álvaro Brito Moreira (2010) para o enquadramento dos artefactos identificados no restante espólio proveniente do Castro. O conjunto de bronzes conforme é descrito pelo autor é muito heterogéneo considerando, no entanto, foquemo-nos nos artefactos em ferro para fins comparativos. À semelhança do conjunto que tivemos oportunidade de descrever, o registo material estudado por este autor revela um elevado grau de heterogeneidade entre os artefactos em ferro, contando com elementos de todo o tipo: dois elementos de arreio, sete chocalhos, duas chaves e ambos um passador e espelho de fechadura, quatro facas e punhais, quatro elementos de ferragens de porta, três utensílios agrícolas, 11 pregos, duas escápulas, três anéis de suspensão, um gancho, três fragmentos de correntes, uma argola e três objetos indeterminados), totalizando 54 artefactos metálicos em ferro (Moreira, 2010, pp. 981-994). Não obstante o autor não apresentar uma contabilização, sabemos também da existência de escórias e pingos de fundição (*ibidem*, p. 981).

IV.2.1.5: Numismas

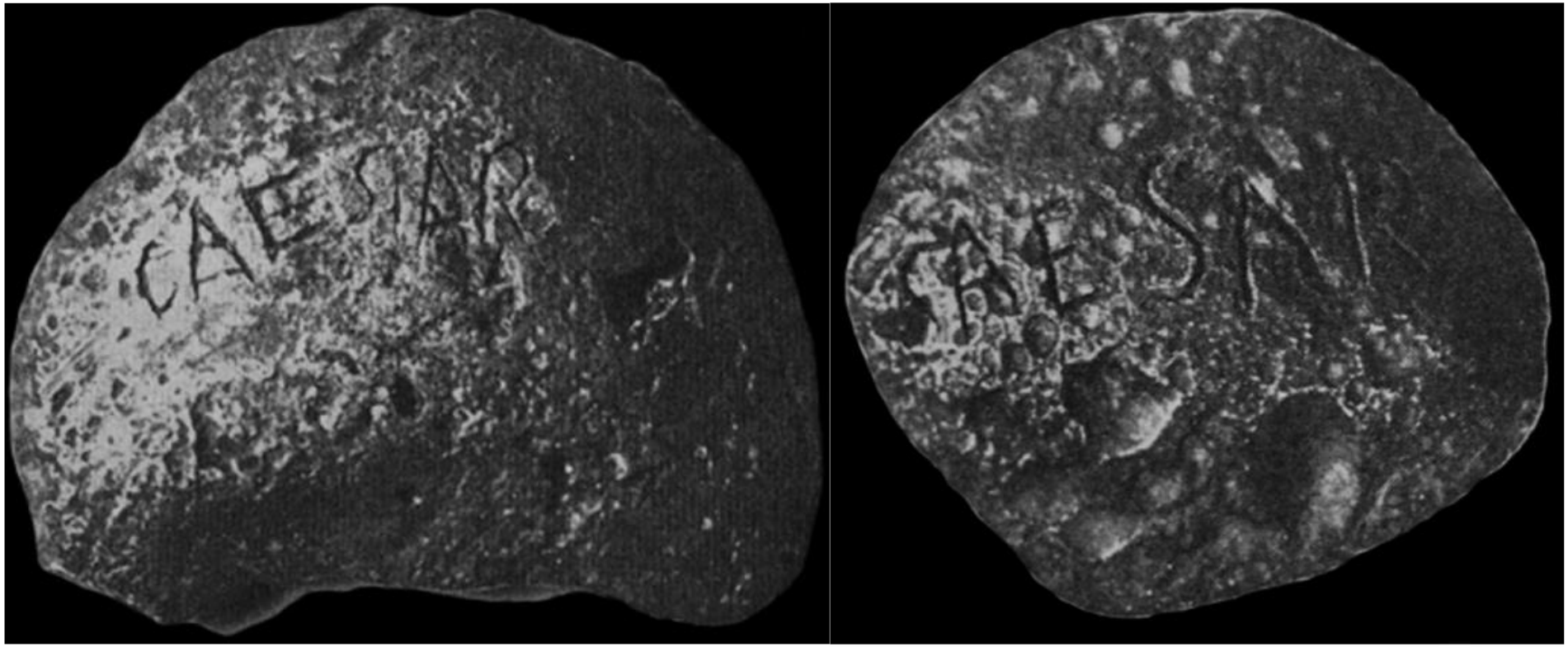
Durante os trabalhos de escavação realizados na sondagem *CAESAR*.02 foram identificadas seis moedas. É pertinente contextualizar os numismas identificados durante as campanhas de 2020 e 2021 através de uma breve caracterização dos tesouros previamente identificados na estação.

1. O primeiro tesouro foi encontrado em 1893. É constituído por um conjunto de moedas de prata do reinado de Augusto até 2 a.C. – 4 d.C. (Centeno, 1987, p. 35, nº 20; 2011, p.365);
2. Em 1964 foi identificado um conjunto de mais de 523 denários, com uma cronologia semelhante à do conjunto anterior. Os exemplares mais recentes que

integram este conjunto correspondem a cunhagens de Augusto, datáveis de c. 32-27 a.C. (Centeno 1987, 35, nº 20; Centeno 2011, 364);

3. O terceiro tesouro foi identificado em 1971 no decorrer da exploração de uma pedreira. O conjunto monetário, exumado no interior de um pote de fabrico castrejo, continha mais de 5000 moedas, a que se acrescentam nove lingotes com um peso de ca. 3220 g. exemplares com o nome *CAESAR* epigrafado na sua superfície (fotografias destes lingotes são apresentadas na Estampa XXIII) (Torres, 1979; Moreira, 1982a, pp. 37-38; 2010; Centeno, 1979; 1987, pp. 35-41; 2011, pp. 364-365);
4. Um achado ocasional furtuito resultou na identificação de sete numismas. Entre estes, os mais antigos datam de entre ca. 2 a.C. e 4 d.C., enquanto os mais recentes são cunhagens júlio-claudianas dos reinados de Tibério (14-37) e Cláudio (41-54) (Centeno 1987, 111; Moreira 2010, pp. 182-183);
5. Finalmente, resta-nos referir o conjunto identificado durante as escavações realizadas entre 1991 e 1998 e documentadas por Álvaro Brito Moreira na sua tese de Doutoramento (Moreira, 2010), composto por ca. 1500 moedas identificadas durante a realização de trabalhos na "*Domus do Tesouro*". Este conjunto foi identificado em associação estratigráfica com a fase final da ocupação romana do castro que, segundo o autor, corresponde a um nível de incêndio sobre um piso. O mesmo autor avança ainda a possibilidade de o conjunto ter sido ocultado no interior de uma bolsa de couro. O conjunto de 612 exemplares estudados reúne moedas datáveis entre ca. de 260 e 408 (Galieno-Diocleciano) (Moreira, 2010, p. 1045);

As intervenções realizadas no âmbito do projeto *CAESAR* não resultaram, até ao momento, na identificação de nenhum tesouro. Na sondagem 02 foi possível identificar um conjunto de seis numismas (as fotografias dos numismas identificados seguem na Estampa XXIV.2), todos eles correspondentes a moedas romanas. Entre estas, foi possível classificar três moedas (ver Estampa XXIV.1 com a classificação dos numismas), todas elas cunhagens tardias datáveis do período da *Dinastia Constantiniana* (306-363). Admitimos, assim, que cerca de 50% do conjunto estudado é datável da primeira metade do séc. IV ou meados do mesmo século.

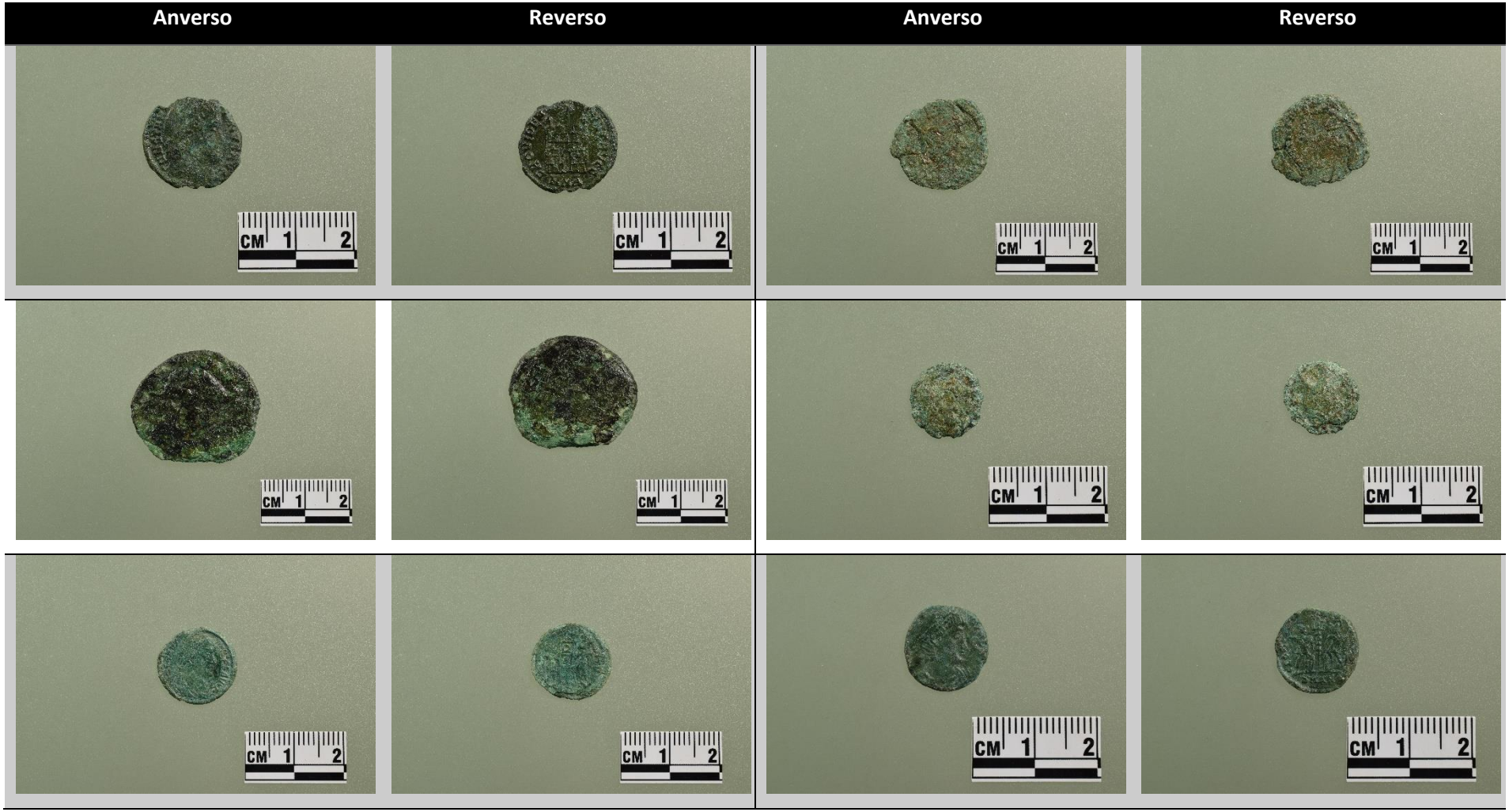


LINGOTES DE PRATA COM A INSCRIÇÃO *CAESAR* IDENTIFICADOS NO CASTRO DE ALVARELHOS (CENTENO, 2011, P.365);

| ESTAMPA XXIII

ID	Denom.	Ent. Em.	CM	Cronologia	Anv. Leg.	Anv. Fig.	Rev. Leg.	Reg. Fig.	C.M. Marca	Diâmetro Max.	Biblio.
1	AE 3	Constantino	Nicomedia	325-326 d.C.	CONSTAN – [TI]NVS AVG	Busto à dir. com diadema perlado, manto e couraça;	PROVIDEN[TIAE] AVGG	Portão de acampamento militar, dois torreões com porta. Estrela no céu.	MNA	1,7 cm	RIC, vol. VII, p. 621, nº 121 (variante com porta);
2	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	Busto à dir.;	N.I.	N.I.	N.I.	1,6 cm	
3	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	2,2 cm	
4	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	1 cm	
5	N.I	N.I.	NI	1ª metade do Séc. IV(?)	[…] PF(?) –AVG	Busto à dir. com diadema (?), manto e couraça;	N.I.	[GLORIA EXERCITVS] Dois soldados com couraça, capacete, botas, escudo e lança orientados para o centro. Entre eles um estandarte com ponto.	N.I.	1,4 cm	RIC Vol. VII;
6	AE4	Contante/Constans	Alexandria	348-350 d.C.	N.I.	Busto à dir. com diadema perlado, manto e couraça;	GLOR-IA [EXERC-ITVS]	[GLORIA EXERCITVS] Dois soldados com couraça, capacete, botas, escudo e lança orientados para o centro. Entre eles um estandarte com ponto.	SMALA	1 cm	RIC, vol. VII, p. 539, n.º 15a;

CLASSIFICAÇÃO DOS NUMISMAS IDENTIFICADOS DURANTE AS CAMPANHAS *CAESAR*.20 E *CAESAR*.21;
| ESTAMPA XXIV.1



FOTOGRAFIA DOS NUMISMAS IDENTIFICADOS DURANTE AS CAMPANHAS *CAESAR*.20 E *CAESAR*.21 DISPONIBILIZADAS PELA EMPRESA ARQUEOLOGIA E PATRÍMÓNIO;

| ESTAMPA XXIV.2

Este conjunto é largamente concordante com o que foi previamente identificado por Álvaro Brito Moreira, que refere um conjunto de cerca de 126 moedas avultas, 87 (ca. de 69% do conjunto) corresponde a moedas datáveis deste período (Moreira, 2010, pp. 1039-1044). A partir da análise estatística da amostra do tesouro estudada por este autor fica demonstrado que ca. 75% do mesmo é também datável deste período (*ibidem*, pp. 1045-1049).

IV.3: Análise dos Contextos

Os dados estatísticos obtidos a partir da análise morfotecnológicas dos materiais estudados não podem ser devidamente interpretados se não considerarmos a estratigrafia presente na sondagem em causa. Assim, apresentamos neste capítulo a contextualização crono-estratigráfica do espólio arqueológico previamente apresentado.

Como é possível concluir a partir da leitura do registo gráfico da sondagem (ver a planta da sondagem apresentada na Estampa XIII), a presença de vestígios arquitetónicos é relativamente intensa. Estes vestígios terão influenciado a formação dos vários depósitos que compõem a estratigrafia do local. Entendemos assim que, para a realização de uma leitura estratigráfica completa, devemos considerar ambos os elementos em simultâneo.

Durante os trabalhos de campo realizados, as várias unidades estratigráficas identificadas foram sistematicamente registadas por meio de fichas de registo pré-elaboradas e disponibilizadas pela empresa *Arqueologia e Património*. O registo gráfico das mesmas foi também realizado por meio de desenho técnico (de plano e desenho de corte) e fotografia.

Consideramos relevante referir que a realização de um alargamento da área escavada durante a segunda campanha exigiu a adoção de uma nomenclatura sistemática das UE's que permitisse a distinção entre entradas referentes a diferentes campanhas. Seguindo os parâmetros pré-estabelecidos no registo de campo, em conformidade com as normas metodológicas adotadas pela Empresa Arqueologia e Património Lda., as UE's das várias sondagens foram registadas sob a forma de números na ordem das centenas, onde o número de maior ordem alude à sondagem em causa. A título de exemplo, a

primeira UE da sondagem *CAESAR.*02 foi a [201] (Sondagem 2, U.E. 01). Em contrapartida, para fins de diferenciação, as unidades estratigráficas identificadas durante a segunda campanha de escavação foram registadas na ordem dos milhares. Seguindo o exemplo previamente apresentado, a primeira unidade estratigráfica escavada durante a segunda campanha foi a UE [2001].

Após a análise dos materiais, procedeu-se a uma análise das várias UE's procurando identificar estratos coerentes quanto ao material associado, que distinguimos das UE's de revolvimento e estruturas presentes *in situ*. Esta análise resultou nas tabelas descritivas que seguem anexas (Anexo 2.1 e 2.2). Foi então necessário analisar a estratigrafia de ambas as campanhas. Para esse fim, procurando compatibilizar ambos os registos, identificando equivalências e redundâncias nas UE's atribuídas, resultando na tabela apresentada no Anexo 2.3. *Tabela de Equivalências entre Unidades Estratigráficas*. A interpretação da estratigrafia foi realizada com recurso ao método da matriz de Harris (Anexo I.4). Segue-se a interpretação do faseamento identificado na sondagem com base na análise da estratigrafia e dos materiais recuperados.

Apresentamos, de seguida, a nossa proposta interpretativa das várias fases de ocupação que pudemos identificar na sequência das análises previamente descritas. Sugerimos vivamente, que a leitura da análise dos contextos identificados seja acompanhada pela consulta das Estampas XII (planta da sondagem *CAESAR.02*) e XXV (que corresponde aos quadros sinópticos elaborados, importantes ferramentas de sintetização dos vários contextos identificados e essencial para a sua interpretação. É pertinente também referir a relevância do Anexo 2: *Estratigrafia* para a leitura dos seguintes parágrafos, particularmente o anexo 2.5. Neste anexo apresentamos uma Matriz de Harris que sintetiza a proposta interpretativa que seguidamente apresentamos.

Fase I: Séc. I a.C. - Séc. I

A ocupação mais antiga do espaço identificada durante as escavações realizadas em 2020 e 2021 corresponde à fase final da cultura castreja, entre o séc. I a.C. e o séc. I (Silva, 1986, p. 61; 2007; Queiroga, 1992, p. 2; 2003). O faseamento deste momento de ocupação é lato devido à dificuldade em determinar a cronologia das estruturas condenadas pelas ocupações posteriores. Apesar da abundância de material associado a esta ocupação, o seu enquadramento cronológico está assim dificultado. No entanto,

com base na análise das materialidades previamente descritas, avançamos que esta fase de ocupação do castro parece decorrer durante um período relativamente próximo da viragem da Era.

A construção do complexo formado pela *Casa Redonda* [2052] aparenta recuar a este momento. Não foi identificada uma vala de fundação, e a sapata, coberta pelos estratos formados no interior da estrutura, assenta diretamente sobre o substrato geológico. No entanto, a identificação do piso/nível de circulação [2017] (e o espólio associado) permitiram remeter a sua criação e utilização para meados do séc. I. Esta proposta de datação parece-nos concordante com os materiais associados à UE [2026], a eventual preparação do piso, localizada entre o mesmo e o geológico. Este posicionamento justifica assim que datemos a fundação e o início da utilização deste complexo nesta fase. Sublinhamos, no entanto, que as UE's identificadas no interior da estrutura ([2008], [2017] e [2026]) não nos permitem avançar propostas interpretativas seguras: uma vez que estas camadas correspondem a níveis de revolvimento, impondo algumas reservas quanto à sua leitura crono-estratigráfica. O muro [2053], que encosta a este aparelho, parece também ter sido contruído durante esta fase de ocupação do arqueossítio (séc. I a.C/I). Trata-se certamente de uma adição posterior à construção da *Casa Redonda* [2052] a julgar pela disposição da alvenaria que constitui o aparelho, visto que este apenas adoça ao muro [2052]. O piso [2010] e respetiva camada de preparação [2014] são concordantes com uma datação do séc. I, tal como o enchimento [2024] da vala [2031] de fundação do aparelho [2053]. No entanto, na camada [2032], que cobre o estrato geológico [2046] e é cortada pela vala [2031], foram identificados materiais datáveis do período Baixo-Imperial. Acreditamos que a presença deste tipo de materiais se associe a trabalhos de reformulação do aparelho num período posterior à sua construção, fenómeno que, aliás, se repete noutros muros identificados na sondagem 02 e em várias estruturas no Castro de Alvarelhos, particularmente na Praça, que define a orgânica urbanística da estação (Moreira, 2010).

Ainda que não tenha sido possível estabelecer uma relação de contemporaneidade entre as duas construções circulares, atribuímos também a esta fase a ocupação da estrutura [286]. Tratam-se de vestígios muito danificados de um complexo coberto por uma camada pouco espessa de sedimento ([222]). A estrutura está relacionada com

nível de circulação mais antigo [224] que identificados durante o processo de escavação. Este nível está associado a quatro buracos de poste [228, 230, 235 e 236] cheios pelos estratos [225 e 228, 226 e 229, 223 e 234], respetivamente. Na zona de acesso/entrada, foi possível identificar uma camada de sedimento com argamassa [239] de espessura fina (entre 1 a 3 cm) pouco uniforme e parcialmente destruída pela construção da vala de fundação do aparelho [2049]. Junto ao limite sul da sondagem, foi também identificada uma vala de circular [259], adoçada ao muro supramencionado, que interpretamos como a vala de fundação do aparelho de um compartimento circular do qual não restam vestígios. No seu enchimento [256] recolheu-se apenas fragmentos de peso de tear (datados do período castrejo) e cerâmica castreja. A estrutura assenta diretamente no substrato rochoso [288]/[2046], sendo a UE [278] o corte do geológico destinado à implantação do muro. O material associado a estas UE's é coerente, constituído essencialmente por cerâmica castreja. No entanto, as UE's correspondentes ao interior da estrutura pétrea [275 e 277], registam a presença de tégula, logo não podemos assumir tratarem-se de estratos conservados da Idade do Ferro. Assim, os materiais são concordantes com a interpretação de se tratarem de níveis datáveis da Idade do Ferro, particularmente os buracos de poste. Realçamos ainda que este complexo assenta diretamente sobre substrato geológico, não havendo vestígios de uma ocupação anterior coberta por esta estrutura.

No interior do compartimento romano foi também identificado um possível nível de circulação, correspondente à UE [2039], sobre o qual assentava um banco pétreo de forma circular. Este piso cobria o nível [2041] e a vala [2044] e respetivo enchimento [2042]. Refira-se que este nível de circulação, à semelhança das UE's que o cobrem, foi intensamente danificado pela presença de uma raiz, que acreditamos ter contaminado o mesmo com materiais de cronologia romana. Dito isto, as restantes unidades identificadas conservam-se integralmente e apresentam coerência nos materiais associados, justificando a sua inclusão nesta fase de ocupação do arqueossítio. Foram identificados níveis que permanecem por escavar que acreditamos serem datáveis da Idade do Ferro. A futura escavação destes níveis será certamente bastante elucidativa para o estudo da ocupação pré-romana da estação.

FASE I

CRONOLOGIA: Séc. I a.C. - Séc. I

DESCRIÇÃO:

Fase associada à ocupação pré romana e ao período castrejo.

Surge no registo arqueológico como uma intensa presença de material de tradição castreja (com mica), particularmente da viragem da Era (50 a.C. – 50 d.C.) e duas estruturas (foi impossível verificar qualquer contemporaneidade entre elas);

UNIDADES ESTRATIGRÁFICAS CORRESPONDENTES:

C.1: 224, 225, 226, 228, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 241, 278, 283=287;

C.2: 2010, 2014, 2017, 2024, 2025, 2026, 2031, 2032, 2039, 2041, 2042, 2044;

MATERIAIS (Apêndice 1.1; Anexo 4.1)**:** 1671 Frags.

Cerâmica	**1665**
Ânfora	**48**
C. Castreja	**1231**
Assador/Coador (?)	1
Indeterminado	1129
Pote	42
Recipiente de Asa Interior	26
Talha	18
Tigela	15
C. Cinzenta Fina Polida	**5**
Copo (?)	1
Indeterminado	4
C. Comum Fina Romana	**3**
Indeterminado	3
C. Comum Indeterminada	**161**
Indeterminado	161
C. Comum Romana	**203**
Indeterminado	195
Jarro	2
Pote	4
Tigela	2
Cossoiro	**4**
Dolium	**4**
T.S. Hispânica	**4**
Indeterminado	4
T.S. Itálica	**1**
Indeterminado	1

QUADRO SINÓPTICO: FASE I;
| ESTAMPA XXV.1

	Elemento Arquitetónico	**1**
	N.A.	**1**
	Lítico	**4**
	Seixo Rolado	**4**
	Vidro	**1**
	Recipiente Vítreo	**1**
	Taça	1

Fase II: Finais do Séc. I – Séc. II

Esta fase da ocupação do Castro de Alvarelhos apresenta-se, para efeitos estratigráficos, como a menos representativa. Apenas verificamos a sua existência a partir de níveis muito danificados e fragmentários. A única ação percetível no registo estratigráfico foi a construção de um lajeado que aparenta ter-se estendido para oeste do Muro Romano [2051]. Apenas foi possível verificar a existência do lajeado no espaço a sul do compartimento romano [221] e diretamente em contato com o aparelho previamente referido na área limítrofe sul da sondagem, correspondendo à unidade [2009]. Foram ainda identificados níveis de preparação do lajeado ([222 e 251]) nas duas áreas onde ela se conserva. A correspondência entre as camadas atribuídas a este nível de circulação está consideravelmente limitada pela presença de valas ([232 e 218]) abertas durante num momento posterior indeterminado, que optamos por identificar como a (Fase IV).

Refira-se, no entanto, que à semelhança do período anterior, a secção identificada a sul do espaço compartimentado, foi intensamente danificada pela execução de trabalhos de construção posteriores, nomeadamente a construção dos três aparelhos que formam o compartimento romano ([2049, 2050 e 2051]) e pela presença de uma grande raiz que resultou na contaminação de grande parte dos níveis escavados neste espaço com materiais posteriores e destruição de parte da estratigrafia. Considerando estes dados, avançamos a possibilidade de, numa fase anterior à construção destes aparelhos, grande parte do espaço ocidental da sondagem ter sido coberto por esta lajeado. Esta proposta assenta na identificação de parte do lajeado, correspondente à UE [2034], na área intramuros. Para além dos danos causados pelos trabalhos de construção levados a cabos numa fase posterior, a presença de materiais tardios levou a que alguns níveis, inclusive abaixo do lajeado, fossem contaminados com materiais posteriores de cronologia tardo-romana. Referimo-nos especificamente à UE [2039], coberta diretamente pela preparação do lajeado [2037], onde foi identificado um fragmento de parede de T.S. Africana (*Fabrico D*), datável do séc. IV[19].

[19] Consideramos pertinente mencionar que esta secção do lajeado foi consideravelmente afetada pela presença de uma grande raiz, sendo que foi identificada abaixo e na envolvente da mesma.

Em contrapartida, a secção relativamente bem conservada do nível de circulação junto ao aparelho [2051] e ao corte sul, correspondente à UE [2009] e respetivo nível de preparação [251], não apresenta as mesmas condicionantes: ambos os níveis possuem espólio coerente com esta fase. Refira-se ainda que a construção deste lajeado aparenta seguir, se bem que com maior suavidade, a inclinação do estrato geológico, que se localiza a quotas consideravelmente mais baixas a norte.

A estratigrafia desta fase parece, em suma, indicar a anulação parcial da ocupação pré-romana, nomeadamente do complexo formado pela *Estrutura Pétrea Ovalada* [286] e os buracos de poste associados. Já a ocupação do complexo formado pelo *Compartimento de Planta Circular* [2052] aparenta estender-se até uma fase posterior.

Fase III: Sécs III-IV

Fase IIIa:

Durante o séc. IV verificam-se importantes transformações na ocupação do espaço correspondente à sondagem 02. No que respeita ao complexo formado pelos muros [2051, 2052 e 2053], o espólio indicativo destas cronologias é residual ou inexistente. No entanto, a oeste deste espaço verifica-se um considerável aumento de materiais no registo arqueológico.

O *Muro Romano* [2051] corresponde a parte uma estrutura pétrea cuja extensão total ainda desconhecemos. Esta estrutura corresponde à secção mais antiga do *Compartimento Romano* identificado na sondagem, tratando-se de uma construção anterior à construção dos muros [2049] e [2050], que a ele adoçam. Trata-se de um aparelho construtivo em alvenaria granítica disposto na orientação NE-SO, composto de pedra regular de tamanho médio e pequeno, conservando vestígios de argamassa amarela.

A construção e primeira utilização deste aparelho constituem uma fase de ocupação especifica e distinta das ocupações anteriores, mas também do momento posterior em que se constroem os restantes muros. A construção do aparelho contemplou a destruição do nível de circulação (que interpretamos como um lajeado) construído durante a Fase II. Esta ação reflete-se estratigraficamente na UE [249], correspondente

FASE II

CRONOLOGIA: Finais do séc. I – Séc. II

DESCRIÇÃO:

Construção e utilização da calçada romana durante o período alto imperial;

UNIDADES ESTRATIGRÁFICAS CORRESPONDENTES:

C.1: 221, 222, 250, 251=274, 279;

C.2: 2009, 2029, 2034, 2035, 2037, 2040, 2043;

MATERIAIS (Apêndice 1.2; Anexo 4.2)**:** 301 frags.

Cerâmica	**289**
Ânfora	**40**
C. Castreja	**109**
Indeterminado	101
Pote	5
Recipiente de Asa Interior	1
Taça	2
C. Comum Fina Romana	**21**
Indeterminado	21
C. Comum Indeterminada	**69**
Indeterminado	69
C. Comum Romana	**40**
Indeterminado	37
Jarro	3
C. de Engobe Vermelho	**2**
Indeterminado	2
Dolium	**2**
Peça de Jogo	**1**
T.S. Africana	**1**
Indeterminado	1
T.S. Gálica	**1**
Tigela	1
T.S. Hispânica	**1**
Indeterminado	1
Tégula	**2**

QUADRO SINÓPTICO: FASE II;
| ESTAMPA XXV.2

	Lítico	**4**
	Indeterminado	**4**
	Indeterminado	2
	Seixo Rolado	2
	Metal	**6**
	Indeterminado	**3**
	Indeterminado	3
	Prego/Cavilha	**3**
	Vidro	**2**
	Recipiente Vítreo	**1**
	Indeterminado	1
	Objeto de Adorno	**1**
	Conta	1

QUADRO SINÓPTICO: FASE II;
| ESTAMPA XXV.2

à interface da vala de destruição do lajeado [2009], e na UE [247], correspondente ao enchimento da mesma. Não possuímos material associado a estas UE's.

No interior do compartimento, foi possível identificar também a vala [2033], correspondente à vala de fundação do muro [2051]. Esta vala corta a UE [2035], que interpretamos como uma secção particularmente danificada do nível de preparação [2037] do lajeado [2034]. Assim sendo podemos admitir que a fundação deste aparelho terá contemplado a condenação do lajeado. Esta fase poderá também ter correspondido ao momento da abertura das valas ([269 e 257]), ambas com finalidade indeterminada e cujo enchimento ([264 e 254] respetivamente) se associa a materiais de revolvimento de fases anteriores.

A estratigrafia descrita, que testemunha a destruição do lajeado prévio e a construção do aparelho [2051], é coberta pelas UE's [212 e 245]. Trata-se de um novo nível de circulação e respetiva camada de preparação. A camada de preparação [245] continha materiais revolvidos datáveis da ocupação mais antiga do espaço (cerâmica castreja) e que se estendem até ao séc. IV, momento da construção do piso. No entanto, o piso [212] propriamente dito é datável pelo numisma nº6 (Ver Cap. IV.2.1.5: *Numismas* e Estampas XXIV.1 e XXIV.2) emitido entre 348-350. Sendo que a construção deste piso marca o final desta fase, optamos por datar este período da ocupação do espaço de um momento próximo de meados do séc. IV.

No piso interior da *Casa Redonda* [2017], que aparenta ter sido ocupado muito além do momento da sua construção, apenas se registou uma percentagem muito reduzida de material tardio, nomeadamente, cerâmica comum tardo-romana. A UE [2008], que o cobre, não apresentava quaisquer materiais associados datáveis deste período, sugerindo que nesta fase já não se verificaria a ocupação desta estrutura. O mesmo se verifica no compartimento a sul, formado pelo aparelho [2053]: a UE [2007], que cobre o piso [2010], continha apenas um fragmento de cerâmica tardia associado, datável do séc. IV. Finalmente, no espaço entre este complexo e o aparelho [2051], a UE [2040] regista apenas um fragmento de cerâmica tardia. Esta camada é coberta diretamente por um derrube de telha associado a uma fase posterior de abandono definitivo do castro durante a ocupação romana.

O espaço entre as estruturas formadas pelo aparelho [2051] e [2052 e 2053] possui níveis associados a uma ocupação deste período. A formação destes sedimentos deve relacionar-se com o escoamento de águas do interior da estrutura formada pelo aparelho [2051], interpretação que baseamos na presença de duas pequenas aberturas na base do muro, cujo fundo foi revestido com tégula. É importante, no entanto, mencionar que nestes níveis (especificamente a UE [2043] (sendo que a UE [2047] não foi ainda escavada) foram identificados materiais indicativos de uma ocupação datável do período alto-imperial romano.

Fase IIIb:

Num momento posterior à construção do aparelho [2051] e do piso [212], verifica-se uma alteração profunda na solução arquitetónica adotada para a criação do compartimentado romano. Esta alteração traduz-se na estruturação de dois novos aparelhos paralelos com orientação SO-NE. Esta construção resulta na última reestruturação do espaço antes do seu abandono definitivo. A individualização desta fase não se baseia na cronologia da ocupação, mas antes na aparente rutura consciente e intencional com a solução de estruturação anterior do espaço. A construção do aparelho [2049] em particular, reflete estratigraficamente a anulação do piso de circulação [212]. A vala de fundação [213] (presente a norte e sul do aparelho) é aberta diretamente sobre o piso [212]. Registou-se uma grande dificuldade na datação dos enchimentos da referida vala: o enchimento [2015] apresenta material datável do período castrejo, provavelmente resultado de uma ação de revolvimento durante a abertura da vala e reutilização das mesmas terras revolvidas no seu enchimento. O mesmo fenómeno ocorre no enchimento [2018], a que se associa um grande número cerâmicas comuns indeterminadas e indetermináveis, entre as quais alguns fragmentos tardios. O estrato [2020] não apresenta quaisquer materiais associados.

Um fenómeno semelhante ocorre quando analisamos o espólio identificado no enchimento de vala [2019], que apresenta uma longa diacronia de materiais, entre os quais alguma cerâmica tardia, apesar de pontual. O piso [2012] e respetivo nível de preparação, [2016] são também eles difíceis de datar, nomeadamente devido à presença exclusiva de materiais do período castrejo e alto-imperial romano, novamente em associação com poucos materiais tardios, concretamente cerâmicas comuns.

Interpretamos estes materiais como resultado de revolvimentos de terras na construção deste nível de circulação e a longevidade da utilização de alguns materiais excecionais, como parece ser o caso do fragmento de bordo de uma taça de vidro verde-gelo (Isings IIa) identificado no interior do piso [2012].

A sul do muro [2049] verificou-se a construção de um novo piso [205] que acompanha a construção do estrato [2012]. Este piso apresenta dois níveis de preparação: o nível [255], que não possui material associado, e o nível [209], datável por via de um fragmento de pote do séc. IV. Estes dois níveis são cobertos pelo piso [205], que se apresenta como um revolvimento anacrónico. Destacamos, para fins de datação do estrato, a presença de três moedas, uma das quais datável do reinado de Constantino 280– 337 (Ver Cap. IV.2.1.5: *Numismas* e Estampas XXIV.1 e XXIV.2), e um fragmento de T.S. Africana de Fabrico D datável do séc. IV.

Fase IV: Finais séc. IV - Época Contemporânea

Apos a construção e utilização dos pisos [2012 e 205], verifica-se um aparente abandono do espaço durante vários séculos (no caso da sondagem estudada, até ao período contemporâneo). Este abandono ficou consumado pela queda dos aparelhos e dos telhados, resultando em níveis de abandono e derrube com potência estratigráfica variável. Estes níveis (correspondentes às UE's [2004, 2006, 2011, 2013, 2030]) apresentam algumas características comuns, nomeadamente a ausência de materiais datáveis de finais do século IV/ inícios do século V e a presença de grandes quantidades de *tegulae* e inclusões pétreas (algumas dos quais com recorte assinalável).

Em data indeterminada, após o derrube das estruturas foram abertas duas valas [232 e 218] que interferiram consideravelmente com a estratigrafia. Estas valas foram escavadas até ao substrato geológico. Os enchimentos de ambas, [231 e 208], contêm materiais romanos e pré-romanos. Estas inclusões são expectáveis tendo em conta que as valas contemplaram a total destruição da estratigrafia na área em que foram abertas.

Camada Orgânica de Superfície

A última fase de ocupação corresponde aos níveis superficiais que decorrem dos processos naturais de sedimentação. Registam escassas materialidades, que incluem

FASE IIIA

CRONOLOGIA: Séculos III-IV;

Descrição: Destruição da calçada romana. Construção do piso [2051] e níveis de circulação associados.

UNIDADES ESTRATIGRÁFICAS CORRESPONDENTES:

C.1: 212=220=270, 245, 247=248, 254=256, 257=259, 260, 264=265, 273;

C.2: 2005, 2007, 2008, 2022=2028, 2033;

MATERIAIS (Apêndice 1.3; Anexo 4.3)**:** 455 frags.

Cerâmica	**455**
Ânfora	**16**
C. Castreja	**229**
Alguidar	3
Indeterminado	223
Pote	3
C. Cinzenta Fina Polida	**1**
Indeterminado	1
C. Comum Fina Romana	**20**
Bilha	2
Indeterminado	18
C. Comum Indeterminada	**153**
Indeterminado	153
C. Comum Romana	**3**
Indeterminado	3
C. de Engobe Vermelho	**3**
Indeterminado	3
C. Pintada Romana	**12**
Indeterminado	1
Pote	9

QUADRO SINÓPTICO: FASE IIIA;
| ESTAMPA XXV.3

	Prato	2
	Dollium	**7**
	Indeterminado	**2**
	Peça de Jogo	**1**
	Peso Tear	**3**
	T.S. Hispânica	**4**
	Indeterminado	2
	Tigela	2
	Tégula	**1**
	Lítico	**8**
	Indeterminado	**7**
	Mó	**1**
	Metal	**7**
	Indeterminado	**2**
	Prego/Cavilha	**5**
	Numisma	**1**
	Vidro	**1**
	Recipiente Vítreo	**1**
	Prato	1

FASE IIIB

CRONOLOGIA: Séculos III-IV;

Descrição: Construção dos aparelhos [2049 e 2050]. Destruição dos níveis de circulação anteriores para a construção de um novo piso. Construção das aberturas de escoamento(?).

UNIDADES ESTRATIGRÁFICAS CORRESPONDENTES:

C.1: 205=207=242=244=253, 209=219=255, 213, 206=214, 217, 223, 235, 238;

C.2: 2012, 2015, 2016, 2018, 2019=2021, 2020, 2027;

MATERIAIS (Apêndice 1.4; Anexo 4.4)**:** 837 frags.

Cerâmica	**816**
Ânfora	**44**
C. Castreja	**283**
Indeterminado	257
Pote	8
Púcaro	1
Recipiente de Asa Interior	3
Talha	12
Tigela	2
C. Cinzenta Fina Polida	**1**
Indeterminado	1
C. Comum Fina Romana	**27**
Indeterminado	27
C. Comum Indeterminada	**373**
Indeterminado	373
C. Comum Romana	**64**
Indeterminado	62
Pote	2
C. de Engobe Vermelho	**4**
Indeterminado	4
C. de Engobe Vermelho Não Vitrificável	**2**
Indeterminado	2
C. Pintada Romana	**2**
Indeterminado	2
Cossoiro	**1**

QUADRO SINÓPTICO: FASE IIIB;
| ESTAMPA XXV.4

	Peça de Jogo	**3**
	T.S. Africana	**2**
	Indeterminado	2
	T.S. Gálica	**4**
	Prato	4
	T.S. Itálica	**1**
	Indeterminado	1
	Tégula	**5**
	Lítico	**10**
	Indeterminado	**4**
	Lasca	**1**
	Mó	**3**
	Polidor/Alisador	**2**
	Metal	**3**
	Indeterminado	**1**
	Prego/Cavilha	**2**
	Numisma	**5**
	Vidro	**3**
	Recipiente Vítreo	**1**
	Tigela	1
	Objeto de Adorno	**2**
	Conta	2

FASE IV

CRONOLOGIA: Finais Séc. IV - Época Contemporânea;

Descrição: Estratigrafia formada entre o momento de abandono do espaço correspondente à sondagem *CAESAR*.02 e o período contemporâneo. Derrube dos muros e consequente colapso dos telhados, selando a estratigrafia sob níveis com muita tégula. Contempla a abertura de duas valas num momento indeterminado que perturbaram a estratigrafia até ao estrato geológico e revolvimentos associados à exploração agrícola;

UNIDADES ESTRATIGRÁFICAS CORRESPONDENTES:

C.1: 204=243, 208=215, 218, 231, 232, 246;

C.2: 2004, 2006, 2011, 2013, 2030;

MATERIAIS (Apêndice 1.5; Anexo 4.5): 1373 frags.

Cerâmica	**1345**
Ânfora	**53**
C. Castreja	**733**
Alguidar	10
Indeterminado	567
Indeterminável	71
Jarro	2
Pote	15
Púcaro	1
Púcaro/Copo	3
Recipiente de Asa Interior	10
Talha	44
Tigela	10
C. Cinzenta Fina Polida	**28**
Indeterminado	28
C. Comum Fina Romana	**247**
Indeterminado	247
C. Comum Indeterminada	**107**
Indeterminado	107
C. Comum Romana	**122**
Assador/Coador (?)	3
Bilha	3
Indeterminado	69
Jarro	4
Pote	39

QUADRO SINÓPTICO: FASE IV;
| ESTAMPA XXV.5

	Tigela	4
	C. de Engobe Vermelho	**1**
	Indeterminado	1
	C. Pintada Romana	**13**
	Indeterminado	12
	Tigela	1
	Cossoiro	**1**
	Dollium	**11**
	Indeterminado	**10**
	Peça de Jogo	**11**
	Peso Tear	**2**
	T.S. Africana	**2**
	Indeterminado	1
	Prato	1
	T.S. Foocense/LateRomanC	**1**
	Indeterminado	1
	T.S. Hispânica	**2**
	Tigela	2
	T.S. Itálica	**1**
	Indeterminado	1
	Elemento Arquitetónico	**1**
	Pia(?)	**1**
	Escória	**3**
	Indeterminado	**2**
	N.A.	**1**
	Lítico	**9**
	Indeterminado	**8**
	Lasca	**1**

	Metal	**6**
	Indeterminado	**1**
	Prego/Cavilha	**5**
	Numisma	**1**
	Vidro	**8**
	Recipiente Vítreo	**7**
	Garrafa	2
	Taça	4
	Unguentário	1
	Objeto de Adorno	**1**
	Conta	1

vidrados contemporâneos e pontuais fragmentos de material de construção romano, descontextualizado.

IV.4: Técnicas e Aparelhos Construtivos

Durante as intervenções realizadas na sondagem *CAESAR*.02, verificou-se a existência de uma série de aparelhos construtivos com características próprias, que permitiram a sua datação. Na área escavada foram identificados vestígios de arquiteturas características de diferentes períodos, muito distintas entre si como resultado de perceções e modalidades distintas na forma de ocupar o espaço.

IV.4.1: Estrutura Pétrea de Planta Ovalada [286]

Foi identificado parte de um muro pétreo de planta ovalada correspondente à UE [286] no limite sul da sondagem, associado a um piso de circulação [224], parcialmente destruído pelo lajeado romana [250]. A estrutura assenta diretamente sobre o substrato rochoso [288], como sugere o corte no geológico [278] destinado à implantação do muro. O estado de conservação do aparelho não permite a realização da sua leitura e descrição. No entanto, a sua configuração ovalada aponta para que se trate de um vestíbulo associado a uma estrutura em forma de caranguejo típica da Idade do Ferro no Noroeste peninsular, eventualmente formando uma composição do tipo 1b (Queiroga, 1992, p. 28), conforme é apreciável na Estampa XXVI. A transição para o interior da estrutura associa-se a um sedimento de saibro picado de tom amarelo [237], a que se acrescenta uma camada finíssima de argamassa [239] parcialmente destruída pela construção do aparelho [2049]. As UE's registadas no interior da estrutura pétrea [275 e 277] continham tégula, logo, não se verificou a conservação dos estratos da Idade do Ferro.

IV.4.2: Compartimento de Planta Circular [2052] e Muro Anexo [2053]:

Foi identificado parte de um muro pétreo de planta circular correspondente à UE [2052]. Trata-se de parte de uma casa redonda típica do período castrejo. O seu diâmetro total é desconhecido, mas o ângulo de abertura do aparelho identificado sugere que seja considerável. No seu interior, foi identificado parte de um piso em terra batida, que assenta diretamente sobre o estrato geológico [2046].

Camada Orgânica de Superfície

CRONOLOGIA: Contemporânea;

Descrição: Camadas de superfície;

UNIDADES ESTRATIGRÁFICAS CORRESPONDENTES:

C.1: 201, 202, 203;

C.2: 2001, 2002, 2003;

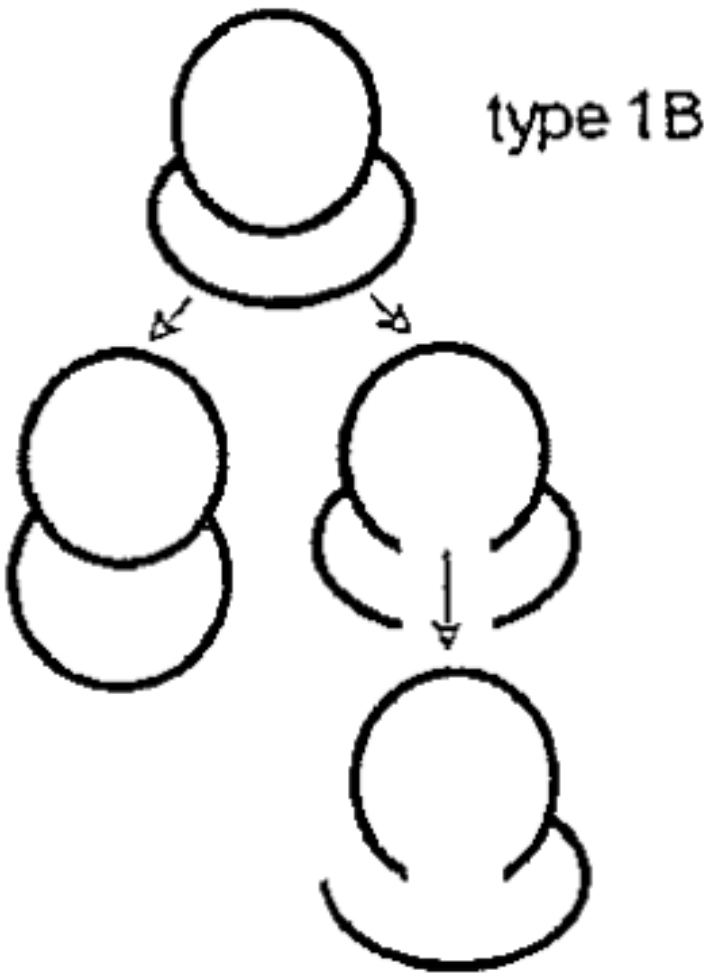
MATERIAIS (Apêndice 1.6; Anexo 4.6): 1141 frags.

Cerâmica	**1119**
Ânfora	**35**
C. Castreja	**235**
Alguidar	2
Bilha	1
Indeterminado	192
Jarro	1
Pote	17
Talha	18
Tigela	4
C. Comum Fina Romana	**7**
Indeterminado	7
C. Comum Indeterminada	**128**
Bilha	3
Indeterminado	125
C. Comum Romana	**673**
Bilha	3
Cadinho	1
Indeterminado	655
Jarro	2
Jarro/Bilha(?)	1
Tigela	11
C. de Engobe Vermelho	**19**
Indeterminado	16
Prato	3

QUADRO SINÓPTICO: FASE V;
| ESTAMPA XXV.6

	C. Pintada Romana	**4**
	Copo (?)	4
	Dollium	**5**
	Peça de Jogo	**3**
	Peso Tear	**4**
	T.S. Africana	**2**
	Indeterminado	2
	Tégula	**3**
	Elemento de Iluminação	**1**
	Elemento Arquitetônico	**4**
	Fragmento de Coluna	**2**
	Placas de Xisto	**2**
	Escória	**4**
	Indeterminado	**2**
	N.A.	**2**
	Lítico	**11**
	Indeterminado	**7**
	Mó	**4**
	Metal	**2**
	Indeterminado	**2**
	Vidro	**1**
	Recipiente Vítreo	**1**
	Garrafa	1

QUADRO SINÓPTICO: FASE V;
| ESTAMPA XXV.6







ESTRUTURAS DO TIPO 1B DE ACORDO COM A TIPOLOGIA PROPOSTA POR F. REIMÃO QUEIROGA (1992/2003) E FOTOGRAFIAS DA ESTRUTURA [287];

| ESTAMPA XXVI

O aparelho identificado (apreciável nas fotografias apresentadas na Estampa XXVII) é poligonal, irregular, de dupla face e revela grande qualidade construtiva. A alvenaria granítica apresenta marcas de pico, com disposição sintomática de uma clara tendência horizontalizante nas fiadas inferiores da estrutura que é menos significativa nas fiadas superiores. A disposição de elementos graníticos de corte mais ou menos regular nas primeiras fiadas do aparelho, com presença reduzida de cunhas, aparenta dar lugar a elementos pétreos de menor dimensão e corte irregular com disposição muito dependente de cunhas. O muro assenta sobre uma fundação/sapata constituída por alvenaria granítica de corte irregular de grande, média e pequena dimensões. O descuido na disposição desta sapata justifica-se na sua ocultação por parte do piso [2017]. Esta fundação apresenta uma espessura apenas ligeiramente maior que o restante aparelho e assenta diretamente sobre o substrato geológico. O aparelho apresenta ainda vestígios superficiais de aplicação de revestimentos parietais ou reboco.

A disposição do muro apresenta uma ligeira inclinação para o interior da estrutura. Nesta fase, não consideramos possuir dados suficientes para avançar quaisquer propostas quanto à sua altura.

No limite sul da estrutura foram identificados dois blocos de grande dimensão, dispostos de forma a rematar ambas as faces do aparelho, simultaneamente (excedendo ligeiramente a espessura do mesmo). Parece tratar-se de uma abertura ou zona de passagem para outro compartimento, formado pelo muro [2053], de construção posterior adoçada à estrutura, formando um anexo de grandes dimensões. A área de transição entre estes dois blocos apresenta um pavimento muito deteriorado (fotografias apresentadas na Estampa XXVIII).

Considerando que o aparelho [2053] constitui uma adição posterior e a eventualidade de puder tratar-se de uma adição romana, não pudemos deixar de avançar a possibilidade de tratar de uma solução do tipo 1b com muros retilíneos (Queiroga, 1992, p. 28, imagens ilustrativas apresentadas na Estampa IXXX). Dito isto, a área de contato entre os dois aparelhos é bastante peculiar no sentido em que não se enquadra com os modelos apresentados nesta tipologia.

Resta-nos descrever o aparelho [2053] (fotografias deste aparelho são apresentadas nas Estampas XXX e XXXI). À semelhança do aparelho [2051] que lhe é paralelo, não foi possível identificar a totalidade da sua extensão. A vala de fundação associada ([2031]), cujo enchimento foi depois coberto por um piso em terra batida ([2010]), assenta também no estrato geológico. Este aparelho construtivo é de qualidade inferior relativamente ao aparelho [2052]. Trata-se de um muro de dupla face em alvenaria granítica cujo elemento ligante consiste numa argamassa quase exclusivamente composta por terra. Se bem que verificamos alguma horizontalidade nas fiadas e a ausência de cunhas ou inclusões de pequenas dimensões no aparelho, a parca qualidade da argamassa utilizada resultou num aparelho muito desagregado e frágil, particularmente nas fiadas localizadas a uma maior altitude. O corte das pedras utilizadas é bastante irregular e a presença de marcas de pico é relativamente intensa. A superfície externa do aparelho, conforme se verifica tipicamente noutros arqueossítios semelhantes (Queiroga, 1992, p. 30; 2003), apresenta uma disposição mais cuidadosa e regular, refletindo uma tendência horizontalizante mais nítida, que compensa a irregularidade no corte da pedra com a inclusão de cunhas de pequena dimensão.

Num momento posterior, possivelmente no decurso do séc. IV, o muro aparenta ter sido parcialmente refeito. Estes trabalhos são visíveis pela aparente rutura abruta na orgânica de disposição da alvenaria do aparelho, na redução do número de fiadas dispostas horizontalmente e a sua disposição mais cuidada, na presença de uma alvenaria de corte mais regular e uma intensificação da presença de marcas de pico. Pudemos também detetar a presença de alguns elementos pétreos de altura mais reduzida, usados com maior frequência.

IV.4.3: Compartimento Romano

O espaço que escolhemos denominar como *compartimento* romano (desenho de plano e fotografia apresentados na Estampa XXXII) corresponde a uma área no limite noroeste da sondagem constituída por um conjunto de três muros que formam um compartimento de planta retangular de dimensões ainda indeterminadas, sendo que o muro que estabelece o limite ocidental do compartimento permanece por identificar. A escolha do termo *compartimento* para denominar este espaço específico deriva do facto

de, segundo a nossa interpretação, este espaço integrar um complexo arquitetónico eventualmente delimitado a este pelo aparelho [2051]. A construção deste compartimente parece dividir-se em duas fases distintas, conforme tivemos oportunidade de descrever previamente (cap. IV:3: *Análise dos Contextos*). A primeira compreendeu a construção do muro [2051], que define o limite do compartimento a este. Posteriormente, verifica-se a construção dos aparelhos [2049 e 2050] a norte e sul (respetivamente), formando um compartimento.

Antes de avançarmos sobre a descrição individual destes aparelhos, importa referir que acreditamos que o interior deste compartimento possuísse um revestimento nas faces internas dos aparelhos. Na UE [2041] foi identificado um pequeno fragmento de reboco, (apresentado na Estampa XXXIII) cuja superfície apresenta pintura branca e incisões paralelas. Álvaro Brito Moreira, no que respeita às estruturas que identifica e caracteriza na sua tese de doutoramento (2010), sugere algumas soluções de revestimento parietal (ou vestígios das mesmas no registo arqueológico) que podem ter sido utilizadas durante a ocupação romana do arqueossítio com recurso a duas soluções distintas: a primeira constitui a simples aplicação sobre o aparelho enquanto a segunda se fez associar à aplicação de *tegulae* sobre as argamassas (Moreira, 2010, pp. 492-493). A presença de incisões sobre o fragmento identificado é, na nossa opinião, ainda ambígua quanto à sua eventual finalidade utilitária ou decorativa. Não foi também possível definir a que que aparelho específico pertenceria também este fragmento de reboco.

IV.4.3.1: Muro Romano [2051]

O muro [2051] corresponde a um aparelho alvenaria granítica parcialmente regular (fotografia deste aparelho é apresentada na Estampa XXXIV). O aparelho apresenta boa qualidade construtiva, constituído por elementos pétreos afeiçoados com o típico "almofadado romano", de corte pouco regular cuja superfície apresenta marcas de pico de ferro. Estes elementos foram dispostos em fiadas horizontais em pano duplo de forma muito irregular. Esta irregularidade é parcialmente compensada pela inclusão de cunhas graníticas de pequenas dimensões. Entre os elementos pétreos que formam o aparelho pudemos identificar a presença de argamassas de boa qualidade, que terão atuado como ligante, garantindo a estabilidade do aparelho. Dito isto, foram verificadas várias zonas do aparelho com espaços vazios entre a alvenaria utilizada. Podemos





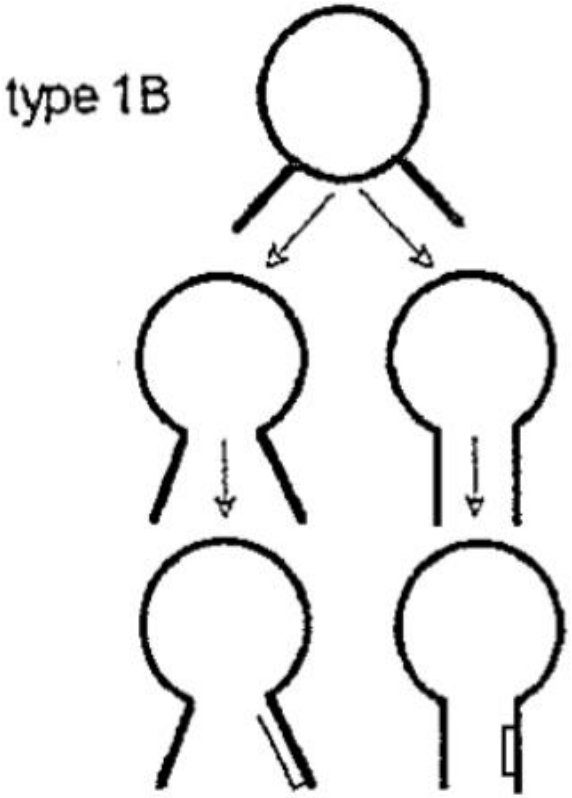
FOTOGRAFIAS DA SUPERFÍCIE INTERNA E EXTERNA DO APARELHO [2052];
| ESTAMPA XXVII





ESPAÇO DE TRANSIÇÃO ENTRE OS COMPARTIMENTOS ASSOCIADOS AOS APARELHOS [2052 E 2053] (ORIENTAÇÃO N-S E S-N, RESPETIVAMENTE);

| ESTAMPA XXVIII







ESTRUTURAS 1B DE ACORDO COM A TIPOLOGIA PROPOSTA POR F. REIMÃO QUEIROGA (1992/2003), DESENHO DE PLANO DOS MUROS [2052 E 2053] (DISPONIBILIZADO PELA EMPRESA ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO, REALIZADO POR RUI E BEBIANA MOTA) E FOTOGRAFIA DA ÁREA DE JUNÇÃO ENTRE OS APARELHOS [2052 E 2053];

| ESTAMPA IXXX



SUPERFÍCIE INTERNA DO APARELHO [2053];
| ESTAMPA XXX



FOTOGRAFIAS DA SUPERFÍCIE EXTERNA DO APARELHO [2053];
| ESTAMPA XXXI

assumir que as parcas condições de imperialização do aparelho causadas por estas lacunas podem ter sido colmatadas parcialmente pelo recurso a reboco ou outras soluções de cobertura parietal.

O muro em causa apresenta um perfil retilíneo orientado de noroeste para sudeste e estende-se desde o corte norte até ao corte sul da sondagem. Este aparelho possuí uma orientação quase paralela ao muro contínuo formado pelos aparelhos [2052 e 2053], formando um espaço intermedio (ou o *Espaço Entre Muros*). A presença de aberturas no aparelho [2051], constituídas por três elementos pétreos e um fundo impermeabilizado com recurso a tégula (consultar a Estampa XXXV para ver fotografia das mesmas), parece indicar que este espaço intermédio se destinava ao escoamento de águas pluviais e outros detritos a partir do interior da estrutura de forma e dimensões indeterminados. Uma destas aberturas está localizada no interior do compartimento formado pela construção posterior dos aparelhos [2049 e 2050] no interior da eventual estrutura.

Este muro aparenta ter sido sujeito a trabalhos de requalificação, como parece indicar a decrescente qualidade do aparelho à medida que este se estende para sul. As argamassas compostas de cal, saibro e terra aparentam ser cada vez mais pobres, as fiadas horizontais são cada vez menos claras e o corte dos elementos que as constituem cada vez menos regular e chegando a assemelhar-se a um aparelho poligonal. Verificou-se mesmo que, em algumas das fiadas mais elevadas, o enchimento de argamassas chega a ser mais espesso que as pedras que faceiam o aparelho (ver Estampa XXXVI, onde são apresentadas fotografias de parte do aparelho onde este fenómeno é mais visível).

Ao contrário do aparelho [2053], não foi possível identificar de forma clara um ponto preciso a partir de qual a realização de trabalhos de obra distinguível. A transição entre um aparelho de qualidade razoável e um aparelho muito precário é progressiva, gradual e orgânica. Podemos, no entanto, avançar que a cota das aberturas de escoamento identificadas no aparelho se posiciona junto ao nível do piso [212], que cobria a fundação dos muros [2049 e 2050]. A disposição da alvenaria coberta diretamente pelas tégulas na zona ligada ao interior do compartimento identificado destaca-se ligeiramente pelo seu descuido, no entanto, apesar de não o fazer de forma tão

definitiva que permita falar de uma rutura definitiva com a orgânica construtiva do restante aparelho. Parece-nos que estas aberturas constituem uma inclusão posterior, associada ao último nível de circulação e a uma ocupação associada à fase IIIb.

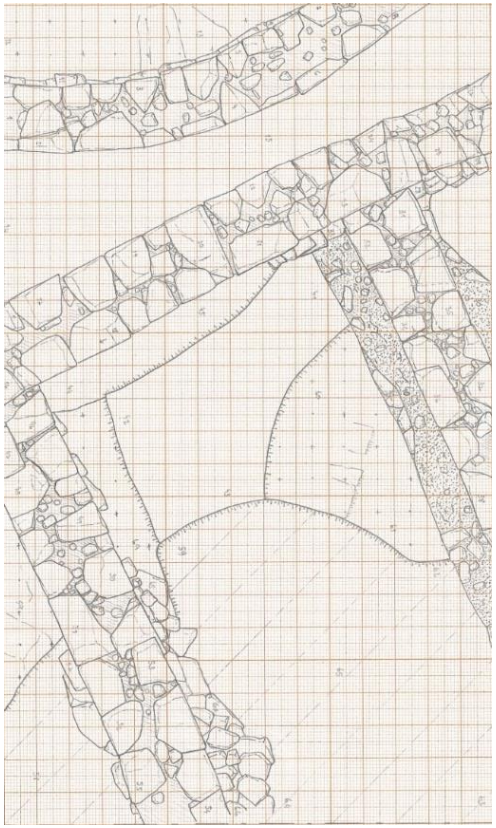
Sendo que, conforme referimos quando foi abordada a estratigrafia (IV.3: *Análise dos Contextos*), a construção deste aparelho se associou à construção de um piso, este muro aparenta relacionar-se com uma estrutura relativamente extensa cuja planta está ainda por identificar.

IV.4.3.2: Muros Romanos [2049 e 2050]

Os muros romanos [2049 e 2050] são expectavelmente bastante semelhantes na sua construção. Estes muros seguem os padrões construtivos parcialmente estabelecidos pelo aparelho [2051] na sua secção norte. Tratam-se de aparelhos em alvenaria granítica dispostos horizontalmente em dois panos, com vestígios da utilização de argamassas (ligeiramente mais pobres) como ligante (fotografias destes aparelhos e respetivas fundações são apresentadas nas Estampas XXXVII).

A particularidade destes aparelhos reside nas suas fundações, que como referimos, assentam diretamente sobre o estrato geológico. O aparelho [2049] possui uma sapata de excelente qualidade, extremamente rica em argamassa amarela. Apesar da ausência de qualquer regularidade na disposição da alvenaria utilizada e de não se ter verificado um afeiçoamento cuidado das pedras usadas, não foram identificadas cunhas ou pedra miúda. Inversamente, a fundação do muro [2050] é muito pobre. A alvenaria inclui elementos de todos os calibres dispostos de forma precária sem indícios de argamassa.

A ausência do limite ocidental destes aparelhos dificulta a sua leitura. No entanto, devido à forma como estes adoçam ao aparelho [2051], sem integrar o mesmo, e a identificação de um piso anterior, cortado pelas valas de fundação destes muros, permitiu estabelecer pelos menos dois momentos construtivos distintos, eventualmente refletindo a necessidade de compartimentalização do espaço.





DESENHO DE PLANO (ADAPTADO) DO PERÍMETRO DO *COMPARTIMENTO ROMANO* (DISPONIBILIZADO PELA EMPRESA *ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO*, REALIZADO POR RICARDO E BEBIANA MOTA) E FOTOGRAFIA DO INTERIOR DO *COMPARTIMENTO ROMANO* (ORIENTADA O-E);



FRAGMENTO DE COBERTURA PARIETAL IDENTIFICADO NOS NÍVEIS DE REVOLVIMENTO NO INTERIOR DO *COMPARTIMENTO ROMANO*;
| ESTAMPA XXXIII



FACE INTERNA DO APARELHO [2051];
| ESTAMPA XXXIV





ABERTURAS DE ESCOAMENTO IDENTIFICADAS NO APARELHO [2051];
| ESTAMPA XXXV





SECÇÕES MAIS PRECÁRIAS DO APARELHO DE ALVENARIA GRANITICA [2051] (DE NOROESTE PARA SUDESTE);
| ESTAMPA XXXVI









FOTOGRAFIAS DA SUPERFÍCIE INTERNA E EXTERNA DOS APARELHOS [2049 E 2050] E PARTE DA SUA SAPATA;

| ESTAMPA XXXVII

Considerações Finais e Problemáticas

Neste estudo não pretendemos apresentar uma proposta interpretativa definitiva quanto aos fenómenos e à cronologia de ocupação do espaço correspondente à sondagem *CAESAR*.02. De facto, aquando da finalização do presente trabalho, já terá decorrido uma terceira campanha de escavação em Alvarelhos (ver a Estampa XXXVIII com fotografia da equipa envolvida na terceira campanha de escavações) que tem como objetivo a finalização dos trabalhos de escavação e musealização das estruturas e contextos conservados da sondagem 02.

Não podemos deixar de referir a relevância de alguns dos dados obtidos. Citamos a Prof.ª Dr.ª Teresa Soeiro quando afirma que, até então (1992), no Castro de Alvarelhos "(…) *faltam de forma sensível os testemunhos pré-romanos* (…) *certamente não por inexistência, mas por serem menos espetaculares* (…)" (1992, p. 239), paradigma que se foi alterando muito lentamente. Temos agora, nas sondagens *CAESAR.02* e na estrutura circular identificada num dos contrafortes orientais do Monte Grande, testemunhos que justificam uma nova reflexão sobre o povoamento pré-romano no arqueossítio. Futuras campanhas de escavação poderão confirmar alguns dos fenómenos e padrões identificados no decorrer deste estudo. Avançamos também a elaboração de uma proposta de faseamento cronológico que contempla a ocupação castreja e a forma como esta interage com os fenómenos de reformulação arquitetónica previamente documentados. Consideramos este contributo um importante primeiro passo para um aprofundamento do estudo destas problemáticas. Dito isto, este exercício foi também muito produtivo no âmbito do estudo da ocupação romana do castro. Se bem que as fases de ocupação avançadas são bastante latas, estamos agora munidos de novos dados relativamente às mutações na forma de ocupação do espaço por via das reformulações arquitetónicas. É de particular interesse mecionar que estas reformulações nem sempre se associam à compartimentalização dos espaços habitacionais durante o séc. IV, conforme foi avançado previamente (Moreira, 2010). Sabemos agora que também se optou em simultâneo pela construção de novas estruturas (como parece indicar o aparelho [2051]). Estes espaços de fundação tardo-antiga foram também sujeitos a trabalhos de reformulação num momento próximo da sua construção, conforme tivemos oportunidade de explorar quando nos debruçamos



FOTOGRAFIA DA EQUIPA DE VOLUNTÁRIOS NA CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES DE 2022;
| ESTAMPA XXXVIII

sobre a *Fase III* da ocupação da sondagem *CAESAR.02* (Cap. IV.3). Sabemos então que estes programas construtivos, sobejamente explorados em trabalhos anteriores (*ibidem*), são bastante dinâmicos e fluídos.

Além da ocupação sidérica, devemos também considerar a transição entre o mundo castrejo e o mundo romano, problematizando os vários processos associados à romanização e aculturação das populações indígenas. Ao expandirmos o conhecimento sobre a ocupação pré-romana do Castro de Alvarelhos, os fenómenos associados à sua introdução na esfera de influência romana serão mais claros e percetíveis. É de particular interesse considerar a problemática de uma eventual presença militar associada ao Castro de Alvarelhos, que a nosso ver está intrinsecamente ligada à sua introdução na malha administrativa imperial romana. Esta questão é particularmente curiosa quando consideramos que o registo arqueológico associado a cronologias não parece indicativo de uma integração forçada das comunidades que ocuparam este *habitat* na esfera imperial romana. Conforme avançamos previamente (Cap. 1.2), verificou-se alguma continuidade nos padrões morfológicos dos materiais datáveis do período entre o séc. I a.C. e o séc. II. Se bem que não é o caso do conjunto identificado nesta sondagem, o espólio numismático identificado neste castro parece concordante com uma integração no mundo romano relativamente pacífica. Considerando o espectro dos materiais abordados neste trabalho, abstemo-nos de considerar (e problematizar sobre) o espólio epigráfico, mas também ele parece apontar para esta interpretação.

Também a ocupação romana levanta questões relevantes que poderão ser fundamentais no estabelecimento de uma narrativa mais completa relativamente à ocupação humana do Castro de Alvarelhos. Entre estas, destacamos a ausência de cerâmica bracarense em quantidades expectáveis no registo arqueológico da sondagem 02. Trata-se de uma anomalia excecional no registo arqueológico da sondagem estudada, ou antes de um fenómeno socioeconómico abrangente a todo o arqueossítio? Uma análise dos trabalhos realizados previamente, nomeadamente a tese de doutoramento de Álvaro Brito Moreira (2010), indica uma ausência palpável de cerâmica bracarense (numa amostra de 1200 fragmentos, apenas foram identificados 12 artefactos de origem bracarense, ca. de 1% do conjunto). Estamos então obrigados a

reconsiderar a relação do Castro com a *Via XVI*? O que poderá ter motivado a aparente ausência de produções associadas a um núcleo tão próximo e com o qual deveria manter relações económicas relativamente vivas, considerando o papel essencial de Alvarelhos no eixo viário de circulação que liga *Bracara a Cale,* em direção a *Olisipo*?

Para além destas questões económicas, que exigem estudos de âmbito regional, é pertinente considerar alguns elementos específicos à sondagem CAESAR.02, que levantam ainda algumas dúvidas. A extensão do muro [2051] e a ausência de um limite ocidental para o *Compartimento Romano* deixam ainda muitas questões quanto à natureza, planta e dimensões do complexo associado. O mesmo fenómeno repete-se relativamente à extensão do aparelho [2053]. É ainda fundamental considerar as particularidades do registo estratigráfico desta sondagem. Apesar de ter sido possível estabelecer uma cronologia faseada coerente relativamente aos processos de ocupação deste espaço, é agora necessário verificar se o registo arqueológico noutras sondagens (já escavadas ou que venha a ser escavadas no futuro) corroboram ou refutam as propostas interpretativas avançada neste estudo. É também de particular importância considerar ainda a ausência de estruturas datáveis do período entre a dinastia flávia (finais do séc. I) e o séc. IV. Que processos motivaram (ou justificam) a representatividade quase nula deste período no registo arqueológico? Trata-se de um fenómeno abrangente a todo o arqueossítio ou de uma particularidade da sondagem *CAESAR.02*? Refira-se ainda que a caracterização do séc. IV que pudemos realizar a partir dos dados obtidos é também muito precária. Trabalhos prévios parecem apontar para um cenário de alguma instabilidade no Castro de Alvarelhos durante este período. Referimo-nos, em particular, à proposta avançada por Álvaro Brito Moreira (2010) de que no final deste século um incêndio que culmina na finalização da ocupação romana do casto. Esta proposta, ilustrada pelos entesouramentos monetários, aponta uma transição com maior perturbação para o reino Suevo e o mundo alto-medieval. Estudos anteriores apontam para que o final do séc. IV como um momento muito conturbado na história deste castro, no entanto sabemos agora que durante o séc. IV se investia ainda na requalificação dos aparelhos construtivos e na reformulação das habitações. Na ausência de plantas completas dos complexos identificados durante as campanhas de escavação de 2020 e 2021, é quase impossível tecer considerações satisfatórias

relativamente a esta problemática. Recorremos, no entanto, às importações de *Terra Sigillata* datáveis do período tardo-romano, particularmente os vários fragmentos de proveniência Africana e Foceense, para argumentar que os circuitos comerciais com o restante mediterrâneo estavam ativos durante este período.

Torna-se evidente a necessidade de dar continuidade ao estudo do arqueossítio. Acreditamos que a continuidade dos trabalhos associados ao Projeto *CAESAR* poderão responder a estas e outras perguntas. Para além de futuras campanhas de escavação arqueológica, a análise de outras sondagens e do próprio arqueossítio como um todo são de elevado interesse científico. A investigação em torno do mesmo poderá permitir o preenchimento de algumas das lacunas (que referimos nos parágrafos anteriores) relativamente ao conhecimento deste importante arqueossítio. Sumariamente, é fundamental repensar o enquadramento deste castro durante o período sidérico a nível local/regional, por via a definição do papel que desempenhou no povoamento pré-romano. Este trabalho deverá passar pela criação de propostas quanto à sua delimitação espacial. Estes dados serão fundamentais na criação de uma narrativa científica clara quanto à sua integração do Castro de Alvarelhos na malha administrativa romana. Em particular, importa-nos tentar avançar cronologias mais precisas para este momento e identificar possíveis relações com os programas de requalificação arquitetónica e urbanística e, por sua vez, como estes se relacionam com um eventual fenómeno militar ainda por clarificar. De maior importância será ensaiar cronologias mais precisas e estudos que considerem o vasto *corpus* de dados elaborados relativamente a *Bracara Augusta*. Parece agora evidente que a relação entre a capital conventual e este povoado não é tão clara como sugerem a sua proximidade geográfica e a presença de um eixo de ligação direta entre ambos, através da Via XVI. A aparente escassez de cerâmica bracarense no registo arqueológico do Castro de parece-nos ilustrativa de uma relação mais complexa, cujas *nuances* não são ainda evidentes. É também importante tentar clarificar a ocupação romana do arqueossítio entre o séc. II e o séc. IV. Considerando a proposta avançada presente estudo, deverá seguir-se a análise do registo arqueológico identificado nas restantes sondagens, com o intuito formular uma narrativa interpretativa coerente, precisa e completa. Referimo-nos também a execução de futuros trabalhos de escavação que contemplem a escavação de espaços associados aos

eixos que definiram a malha urbanística. Esse trabalho poderá ser fundamental para o esclarecimento dos vários programas de requalificação, que sabemos agora terem-se estendido até meados do séc. IV.

O Castro de Alvarelhos constitui, a nosso ver, uma estação arqueológica extremamente relevante para o estudo da transição entre o período sidérico e a ocupação romana, a perduração da presença romana no noroeste de Portugal e a integração das populações locais na esfera de influência imperial. Nesse sentido, esperamos que estudo apresentado contribua de forma positiva nesse esforço de investigação.

Bibliografia

Aguiar, C., Mesquita, S., & Honrado, J. (2008). Introdução à carta biogeográfica de Portugal (Costa et al. 1998). In E. Atlas (Ed.), *Atlas das Aves Nidificantes em Portugal* (pp. 41-48). Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Parque Natural da Madeira e Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Assírio & Alvim.

Alarcão, J. d. (1974). *Portugal Romano*. Editorial Verbo.

Alarcão, A., & Martins, A. N. (1976). Uma cerâmica aparentada com as «paredes finas» de Mérida. *Conimbriga*, XV, 91-118.

Alarcão, J. d. (1988a). *O Domínio Romano em Portugal*. Publicações Europa-América.

Alarcão, J. d. (1988b). *Roman Portugal* (Vol. Vol. II; Fasc. 1 Porto, Bragança & Viseu). Aris & Phillips Ltd.

Alarcão, J. d. (1988c). *Roman Portugal* (Vol. I). Aris & Phillips.

Alarcão, J. d. (1992). A evolução da cultura castreja. *Conimbriga*, *XXXI*, 39-71.

Alarcão, J. d. (1995-96). As Civitates do Norte de Portugal. *Cadernos de Arqueologia, Série II*, *12-13*, 25-30.

Alarcão, J. d. (1998). A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*, *37*, 89-119.

Alarcão, J. d. (2000). Sobre os cantões proto-históricos do noroeste de Portugal. *Santo Tirso Arqueológico*, *2ª Série* (2-3), 45-50.

Alarcão, J. d. (2009/2010). A propósito do hidrónimo LETHES. *FORUM* (44-45), 113-120.

Almeida, C. A. B. d. (1980). Via Veteris. Antiga Via Romana ? *Revista de Guimarães*, *III*, 151-170.

Almeida, C. A. B. d. (2003). *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho* - Vol. 7. Porto, Universidade do Porto. Doutoramento.

Almeida, C. A. F. d. (1968). *Vias Medievais Entre Douro e Minho* Faculdade de Letras do Porto]. Porto.

Almeida, C. A. F. d. (1969). *Romanização das Terras da Maia*. Livraria Tavares Martins.

Almeida, C. A. F. d. (1973). Influências Meridionais na Cultura Castreja. *Historia - Revista da Faculdade de Letras*, *1973/1974*, 197-212.

Almeida, C. A. F. d. (1974). Cerâmica Castreja. *Revista Guimarães*, *84*, 171-197.

Arruda, A. M. (1999-2000). *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.).* Barcelona: Universidad Pompeu Fabra de Barcelona / Carrera Edició, S.L.

Avelaira, T. V. (2008). El ejército y las obras públicas en el Imperio Romano: El desarollo de las comunicaciones. In *IV Congreso de las Obras Públicas en la Ciudad Romana*. Colegio de Ingenieros Técnicos de Obras Públicas de Madrid.

Bacelar, H. (1984). Notas arqueológicas de Rui de Serpa Pinto sobre o litoral entre Douro e Vouga, Gaya. In *Actas das Jornadas de História Local e Regional de Vila Nova de Gaia* (Vol. II, pp. 73-82). C. M. Gaia.

Barbosa, A. d. C. V. d. (1852). *Memoria Historica dax Antiguidade do Mosteiro de Leça chamada do Balio*. Ignacio Corrèa, Editor e Livreiro.

Barceló, A. M., & Nunes., L. F. (2011). *Atlas Climático Ibérico: Temperatura do Ar e Precipitação (1971-2000)*. Instituto de Meteorologia de Portugal; Agencia Estatal de Meterología (AEMet).

Beltrán, M. (1990). *Guía de la Cerámica Romana*. Libros Pórtico.

Bettencourt, A. M. S. (1999). *A Paisagem e o Homem na Bacia do Cávado durante o II e o I milénios AC.* (Doutoramento), Universidade do Minho, Braga.

Bettencourt, A. M. S. (2000). *O povoado de São Julião, Vila Verde, norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro*. Universidade do Minho.

Bettencourt, A. M. S. (2000). *Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal).* Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Capela, M. (1895). *Milliarios do Conventvs Bracaravgvstanvs em Portugal*. Typ. de Arthur José de Sousa & Irmão.

Carnicero, M. V. R., & Montes, P. R. (2005). Los Centros de Producción de Terra Sigilatta Hispânica en la Zona Septentrional de la Península Ibérica. In M. R. Roumens & M. I. F. García (Eds.), *Introducción al Estudio de la Cerámica Romana: Una breve guiá de referencia* (pp. 183-223). Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga.

Carvalho, H. P. A. d. (2008a). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis - Vol. I.* Universidade do Minho]. Braga.

Carvalho, H. P. A. d. (2008a). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis - Vol. II – Catálogo.* Universidade do Minho]. Braga.

Carvalho, T. P. d. (1998). *A Terra Sigillata de Monte Mozinho (contributo para a história económica do povoado)* Universidade do Porto]. Porto.

Castiñera, J. R. (1990-1991). *Ceramica Indigena de los Castros Costeros de la Galicia Occidental: Rias Bajas.* Valoracion Dentro del Contexto General de la Cultura Castreña. Castrelos, III-IV, 141-163.

Castiñera, J. R. (1991). *Yacimientos Castreños de la Vertiente Atlántica. Análisis de la Cerámica Indígena*. Universidade de Santiago de Compostela].

Centeno, R. (1979). (Recensão de) J. Torres, Tesouro monetário do Castro de Alvarelhos. *Nummus - 2ª Série*, *II*, 105-109.

Centeno, R. (1987). *Circulação Monetária no Noroeste de Hispania Até 192* Universidade do Porto]. Porto.

Centeno, R. (2011). Da República ao Império: Reflexões sobre a Monetização no Ocidente da Hispânia. In M. P. García-Bellido, L. Callegarin, & A. J. Díaz (Eds.), *Barter, money and coinage in the ancient mediterranean* (10th-1st centuries BC) (Vol. LVIII). Consejo Superior de Investigaciones Cientificas.

Centeno, R., Morais, R., & Bartolomé Abraira, R. (2016). Problemáticas e perspectivas sobre a presença militar no noroeste hispânico no tempo de Augusto : o Castro de Alvarelhos. In *Celebração do bimilenário de Augusto : ad nationes : ethnous kallaikon* (pp. 74-82).

Centeno, R., Morais, R., & Soeiro, T. (2014). A propósito da cerâmica cinzenta fina polida do Castro de Romariz (Santa Maria da Feira – Portugal). In R. Morais, A. Fernández, & M. J. Sousa (Eds.), *Monografias Ex Oficina Hispana* (Vol. II). Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP); Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania (SECAH);.

Colmenero, A. R., Ferrer Sierra, & Asorey, R. D. Á. (2004). *Miliarios e outras inscricións viarias romanas do Noroeste hispánico (conventos bracarense, lucense e asturicense)*. Consello da Cultura Galega, Sección de Patrimonio Histórico.

Costa, J. C., Aguiar, C., Capelo, J. H., Lousã, M., & Neto, C. (1998). Biogeografia de Portugal Continental. *Quercetea*, *0*, 5-56.

Cruz, M. d. D., & Correia, V. H. (2007). *Cerâmica Utilitária* (1.ª edição ed.). Instituto dos Museus e da Conservação.

Cruz, M. d. (2009a). *O vidro romano no Noroeste Peninsular: um olhar a partir de Bracara Augusta: Volume I - O Vidro Romano no Noroeste Peninsular* Universidade do Minho]. Braga.

Cruz, M. d. (2009). *O vidro romano no Noroeste Peninsular: um olhar a partir de Bracara Augusta: Volume III - Catálogo* Universidade do Minho]. Braga.

Delgado, M., & Morais, R. (2009). *Guia das Cerâmicas de Produção Local de Bracara Augusta*. CITCEM.

Dinis, A. P. (1993). *Ordenamento do Território do Baixo Ave no I Milénio a.C.* Universidade de Letras]. Porto.

Encarnação, J. d. (1985). O Culto ao Génio no Noroeste Peninsular. *Cadernos de Arqueologia*, *2*, 41-49.

Encarnação, J. d. (2012/2013). Uma Pátera Envolta em Mistério. *Anas*, *25-26 (2012/2013)*, 117-132.

Ferreira, D. F. & Fonseca, J. (2020). *Relatório Preliminar: Intervenção Arqueológica Castro de Alvarelhos*.

Ferreira, D. F. (2021). *Relatório de Progressos: Intervenção Arqueológica Castro de Alvarelhos*.

Ferreira, D. F. (2022). *O Castro de Alvarelhos (Trofa)*. Universidade do Porto. Faculdade de Letras.

Ferreira, P. R. G. (2016). *Os caminhos da estrutura do território do Baixo Ave* Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto]. Porto.

García, M. I. F., & Montes, P. R. (2005). Sigillata Hispânica de Origen Bético. In M. R. Roumens & M. I. F. García (Eds.), *Introducción al Estudio de la Cerámica Romana: Una breve guiá de referencia* (pp. 139-182). Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga.

Gimpera, P. B. (1921). Los Leltas y la civilizacion céltica en la Península ibérica. *Boltín de la Sociedad Española de Excursiones*, *29*(4), 248-301.

Gomes, D. M. D. (2015). *Do Domínio Cartaginês do Mediterrâneo aos Primeiros Passos da Talassocracia Romana*. (Mestre), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Gomes, R. d. M. S. (2015). *Interação cultural e interpretatio na epigrafia votiva: O caso da fachada ocidental do conuentus Bracaraugustanus* Universidade do Minho]. Braga.

Guerra, A. (1994). Os nomes do Rio Lima. Um problema de toponímia e de geografia histórica. In F. Villar & J. d'Encarnação (Eds.), *La Hispania Preromana: Actas del VI Coloquo sobre Lenguas Y Culturas Preromanas de la Península Ibérica*. Ediciones Universidad Salamanca; Universidade de Coimbra.

Guimarães, J. G. d. O. (1901). Catálogo do Museu Arqueológico. *Reivsta Guimarães*, *18*, 38-72.

Hayes, J. W. (1972). *Late Roman Pottery*. The Brithsh School at Rome.

Jorge, S. d. O. (1988). *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*.

Jorge, S. O. (1988). *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*. Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.

Junior, J. J. R. F. (1899). *A Estação Archeologica d'Alvarelhos*. Typographia Central.

Lemos, F. d. S. (1993). *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental. Vol. 1-a, Estudos de arqueologia no nordeste Transmontano o quadro geográfico o povoamento proto-histórico*. Universidade do Minho. Braga.

Le Roux, P. (1994). Bracara Augusta, ville latine. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, *34*(1-2), 229-241.

Le Roux, P. & Tranoy, A. (1973). Rome et les Indigènes dans le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'histoire. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, *9*, 224-231.

Le Roux, P. l., & Tranoy, A. (1974). Contribution à l'étude des régions rurales du N. O. hispanique au Haut-Empire : Deux inscriptions de Penafiel. In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia* (Vol. I, pp. 249-258). Ministério da Educação Nacional - Junta Nacional da Educação.

Lima, A. C. d. P. (1940). A Correspondência Martins Sarmento - Padre Joaquim Pedrosa. *Revista de Guimarães*, *50* (1-2), 77-105.

Lima, A. C. P. d. (1940a). A Correspondência Martins Sarmento- Padre Joaquim Pedrosa. *Revista Guimarães*, *50 (3-4)*, 181-214.

Mantas, V. (2000). A Via Romana Bracara Augusta-Cale: Traçado, Funções e Influência no Povoamento Regional. *Revista Guimarães*, *110*, 53-87.

Mantas, V. (2008/2009a). A Rede Viária Romana em Portugal. Estado da Questão e Perspetivas Futuras. *Anas*, *21-22*, 239-255.

Mantas, V. (2012a). *As Vias Romanas da Lusitânia* (Vol. 7). Museo Nacional de Arte Romano.

Mantas, V. (2015). Os Miliários de Adriano da Via Bracara--Cale. *Portvgalia - Nova Série*, *36*, 321-248.

Martins, M. (1985). Sondagens Arqueológicas no Castro do Monte Padrão, em Santo Tirso. *Cadernos de Arqueologia*, *Série II, 2*, 217-230.

Martins, M. (1988a). A arqueologia dos castros no norte de Portugal: balanço e perspetivas de investigação. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, *28*(3-4), 11-34.

Martins, M. (1988b). O Povoado fortificado do Lago, Amares (Vol. 1). Câmara Municipal de Amares; Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Martins, M. (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso medio do Cávado*. Universidade do Minho.

Martins, M. (1995a). A Ocupação Romana da Região de Braga: Balanço e Perspetivas de Investigação. In C. M. d. Guimarães (Ed.), *Actas do Congresso Histórico 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio* (pp. 73-114). Câmara Municipal de Guimarães.

Martins, M. (1995b). A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspetivas de investigação. In *Actas do Congresso Histórico: 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Câmara Municipal de Guimarães.

Martins, M. (1996). Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milênio a.C. In J. d. Alarcão (Ed.), *De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio a.C.* (pp. 118-133). Museu Nacional de Arqueologia.

Martins, M. (2004). Urbanismo e Arquitectura de Bracara Augusta. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana. *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del ocidente europeu. Estudios Arqueológicos*, 149-173.

Martins, M., Braga, C., Magalhães, F., & Ribeiro, J. (2020). Constructing identities within the periphery of the Roman Empire north-west Hispania. In R.-G. Curcă, A. Rubel,

R. P. Symonds, & H.-U. Voß (Eds.), *Rome and Barbaricum: Contributions to the Archaeology and History of Interaction in European Protohistory* (pp. 135-154). Archaeopress.

Martins, M., & Jorge, S. O. (1992). Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal. *Complutum*, *2-3: Paleoetnologia de la Peninsula Iberica*, 347-372.

Martins, M. M., Lemos, F. S., & Losada, F. P. (2005). O povoamento romano no território dos galaicos bracarenses. In C. F. Ochoa & P. G. Díaz (Eds.), *III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Unidad y diversidad en el Arco Atlântico en época romana* (pp. 276-296).

Mendes-Pinto, J. M. (2008). Do castro de S. Domingos a Meinedo: Proto-história e Romanização na bacia superior do rio Sousa. *OPPIDUM*(Número Especial), 45-63.

Morais, R. (1998). *As Ânforas da Zona das Carvalheiras: Contribuição para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta* Universidade do Minho. Braga.

Morais, R. (2005). *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade* Universidade de Braga]. Braga.

Morais, R. (2007). A Via Atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada noroeste da Península. *Humanitas*, 59, 99-132.

Morais, R. (2012a). Braga in *Dicionário da Arqueologia Portuguesa*. J. d. Alarcão and M. Barroca. Porto, figueirinhas: 62-63.

Morais, R. (2012b). Terra Sigillata. *Dicionário da Arqueologia Portuguesa*. J. d. Alarcão and M. Barroca. Porto, Figueirinhas: 321-322.

Morais, R. (2018). Douro, um rio aquém do esquecimento. In L. T. Dias & P. Alarcão (Eds.), *Construir, Navebar, (re) Usar o Douro da Antiguidade* (pp. 21-43). CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Morais, R. (2020a). Naufrágio Bético e Provável Embarcadouro de Época Romana em Rio de Moinhos (Esposende, Norte de Portugal). *Boletim Cultural de Esposende 3ª Série*, *1*.

Morais, R. (2020b). *Transition from the Pre-Roman World to the Roman World in the Northwest of the Iberian Peninsula: the example of Bracara Augusta* IX. International Research Conference Proceedings: IRC 2020,

Morais, R., Cerdán, Á. M., & Sousa, M. J. (2017). A Fundação de Bracara Augusta: Assentamento Militar ou Estabelecimento Civil num Ambiente Militarizado? In F. Queiroga & T. F. Taylor (Eds.), *Rethinking Warfare 2012, an international conference on the social perceptions and representations of war* (pp. 115-131). Universidade Fernando Pessoa.

Morais, R., & Soeiro, T. (2015). De Lucus Augusti para o sul da Callaecia: consumo da cerâmica de engobe vermelho lucens. *Portvgalia - Nova Série*, *36*, 249-262.

Morales, J. A. M. (2005). La Cerámica de Paredes Finas. In M. R. Roumens & M. I. F. García (Eds.), *Introducción al Estudio de la Cerámica Romana: Una breve guiá de referência* (pp. 317-404). Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga.

Moreira, Á. B. (1992a). Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. A estação arqueológica de Alvarelhos. *Santo Tirso Arqueológico (Série I)*, *II*, 35-37.

Moreira, Á. B. (1992b). Epigrafia romana no concelho de Santo Tirso. *Santo Tirso Arqueológico (Série I)*, *II*, 15-33.

Moreira, Á. B. (1997a). Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa (Santo Tirso). Uma placa esmaltada proveniente da estação arqueológica do Monte Padrão. *Santo Tirso Arqueológico (Série II)*, *1*, 83-87.

Moreira, Á. B. (1997b). Vidros romanos no noroeste Português. Estudos monográficos de Tongobriga e Alvarelhos. *Santo Tirso Arqueológico (Série II)*, *1*, 14-82.

Moreira, Á. B. (2010). *"Castellum Madiae" formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário" no ordenamento do povoamento romano entre leça e ave* Universidade de Santiago de Compostela]. Santiago de Compostela.

Moreira, Á. B. (2004). "A necrópole romana da Quinta da Devesa, Santo Tirso " *Santo Tirso Arqueológico* (Série II) 4: 7-54.

Moreira, Á. B. (2013a). O balneário castrejo do Monte Padrão, Santo Tirso." *Santo Tirso Arqueológico* (Série II) 5: 7-36.

Moreira, Á. B. (2013b). Provas públicas de defesa da tese de doutoramento - Castellum Madiae: Formação e desenvolvimento de um aglomerado urbano secundário no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave. *Santo Tirso Arqueológico* (Série II) 5: 79-113.

Oubiña, C. P., & Fernández, I. C. (2004). Iron Age Archaeology of the Northwest Iberian Peninsula. *E-Keltoi - Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*, *6: The Celts in the Iberian Peninsula*, 1-72.

Peña, J. T. (2007). *Roman Pottery in the Archeological Record*. Cambridge University Press.

Peralta, J. Á. P. (2008). Las producciones de terra sigillata hispánica intermedia y tardía. In D. B. Casasola & A. R. i. Lacomba (Eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión.* (pp. 497-538). Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores; Universidad de Cadiz.

Pimenta, J. (2005). *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia.

Pinho, J. M. (2009). *O Iº Milénio a.C. e o estabelecimento rural romano na vertente fluvial do Ave." : Dinâmicas de estabelecimento sob o ponto de vista geo-espacial |* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Lisboa.

Queiroga, F. (1992). *War and Castros*. Antrhopology and Geography. Oxford, University of Oxford. Doctor of Philosophy.

Queiroga, F. (2003). *War and Castros*. British Archeological Reports.

Ramos, E. S. (2005). Cerámicas Africanas. In M. R. Roumens & M. I. F. García (Eds.), *Introducción al Estudio de la Cerámica Romana: Una breve guiá de referencia* (pp. 225-303). Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga.

Ramos, S. d. S. B. (2020). *O Castro de Alvarelhos: O Sítio Arqueológico, os caminhos e o Lugar dos Aidos* Universidade do Porto]. Porto.

Redentor, A. (2011a). *A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Brácara da Época Romana VOL. I* Universidade de Coimbra]. Coimbra.

Redentor, A. (2011b). *A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Brácara da Época Romana VOL. II* Universidade de Coimbra]. Coimbra.

Refojos, B. X. C. s. (2019). *Las sociedades de los castros entre la Edad del Hierro y la dominación de Roma: estudio del paisaje del Baixo Miño* (Bibliotheca

PraeHistorica Hispana, Vol. XXXV). Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Reyero, S. G., Sánchez-Palencia, F. J., López-Sáez, J. A., Pérez-Díaz, S., Ruiz-Alonso, M., Perona, D. R., Iriso, J. V., & Álvarez-Ayuso, E. (2018). Agrarian landscapes in the Iberian Iron Age: Mountain communities and land use in southeastern Iberia. Geoarcheology; An International Journal, 1-20.

Ribeiro, O. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: Estudo Geográfico*. Coimbra Editora, Limitada.

Roumens, M. R. (2005a). Terra Sigillata Itálica. In M. R. Roumens & M. I. F. García (Eds.), *Introducción al Estudio de la Cerámica Romana: Una breve guiá de referencia* (pp. 81-113). Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga.

Roumens, M. R. (2005b). Terra Sigillata Sudgálica. In M. R. Roumens & M. I. F. García (Eds.), *Introducción al Estudio de la Cerámica Romana: Una breve guiá de referencia* (pp. 115-137). Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga.

Sampaio, H. T. d. P. A. G. (2014). *A Idade do Bronze na bacia do rio Ave (Noroeste de Portugal)* Universidade do Minho]. Braga.

Sánchez-Palencia, F. J., Fernández-Posse, M. D., Manzano, J. F., Orejas, A., Pérez, L. C., & Sastre, I. (2000). Las Médulas (León), un Paisage Cultural Patrimonio de la Humanidad: Las Médulas (León), a Cultural Landscape and World Heritage. *Trabajos de Prehistoria*, *57*(2), 195-208.

Santarém, C. F. (1954). Um bronze de arte. Escultura romana encontrada em Alvarelho, Santo Tirso. *Revista Guimarães*, *64*, 31-39.

Santarém, C. F. (1977). *Santo Tirso, ligeiros apontamentos para uma monografia*. Câmara Municipal de Santo Tirso.

Santárem, C. F. (1951). O castro de Monte Padrão. *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, *1*(1), 49-66.

Santárem, C. F. (1952a). Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa. *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, *I*, 169-177.

Santárem, C. F. (1952b). Uma curiosa lápide funerária encontrada no Mosteiro de Roriz. *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, *II*(3), 397-401.

Santárem, C. F. (1953). Duas inscrições romanas inéditas do concelho de Santo Tirso. *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, *II*(3), 397-401.

Santárem, C. F. (1955). O castro de Monte do Padrão. Campanhas de 1952-53-54. *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, *3*(4), 397-429.

Santárem, C. F. (1956a). Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa. *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, *IV*(2), 63-70.

Santárem, C. F. (1956b). Inscrições romanas no concelho de Santo Tirso. *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, *V*, 63-70.

Santos, A. d. l. P. (1992). El primer milenio a. C. en el área gallega: Génesis y desarrollo del mundo castreño a la luz de la arqueología. Complutum, 2, 373-394.

Sarmento, F. M. (1884). O soldado que venceu Viriato. *A Vida Moderna*, *6*.

Sarmento, F. M. (1970). ANTIQUA (1878). *Revista Guimarães*, *80*((1-2)), 11-72.

Silva, A. C. (1986). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins - Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

Silva, A. C. (2007). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal* (2ª Ed. ed.). Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

Silva, A. C. (1980). Organizações Gentilícias entre Leça e Ave. *Portugália*, *1*, 79-90.

Silva, A. C. (1986). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Museu Arqueológico de Sanfins; Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

Silva, A. C. (1999). *Citânia de Sanfins*. Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

Silva, F. (2007). Os modelos interpretativos sócio-culturais e a evolução cronológica da Cultura Castreja: ensaio de síntese. In *Actas do I Congresso Transfronteiriço de Cultura Celta* (Vol. I, pp. 65-93). Câmara Municipal de Ponte da Barca.

Silva, M. A. D. d. (1997). *A Cerâmica Castreja da Citânia de Briteiros*. Sociedade Martins Sarmento.

Soares, L. M., Araújo, M. A., & Gomes, A. (2011). I: Contexto Geográfico: Território do Leça. In *O Rio da Memória: Arqueologia no Território do Leça* (pp. 11-27). Câmara Municipal de Matosinhos.

Soeiro, T. (1981/82). Monte Mozinho : cerâmica cinzenta fina. *Portugália (Nova Série)*, *2-3*, 97-120.

Soeiro, T. (1992). "Objetos em Bronze do Castro de Alvarelhos." GALLAECIA 6: 237-243.

Strutt, K., Millett, M., Queiroga, F., Taylor, J., & Willis, S. (2000). The Ave Valley, Northern Portugal: an archaeological survey of Iron Age and Roman settlement. *Internet Archaeology*, *9*.

Torres, J. (1979). Tesouro Monetário do Castro de Alvarelhos: Estudo Numismático - Seriação Cronológica e Histórica. *Boletim Cultural*, *Vol. I*(N.º 2 e 3), 11-44.

Tranoy, A. (1981). *La Galice Romaine: Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l' Antiquité*. Centre Pierre Paris.

Tranoy, A. (1995). La route, image et instrument du pouvoir impérial dans le nord-ouest ibérique. *Cadernos de Arqueologia*, *II*(12-13), 31-37.

Vasconcelos, J. L. d. (1897). *Religiões da Lusitania na Parte que principalmente se refere a Portugal* (Vol. Vol. I). Imprensa Nacional.

Vasconcelos, J. L. d. (1905). *Religiões da Lusitania na Parte que principalmente se refere a Portugal* (Vol. Vol. II). Imprensa Nacional.

Vasconcelos, J. L. d. (1913). *Religiões da Lusitania na Parte que principalmente se refere a Portugal* (Vol. Vol. III). Imprensa Nacional.

Vegas, M. (1973). *Cerámica Común Romana del Mediterráneo Occidental*. Instituto de Arqueología y Prehistoria da Universidad de Barcelona.

Vicente, J. (2015). Augusto y el ejército romano en la provincia de "Hispania citerior". ¿Nuevas respuestas a viejos interrogantes?

Viegas, C. (2003). *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém - Cerâmica, economia e comércio*. Ministério da Cultura; Instituto Português da Arqueologia.

Villora, J. C. M. (2000). El Comercio Romano en el Portus Ilicitanus (siglos I a.C. - V d.C.). Alicante: Publicaciones de la Universidad de Alicante.

Anexos

Anexos i
Apêndice 1: Fotografias de Conjunto 1
Apêndice 1.1: Fase I: 2
UE 2010 2
UE 2017 3
UE 2024 5
UE 2025 5
UE 2026 6
UE 2032 8
UE 2039 9
UE 2041 12
UE 2042 20
Apêndice 1.2: Fase II: 22
UE 2029 22
UE 2034 24
UE 2037 24
UE 2040 26
Apêndice 1.3: Fase IIIa: 27
UE 2005 27
UE 2007 28
UE 2008 29
Apêndice 1.4: Fase IIIb: 32
UE 2012 32
UE 2015 33
UE 2016 34
UE 2018 35
UE 2019 35
UE 2027 36
Apêndice 1.5: Fase IV: 37
UE 2004 37
UE 2006 52

UE 2011 57
UE 2013 58
UE 2030 58
Apêndice 1.6: Fase V: 60
UE 2001 60
UE 2002 60
UE 2003 62
Apêndice 1.7: Fase N.I.: 75
Limpeza 75
Sem Contexto 76
Anexo 1: Base de dados – Metodologia 77
Anexo 2: Estratigrafia 81
Anexo 2.1: Unidades Estratigráficas - Campanha 1 (2020) 82
Anexo 2.2: Unidades Estratigráficas - Campanha 2 (2021) 85
Anexo 2.3: Tabela de Equivalências entre Unidades Estratigráficas 88
Anexo 2.4: Desenhos dos Cortes Estratigráficos: 90
Anexo 2.4.2: Cortes da Campanha *CAESAR*.21; 90
Anexo 2.5: Matriz de Harris 94
Anexo 3: Tabelas dos Materiais 95
3.1: Cerâmica 95
3.1.1: Cerâmica Castreja 95
3.1.2: *Terra Sigillata* 101
3.1.3: Cerâmica Cinzenta Fina 103
3.1.4: Cerâmica Pintada 104
3.1.5: Cerâmica de Engobe Vermelho 105
3.1.6: Cerâmica Comum Fina 106
3.1.7: Cerâmica Comum Grosseira 107
3.1.8: Ânforas 109
3.1.9: Dolia 113
3.1.10: Pesos de Tear e Cossoiros 114
3.1.11: Peças de Jogo 115
3.2: Líticos e Elementos Arquitetónicos 116
3.3: Vidros 117
3.4: Metais 118

Anexo 4: Desenho Técnico 119
4.1: Fase I 119
UE 2041 119
4.2 Fase II 121
UE 2009 121
UE 2043 121
4.3: Fase IIIA 122
UE 260 122
UE 266/2022=2028 122
UE 2005 122
UE 2008 123
4.4: Fase IIIB 123
UE 209 123
UE 210=2015 123
UE 244 124
UE 253 124
UE 2019=2021 125
UE 2027 125
4.5: Fase IV 126
UE 204 126
UE 246 127
UE 2004 127
UE 2006 128
4.6: Fase V 129
UE 203 129

Apêndice 1: Fotografias de Conjunto

Apresenta-se neste ponto o espólio fotografado pela equipa de técnicos e arqueológos da empresa *Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, arqueologia Lda. Arqueologia e Património*. A metodologia adotada para a seleção, composição e posicionamento dos conjuntos segue padrões morfológicos e tecnológicos estabelecidos internamente pelos membros da empresa supra mencionada. O agrupamento para cada fotografia considerou apenas artefactos provenientes da mesma unidade estratigráfica, individualizando os materiais metálicos devido à sua relevância[20]. Estas fotografias foram-nos generosamente disponibilizadas pela empresa supracitada durante a realização desta dissertação.

Apresentamos de seguida fotografias que optamos por organizar em dois grupos distintos: Faseamento e Unidade Estratigráfica. Durante a elaboração da presente dissertação, apresentamos uma proposta de faseamento das diferentes ocupações do espaço correspondente à sondagem *CAESAR.02* (Cap. IV.3) em função dos materiais, vestígios arquitetónicos e estratigrafia identificados, correspondentes aos quadros sinópticos apresentados (Estampa XXV.1-6).

Considerando que os materiais constituem uma das principais bases científicas a que recorremos para estabelecer o faseamento cronológico, consideramos adequado apresentá-los desta forma. Estas fotografias de conjunto foram depois subdivididas em Unidades Estratigráficas. Consideramos que esta subdivisão é adequada por facilitar a consulta das fotografias em função da estratigrafia.

Algumas das fotografias avançadas neste apêndice foram previamente utilizadas (Cap. IV.2.) para fins ilustrativos, com o intuito de apresentar exemplos dos materiais que formam os conjuntos classificados ou acompanhando referências a materiais específicos relevantes para a descrição do conjunto e formulação de hipóteses interpretativas.

[20] As fotografias de materiais metálicos genéricos como pregos e cavilhas seguem no capítulo IV.2.1.4., durante a secção do texto em que nos dedicamos a abordar estes materiais seguem na Estampa XXIII. Fotografias das moedas seguem na Estampa (XXIV.2). Consideramos pertinente individualizar este conjunto específico de fotografias e apresentá-las no mesmo suporte que adotamos para apresentar a classificação das mesmas (Estampa XXIV.1);

Apêndice 1.1: Fase I:

UE 2010





UE 2017






CAESAR.21 UE2017


CAESAR.21 UE2017

UE 2024



UE 2025



UE 2026






CAESAR.21 UE2026


CAESAR.21 UE2026

UE 2032





UE 2039






CAESAR.21 UE2039


CAESAR.21 UE2039


CAESAR.21 UE2039


CAESAR.21 UE2039



UE 2041




CAESAR.21 UE2041


CAESAR.21 UE2041


CAESAR.21 UE2041


CAESAR.21 UE2041


CAESAR.21 UE2041


CAESAR.21 UE2041


CAESAR.21 UE2041


CAESAR.21 UE2041


CAESAR.21 UE2041


CAESAR.21 UE2041


CAESAR.21 UE2041


CAESAR.21 UE2041


CAESAR.21 UE2041


CAESAR.21 UE2041



UE 2042




CAESAR.21 UE2042

Apêndice 1.2: Fase II:

UE 2029






CAESAR.21 UE2029


CAESAR.21 UE2029

UE 2034



UE 2037




CAESAR.21 UE2037


CAESAR.21 UE2037

UE 2040



Apêndice 1.3: Fase IIIa:

UE 2005







UE 2007



UE 2008






CAESAR.21 UE2008


CAESAR.21 UE2008


CAESAR.21 UE2008

Apêndice 1.4: Fase IIIb:

UE 2012







UE 2015



UE 2016





UE 2018



UE 2019



UE 2027



Apêndice 1.5: Fase IV:

UE 2004






CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004


CAESAR.21 UE2004



UE 2006




CAESAR.21 UE2006


CAESAR.21 UE2006

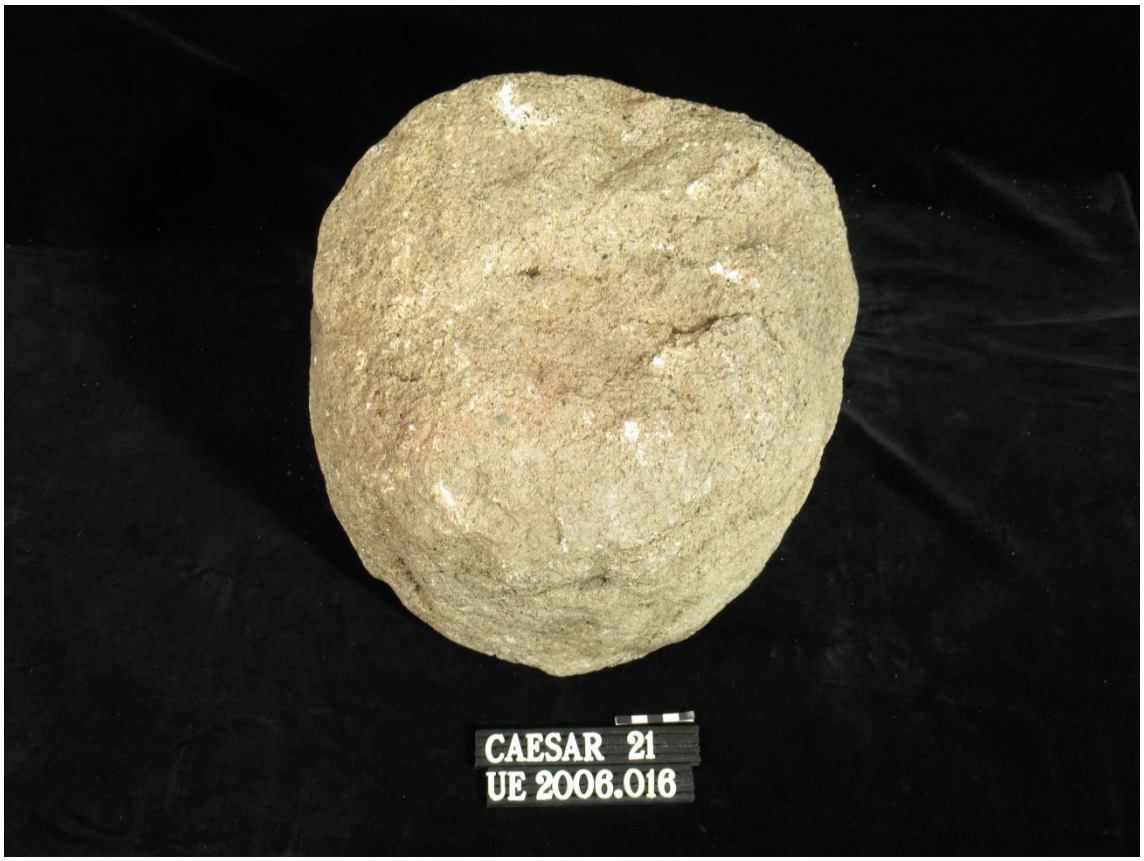

CAESAR.21 UE2006


CAESAR.21 UE2006


CAESAR.21 UE2006


CAESAR.21 UE2006


CAESAR.21 UE2006


CAESAR 21
UE 2006.016



UE 2011



UE 2013



UE 2030




CAESAR.21 UE2030

Apêndice 1.6: Fase V:

UE 2001



UE 2002




CAESAR.21 UE 2002


CAESAR.21 UE 2002

UE 2003






CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR.21 UE2003


CAESAR 21
UE 2003-031


CAESAR 21
UE 2003-030


CAESAR 21
UE 2003-032

Apêndice 1.7: Fase N.I.:

Limpeza





Sem Contexto



Anexo 1: Base de dados – Metodologia

O presente documento pretende dar a conhecer as categorias consideradas na base de dados realizada no âmbito da presente dissertação. A base de dados contempla 638 entradas correspondentes a 6256 artefactos. Ao longo das seguintes páginas definimos os critérios adotados para cada um dos itens considerados.

1. **ID:** Número de identificação do indivíduo/conjunto a que corresponde a entrada;
2. **N.º:** Quantidade de artefactos associados a cada entrada;
3. **Período:**
    a. Castrejo:
    b. Romano:
    c. Tardo-romano:
    d. Indeterminado/ indeterminável;
4. **UE:** Número de identificação da Unidade Estratigráfica de proveniência do fragmento. Quando o valor inserido corresponde a 0, tratam-se de artefactos descontextualizados ou provenientes de níveis de limpeza;
5. **Proveniência**: Especificação do local onde deverá ter sido produzido o artefacto.
    a. Local/ regional;
    b. Importação;
6. **Natureza:** natureza do material em estudo
    a. Cerâmica
    b. Vidro
    c. Líticos
7. **Produção**: Classificação dos artefactos em categorias genericamente aceites com características mais ou menos uniformizadas;
    a. Ânforas;
    b. C. Castreja;
    c. C. Castreja Decorada;
    d. C. Cinzenta Fina Polida;
    e. C. Comum Fina Romana;
    f. C. Comum Indeterminada;
    g. C. Comum Romana;
    h. C. de Engobe Vermelho;
    i. C. de Engobe Vermelho Não Vitrificável;
    j. C. Pintada Romana;

k. Cossoiros;
l. *Dolia*;
m. Fragmento de Coluna;
n. Indeterminado;
o. Lascas;
p. Mós;
q. Moedas;
r. N.A.;
s. Peças de Jogo;
t. Pesos Tear;
u. *Labrum*(?);
v. Placas de Xisto;
w. Polidor/Alisador;
x. Pregos/Cavilhas;
y. Vidros;
z. T.S. Africana;
aa. T.S. Foceense/Late Roman C;
bb. T.S. Sud-Gálica;
cc. T.S. Hispânica;
dd. T.S. Itálica;
ee. Tégulas;
ff. Objetos de Adorno;
gg. Lucernas e Candeias;

8. **Forma:** Classificação formal do objeto a partir de características intrínsecas ao artefacto estudado (dimensões, curvatura, perfil, forma, pasta, tratamentos de superfícies interna/externa, decoração, etc.);
    a. Alguidar;
    b. Assador/Coador;
    c. Cadinho;
    d. Copo;
    e. Pote;
    f. Prato;
    g. Recipiente de Asa Interior;
    h. Taça;
    i. Talha;
    j. Tigela;
    k. Bilha;
    l. Garrafa;

m. Jarro;
n. Púcaro;
o. Unguentário;
p. Candeia;
q. Conta;
r. Seixo Rolado;
s. Indeterminado/Indeterminável;
t. N.A.;

9. **Dimensão:** Dimensões relevantes obtidas a partir da medição de artefactos adequados à extração destes dados e cálculo executados. Estas dimensões foram extraídas considerando os seguintes parâmetros (quando adequados aos artefactos estudados:
   a. Diâmetro máximos de abertura (bordos);
   b. Diâmetro máximo de fundo;
   c. Diâmetros máximos (peças circulares, discoides, etc.);
   d. Altura máxima;
   e. Largura máxima;
   f. Espessura máxima;
10. **Parte constituinte**: Secção do corpo do artefacto a que o fragmento corresponde;
    a. Bordo;
    b. Parede;
    c. Ombro;
    d. Asa;
    e. Base;
    f. Testo/*opercula*;
    g. Parte superior (conjugação de bordo e bojo);
    h. Parte inferior (conjugação de fundo com bojo);
    i. Indeterminado/ indeterminável;
11. **Fuligem:** Presença de fuligem na superfície do artefacto;
    a. Interior;
    b. Exterior
    c. Ambas

d. Nenhuma;

12. **Cronologia:** Datação relativa o mais especifica e precisa possível realizada a partir da identificação de características do/s artefacto/s propiamente dito/s que permitam a sua datação segura;
13. **Descrição:** Breve descrição do artefacto/s, descrevendo as suas principais características de forma sumária quando relevante (cor, dimensões, estado de conservação, tratamentos de superfície, decoração, etc.).;
14. **Observações:** Notas privadas inseridas pelo autor relativamente à entrada;
15. **Desenho/Fotografia:** Campo destinado ao registo da realização de registo gráfico e respetiva identificação. Cada desenho pode associar-se a várias peças num momento pré-vectorização.
16. **Bibliografia:** Indicação da bibliografia associada à classificação do artefacto/s ou onde se identificaram possíveis paralelos;

Anexo 2: Estratigrafia

Pretendemos, no presente anexo, apresentar os dados estratigráficos utilizados para elaboração dos dados e interpretações apresentados no decorrer da presente dissertação. Para esse fim, o presente anexo foi dividido em cinco secções.

As três primeiras correspondem à apresentação de uma descrição sucinta da estratigráfica identificada durante as duas campanhas de escavação arqueológica realizadas, sob o formato de duas tabelas. A terceira tabela corresponde a um exercício de correspondência entre o registo estratigráfico identificado nas duas campanhas, que constitui uma ferramenta imprescindível para a leitura da documentação produzida relativamente a esta dimensão do registo arqueológico.

No anexo 2.4: *Desenhos dos Cortes Estratigráficos* apresentamos estes desenhos, que que estão também eles na base das hipóteses interpretativas apresentadas no decorrer do presente trabalho. Pretendemos assim que estes estejam disponíveis para consulta durante a leitura da presente dissertação. Estes desenhos são da autoria de membros da equipa técnica e científica da empresa *Arqueologia e Património* e estão devidamente creditados na legenda dos mesmos, tendo sido assinados pelos autores. É relevante referir que apresentamos os desenhos dos cortes estratigráficos produzidos durante a campanha de escavações *CAESAR*.21 (2021). Justificamos esta escolha no estado de desenvolvimento do projeto *CAESAR*, que se encontra ainda em decurso, logo, é natural que não tenham sido finalizados todos os trabalhos inerentes. Em particular, a produção de dados gráficos relativos à campanha de 2020, entre os quais a finalização e vectorização dos desenhos dos cortes estratigráficos, não foram ainda terminados. Dito isto, a estratigrafia identificada durante a realização da campanha de escavações de 2021 é concordante com a estratigrafia identificada em 2020 (como pudemos estabelecer no Anexo 2.3) e, em conjunto com o registo de campo das várias UE's, permitiu a elaboração de uma proposta interpretativa coerente da estratigrafia identificada.

Finalmente, apresentamos uma Matriz de Harris, que utilizamos como ferramenta interpretativa para criar um modelo gráfico e ilustrativo da nossa leitura da estratigrafia identificada. Consideramos pertinente incluir esta matriz por constituir, na prática, a

melhor representação visual da nossa interpretação da evidencia estratigráfica identificada no decorrer dos trabalhos de escavação considerados durante a realização desta dissertação e a nossa interpretação da mesma.

Anexo 2.1: Unidades Estratigráficas - Campanha 1 (2020)

U.E.	Descrição
201	Camada vegetal de superfície. Sedimento castanho-escuro humoso, homogéneo e desagregado, com raízes e pedra de pequeno calibre.
202	Camada vegetal de superfície. Sedimento castanho-escuro humoso, homogéneo e desagregado, com raízes e pedra de pequeno calibre. Material de construção em grande quantidade. Abundância de vidro e faiança contemporâneos. Coberta pela [201].
203	Derrube pétreo não estruturado de elementos com material pétreo de todas as dimensões. Coberta pela [202].
204=243	Camada de terra castanho-escura com tonalidade acinzentada, homogénea e desagregada. Presença de tégula abundante. Coberta pela [203].
205=242=244=253	Depósito de cor amarelada, compacto, de textura semelhante a saibro picado. Possível piso, localizado a sul de estrutura pétrea. Coberta pela [204].
206=214	Depósito argiloso de cor amarelada, delimitado a sul por estrutura pétrea. Possível piso.
207=205*	Depósito castanho-escura, homogéneo e compacto, separado da [205] por base de coluna.
208=215	Camada de saibro amarelo-claro com manchas de tonalidade cinza, muito compacto. Enchimento da vala [218].
209=219=255	Depósito de terra castanho-escura e desagregada. Cortada pela [208]
210	Enchimento da vala de fundação [213] da estrutura [284] (muro romano). Terra castanho-escura, homogénea e desagregada, associada a material de construção e cerâmica comum muito fragmentada.
212=220=270	Camada de terra de coloração castanha, heterogénea e muito compacta, com manchas de terra amarela (vide [209]). Cortada pela vala de fundação [213=285] da estrutura [284]/ muro romano.
213	Vala de Fundação da estrutura [284] (muro romano)
214	Depósito de terra amarela com tonalidade acinzentada, muito compacto. Localiza-se a norte da estrutura [284] (muro romano). Leitura do corte indicou tratar-se da continuação da UE [211](anulada).
216	Possível estrutura pétrea delimitadora de área de combustão no canto sudeste da sondagem. Verificou-se ser parte da estrutura [286] identificada no alargamento da sondagem.
217	Depósito de terra castanho-escura, homogénea e desagregada. Coberta pela EU [211=214], a norte da estrutura [284] (muro romano).
218	Vala – Interface. Cheia pela [208].
219	Alargamento este Camada de terra clara de tonalidade alaranjada/ rosada. Integra pedra de médio calibre. Coberta pela UE[203]
220=212	Alargamento Este Camada correspondente a EU 212, identificada após a extensão da sondagem. Nível de circulação/piso. Camada de terra castanha, homogénea e muito compacta
221	Alargamento este Camada de terra castanha de tonalidade amarelada, saibrosa, e grão médio.
222	Alargamento este

	Camada de terra castanho-clara de textura saibrosa e grão médio. Integra de carvão pulverizado e pedra de pequeno calibre
223	Depósito castanho com manchas de saibro amarelo. Sedimento arenoso de grão médio, homogéneo e compacto. Localizado a Norte da Estrutura [284] (muro romano).
224	Alargamento este Depósito castanho de tom claro. Sedimento compacto e homogéneo. É cortado por buracos de poste ([228], [230], [235] e [236].
225	Alargamento este Enchimento de buraco de poste [227]. Depósito castanho e desagregado.
226	Alargamento este Enchimento de buraco de poste [230]. Depósito castanho e desagregado. Incorporações abundantes de carvões.
227	Alargamento este Estrutura pétrea associada ao enchimento do buraco de poste [228] destinada ao suporte de um eventual poste.
228	Alargamento este Buraco de poste cheio pela [225].
229	Alargamento este Estrutura pétrea associada ao buraco de poste [230] para sustento do poste.
230	Alargamento este Buraco de poste cheio pela [226].
231	Enchimento de vala no canto ocidental da sondagem, eventualmente contemporânea da vala [218] (vala de fundação do muro romano). Depósito de saibro amarelo-claro muito compacto.
232	Interface da vala [231] de fundação do muro romano.
233	Enchimento de buraco de poste [235]. Camada de terra castanha de tom cinzento. Textura arenosa de grão médio.
234	Enchimento de buraco de poste [236]. Camada de terra de coloração castanha e tonalidade acinzentada, arenosa, de grão médio.
235	Buraco de poste cheio pela UE [233].
236	Buraco de poste cheio pela UE [234].
237	Camada de argamassa de espessura muito fina associada à estrutura [286] no corte sul da sondagem.
238	Camada de terra de cor castanho-clara e textura arenosa de grão médio. Pouco compacta. Integra pedra de pequeno calibre. A norte da estrutura [238] (muro romano).
239	Possível nível de circulação/ piso. Camada sedimentar com argamassa amarela, homogénea e compacta. De espessura variável (entre 1 e 4 cm).
240	Enchimento da vala de fundação da estrutura [284] (muro romano). A norte da referida estrutura. Camada de terra de coloração castanho-escura, desagregada e homogénea.
241	Depósito de coloração castanha, pouco compacta. Coberta pelo possível «piso» de argamassado [239]
242=253=244=205	Camada de terra castanha, compacta e heterogénea. Localizada a Oeste de estrutura [272].
243	Alargamento este Camada de terra castanha associada a derrube de pedra com fragmentos de tégula associados. Análise posterior revelou tratar-se ainda da [204].
244=253=205=242	Alargamento Sul Piso de circulação de terra castanha de tonalidade acinzentada. Compacta, heterogénea e arenosa, de grão médio. Coberta pela [252]
245	Alargamento sul Depósito castanho com manchas de saibro amarelo e de terra alaranjada. Textura arenosa de grão médio com pedra de pequeno calibre incorporada.
246	Alargamento este Depósito castanho e arenoso de grão médio, com pedra de pequeno calibre incorporada.
247	Alargamento sul

	Alargamento do muro, destruição do lajeado.
249	Alargamento sul Vala de destruição do lajeado [250]. Coberta pelas UE's [247].
250	Alargamento sul Lajeado, cortado pela 249.
251=274	Alargamento sul Depósito de cor amarelada, saibrosa e compacta. Camada de preparação/assentamento do lajeado. Coberta pela [250].
252	Alargamento sul Coberta pela [203]. Derrube de tégula. Depósito de terra acinzentada e escura, de textura arenosa de grão médio. Cobre o piso [244].
253=244=205=242	Alargamento sul Piso. Depósito castanho de tonalidade acinzentada. Compacto e heterogéneo com textura arenosa de grão médio. Coberta pela [242] e [252]
254	Alargamento sul Enchimento de vala [257]. Depósito de terra acinzentada com textura arenosa de grão médio. Incorpora pedra de pequeno e médio calibre e carvão pontualmente.
255	Alargamento sul Depósito de saibro amarelado de grão médio com manchas de terra acinzentada. É coberta pela [253 = 244 = 205 = 242].
256	Alargamento sul Enchimento de vala [259] com saibro amarelado de grão médio com nódulos de castanhos acinzentados. Textura muito barrenta. Coberta pela [247].
257	Alargamento sul Vala. Cheia pela [254].
259	Alargamento sul Vala de contorno circular. Coberta pela [256]
260	Alargamento sul Camada de terra de coloração acinzentada clara, arenosa, de grão médio.
261	Alargamento sul Enchimento de buraco de poste [263]. Depósito de terra coloração castanho-claro, com textura arenosa de grão médio.
262	Alargamento sul Depósito cinzento-claro e granuloso, compacto e saibroso.
263	Alargamento sul Vala de contorno circular, paredes retas e fundo arredondado e irregular. Possível buraco de poste. Cheio pela [261].
264	Alargamento sul Enchimento de vala [269]. Depósito castanho-claro, saibroso e granulado. Incorpora pedra de pequeno calibre. Coberta pela [257].
265	Alargamento sul Enchimento de vala. Depósito castanho-claro, saibroso e de grão médio. Incorpora pedra de pequeno calibre. Coberta pela [257].
266	Alargamento sul Enchimento de vala de muro. Depósito castanho com textura arenosa de grão médio. Coberta pela [260].
267	Alargamento sul Enchimento da vala [268]. Depósito castanho-claro, saibrosa e granuloso. Coberta pela [262].
268	Alargamento sul Vala alongada de contorno e fundo irregulares. Cheia pela [267].
269	Alargamento sul Vala de contorno e fundo irregulares. Cheia pela [264].
272	Muro em alvenaria granítica irregular, com orientação no sentido NO-SE. Possui duas aberturas, que interpretamos comos destinadas ao escoamento de águas pluviais, e fundo em tégula. Coberto pela [266/2022].
273	Alargamento sul

	Vala de fundação do muro [272].
274=271	Alargamento sul Depósito castanho-amarelado de grão médio. Incorpora pedra de pequeno calibre e fragmentos de tégula. Camada de assentamento do lajeado [244] e destruição do muro da Idade do Ferro [286].
275	Alargamento sul Depósito castanho com textura arenosa de grão médio. Incorpora de carvões muitíssimo pequenos. Localiza-se no interior do muro da Idade do Ferro [286], onde se regista a presença de fragmentos de tégula. Coberta pela [274].
276	Camada de terra de coloração castanho-escura, arenosa, de grão médio. Sedimento homogéneo e compacto.
277	Alargamento sul Depósito de coloração castanha e tonalidade acinzentada, com textura arenosa de grão médio. Coberta pela [275].
278	Alargamento sul Depósito castanho-escuro com textura arenosa de grão médio. Cobre o geológico. Possível enchimento da vala de construção do muro da Idade do Ferro [286].
279	Alargamento este Depósito amarelado e saibrosa, de textura granular com inclusões de pedra de pequeno calibre associadas. Coberta pela [246].
280	Enchimento do corte do geológico. Camada de terra de coloração castanho-escura, arenosa, de grão médio. Regista manchas de saibro amarelado e manchas de terra acinzentada. Incorpora pedra miúda. É coberta pela [276].
281	Vala de contorno irregular – Interface. Cheia pela [280].
282	Enchimento de vala. Camada de terra de coloração castanha acinzentada, arenosa, de grão médio. É coberta pela [281].
283=287	Vala de contorno semicircular cheia pela [282].
284	Muro alto-imperial em alvenaria granítica. Aparelho irregular com pedra de tamanho médio e grande e corte irregular. Conta com enchimento em argamassa amarelada. Orientação NE-SO.
286	Alargamento sul Muro de planta circular ovalada datável da Idade do Ferro.
288	Geológico

Anexo 2.2: Unidades Estratigráficas - Campanha 2 (2021)

U.E.	Descrição
2001	Camada de superfície vegetal. Depósito de terra humosa com inclusões pétreas de pequeno calibre.
2002	Depósito de terra humosa com inclusões pétreas de pequeno calibre e abundantes raízes.
2003	Depósito a terra clara com raízes muito desagregado com inclusões pétreas de pequeno, médio e grande calibre. Corresponde ao nível de derrube de estruturas e abandono do espaço.
2004	Camada associada a grande concentração de telha presente na área entre muros [2051]/[2053] e exterior dos referidos muros junto ao corte sul. Corresponde ao nível de derrube do telhado.
2005	Camada de terra amarela de grão fino e homogénea. Incorpora telha e carvões de pequena dimensão muito dispersos. Corresponde à área exterior da casa redonda aquando do derrube de telha.
2006	Depósito de terra castanho-escuro de tonalidade acinzentada, homogéneo e desagregada. Com carvão associado e abundante material.
2007	Camada amarela, homogénea e compacta exclusivamente associada à zona sul da sondagem.

2008	Depósito muito heterogéneo e desagregado, de tonalidade amarelada com manchas negras. Abundantes inclusões pétreas de médio calibre. Possível continuação do derrube (2003). Exclusivamente presente no interior da casa redonda. Grande escassez de material numa UE de grande potência estratigráfica.
2009	Nível de circulação exterior (possível lajeado) coberta imediatamente pelo derrube de telha (2004). Camada de terra compacta e homogénea.
2010	Camada de terra muito clara e compacta. Possível piso, parcialmente destruído na área central.
2011	Depósito castanho-escura, homogéneo e desagregado, com algum carvão incorporado.
2012	Nível de circulação/piso. Depósito esbranquiçado/alaranjado homogéneo e compacto. Corresponde a um piso muito destruído devido à grande raiz que corta a unidade
2013	Camada de coloração castanho-clara, desagregada e homogénea. Possivelmente associada ao derrube [2003].
2014	Camada de coloração castanha acinzentada muito compacta com alguma argamassa incorporada. Possível preparação o piso [2010] que cobre diretamente a camada.
2015	Enchimento da vala de fundação do muro [2049].
2016	Depósito de coloração castanha, homogénea e desagregada. Possível preparação do piso.
2017	Depósito de coloração castanho-escura, heterógena. Possível nível de circulação.
2018	Camada de coloração castanho-escura, homogénea e desagregada. Corresponde ao enchimento da vala de fundação do muro [2049].
2019(N)=2021(S)	Camada de coloração castanho-escura, homogénea e desagregada. Corresponde ao enchimento da vala de fundação do muro [2050].
2020	Depósito de terra castanho-clara de grão arenoso médio homogéneo e desagregado. Muito saibro amarelo e claro associado. correspondente ao 2º enchimento da vala de fundação do muro [2050].
2022=2028	Depósito de coloração castanha, homogénea e desagregada correspondente ao enchimento da vala de fundação de muro. Coberta pela [2016]. Análise posterior revelou que a [2028](Anulada) corresponde à mesma UE.
2023=2027	Interface da vala de fundação do muro [2050] cheia pelas UE's [2019/2021]. Análise posterior revelou que a [2027](Anulada) corresponde à mesma UE.
2024	Depósito amarelo, homogéneo e desagregado correspondente ao enchimento de vala de fundação de muro [2053].
2025	Camada de saibro cinzento.
2026	Depósito de coloração negra e tonalidade acinzentada, homogéneo e desagregado. Inclusões abundantes de carvão e pedras de grande calibre. Possível enchimento e nivelamento para piso. Data a ocupação da casa no período alto-imperial.
2027	Interface da vala [2021]
2029	Depósito amarelo-escuro, homogéneo e desagregado. Grande raiz a corta a unidade. Possivelmente cobre a lajeado [2034], envolvendo um eventual banco pétreo.
2030=2036	Depósito castanho de tonalidade acinzentada, homogéneo e desagregado. Abundante presença de cerâmica associada, alguma da qual associada a resíduos metálicos na superfície interna. Camada exclusivamente presente na área sul da sondagem *intramuros*. Diretamente coberta pelo derrube de telha [2004]. Análise posterior revelou que a [2036] (anulada) corresponde à mesma UE.
2031	Interface correspondente à vala de fundação de muro [2053].
2032	Camada castanho-escura, homogénea e desagregada.
2033	Interface da vala de fundação de muro cheia pela unidade [2022=2028].

2034	Lajeado do qual apenas restam algumas lajes pétreas dispostas regularmente. Destruída devido a grande raiz na sondagem.
2035	Camada castanha, homogénea e desagregada.
2037	Depósito de terra cinzento-clara, homogénea e desagregada. Corresponde à camada de preparação do lajeado [2034].
2039	Depósito castanho-escuro, homogéneo e desagregado. Possível nível de ocupação associado a um grande banco de pedra. Diretamente coberta pelo nível de preparação do lajeado [2037].
2040	Depósito castanho/amarelado de tonalidade acinzentada, com manchas de saibro e de coloração negra associadas à presença de carvão. Heterogénea e compacta. Cortada pela vala de fundação dos muros.
2041	Depósito castanho-escuro com manchas de sedimento mais claro.
2042	Depósito negro, homogénea e desagregada.
2043	Depósito castanho com manchas de saibro, heterogéneo e desagregado.
2044	Interface da vala cheia pela unidade [2042].
2046	Geológico
2047	Camada castanha com manchas de saibro.
2049	Muro granítico.
2050	Muro granítico.
2051	Muro em alvenaria granítica irregular, com orientação no sentido NO-SE. Possui duas aberturas, que interpretamos comos destinadas ao escoamento de águas pluviais, e fundo em tégula. Coberto pela [266/2022=2028].
2052	Muro granítico associado a estrutura de planta circular com vestígios de reboco.
2053	Muro granítico associado à estrutura [2052].

Anexo 2.3: Tabela de Equivalências entre Unidades Estratigráficas

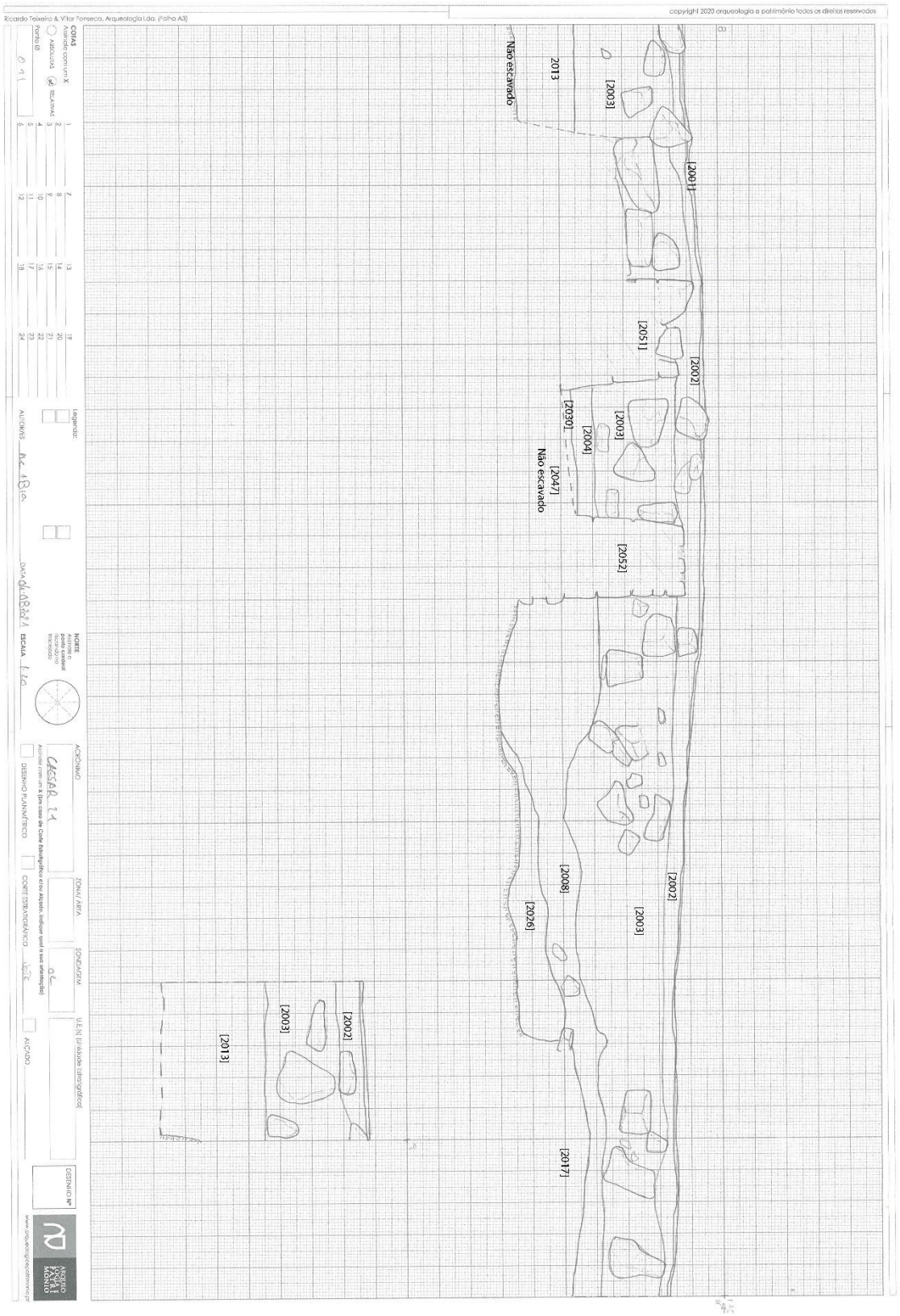
UE (C.1)	DESCRIÇÃO	UE (C.2)
201	Camada vegetal de superfície. Sedimento Humoso de coloração castanho-escuro humoso, homogéneo e desagregado, com raízes e inclusões pétreas de pequeno calibre.	**2001**
202	Camada vegetal de superfície. Sedimento castanho-escuro humoso, homogéneo e desagregado, com abundantes raízes e pedra de pequeno calibre. Material de construção em grande quantidade. Abundância de vidro e faiança contemporâneos.	**2002**
203	Depósito a terra clara com raízes muito desagregado com inclusões pétreas de pequeno, médio e grande calibre. Corresponde ao nível de derrube de estruturas e abandono do espaço.	**2003**
204=243	Camada de terra castanho-escura com tonalidade acinzentada, homogénea e desagregada. Camada de derrube pétreo com abundante tégula abundante associada e algum carvão incorporado.	**2011**
210	Enchimento da vala de fundação da estrutura [284/2049] (muro romano). Terra castanho-escura, homogénea e desagregada, associada a material de construção e cerâmica comum muito fragmentada.	**2015**
214	Nível de circulação/piso. Depósito amarelado/ alaranjado com tonalidade esbranquiçada. Depósito homogéneo e compacto. Corresponde a um piso muito destruído devido à presença de uma grande raiz que corta a unidade.	**2012**
217	Depósito de terra castanho-escura, homogénea e desagregada. Possível preparação do piso [211=214/2012].	**2016**
223	Camada de coloração castanho-escura com manchas de saibro amarelo, homogénea e desagregada. Sedimento arenoso de grão médio compacto. Corresponde ao enchimento da vala de fundação do muro [2049].	**2018**
238	Camada de terra de cor castanho-clara e textura arenosa de grão médio. Pouco compacta. Integra pedra de pequeno calibre e inclusões de saibro amarelo. Corresponde ao segundo enchimento da vala de fundação do muro [2050].	**2020**
246	Depósito arenoso de grão médio, castanho de tonalidade acinzentada, homogéneo e desagregado. Abundante presença de cerâmica associada, alguma da qual associada a resíduos metálicos na superfície interna, e pedra de pequeno calibre. Camada exclusivamente presente na área sul da sondagem *intramuros*.	**2030=2036**
250	Nível de circulação exterior (lajeado) compacta e homogénea.	**2009**
266	Depósito de coloração castanha, homogénea e desagregada, com textura arenosa de grão médio. Correspondente ao enchimento da vala de fundação [273/2033] do muro [272/2051].	**2022=2028**
272	Muro em alvenaria granítica irregular, com orientação no sentido NO-SE. Possui duas aberturas, que interpretamos comos destinadas ao escoamento de águas pluviais, com fundo impermeabilizado com recurso a tégula. Coberto pela [266/2022=2028].	**2051**

273	Interface da vala de fundação do muro [272/2051] cheia pela unidade [266/2022=2028].	**2033**
279	Depósito castanho de tonalidade acinzentada, com muitas manchas de saibro e de coloração negra associada a carvões. Textura granular com inclusões de pedra de pequeno calibre associadas.	**2040**
284	Muro-alto-imperial em alvenaria granítica. Aparelho irregular com pedra de tamanho médio e grande e corte irregular. Conta com enchimento em argamassa amarelada. Orientação NE-SO.	**2049**

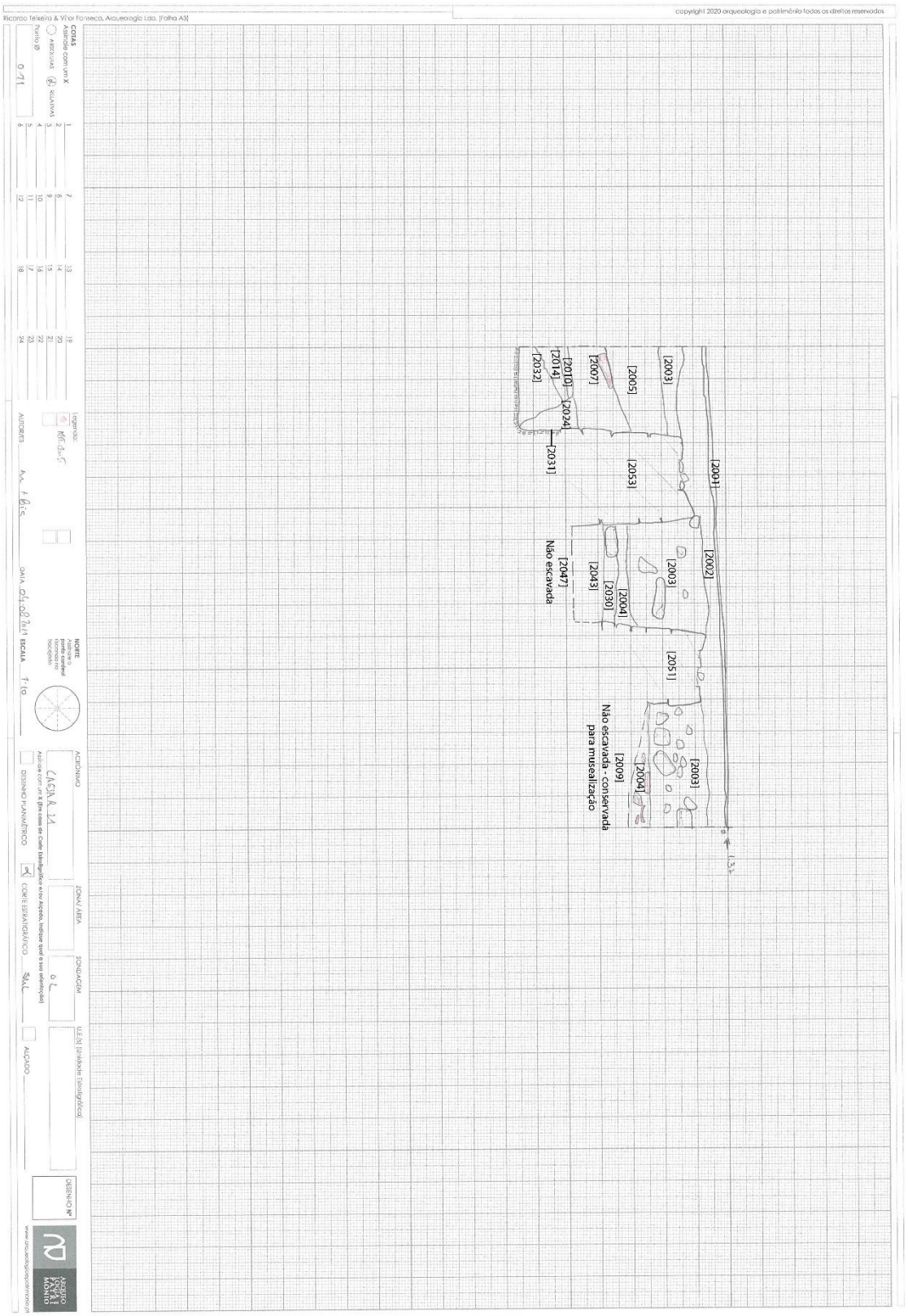
Anexo 2.4: Desenhos dos Cortes Estratigráficos:

Anexo 2.4.2: Cortes da Campanha *CAESAR*.21;

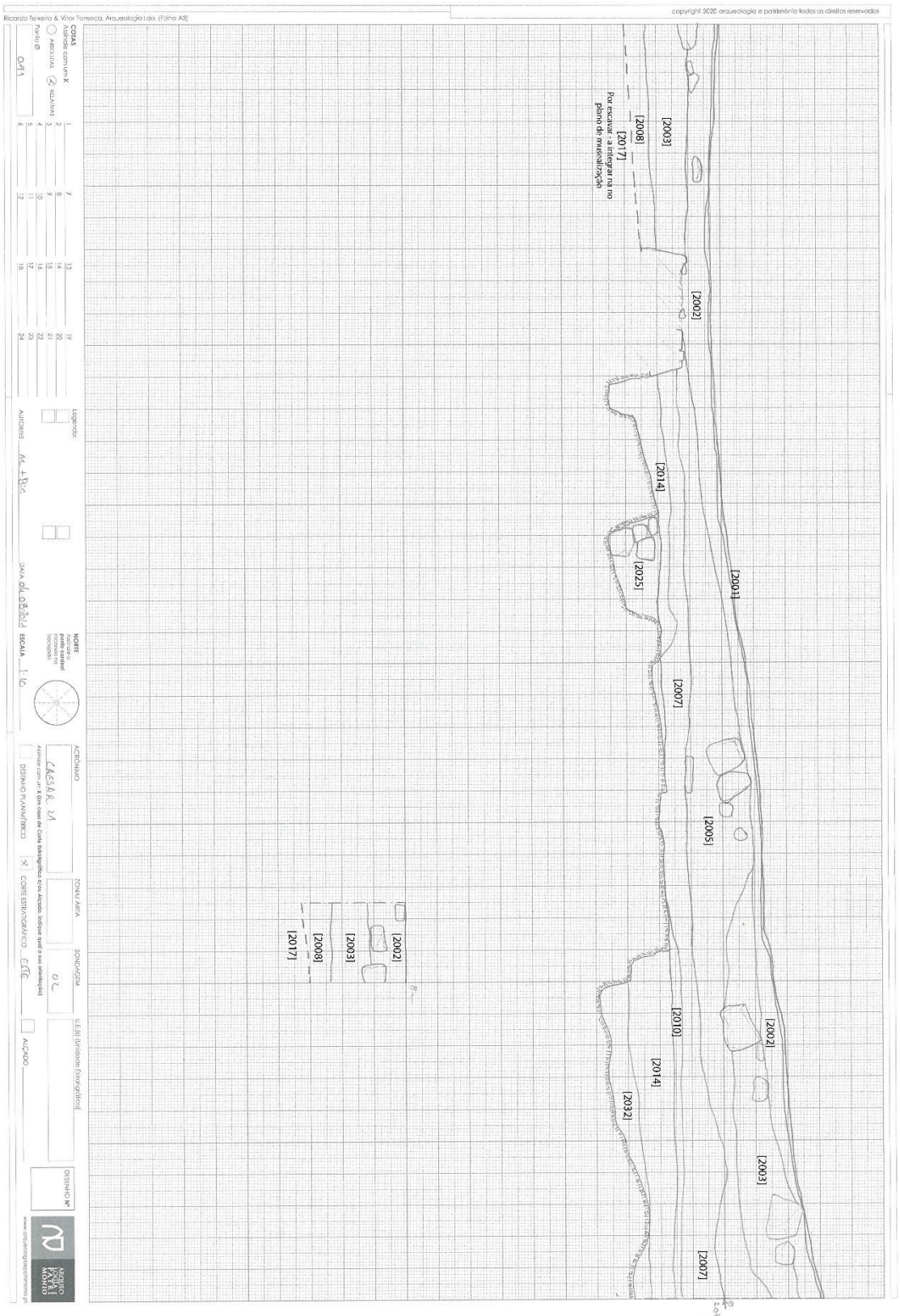
Corte Norte:



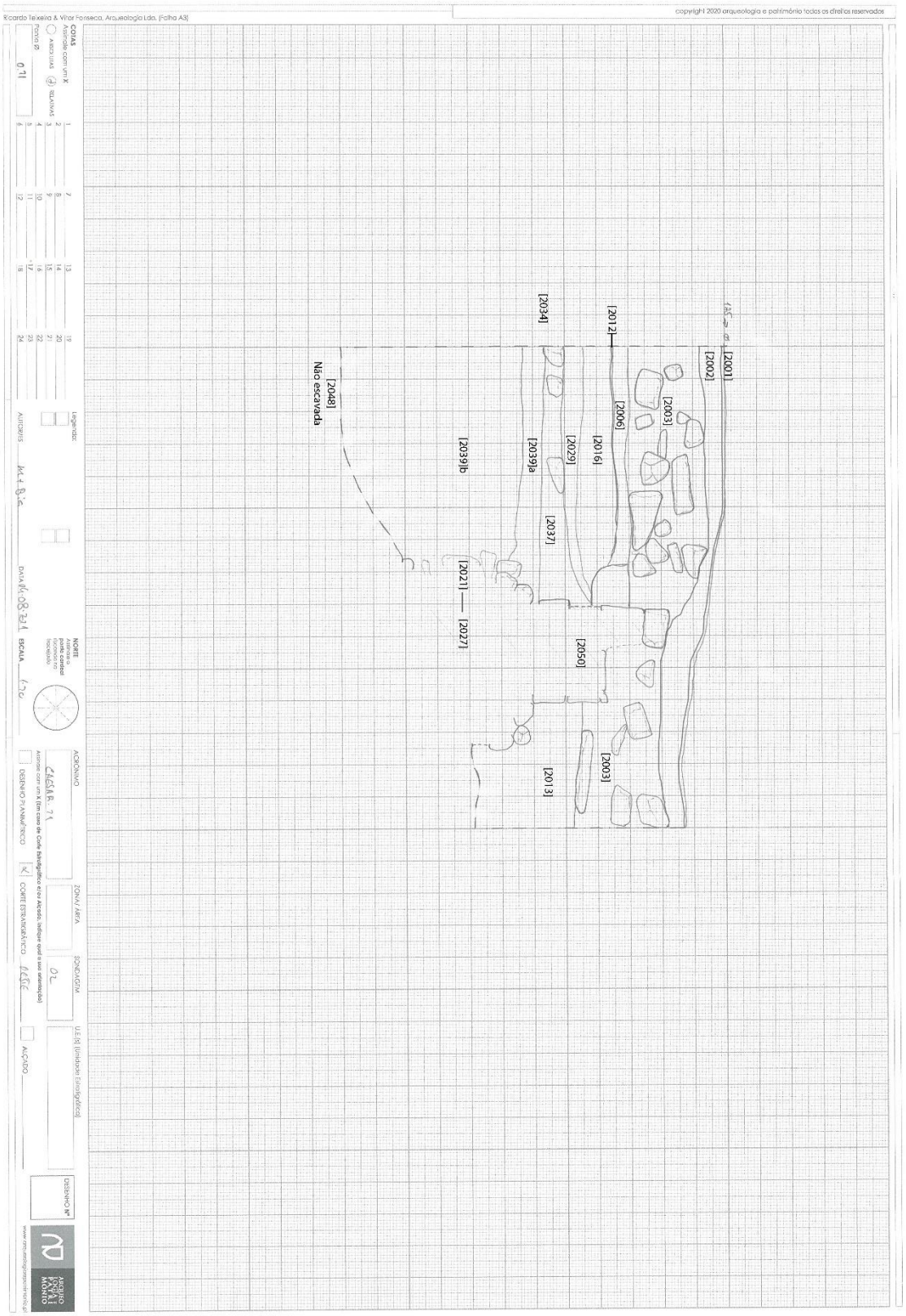
Corte Sul:


Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia Lda. [Folha A3]
copyright 2020 arqueologia e património todos os direitos reservados
CORTES
Assinale com um X
ABSOLUTAS
RELATIVAS
Ponto 0
0.71
AUTORES
DATA
ESCALA
1:10
NORTE
ACRÓNIMO
CACHIA 14
ZONA / ÁREA
SONDAGEM
DESENHO PLANIMÉTRICO
CORTE ESTRATIGRÁFICO
AUSENTE
DESENHO Nº
[2001]
[2002]
[2003]
[2004]
[2005]
[2007]
[2009]
[2010]
[2014]
[2024]
[2031]
[2032]
[2043]
[2047]
[2051]
[2053]
Não escavada - conservada para musealização
Não escavada

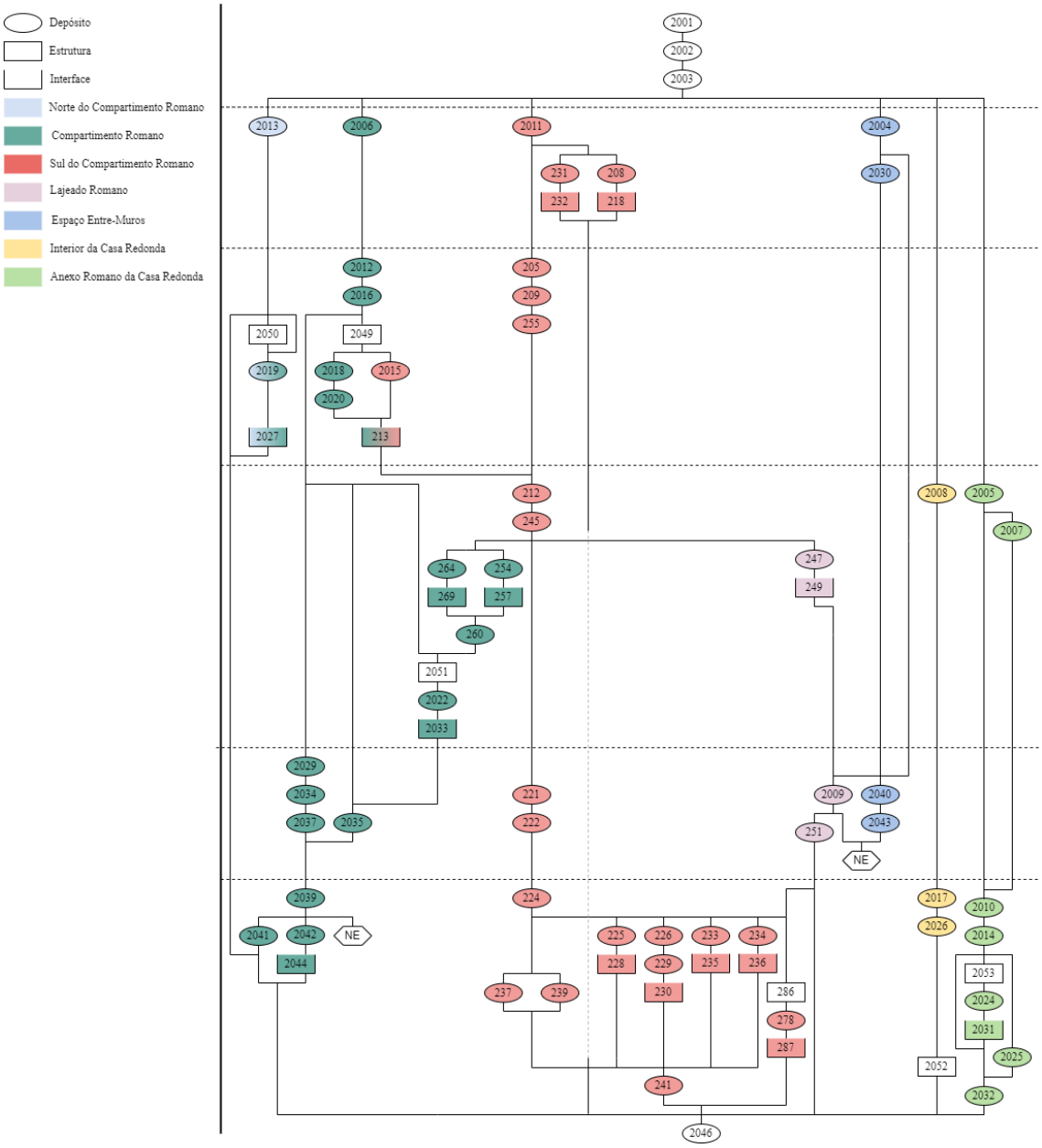
Corte Este:


copyright 2020 arqueologia e património todos os direitos reservados
Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia Lda. (Folha A3)
[2003]
[2008]
[2017]
Por escavar - a integrar na no plano de musealização
[2002]
[2014]
[2025]
[2001]
[2007]
[2005]
[2010]
[2014]
[2032]
[2002]
[2003]
[2007]
[2002]
[2003]
[2008]
[2017]

Corte Oeste:


[2001]
[2002]
[2003]
[2012]
[2006]
[2016]
[2034]
[2029]
[2039]a
[2039]b
[2037]
[2021]
[2027]
[2050]
[2003]
[2013]
[2048]
Não escavada

Anexo 2.5: Matriz de Harris



Anexo 3: Tabelas dos Materiais

O presente anexo apresenta uma breve síntese dos dados obtidos a partir da utilização da base de dados estabelecida segundo parâmetros previamente apresentados neste trabalho. Pretendemos deixar disponível para consulta de forma acessível os dados que utilizamos para estabelecer as hipóteses interpretativas apresentadas no decorrer da presente dissertação. Apresentamos assim uma síntese dessas mesmas classificações, considerando a pertinência dos dados resultantes da elaboração destas tabelas. Assim sendo, os parâmetros apresentados variam ligeiramente conforme a sua relevância para o conjunto abordado e os dados adquiridos, particularmente no que respeita a apresentação de cronologia, que não é considerada em algumas das tabelas por não ter sido possível estabelecer datações relativas para alguns materiais estudados.

As tabelas elaboradas seguem a metodologia de agrupamento de materiais previamente apresentada (Anexo 1 e Cap. IV.1: *Metodologia*). Abstemo-nos de apresentar uma tabela deste tipo referente aos numismas identificados, que devido à especificidade das suas características e da metodologia por detrás da sua classificação, é apresentada na dissertação na Estampa XXIV.1.

3.1: Cerâmica

3.1.1: Cerâmica Castreja

ID	N.º	Cronologia	Descrição
3	1		Fragmentos de parede.
8	90	Iº metade do Séc. I	Fragmentos de parede.
11	1	II-I a.C. (?) / 1ª metade I	Fragmento de parede com decoração cordada.
19	131	Iº metade do Séc. I	Fragmento de parede.
20	3	2ª metade séc. I a.C. – 1ª metade I	Fragmentos de parede decorados com incisões.
21	1	2ª metade séc. I a.C. – 1ª metade I	Fragmento de parede com decoração cordada.
31	1	Iº metade do Séc. I	Fragmento de parede com arranque de asa de púcaro.
32	25	Iº metade do Séc. I	Fragmentos de parede.
50	6		Fragmentos de parede.
51	12		Fragmentos de parede.
56	9		Fragmentos de parede.
62	74		Fragmentos de parede.
63	1		Fragmento de parede de fabrico manual com superfície muito polida.
66	12	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
70	44		Fragmentos de parede.

79	36		Fragmentos de parede.
86	16		Fragmentos de parede.
91	4		Fragmentos de parede.
92	1		Fragmento de parede decorado com incisão e impressão.
94	3	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede de recipiente de asa interior.
95	24		Fragmentos de parede.
97	1		Fragmento de parede e asa aplicada.
98	3		Fragmentos de parede.
102	9	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
103	2	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de bordo.
104	3	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
110	2	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de bordo de taça.
111	4	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de fundo.
112	3		Fragmentos de fundo e parede com decoração indeterminada.
120	18	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede e asa.
125	3	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
126	1	Séc. I a.C. – I.	Fragmento de fundo
127	11	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
129	1	1ª metade do séc. I	Fragmento de bordo.
130	2	1ª metade do séc. I	Fragmentos de fundo.
131	18	1ª metade do séc. I	Fragmentos de parede.
132	2		Fragmentos de parede.
133	1	1ª metade do séc. I	Fragmento de parede.
135	14	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de paredes.
142	2		Fragmentos de bordo.
143	3		Fragmentos de fundos.
144	1		Fragmento de parede com decoração incisa indeterminada.
147	1		Fragmento de bordo.
148	1		Fragmento de fundo.
149	6		Fragmentos de parede.
162	3		Fragmentos de bordo.
163	7		Fragmentos de fundo.
164	78		Fragmentos de parede.
169	1	Séc. I a.C. – I	Fragmento de tampa/opercula.
171	4	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de bordo.
172	1	Séc. I a.C. – I	Fragmento de asa.
173	32	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
183	4	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
194	10	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de bordo.
195	3	Séc. I a.C. – I.	Fragmentos de fundo.
196	2	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de asa.
197	96	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
201	4		Fragmentos de parede.
202	3		Fragmentos de fundo.
203	5		Fragmentos de parede.
204	1	Iª metade do séc. I	Fragmento de bordo decoração brunida.
206	7	Iº metade do Séc. I	Fragmentos de parede.
207	2	Iº metade do Séc. I	Fragmentos de bordo.
228	3	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede com decoração incisa.
229	6	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de bordo.
230	8	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de fundo.
231	1	Séc. I a.C. – I	Fragmento de asa.
232	3	Séc. I a.C. – I	Fragmentos (que colam) de fundo de pote.
233	35	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
236	1	Séc. I a.C. – I	Fragmento de parede com decoração impressa e incisa;
237	36		Fragmentos de parede.

240	3		Fragmentos de parede.
242	4	Iº metade do Séc. I	Fragmentos de fundo.
243	1	Iº metade do Séc. I	Fragmento de parede com decoração incisa e pontilhado;
244	6	Iº metade do Séc. I	Fragmentos de parede.
246			Fragmento de parede decorada por espatulado.
247	14		Fragmentos de parede.
248	1	Séc. I a.C. – I	Fragmento de bordo.
249	2	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de fundo.
250	1	Séc. I a.C. – I	Fragmento de parede.
253	1		Fragmento de parede decorada com incisão.
254	11		Fragmentos de parede.
256	3		Fragmentos de bordo.
257	2		Fragmentos de asa.
258	1		Fragmento de fundo.
259	20		Fragmento de parede.
265	33	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de paredes.
266	2	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de bordos.
269	8	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
272	113		Fragmentos de parede.
273	4		Fragmentos de parede com decoração indeterminada.
274	7		Fragmentos de bordo
275	2		Fragmentos de fundo.
276	1		Fragmento de asa.
277	2	1º metade do Séc. I	Fragmentos de bordos.
280	4	1º metade do Séc. I	Fragmentos de parede.
281	2	1º metade do Séc. I	Fragmentos de bordo.
283	53		Fragmentos de parede.
284	1		Fragmento de parede com decoração incisa.
285	4		Fragmentos de bordo.
286	2		Fragmentos de fundo.
287	62		Fragmentos de parede.
288	1		Fragmento de parede com decoração em canelura.
289	7		Fragmentos de bordo.
290	6		Fragmentos de fundos.
291	2		Fragmentos de asa.
292	1	Séc. I a.C. – I	Fragmento de bordo.
308	14		Fragmentos de bordo.
309	4		Fragmentos de fundo.
310	22		Fragmentos de parede.
328	1		Fragmentos de bordo de jarro.
329	2		Fragmentos de tampa/*opercula.*
331	2		Fragmentos de bordo de alguidar.
332	2		Fragmentos de bordo de recipiente em cerâmica castreja da forma G de A. C. Silva (Silva, 2007 p.212, Est. LIV);
333	2		Fragmentos de perfil completo de tigela.
335	2		Fragmentos de bordo de pote em cerâmica com perfil em S.
336	4		Fragmentos de bordo de pote com aba.
337	1		Fragmento de bordo de tigela com perfil esvasado.
344	1		Fragmento de parede.
345	1		Fragmento de bordo espessado de pote.
346	1		Fragmento de bordo de pote da forma G de A. C. Silva (Silva, 2007 p.212, Est. LIV)
347	9		Fragmentos de bordo de pote.
351	2		Fragmentos (que colam) de fundo.
352	6		Fragmentos de fundo com arranque de parede.
353	30		Fragmentos de fundo.
354	1		Fragmento de bordo de tigela.

355	1		Fragmento de bordo de bilha.
358	18		Fragmentos de parede.
360	34	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de asa.
361	6	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de asa de recipiente de asa interior.
363	25	Séc. I a.C. – I	Fragmentos asa de recipientes de verter indeterminados de grandes dimensões.
364	1	Séc. I a.C. – I	Fragmento de asa de púcaro de pequenas dimensões.
367	5	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede com decoração estampada entre frisos de canelura e canelura.
368	62		Fragmentos de parede de dimensões muito reduzidas.
369	2		Fragmentos de fundo púcaro/copo.
370	1		Fragmento de fundo de tigela.
371	5		Fragmentos de fundo de pote.
372	10		Fragmentos de bordo de alguidar.
373	4		Fragmentos de bordo de recipiente de asa interior.
374	4		Fragmentos de bordo de pote.
375	1		Fragmento de bordo de pote de pequenas dimensões.
376	1		Fragmento de bordo de púcaro/copo.
377	1		Fragmento de bordo.
402	1		Fragmento de parede de tigela.
403	1	Séc. I a.C. – I	Fragmento de fundo de tigela.
406	4		Fragmentos de fundo.
413	3	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede de alguidar.
415	23	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
431	13		Fragmentos de parede.
433	1		Fragmento de colo da forma G1b-IIa-C (Silva, 2007, p.212 Est. LIV).
434	104	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
438	7		Fragmentos de bordo de tigela (Silva, 2007, p.604, Est. XLVII, n.º 1 e 2).
439	5		Fragmentos de bordo de pote de perfil em S de dimensões muito variáveis.
440	5		Fragmentos de bordos esvasado de pote da forma forma G1b-IIa-C (Silva, 2007 p.212, Est. LIV).
441	1	Séc. I a.C. – I	Fragmento de bordo de jarro.
442	1		Fragmento de parede de recipiente cerâmico castrejo com vestígios da presença de aberturas
443	2		Fragmentos de bordo.
444	8		Fragmentos de fundo achatados ou em bolacha de dimensões muito variáveis.
447	2		Fragmentos de asa em fita.
448	1		Fragmento de bordo com arranque de asa de jarro.
454	4	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
471	36		Fragmentos de parede.
472	2		Fragmento de bordo da forma G1b-IIc2 (Silva, 2007 p.212, Est. LIV).
475	1		Fragmento de C. Castreja com fundo achatado ou em bolacha.
477	4		Fragmentos de parede.
484	10		Fragmentos de parede.
487	2		Fragmentos de parede.
491	1		Fragmento parede com polimento muito cuidado.
492	1		Fragmento de bordo de pote de perfil em S de grandes dimensões.
493	1		Fragmento de bordo de tigela.
504	67	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
508	1		Fragmento de bordo da forma G (Silva, 2007 p.212, Est. LIV).

510	6		Fragmentos de parede decorados com ondas entre friso de caneluras (Silva 1997, Est. LXXVIII-III n.º1 p. 210).
511	1		Fragmento de asa em fita.
512	2		Fragmentos de fundo de tigela.
513	9		Fragmentos de fundos achatados ou em bolacha.
516	2		Fragmentos de bordo.
519	1		Fragmento de bordo da Forma G (Silva, 2007 p.212, Est. LIV).
521	1		Fragmento de Bordo de pote de perfil em S.
522	5		Fragmentos de bordo de tigela.
533	2		Fragmentos de bordo da Forma (Silva, 2007 p.212, Est. LIV).
534	2		Fragmentos de bordo de pote de pequena e média dimensão.
535	11	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede.
536	1		Fragmento de fundo.
538	3		Fragmentos de parede de espessura muito reduzida, eventualmente correlacionáveis com formas de pequena dimensão.
540	5		Fragmentos de bordo esvasado de potes de perfil em S.
541	1		Fragmento de bordo.
542	1		Fragmento de bordo.
543	1		Fragmento de asa em Fita
544	4		Fragmentos de parede.
548	1		Fragmento de parede.
562	1		Fragmento de parede com decoração cordada.
563	4		Fragmentos de bordo de recipiente de asa interior.
564	1		Fragmento de parede.
565	8		Fragmentos de fundo.
566	7		Fragmentos de bordo de pote.
573	1		Fragmento de parede decorada com tripla canelura/incisão profunda(?) e tratamento de superfície espatulado (Silva 2007 p. 600 n.º1).
574	1		Fragmento de parede com decoração cordada dupla e incisão em ziguezague;
575	4		Fragmentos de bordo de pote.
576	1		Bordo de recipientes de asa interior.
577	2		Fragmentos de fundo.
584	10		Fragmentos de parede decorada com bandas delimitadas por caneluras com barras paralelas, ondas, (Silva 2007 p. 527), bandas de S (Silva 2007, p. 462) e banda de S mais largos).
585	432		Fragmentos de parede.
591	20		Fragmentos de bordo de pote de perfil em S de pequena e média dimensões.
593	4		Fragmentos de bordo de tigela de cerâmica castreja (Silva 2007, p. 604).
594	6		Fragmentos de fundos achatados ou em bolacha de potes de pequena dimensão.
595	2		Fragmentos de asa de recipiente de asa interior.
596	8		Fragmentos de fundo de pote.
607	493		Fragmentos de parede.
610	1		Fragmento de parede de possível assador/ coador(?).
612	12		Fragmentos de fundo achatados ou em bolacha associados a recipientes de grandes dimensões.
613	4		Fragmentos de fundo plano com moldura no arranque de parede. Associados a pote de média dimensão da forma C3b (Silva 2007).
614	19		Fragmentos de bordos esvasado de recipientes de asa interior de perfil em S do tipo C de Briteiros (Silva, 1997).

615	1	Bordo com lábio espessado e extremidade aplanada da forma D2b2 de (Silva, 2007, p. 606, Est. XLIX, nº 3-5).
616	14	Fragmentos de bordo esvasado.
617	2	Fragmentos de bordos de fabrico manual de forma semelhante às do Grupo F1 (Silva 1997 Est. XXXV p.167).
618	2	Fragmentos de Bordos castrejos do GrupoH1 (Silva, 1997, p. 190, Est. LVIII, nº2).
619	1	Fragmento de bordo.
622	2	Fragmentos de parede com decoração indeterminada.
623	2	Fragmentos de bordos.
624	1	Fragmento de tampa/*opercula.*
626	29	Fragmentos de parede.
632	2	Fragmentos de parede.
633	1	Fragmento de parede e asa.
636	1	Fragmento de bordo de recipiente de asa interior.
TOTAL	3159 fragmentos.	

3.1.2: *Terra Sigillata*

Tabela 3.1.2A: Terra Sigillata Itálica						
ID	**N.º**	**Período**	**Proveniência**		**Cronologia**	**Descrição**
15	1	Romano	Produção (Lácio/Campânia)	Itálica	Séc. I a.C. - I d.C. (10 a.C.-10 d.C.)	Fragmento de parede.
122	1	Romano	Produção (Lácio/Campânia)	Itálica		Fragmento de fundo.
503	1	Romano	Produção (Lácio/Campânia)	Itálica	Séc. I a.C. - I d.C. (10 a.C.-10 d.C.)	Fragmento de bordo.
TOTAL	3 fragmentos.					

Tabela 3.1.2B: Terra Sigillata Sud-Gálica					
ID	**N.º**	**Período**	**Proveniência**	**Cronologia**	**Descrição**
40	2	Romano	Produção Sud-Gálica (La Graufesenque)	Séc. I (40-80)	Fragmentos de parede de prato na Tradição Itálica da forma Dragendorff 15-17 (Beltran 1990, p. 90).
167	2	Romano	Produção Sud-Gálica (La Graufesenque)	Séc. I (40-80)	Fragmentos de parede de prato da forma Dragendorff 15-17 (Beltran 1990, p. 90).
263	1	Romano	Produção Sud-Gálica (LA Graufesenque)	Séc. I (40-80)	Fragmento de parede de tigela da forma Dragendorff Forma24/25.
TOTAL	5 fragmentos.				

Tabela 3.1.2C: Terra Sigillata Hispânica					
ID	**N.º**	**Período**	**Proveniência**	**Cronologia**	**Descrição**
226	1	Romano	Indeterminado		Fragmento de parede.
245	1	Romano	Indeterminado	Séc. I – II (60-120)	Fragmento de parede.
278	1	Romano	Indeterminado	Séc. I – II (60-120)	Fragmento de parede.
420	1	Romano	Produção do Vale do Ebro	Séc. IV	Fragmento de parede de tigela semelhante à forma Forma 8T/4.1 (Peralta, 2008, p. 512).
421	1	Romano	Produção do Vale do Ebro	Séc. IV	Fragmento de bordo de tigela semelhante à forma Forma 8T/4.1 de Paz Peralta (Peralta, 2008, p. 512).
426	2		Produção do Vale do Ebro	Séc. IV	Fragmentos de parede de tigela do Vale do Ebro da Forma 8T Variante /4.4 (Peralta, 2008, p. 512)
589	4	Romano	Indeterminado	Séc. IV	Fragmentos (possivelmente da mesma peça) de parede.
TOTAL	11 fragmentos.				

Tabela 3.1.2.D: Terra Sigillata Africana						
ID	**N.º**	**Período**	**Proveniência**		**Cronologia**	**Descrição**
39	1	Tardo-Romano	Produção (Tunísia)	Africana	Séc. IV-VII	Fragmento de parede de FabricoD.
109	1	Tardo-Romano	Produção (Tunísia)	Africana	Séc. IV	Fragmento de parede de FabricoD.
137	1	Tardo-Romano	Produção (Tunísia)	Africana		Fragmento de parede.
166	1	Tardo-Romano	Produção (Tunísia)	Africana		Fragmento de parede de FabricoD.

293	2	Tardo-Romano	Produção (Tunísia)	Africana	Séc. IV-V	Fragmento de parede de FabricoD.
437	1	Tardo-Romano	Produção (Tunísia)	Africana	2ª metade do Séc. IV	Fragmento de fundo de prato de FabricoD.
588	1	Tardo-Romano	Produção (Tunísia)	Africana	Séc. IV	Fragmento de parede.
TOTAL	8 fragmentos.					

Tabela 3.1.2E: Terra Sigillata Oriental

ID	N.º	Período	Proveniência	Cronologia	Descrição
16	1	Tardo-Romano	Produção Oriental (Ródia)	Séc. IV-VI	Fragmento de parede.

3.1.3: Cerâmica Cinzenta Fina

ID	N.º	Período	Forma	Cronologia	Descrição
67	1	Castrejo	Pote	Séc. I a.C.	Fragmento de bordo de pote com 7 cm de diâmetro.
82	1	Castrejo	Ind.	Séc. I	Fragmento de bordo.
184	1	Romano	Ind.	Séc. II	Fragmento de parede.
186	2	Castrejo	Ind.		Fragmentos de parede decoração brunida na superfície.
187	1	Castrejo	Ind.		Fragmento de parede.
188	1	Castrejo	Ind.		Fragmento de asa.
372	24	Castrejo	Ind.		Fragmento de parede.
467	2	Castrejo	Ind.		Fragmentos de parede, um dos quais apresenta decoração brunida.
515	1	Castrejo	Copo (?)		Fragmento de bordo reto de possível copo.
554	2	Romano	Ind.	Séc. II	Fragmento de parede.
TOTAL	36 Fragmentos Totais				

3.1.4: Cerâmica Pintada

ID	N.º	Período	Proveniência	Cronologia	Descrição
42	1	Romano	Produção Local/Regional	60-200	Fragmento de parede com pintura simples vermelha.
189	1	Romano	Produção Local/Regional	60-200	Fragmento de parede com pintura simples vermelha.
216	1	Romano	Produção Local/Regional	60-200	Fragmento de parede com pintura em motivo indeterminado.
307	4	Tardo-Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede de copo (3 dos quais da mesma peça) com pintura em bandas vermelhas.
373	9	Tardo-Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede com pintura em motivos geométricos (triângulos) e vegetalistas (arbustos).
374	1	Tardo-Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de bordo de tigela em aba com pitura em motivos geométricos (triângulos).
411	9	Tardo-Romano	Produção Local/Regional		Vários fragmentos da mesma peça com pintura em bandas vermelhas.
422	2	Romano	Produção Lucense		Fragmentos de fundo de prato com pintura em motivo indeterminado.
427	2	Tardo-Romano	Produção Local/Regional	Séc. IV	Fragmentos de parede de com pintura em bandas brancas e vermelhas.
450	1	Tardo-Romano	Produção Local/Regional	Séc. IV	Fragmentos de parede com pintura em bandas brancas e vermelhas.
	TOTAL	31 fragmentos.			

3.1.5: Cerâmica de Engobe Vermelho

ID	N.º	Período	Proveniência	Cronologia	Descrição
9	14	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
17	1	Romano	Produção Local/Regional	60-200	Fragmento de parede de cerâmica de engobe vermelho, possivelmente pintada.
41	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de parede.
49	2	Romano	Produção Bracarense		Fragmentos de parede de cerâmica de engobe vermelho não vitrificável.
71	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de bordo.
83	2	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
106	2	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
168	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de parede.
304	3	Romano	Produção Lucense		Fragmentos de parede de prato cerâmica de engobe vermelho não vitrificável.
305	1	Romano	Produção Conimbricense		Fragmento de parede.
306	1	Romano	Produção Bracarense		Fragmento de parede de cerâmica de engobe vermelho não vitrificável.
417	1	Tardo-Romano	Produção Lucense	Séc. IV	Fragmento de fundo de cerâmica de engobe vermelho não vitrificável.
418	1	Tardo-Romano	Produção Lucense	Séc. IV	Fragmento de parede de cerâmica de engobe vermelho não vitrificável.
TOTAL	31 fragmentos de cerâmica de engobe vermelho.				

3.1.6: Cerâmica Comum Fina

ID	N.º	Período	Proveniência	Cronologia	Descrição
10	7	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
18	4	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede
43	7	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)	2ª metade do séc. I – séc. III	Fragmentos de parede.
44	2	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)	2ª metade do séc. I – séc. III	Fragmentos de parede.
53	7	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
58	3	Romano	Produção Local/Regional	Séc. I – Séc. III	Fragmentos de parede.
84	4	Romano	Produção Local/Regional	Séc. II	Fragmentos de parede.
101	2	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
113	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
114	20	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
136	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
160	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
161	12	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
170	2	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
175	2	Romano	Produção Local/Regional	2ª metade do séc. I – séc. III	Fragmentos de parede.
185	1	Romano	Produção Emeritense	2ª metade do séc. I	Fragmentos de parede.
215	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
217	2	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)	2ª metade do séc. I	Fragmentos de parede.
220	5	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de fundo e parede.
227	2	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
387	212	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
425	9	Tardo-Romano	Produção Local/Regional	Séc. IV	Fragmentos de parede.
458	14	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
458	2	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede de bilha.
466	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
TOTAL	316 fragmentos de cerâmica comum fina romana.				

3.1.7: Cerâmica Comum Grosseira

ID	N.º	Período	Proveniência	Cronologia	Descrição
2	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de parede de cadinho com resíduos internos de ferro.
5	65	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede.
47	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)	Séc. I	Fragmento de parede de forma indeterminada (com paralelo em Morales, 2005, p. 382 fig. 7).
57	61	Tardo-Romano	Produção Local/Regional	Séc. IV (?)	Fragmentos de parede de forma indetermina datáveis do Séc. IV (?).
89	1	Tardo-Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de fundo indeterminado.
140	2	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de bordo indeterminados.
141	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de fundo indeterminado.
158	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de parede e colo de jarro.
179	1	Tardo-Romano	Produção Local/Regional	Séc. IV ou posterior (?)	Fragmento de parede indeterminada.
190	2	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede indeterminadas.
191	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de fundo indeterminado.
193	3	Romano	Produção Local/Regional	Séc. II-III	Fragmentos de parede de assador da forma nº 262 do *Guia de Produção Local Bracarense* (Delgado, Morais 2009).
225	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de parede de forma indeterminada (com paralelo em Morales, 2005, p. 382 fig. 7).
234	1	Romano	Produção Lusitana		Fragmento de parede indeterminada.
260	2	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede indeterminada.
261	3	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de bordo indeterminado.
262	2	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede indeterminados decorados.
264	3	Romano	Produção Local/Regional	2ª metade do séc. I	Fragmentos de parede e colo de jarro.
296	32	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede indeterminada.
300	53	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de bordo indeterminado.
301	44	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de fundo indeterminado.
302	6	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de asa indeterminada.
303	442	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede indeterminada.
330	1	Tardo-Romano	Produção Local/Regional		Fragmento do bordo de bilha.
334	7	Tardo-Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de bordo de tigela.

338	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de bordo indeterminado.
339	3	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de bordo de tigela.
340	2	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de bordo de bilha.
343	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de Bordo esvasado de tigela romana
348	1	Romano	Produção Bracarense		Fragmento de bordo com arranque de asa de possível jarro/bilha cerâmico da forma nº222 do *Guia de Produção Local Bracarense* (Delgado, Morais 2009).
349	4	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de asa em fita de forma indeterminada.
350	2	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de asa de jarro ovalado romano.
356	2	Tardo-Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de fundo indeterminado.
357	6	Tardo-Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede indeterminados.
366	25	Tardo-Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de parede indeterminados
391	21	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos diversos com resíduos em ambas as superfícies sujeito a análises de identificação.
398	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de bordo de tigela.
399	3	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de bordo de bilha.
400	39	Romano	Produção Local/Regional		Fragmentos de bordo de potes de grandes dimensões.
404	2	Tardo-Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de fundo de tigela.
405	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de perfil completo de tigela.
407	14	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de fundo indeterminado.
446	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de asa em fita de forma indeterminada.
449	2	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de parede com arranque de asa de forma indeterminada.
457	1	Romano	Produção Local/Regional		Fragmento de bordo decorado indeterminado.
464	9	Romano	Produção Local/Regional	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede de cerâmica tipicamente romana com mica incorporada e acabamento muito particular.
473	6	Romano	Produção Local/Regional	Séc. I a.C. – I	Fragmentos de parede de cerâmica tipicamente romana com mica incorporada e acabamento muito particular.
474	1	Romano	Produção Local/Regional	Séc. I a.C. – I	Fragmento de parede de cerâmica tipicamente romana com mica incorporada e acabamento muito particular.

506	3	Romano	Produção Local/Regional	Fragmentos de parede indeterminada.
507	1	Romano	Produção Local/Regional	Fragmento de perfil superior com decoração com canelura.
514	1	Romano	Produção Local/Regional	Fragmento de fundo com arranque de parede indeterminada.
520	1	Romano	Produção Local/Regional	Fragmento de bordo de jarro.
567	2	Romano	Produção Local/Regional	Fragmentos de parede de tigela.
599	28	Romano	Produção Local/Regional	Fragmentos de parede indeterminada.
603	29	Romano	Produção Local/Regional	Fragmentos de fundo com arranque de parede indeterminados.
604	69	Romano	Produção Local/Regional	Fragmentos de bordo indeterminado.
605	4	Romano	Produção Local/Regional	Fragmentos de asa de pote.
606	30	Romano	Produção Local/Regional	Fragmento de parede indeterminado com decoração de friso com «S» (F.2 A.C. Silva p. 491, Est. LXVII p625), «S» deitados(F.3 491 LXVII p624), frisos de barras paralelas (F2/3 LXI p619), decoração em ziguezague (F3 144 LXII p. 620), pontilhado limitado por caneluras (F3 392 LXVI, p.620) e em relevo cordado (F2/3 LXXIV p.632).
621	56	Romano	Produção Local/Regional	Fragmentos de parede indeterminado.
634	2	Tardo-Romano	Produção Local/Regional	Fragmentos de parede indeterminada.
635	2	Tardo-Romano	Produção Local/Regional	Fragmentos de parede indeterminada.
TOTAL	1116 Fragmentos de cerâmica comum grosseira romana.			

3.1.8: Ânforas

ID	N.º	Período	Proveniência	Crono.	Descrição
7	1	Romano	Produção Indeterminada		Fragmento de tampa/*opercula.*
23	3	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)	50 a.C. - 90 d.C.	Fragmento de parede do tipo Haltern 70.
24	1	Romano	Produção Indeterminada	Séc. II-IV	Fragmento de parede.
35	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)	50 a.C. - 90 d.C.	Fragmento de parede do tipo Haltern 70.
36	1	Romano	Produção Lusitana		Fragmento parede.
55	2	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)	50 a.C. - 90 d.C.	Fragmentos de parede do tipo Haltern 70.
60	5	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)	50 a.C. - 90 d.C.	Fragmentos de parede do tipo Haltern 70 ou ovoide.
68	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de parede do tipo Halltern 70(?).
69	1	Romano	Produção Lusitana		Fragmento de parede (?).
77	12	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede do tipo Halltern 70.

85	8	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede do tipo Haltern 70.
93	2	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede do tipo Haltern 70.
96	1	Romano	Produção Itálica (Lácio/Campânia)	Séc. I a.C. - III	Fragmento de ânfora do tipo Forlimpopoli/Agora K114 para transporte de Vinho/Vinagre.
100	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de parede do tipo Haltern 70.
105	1	Romano	Produção Lusitana		Fragmento de parede.
115	10	Romano	Produção Indeterminada		Fragmentos de parede.
116	2	Romano	Produção Indeterminada		Fragmentos de parede do tipo Dressel 20.
117	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de parede do tipo Haltern 70.
118	1	Romano	Produção Lusitana		Fragmento de parede.
128	3	Romano	Produção Indeterminada		Fragmentos de parede.
146	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de parede do tipo Halltern70.
155	1	Romano	Produção Oriental (Ródia)		Fragmento de parede.
156	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de parede do tipo Haltern 70.
157	2	Romano	Produção Indeterminada		Fragmentos de parede.
180	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de parede do tipo Haltern 70.
198	5	Romano	Produção Indeterminada		Fragmentos de parede.
199	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de asa do tipo Haltern 70.
224	2	Romano	Produção Lusitana		Fragmentos de parede.
235	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de parede do tipo Haltern 70.
251	2	Romano	Produção Indeterminada		Fragmentos de parede do tipo Dressel 20.
255	1	Romano	Produção Lusitana		Fragmento de parede.
267	1	Romano	Produção Lusitana		Fragmento de parede.
311	17	Romano	Produção Indeterminada		Fragmentos de parede.
320	12	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede do tipo Haltern 70.
321	1	Romano	Produção Lusitana		Fragmento de parede.
322	4	Tardo-Romano	Produção de S. Martiño de Bueu	Séc. III-IV	Fragmentos de parede da forma regional 1/2.
378	20	Romano	Produção Indeterminada		Fragmentos de parede do tipo Haltern 70.
379	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de fundo do tipo Haltern 70.
380	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de fundo e arranque de parede do tipo Haltern 70.
381	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de bordo do tipo Haltern 70.
382	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de parede do tipo Dressel 20.

383	1	Romano	Produção Lusitana	Séc. I-III (Alto-Imperial)	Fragmento de parede de ânfora.
384	1	Romano	Produção Lusitana	Séc. I-III (Alto-Imperial)	Fragmento de parede de ânfora Alto-Imperial.
435	7	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede do tipo Halltern 70(?).
436	1	Romano	Produção Indeterminada		Fragmento de parede indeterminada.
460	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de parede do tipo Dressel 20.
469	2	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)	Séc. I-III (Alto-Imperial)	Fragmentos de parede do tipo Dressel 20.
470	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede do tipo Haltern 70.
476	1	Romano	Produção Indeterminada		Fragmento de parede de possível ânfora(?).
478	1	Romano	Produção Lusitana		Fragmento de parede.
481	6	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede do tipo Haltern 70(?).
488	9	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede do tipo Haltern 70.
499	15	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede do tipo Haltern 70.
500	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de asa do tipo Haltern 70.
501	1	Romano	Produção Lusitana		Fragmento de parede.
526	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de parede de ânfora do tipo Haltern 70.
530	2	Romano	Produção Lusitana	Séc. I-III (Alto-Imperial)	Fragmentos de parede.
532	1	Romano	Produção Indeterminada		Fragmento de fundo com grafito ilegível.
545	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)	Séc. I-III (Alto-Imperial)	Fragmento de parede do tipo Dressel 20.
555	12	Romano	Produção Indeterminada		Fragmentos de parede.
556	6	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede do tipo Haltern 70.
557	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de asa do tipo Haltern 70(?).
558	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de parede.
559	2	Romano	Produção Lusitana	Séc. I-III (Alto-Imperial)	Fragmentos de parede.
560	1	Romano	Produção Oriental (Ródia)	Séc. I	Fragmento de parede de ânfora destinada ao transporte de vinho oriental.
571	20	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede do tipo Haltern 70(?).
572	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de asa do tipo Haltern 70(?).

579	2	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede do tipo Haltern 70.
587	1	Romano	Produção Itálica (Lácio/Campânia)	Séc. II a.C. - I a.C.	Fragmento de parede do tipo Dressel 1.
597	2	Romano	Produção Lusitana	Séc. I-III (Alto-Imperial)	Fragmentos de parede.
598	1	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmento de parede do tipo Haltern 70.
601	2	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede.
602	1	Romano	Produção Itálica (Lácio/Campânia)		Fragmento de parede do tipo Dressel 1(?).
630	2	Romano	Produção Indeterminada		Fragmentos de parede.
631	3	Romano	Produção Bética (Guadalquivir)		Fragmentos de parede do tipo Haltern 70.
TOTAL	246 fragmentos.				

3.1.9: Dolia

ID	N.º	Período	Cronologia	Descrição
159	2	Romano		Fragmentos de parede.
200	1	Romano		Fragmento de parede.
211	10	Romano		Fragmentos de parede.
323	3	Romano		Fragmentos de com decoração em meia cana.
324	2	Romano		Fragmentos de bordo esvasados com lábio reto e diâmetro de grandes dimensões.
410	5	Romano		Fragmentos de parede.
428	4	Romano		Fragmentos de parede.
429	2	Romano		Fragmentos de parede da mesma peça
430	2	Romano		Fragmentos de parede com decoração plástica em meia-cana
459	2	Romano		Fragmentos de parede.
463	1	Romano		Fragmento de parede.
468	1	Romano		Fragmento de parede.
497	1	Romano		Fragmento de parede.
498	2	Romano		Fragmentos de parede possivelmente da mesma peça.
627	1	Romano		Fragmento de parede.
TOTAL:		39 fragmentos		

3.1.10: Pesos de Tear e Cossoiros

ID	Natureza	N.º	Período	Descrição
28	Cerâmica	1	Indeterminado	Cossoiro muito danificado.
139	Cerâmica	1	Indeterminado	Peso de tear cerâmico circular indeterminado muito fraturado.
181	Cerâmica	1	Indeterminado	Fragmento de peso de tear cerâmico muito danificado.
214	Cerâmica	2	Indeterminado	Fragmentos de peso de tear circular realizados a partir de cerâmica comum indeterminada.
241	Cerâmica	1	Indeterminado	Peso de tear cerâmico muito fraturado.
294	Cerâmica	1	Indeterminado	Peso de tear de má qualidade e acabamento, forma trapezoidal com pequena abertura lateral irregular.
313	Cerâmica	3	Indeterminado	3 pesos de tear fraturados na parte superior, de forma retangular/oblonga, muito mal conservados.
386	Cerâmica	1	Indeterminado	Peso de tear cerâmico muito fraturado.
461	Cerâmica	1	Indeterminado	Peso de tear retangular ovalado de produção manual com abertura conservada apenas de um dos lados.
489	Cerâmica	1	Castrejo	Cossoiro fraturado realizado a partir do reaproveitamento de cerâmica decorada da última Idade do Ferro.
495	Cerâmica	1	Romano	Cossoiro cerâmico realizado a partir do reaproveitamento de ânfora.
551	Cerâmica	2	Castrejo	Cossoiro realizado a partir do reaproveitamento de cerâmica castreja.
586	Cerâmica	1	Castrejo	Cossoiro realizado a partir do reaproveitamento de cerâmica castreja.
	TOTAL:		17 artefactos indicativos de produções têxteis (seis cossoiros e 11 pesos de tear).	

3.1.11: Peças de Jogo

ID	N.º	Período	Descrição
46	1	Romano	Peça de jogo realizada a partir do reaproveitamento de cerâmica comum romana.
72	1	Romano	Peça de jogo realizada a partir do reaproveitamento de cerâmica comum romana.
145	1	Indeterminado	Peça de jogo altamente deteriorada.
192	1	Indeterminado	Peça de jogo altamente deteriorada.
221	1	Indeterminado	Peça de jogo realizada a partir do reaproveitamento de cerâmica castreja.
312	3	Castrejo	Peça de jogo altamente deteriorada.
375	1	Indeterminado	Peça de jogo altamente deteriorada.
376	1	Castrejo	Peça de jogo realizada a partir do reaproveitamento de cerâmica castreja com superfícies de cores distintas (bege/negra).
377	1	Romano	Peça de jogo realizada a partir do reaproveitamento de parede de ânfora.
485	1	Castrejo	Peça de jogo ou *opperculum* cerâmico reaproveitado partir de possível talha.
578	2	Castrejo	Peças de jogo realizadas através do reaproveitamento de cerâmica castreja.
600	1	Romano	Peça de jogo realizada a partir do reaproveitamento de cerâmica romana vermelha e negra.
625	1	Romano	Peça de jogo realizada a partir do reaproveitamento de cerâmica comum romana.
627	3	Castrejo	Peças de jogo realizadas a partir do reaproveitamento de cerâmica castreja.
637	1	Castrejo	Peça de jogo realizada a partir do reaproveitamento de cerâmica castreja.
TOTAL:	20 fragmentos de peças de jogo.		

3.2: Líticos e Elementos Arquitetónicos

ID	Tipo de Artefacto	N.º	Período	Descrição
48	Lítico	1	Indeterminado	Fragmento de mó.
124	Lítico	1	Indeterminado	Seixo rolado.
154	Lítico	1	Indeterminado	Polidor/alisador.
482	Lítico	1	Indeterminado	Lítico indeterminado.
1	Lítico	2	Indeterminado	Seixos de quartzito rolados.
25	Lítico	1	Indeterminado	Lasca indeterminada.
26	Lítico	2	Indeterminado	Seixos rolado.
37	Lítico	1	Indeterminado	Polidor/alisador.
64	Lítico	1	Indeterminado	Fragmento de mó.
65	Lítico	1	Indeterminado	Lasca de quartzo leitoso.
80	Lítico	2	Indeterminado	Seixos rolados.
90	Lítico	1	Indeterminado	Seixo rolado.
121	Lítico	2	Indeterminado	Seixos rolados.
209	Lítico	1	Indeterminado	Seixo rolado.
238	Lítico	3	Indeterminado	Seixos rolados.
239	Lítico	1	Indeterminado	Fragmento indeterminado de peça lítica em quartzo leitoso.
252	Lítico	1	Indeterminado	Fragmento de lítico granítico com elevado polimento na superfície.
268	Lítico	1	Indeterminado	Lítico indeterminado de quartzo.
270	Lítico	3	Indeterminado	Seixos rolados.
282	Lítico	2	Indeterminado	Seixos rolados.
295	Lítico	4	Indeterminado	Líticos indeterminados.
314	Elemento Arquitetónico	2	Romano	Fragmentos de base de coluna.
315	Lítico	4	Indeterminado	Fragmentos de mó.
316	Elemento Arquitetónico	2	Indeterminado	Duas placas de xistos, uma das quais perfuradas.
317	Lítico	1	Indeterminado	Seixo rolado.
371	Lítico	1	Indeterminado	Elemento lítico fraturado de forma paralelepipedal com superfície alisada de função desconhecida.
385	Elemento Arquitetónico	1	Indeterminado	Fragmento de pia.
424	Lítico	5	Indeterminado	Seixos rolados.
452	Lítico	1	Indeterminado	Seixo rolado.
453	Lítico	1	Indeterminado	Fragmento de mó.
502	Lítico	2	Indeterminado	Seixos rolados.
529	Lítico	1	Indeterminado	Seixo rolado.
531	Lítico	1	Indeterminado	Fragmento de mó.
552	Lítico	2	Indeterminado	Seixos rolados
611	Elemento Arquitetónico	1	Indeterminado	Fragmento de reboco com pintura branca na superfície exterior com incisões paralelas
628	Lítico	1	Indeterminado	Fragmento de lítico indeterminado
	TOTAL	59 fragmentos de líticos ou elementos arquitetónicos;		

3.3: Vidros

ID	N.º	Período	Proveniência	Cronologia	Descrição
27	1	Romano	Produção Indeterminada		Conta em pasta vítrea de coloração azul.
38	1	Romano	Produção Indeterminada		Conta de pasta vítrea azul.
108	1	Romano	Produção Indeterminada		Conta de pasta vítrea transparente sem perfuração.
165	1	Romano	Produção Indeterminada		Conta de pasta vítrea de coloração esverdeada.
325	1	Romano	Produção Indeterminada	Séc. I-III	Fragmento de fundo quadrangular de uma garrafa alto-imperial verde-azulado.
392	1	Romano	Produção Indeterminada	Séc. I a.c.- I	Fragmento de parede de taça nervurada (Isings IIIa) de vidro azulado com banda de fios opacos.
393	2	Romano	Produção Indeterminada	Final do séc. I/início do séc. II	Fragmento de gargalo e colo com arranque de espalda de garrafa de vidro romano verde-azulado (Isings 51b).
394	2	Tardo-Romano	Produção Indeterminada	Séc. IV/V	Fragmentos (que colam) de taça campanulada de vidro amarelo, funda com fios aplicados em espiral de 3 voltas com bordo espessado ao fogo da forma Vdg 23 (Cruz, 2009, p. 355).
395	1	Romano	Produção Indeterminada		Fragmento de colo de unguentário vítreo de pequenas dimensões verde-azulado.
396	1	Romano	Produção Indeterminada	Claúdio/Nero – 49-68(?)	Fragmento de taça canelada vítrea de tom azulado.
455	1	Romano	Produção Indeterminada	2ª metade do séc. I	Fragmento de fundo de prato vítreo transparente amarelado (tipo Isings 47).
465	1	Romano	Produção Indeterminada	Séc. I-III	Fragmento de vidro translúcido Alto-Imperial.
483	1	Romano	Produção Indeterminada	Final do séc.I/início do séc. II	Fragmento de bordo e parede tigela/taça canelada com remate em aba realizada em torno do tipo IsingsIIIa.
561	1	Romano	Produção Indeterminada	Dinastias Júlio-Claudiana e Flávia	Fragmento de parede de taça canelada com gomos curtos em vidro incolor da forma LeoGF02/Isings 117 (Cruz, 2009, pp. 297-298).
TOTAL	16 artefactos (4 contas e 12 fragmentos de recipiente vítreo);				

3.4: Metais

ID	N.º	Descrição
14	2	Escória de Ferro.
22	3	Pregos/cavilhas em ferro.
45	1	Prego/cavilha em ferro.
123	1	Fragmento indeterminado em ferro.
138	1	Prego/cavilha em ferro.
182	2	Pregos/cavilhas em ferro
205	1	Prego/cavilha em ferro.
219	1	Prego/cavilha em ferro.
271	1	Prego/cavilha em ferro.
279	1	Fragmento de ferro indeterminados.
318	2	Fragmentos de ferro indeterminados.
319	2	Escória de ferro.
359	1	Escória.
370	1	Fragmento metálico indeterminado.
379	1	Prego/cavilha em ferro.
408	1	Fragmento metálico indeterminado
409	1	Prego/cavilha em ferro.
416	1	Prego/cavilha em ferro.
423	1	Escória.
451	1	Fragmento de artefacto metálico em ferro indeterminado.
486	1	Escória (?).
568	2	Fragmentos de artefactos em ferro indeterminados.
583	3	Fragmentos de ferro indeterminado, provavelmente cavilhas, associados a lajes pétreas.
TOTAL:		32 elementos associados à metalurgia ou produção de metais (sete fragmentos de escória e 25 artefactos metálicos);

Anexo 4: Desenho Técnico

À semelhança do Apêndice 1: *Fotografias de Conjunto*, os desenhos foram organizados seguindo a proposta de faseamento apresentada do presente trabalho (Cap. IV.3: *Análise dos Contextos*). Consideramos que os mesmos princípios que justificaram a adoção desta opção de apresentação da produção gráfica no Apêndice supracitado se adequam e permanecem relevante no que respeita os desenhos técnicos produzidos.

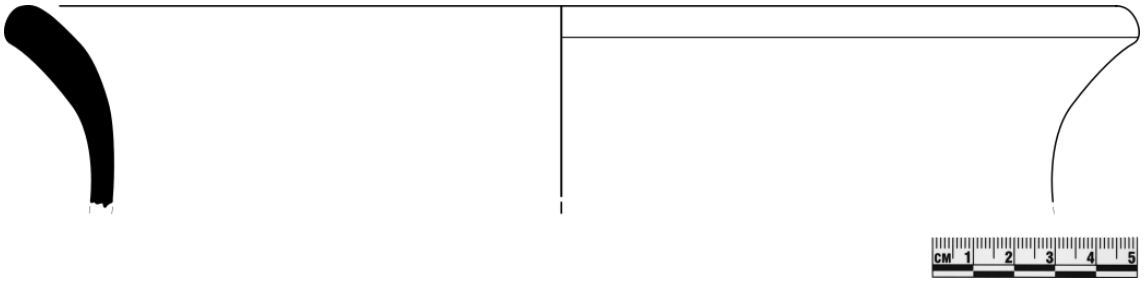
Selecionamos alguns desenhos, uns de autoria própria e outros fornecidos pela empresa *Arqueologia e Património*, todos devidamente assinalados. Optámos por incluir apenas o desenho das peças mais representativas, considerando a sua proveniência estratigráfica e as respetivas produções. Para um conhecimento mais detalhado das distintas produções até à data identificadas no Castro consulte-se a obra de Álvaro Brito Moreira.

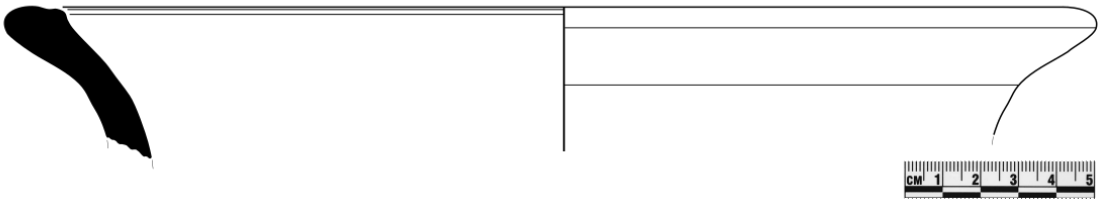
4.1: Fase I

UE 2041

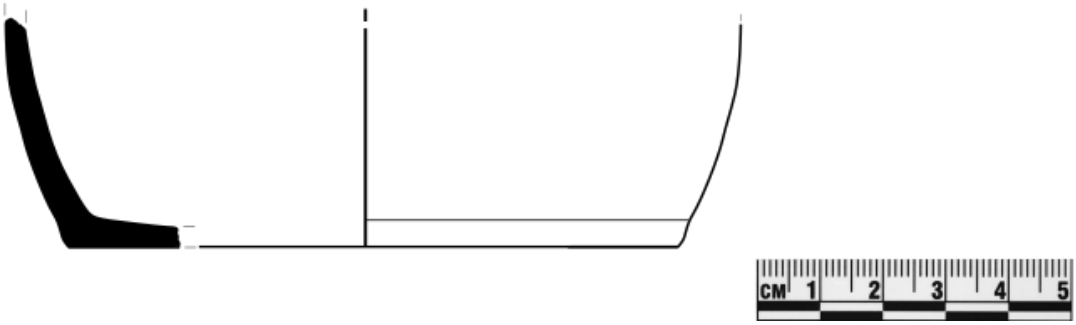


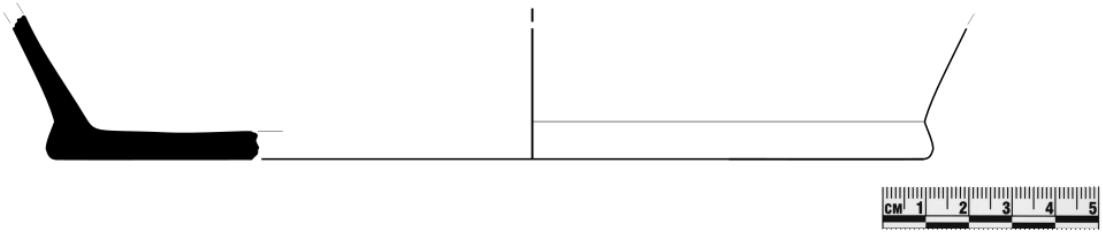



CM 1 2 3 4 5


CM 1 2 3 4 5

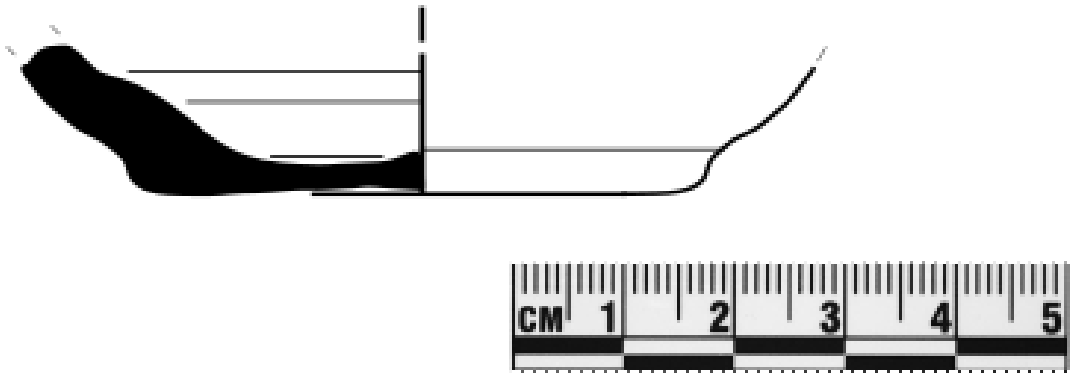

CM 1 2 3 4 5


CM 1 2 3 4 5


CM 1 2 3 4 5

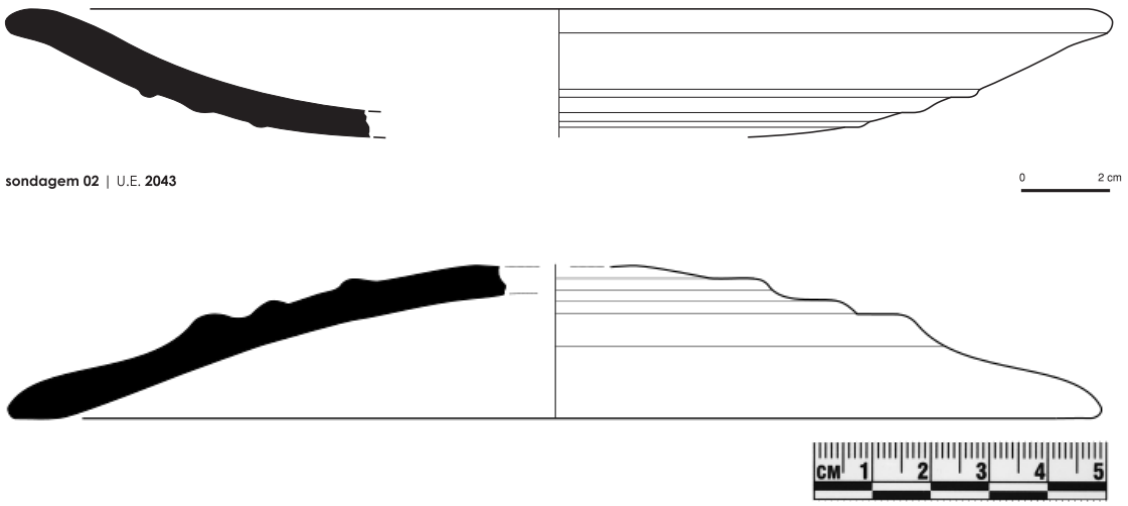
4.2 Fase II

UE 2009



UE 2043

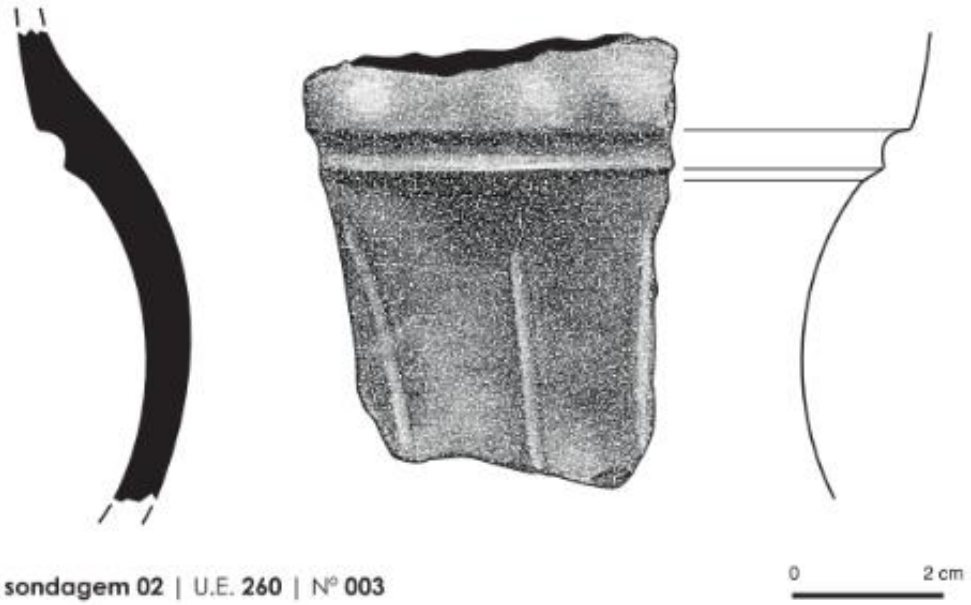
Desenho da autoria da equipa da empresa *Arqueologia e Património* seguido de um desenho do mesmo fragmento de autoria própria;



4.3: Fase IIIA

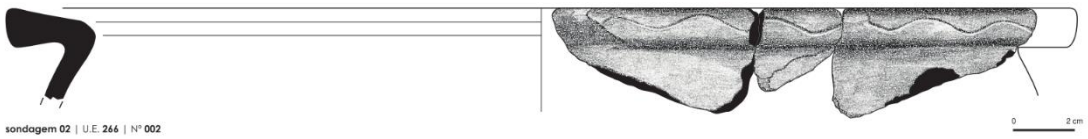
UE 260

Desenho da autoria da equipa da empresa *Arqueologia e Património*;

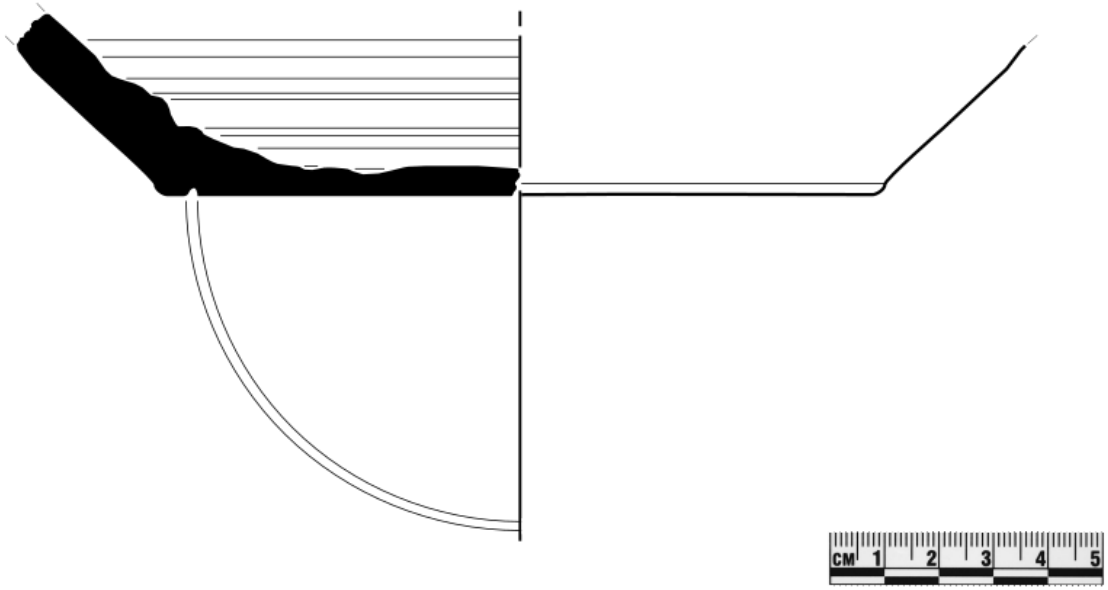


UE 266/2022=2028

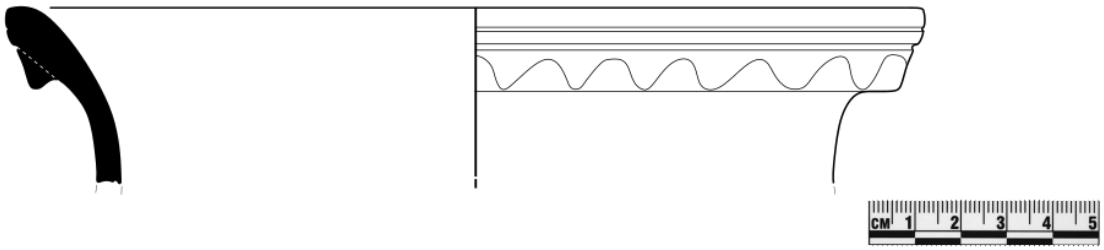
Desenho da autoria da equipa da empresa *Arqueologia e Património*;



UE 2005

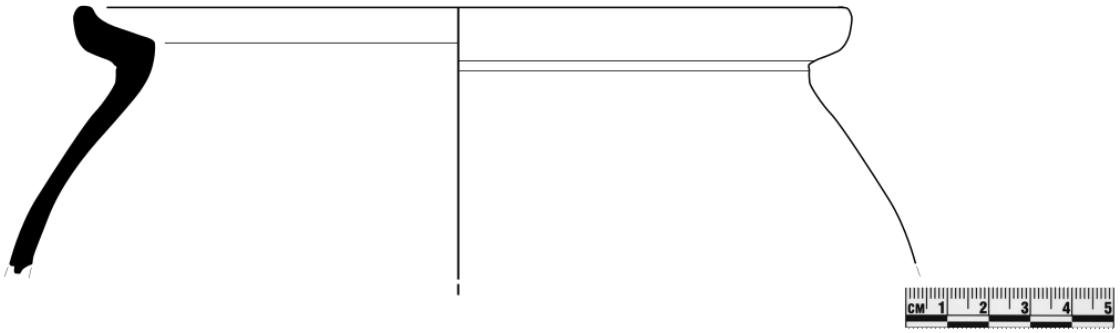


UE 2008

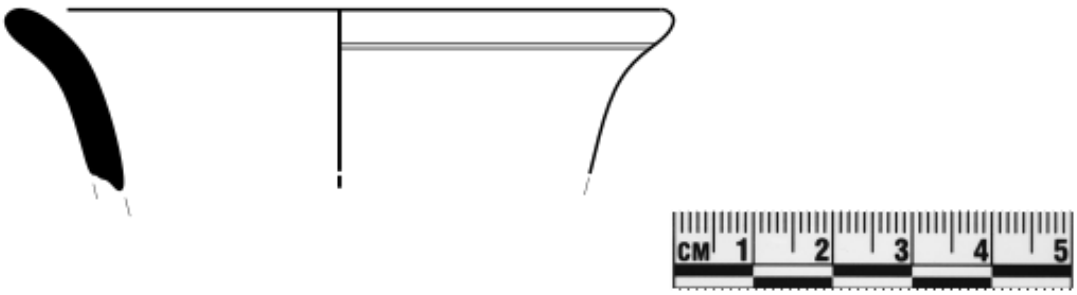


4.4: Fase IIIB

UE 209

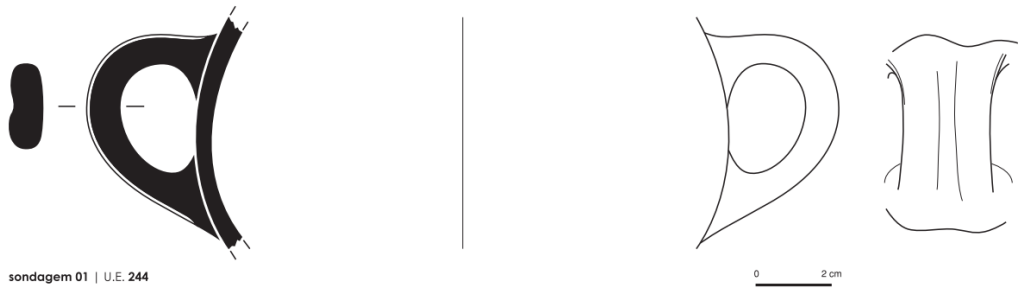


UE 210=2015

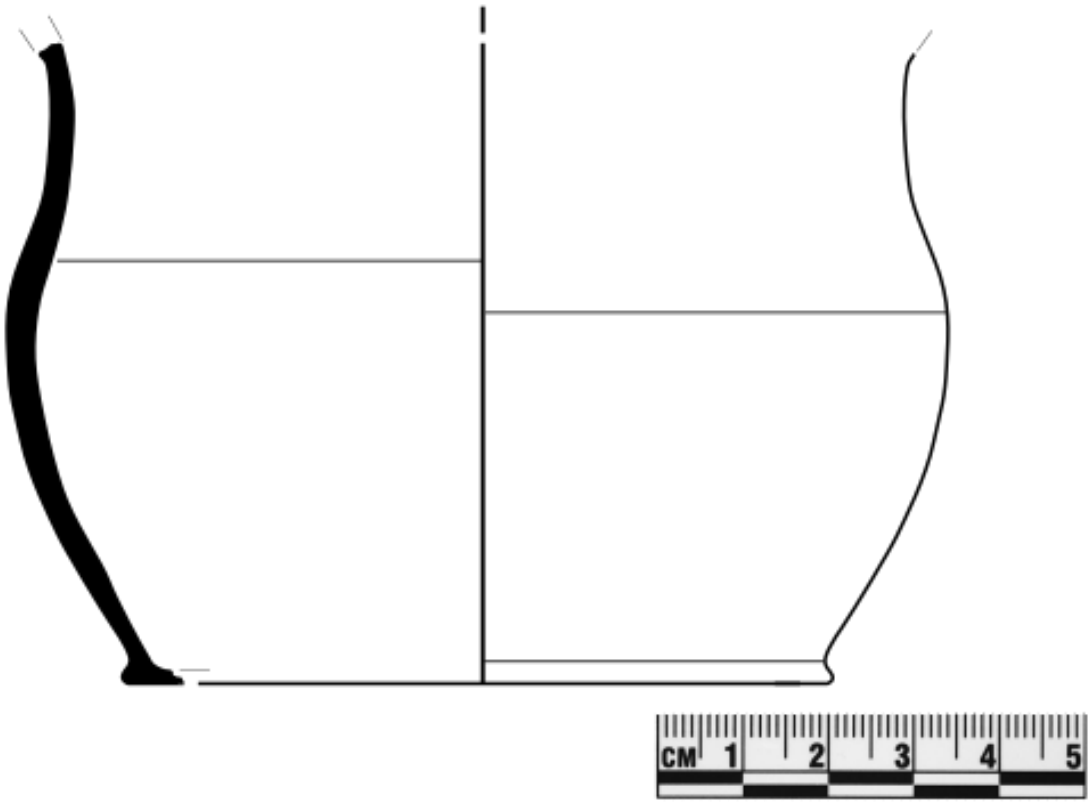


UE 244

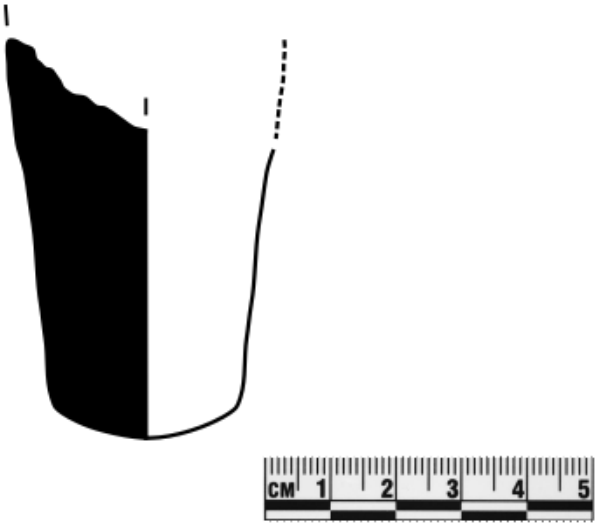
Desenho da autoria da equipa da empresa *Arqueologia e Património*;



UE 253

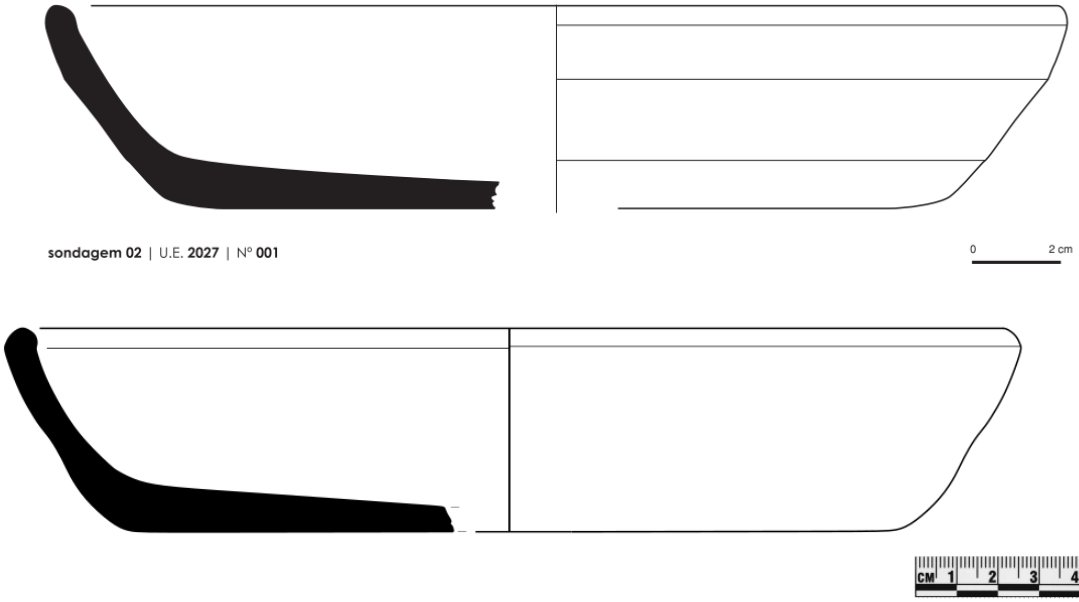


UE 2019=2021



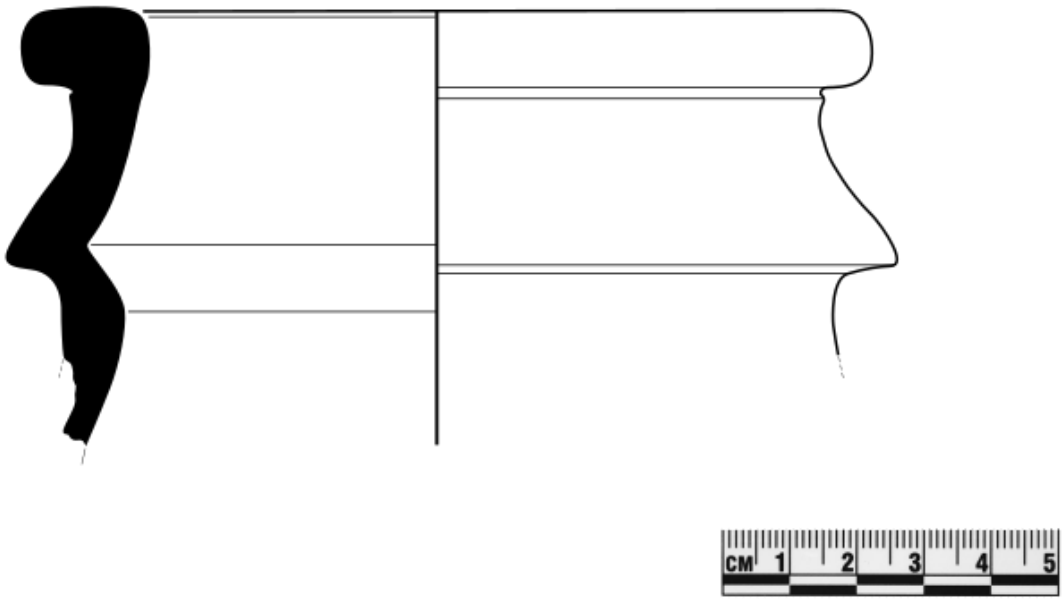
UE 2027

Desenho da autoria da equipa da empresa *Arqueologia e Património*;



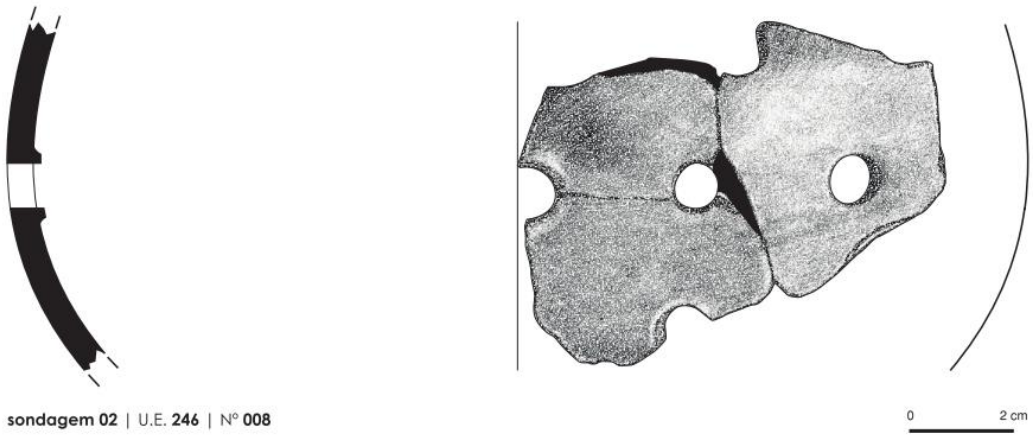
4.5: Fase IV

UE 204

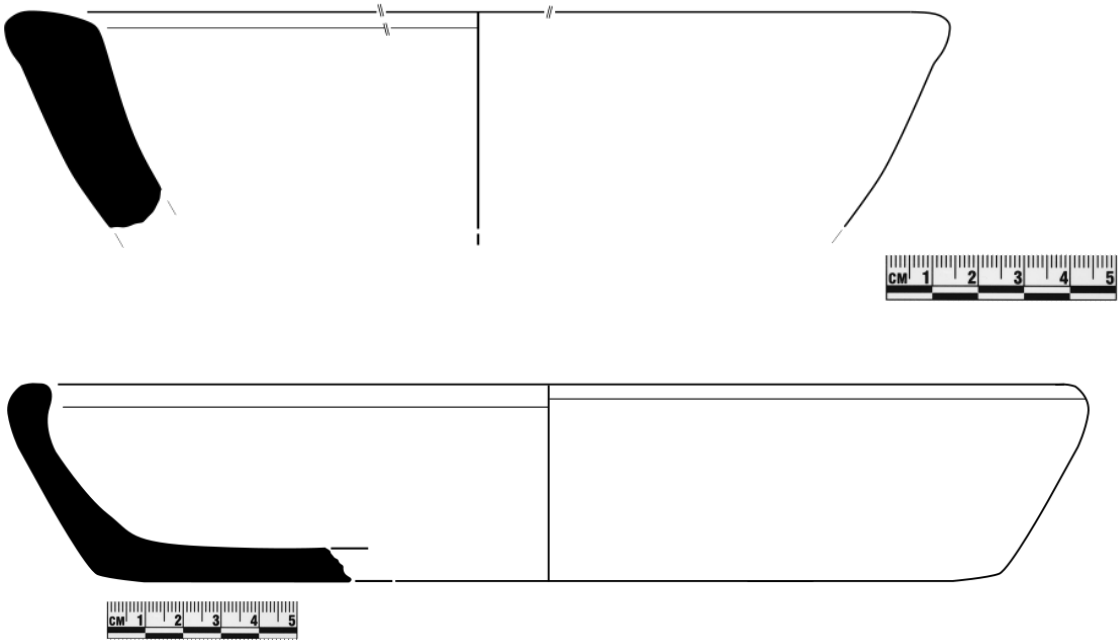


UE 246

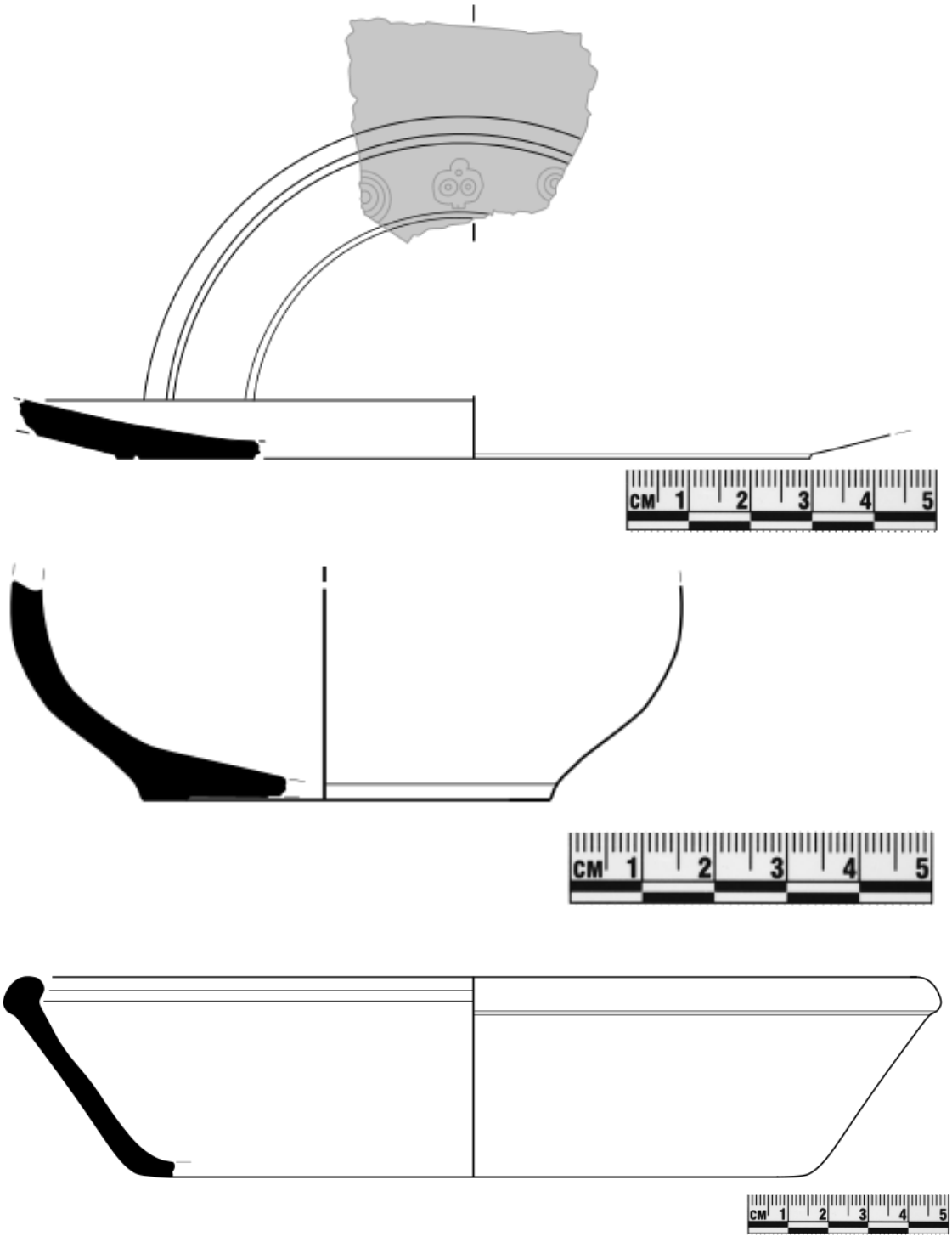
Desenho da autoria da equipa da empresa *Arqueologia e Património*;



UE 2004



UE 2006



4.6: Fase V

UE 203

